

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SUSANA MARIA MAIA

LUTA COLETIVA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE:
vivências e aprendizados na experiência da ocupação Dandara

JUIZ DE FORA
2014

SUSANA MARIA MAIA

**LUTA COLETIVA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE:
vivências e aprendizados na experiência da ocupação Dandara**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração *Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social*, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúvia de Souza Coimbra

JUIZ DE FORA
2014

À minha mãe *Sancha*,
que me inspira e me ilumina a cada dia,
de quem aprendi o amor e o cuidado,
por quem decido lutar por um outro mundo, livre!

AGRADECIMENTOS

*Como pouco sei e pouco sou,
faço o pouco que me cabe:
me dando inteiro.*
Thiago de Mello

Dar-se por inteiro nos processos aos quais nos inserimos. Eita desafio! Dar-se por inteiro em **todas** as esferas de nossa vida cotidiana, família, amigos, faculdade, militância, ócio... Foram meses de intensas relações, dor, alegrias, aprendizados, possibilitados pelo encontro e reencontro com tantas pessoas que, ao longo do percurso, foram essenciais para o caminho percorrido no mestrado e, em especial, no árduo e intenso processo de elaboração desta dissertação. Difícil nomear tanta gente em poucas linhas...

À **Deus**, essa energia de vida e luz que congrega tantas pessoas, das mais diferentes experiências, valores, e que para mim representou um grande suporte para enfrentar os desafios encontrados ao longo do caminho. A **meus pais**, aos quais amo intensamente, por serem os primeiros responsáveis pela pessoa que sou, exemplos de cuidado, coragem e luta. Minha mãezinha, que nos deixou logo no início deste processo, mas que sua presença forte, sua luz e amor me acompanharam a cada instante, em meio aos choros pela sua ausência, mas às boas energias emanadas pelos momentos vividos intensamente ao seu lado. **Família, amigos e amigas**, tanto aqueles que não compreenderam (e talvez ainda não compreendam) a importância desta etapa em minha vida, profissional e pessoal, como os que me incentivaram, os que compartilharam dúvidas, textos, orientações metodológicas – cada um e cada uma foram imprescindíveis para a construção deste percurso.

Aos **militantes e lideranças inseridos na Comunidade Dandara** que me permitiram adentrar em suas histórias e reabastecer a certeza e a importância da luta coletiva na construção de uma nova sociabilidade humana.

Aos **professores**, que de diversas formas e diálogos, possibilitaram meu crescimento ao longo do Mestrado. Em especial à Ana Livia, minha orientadora, pelo esforço em me acompanhar de forma mais direta neste processo, pelo incentivo, paciência, “marketing”, em especial, por me deixar ampliar os horizontes e por irmos além da relação professor-aluno, obrigada pela experiência, vivida e percebida (rs.). Professores Malu e Mauro Iasi, o quanto foram imprescindíveis no caminho de construção deste estudo. Agradeço a disponibilidade em fazer parte dessa trajetória desde a qualificação, e em outros momentos, disciplinas, estudo individual, diálogos informais e, em especial, pelo que representam como militantes e intelectuais da classe trabalhadora. Foram grandes inspirações neste percurso.

A cada um e cada uma, agradeço e os convido à leitura do que foram co-responsáveis.

*Essa gente na estrada vai sair da linha,
se negar morada no final da ida
e afetar os sonhos ou impedir a lida,
vai fazer barulho, resgatar a terra,
semear justiça e colher a vida,
vai levar pra feira os frutos da missão.*

*Essa gente vai à luta, defender bandeiras,
consciência armada e razão certa,
rumo à igualdade entre as pessoas,
quando a ação machuca o coração perdoa,
pois a mão que fere impede coisas boas,
quem não ama nunca faz revolução.*

*Guerrilheiros quando choram ganham valentia,
pausa na batalha pra fazer folia,
toda guerra é menor que uma canção.
Acampar a liberdade, amor, louvado seja,
essa causa santa, toda essa peleja,
brava gente amada de coragem pura,
hay que endurecerse sin perder la ternura!*

La Ternura
Zé Pinto

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto central discutir a relevância da luta coletiva no processo de formação da consciência de classe. O universo pesquisado refere-se a uma ocupação urbana, denominada *Comunidade Dandara*, nascida em 09 de abril de 2009, na cidade de Belo Horizonte, capital mineira. A ação foi fruto da atuação conjunta das Brigadas Populares, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nosso objetivo foi o de identificar elementos do processo de formação da consciência de classe naquele território específico. Para tanto, estruturamos uma base teórica e histórica que pudesse nos fornecer chaves de leitura para a análise daquele universo de pesquisa.

No primeiro capítulo fizemos um estudo aprofundado acerca das categorias *classe*, *luta de classes*, *consciência de classe* e *alienação*, tendo como eixo central a esfera da *vida cotidiana*, como espaço de reprodução das relações sociais, e os *momentos do processo de formação da consciência* delimitados a partir da tradição marxista. Discorremos, ainda, sobre a *emancipação política* e *emancipação humana* como campos que delimitam a intensidade da ação política da classe trabalhadora.

No segundo capítulo realizamos uma discussão acerca das determinações históricas e conjunturais que compõem o cenário do capitalismo contemporâneo, como forma de compreender o impacto destas determinações na constituição da questão urbana no Brasil e nas lutas sociais pelo direito à cidade. Apresentamos a ação dos movimentos sociais urbanos no Brasil a partir de um de seus expoentes mais significativos, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Este foi o caminho percorrido para chegarmos ao universo de pesquisa, a ocupação urbana em Belo Horizonte. A linha investigativa foi a pesquisa qualitativa, onde utilizamos como instrumentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a observação em campo e a entrevista semi-estruturada. Entrevistamos três segmentos representativos da história da ocupação: lideranças da ocupação, militantes dos movimentos que articularam a ocupação e militantes da Rede de apoio.

A partir da investigação realizada identificamos na experiência da ocupação Dandara, elementos que apontam para o desenvolvimento de uma consciência crítica junto aos indivíduos. Essa é constituída no cotidiano da luta coletiva através de diversos aprendizados possibilitados pela inserção dos indivíduos em lutas de outras ocupações e lutas sociais diversas; pela participação na organicidade da ocupação, entre seus espaços organizativos e atividades massivas; pelo desenvolvimento de processos comunitários de solidariedade e humanização das relações.

A consciência se dá na luta, identificamos na experiência investigada uma consciência embrionária, que eleva os indivíduos de sua condição imediata, porém ainda com limitações para a constituição do que denominamos *consciência para si* que favoreça a construção de um processo de emancipação humana.

Palavras-chave: Classe, Consciência de classe, Ocupação urbana

ABSTRACT

This dissertation is the central object discuss the relevance of collective struggle in the formation of class consciousness. The study universe refers to an urban occupation, called Community Dandara, born April 9, 2009, in the city of Belo Horizonte, capital of Minas Gerais. The action was the result of joint efforts of the Popular Brigades, the Rural Landless Workers Movement (MST) and the Pastoral Land Commission (CPT).

Our goal was to identify elements in the formation of class consciousness that particular territory. To this end, we designed a theoretical and historical basis that could provide us with reading keys for the analysis of that research universe.

In the first chapter we made a thorough study of the categories of class, class struggle, class consciousness and alienation, whose central axis sphere of everyday life, as a space of reproduction of social relations, and the moments of the process of formation of consciousness delimited from the Marxist tradition. Furthermore, we discuss the political emancipation and human emancipation as fields that define the intensity of the political action of the working class.

In the second chapter we held a discussion on the historical and conjunctural determinations that make up the landscape of contemporary capitalism as a way to understand the impact of these determinations in the constitution of the urban question in Brazil and in social struggles for the right to the city. Here is the action of urban social movements in Brazil from one of its most significant exponents, the Movement of Homeless Workers (MTST).

This was the path taken to reach the universe of research, urban occupation in Belo Horizonte. The investigative line was qualitative research, which we used as methodological tools, bibliographic research, field observation and semi - structured interview. We interviewed three representative segments of the history of occupation: occupation leaders, militant movements that articulated the occupation and the militant network of support.

From the investigation identified the experience of occupation Dandara, elements that point to the development of a critical awareness among individuals. This consists in daily collective struggle through various learning enabled by the inclusion of individuals in other occupations and on various social struggles; by participation in the organic nature of the occupation, among its organizational spaces and massive activities; community processes for developing solidarity and humanizing relations.

Consciousness gives the fight, identified in the experiment investigated an embryonic consciousness that elevates individuals in their immediate condition, but still had limitations for the creation of what we call consciousness itself conducive to the construction of a process of human emancipation.

Keywords: Class, Class Consciousness, Urban Occupation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.09
CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS CATEGORIAIS PARA O ESTUDO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE	p.15
1.1 Classe e luta de classes na tradição marxista	p.15
1.2 Consciência de classe como produto social	p.26
1.3 Alienação e a reificação das relações sociais	p.31
1.4 Vida cotidiana como esfera de reprodução das relações sociais	p.41
1.5 Momentos do processo de formação da consciência de classe	p.53
1.6 Emancipação política e Emancipação humana como campo de ação da classe	p.70
CAPÍTULO 2 – LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	p.78
2.1 A crise e a reestruturação do capitalismo na contemporaneidade	p.79
2.1.1 A crise estrutural do capital	p.79
2.1.2 A mundialização e financeirização do capital	p.81
2.1.3 A ideologia neoliberal e a refuncionalização do Estado	p.84
2.1.4 A reestruturação produtiva e as alterações no mundo do trabalho	p.90
2.1.5 As repercussões sobre a configuração da classe trabalhadora	p.92
2.2 Lutas Sociais e a Questão urbana no Brasil	p.98
2.2.1 A apropriação do território pela lógica do capital	p.98
2.2.2 Questão urbana e a constituição das cidades	p.101
2.2.3 Questão urbana no Brasil	p.105
2.2.4 As lutas pelo território – Movimentos Sociais Urbanos	p.109
CAPÍTULO 3 – A LUTA COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA	p.116
3.1 Caracterização do universo pesquisado	p.120
3.1.1 Brigadas Populares	p.121
3.1.2 Histórico da Comunidade Dandara	p.125
3.2 Elementos do processo de formação da consciência de classe na luta coletiva	p.141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.181

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

Anexo 01 – Eixos para o processo de investigação

Anexo 02 – Finalidades da Associação Comunitária Dandara

INTRODUÇÃO

*Antes a frase ia além do conteúdo;
agora é o conteúdo que vai além da frase*
Karl Marx

Madrugada de 09 de abril de 2009, feriado de quinta-feira santa, um comboio de trabalhadores cruza a capital mineira. Cortam cercas, roçam matos, estendem as lonas e montam barracas. Inicia-se a ocupação de um terreno de 315 mil m² abandonado há cerca de 10 anos, terreno ignorado pela especulação imobiliária, utilizado para descarte de entulhos e de lixo. Cerca de 100 pessoas, entre homens, mulheres, crianças, adentram à terra. Em sua maioria, marcados pelo desemprego, pela precariedade no atendimento de seus direitos via políticas públicas, pela ausência de condições dignas de reprodução material.

Cada indivíduo carrega uma experiência, dificuldades, habilidades, mas possuem algo em comum que os levam a estar ali, de forma coletiva, a busca pela moradia. Reunindo esse grupo seguem militantes ligados a movimentos sociais do campo e da cidade que procuram, por meio daquela ação coletiva, a da ocupação de terras, levantar a problemática da propriedade privada da terra e construir uma ação política que una a questão urbana e a questão agrária, experimentando uma nova forma de organização.

Assim surge a ocupação urbana no bairro Céu Azul, na região Nova Pampulha da cidade de Belo Horizonte, ação articulada pelas Brigadas Populares (movimento urbano), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Comissão Pastoral da Terra – CPT (movimentos de atuação no campo).

Em poucos dias, a ação toma os meios de comunicação e, a partir deles e de uma grande rede de apoio que se forma, chega a alcançar visibilidade na cidade e nos cenários nacional e internacional. Torna-se *Dandara*. Diversos grupos, religiosos, estudantes, curiosos, militantes, políticos, passam a aderir de alguma forma à luta desses ocupantes: a questão urbana torna-se pauta política na cidade. As marchas foram acontecendo e, aos poucos, a ocupação foi tomando as ruas e praças da capital mineira, aos gritos de ordem “*Oh Dandara, oh Dandara ó, a nossa luta aqui vale mais que ouro em pó*”, “*Nossos direitos vem, nossos direitos vem, se não vem nossos direitos o Brasil perde também*”... despertando pressões, repressões, mas, em contrapartida, atraindo apoios diretos e indiretos à sua causa.

Como essa ação conseguiu em tão pouco tempo agregar uma ampla rede de apoiadores? Por que as lideranças falavam de forma tão aguerrida de sua luta? Por que são *Dandara*? Como a ocupação contribuiu para que aquelas pessoas desenvolvessem uma consciência crítica acerca da realidade?

Dessas e outras inquietações surge a escolha por estudar essa experiência, determinada, em parte, pela prática militante junto aos movimentos sociais e o empenho por compreender seus processos de luta desde a graduação em serviço social na Faculdade de Serviço Social da UFJF. À época, empreendemos um estudo intitulado *Trilhando a estrada: o processo político-pedagógico do MST*.

Já em Belo Horizonte, atuando na secretaria estadual do MST por dois anos, acompanhamos processos organizativos internos, além do apoio a setores do Movimento. Posteriormente, vinculada a programas e projetos de entidades filantrópicas ligadas à assistência social, atuamos na área da educação popular, educação profissionalizante, oficinas socioeducativas, medida protetiva de acolhimento institucional, medidas socioeducativas com adolescentes e jovens em conflito com a lei. Esta última experiência profissional motivou o interesse pela discussão sobre juventude e violência o que determinou a inserção em dois cursos de especialização, buscando desconstruir a associação do fenômeno da violência a este segmento geracional, combatendo a utilização da violência como instrumento de poder, segregação e extermínio.

As escolhas pelos objetos de investigação ao longo desses anos sempre revelaram o compromisso para com os indivíduos e grupos sociais com os quais tivemos contato, o que não foi diferente na definição do tema dessa dissertação. Desde a ocupação em abril de 2009, sempre acompanhamos, indiretamente, os processos e conquistas realizadas ao longo dos três primeiros anos de luta e resistência daquela ação coletiva. No retorno à Juiz de Fora, já no mestrado em Serviço Social, encontramos a oportunidade de estudar em profundidade aquela experiência desenvolvida pela classe trabalhadora na busca pelo direito à moradia.

Começava a se delinear os primeiros esforços para a delimitação do tema e objeto de estudo. Esperávamos identificar se um processo de luta, desenvolvido na dimensão da efetivação de direitos – no caso, a moradia –, conseguia se ampliar e estabelecer junto aos indivíduos e sujeitos sociais uma consciência coletiva e de classe, capaz de ampliar sua dimensão e inseri-la no campo da luta pela emancipação humana. Algumas questões norteadoras começaram a surgir e se direcionavam para um território específico: de que forma a adesão a uma luta coletiva a favor do direito à moradia interfere na formação da consciência de classe dos moradores da ocupação Dandara? Há uma alteração na concepção da busca individual para uma luta coletiva, que vai além de uma luta a favor de direitos? Como ocorre o processo de formação da consciência desses moradores? Quais elementos presentes nas suas vivências poderiam indicar tal processo?

Para a qualificação, realizada em novembro de 2013, apresentamos um material que se constituiu como fruto de reflexões e leituras realizadas durante o mestrado, sejam nas discussões das disciplinas, estágio docência, orientações e atividades extraclasse. O momento da qualificação foi determinante para a trajetória do estudo. A partir da indicação de categorias centrais de forma a aprofundar as discussões iniciadas, como a ampliação do campo de análise sócio-histórica, retomando o impacto da crise mundial na configuração das classes e no papel do Estado, pudemos desenvolver uma base teórica relevante para a análise do objeto de pesquisa.

De consciência de classe falaremos. Partindo de Marx e Engels (2009) a reconhecemos como produto social. Destacamos que o movimento da consciência ocorre de forma não linear, com avanços e recuos, a depender do conjunto das condições objetivas e subjetivas desenvolvidas em determinado momento histórico, visto que é a vida quem determina a consciência. Nas palavras de Iasi (2012) a consciência é um movimento em constante mutação, partindo de uma consciência moldada por determinada forma social já estabelecida, podendo, através da luta, desenvolver a consciência de seus interesses e necessidades enquanto grupo, até a possibilidade de afirmar-se como classe, empenhando um projeto histórico com autonomia e independência.

Esse processo de formação da consciência de classe desenvolve-se no cotidiano, definido por Lefebvre (1991) como o espaço onde é produzida a existência social dos seres humanos. A vida cotidiana é marcada por uma série de elementos e características que a coloca como o lugar privilegiado para a reprodução de relações alienantes, mas também é nele que se constroem experiências emancipatórias.

O cotidiano da ocupação expressa um conjunto de determinações e problemáticas relacionadas à questão urbana, como forma de expressão da *questão social* que ganha novos contornos no desenvolvimento do capitalismo. A lógica de como o uso do território é incorporado nos processos de acumulação do capital determina a configuração das cidades e as relações estabelecidas entre as classes.

Na constituição do urbano no Brasil, é possível identificarmos como essa lógica se expressa reforçando a concentração da propriedade privada e a desigualdade entre os diversos segmentos, acirrando um cenário de luta de classes onde se coloca como centro a disputa pelo direito à cidade. Nesse cenário, surgem os movimentos sociais urbanos que colocam a questão urbana em evidência e programam um conjunto de ações, delineando suas formas de luta, entre as quais se destacam as ocupações, analisadas por Lima (2009) como espaços de sobrevivência e luta.

Esse é um contexto geral onde se inscreve nosso universo de pesquisa – a ocupação Dandara. A ocupação foi gestada desde os anos 2006/2007 a partir de um conjunto de encontros, discussões acerca da problemática urbana e rural desenvolvidas pelo MST, CPT e Brigadas Populares em Belo Horizonte, Minas Gerais. Decorrente de um intenso processo de planejamento e mobilização de famílias, o terreno foi ocupado em 09 de abril de 2009, possuindo, hoje, 05 anos de resistência.

Identificar elementos correspondentes ao processo de formação da consciência de classe naquele território específico era nosso objetivo central. Para tanto, estruturamos uma base teórica e histórica que pudesse nos fornecer chaves de leitura para a análise daquele universo de pesquisa.

Compreendendo a formação da consciência num jogo de mediações que constituem o ser social, identificamos no **primeiro capítulo** um conjunto de determinações que auxiliam na análise do cenário das lutas de classes onde se desenvolvem as lutas sociais no espaço urbano. A partir do resgate dos clássicos e em diálogo com autores marxistas contemporâneos, estabelecemos um itinerário teórico passando pela discussão de categorias centrais para nosso estudo.

As categorias examinadas foram *classe*, *luta de classes*, *consciência de classe* e *alienação*, onde levantamos elementos chaves para a compreensão das mesmas, identificando como nos possibilitam desvendar a realidade e compreender o fenômeno que procuramos estudar. Como objetivamos refletir sobre o processo de formação da consciência em um território específico, uma ocupação urbana, a discussão acerca da *vida cotidiana* e dos *momentos do processo de formação da consciência de classe* foi central para desenvolver a articulação entre as categorias. Considerando que a luta pela moradia está inserida no campo dos direitos sociais, fizemos um aporte à discussão sobre *emancipação política* e *emancipação humana* como campos onde se delimitará a intensidade da ação política no cenário da luta de classes.

É possível a partir da luta por direitos, que está inserida no campo da emancipação política, constituir processos que tenham como horizonte a emancipação humana? Essa, para nós, é a pergunta delineadora que conecta o conjunto das reflexões desenvolvidas no primeiro capítulo com o objeto de pesquisa.

Reconhecendo as categorias analíticas como produto histórico e, portanto, configuradas de acordo com o desenvolvimento sócio-histórico das relações sociais, estabelecemos no **segundo capítulo** uma discussão acerca das determinações históricas e conjunturais que

compõem o cenário do capitalismo contemporâneo, marcado pela *crise estrutural do capital*, que vai impactar diretamente na configuração das classes e no desenvolvimento de suas lutas.

Discorreremos acerca da crise do capital, como elemento determinante para se compreender a evolução desse modo de produção, seguida de um conjunto de ações implementadas desde o final dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, voltadas a promover a elevação da produtividade e autoexpansão do capital. A começar desse período, se desenvolve um processo de unificação de estratégias configuradas em todos os campos da reprodução material e ideológica do mundo capitalista – a *mundialização* da produção, marcada pela expansão da *esfera financeira* como campo de valorização do capital; a incorporação do *ideário neoliberal*, de forma a promover uma reação ideológica e política contra a intervenção estatal, desembocando num processo de *refuncionalização do Estado*, em especial no que tange ao papel de fornecer as garantias para a reprodução da força de trabalho e do capital; além da ofensiva no sistema de produção provocada pela *reestruturação produtiva*, com alterações no mundo do trabalho que irão impactar diretamente a configuração das classes e a organização de suas lutas.

Reafirmamos a relevância do campo das lutas sociais como ferramenta para o desenvolvimento das ações de classe. Para nosso estudo, torna-se imperativo situar as lutas no espaço urbano, cujo acirramento faz eclodir no Brasil, no final dos anos 1980, movimentos sociais que atuam diretamente na questão urbana, utilizando-se da ocupação como forma de ação para dar visibilidade ao conjunto de desigualdades e contradições presentes nas cidades.

Discutimos acerca da apropriação do capital sobre a dimensão do território e a lógica das cidades, contextualizando a constituição do urbano no Brasil. Partimos da concepção do cenário urbano enquanto expressão da luta de classes, onde emergem os movimentos sociais urbanos. Dentre os movimentos que surgiram a partir desse período, demos destaque ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que se constitui uma grande referência para as organizações urbanas. Apresentamos características da experiência do MTST que indicam elementos relevantes para se pensar o processo de formação da consciência de classe dos indivíduos e grupos sociais envolvidos nas ações de ocupação do território, seja ocupação de terras ou de prédios abandonados.

Contextualizando todo esse cenário, chegamos à ocupação Dandara. No **terceiro capítulo** construímos um histórico detalhado, a partir de seus processos de mobilização, organização e estruturação, proporcionando uma caracterização que auxilie o leitor a situar-se na trajetória e organização da ocupação. Em seguida, realizamos a análise central da pesquisa de forma a elucidar elementos significativos que expressam o processo de formação da

consciência de classe desenvolvido, valorizando as falas dos entrevistados, a partir de suas impressões e aprendizados acerca da experiência vivenciada.

Compreendemos a pesquisa como um processo de investigação para se indagar e compreender a realidade. Segundo Minayo (1993), “é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota” (p.23). O ato de investigação é determinado por escolhas realizadas desde o princípio do processo e se estendendo ao longo do mesmo. Nossas escolhas – teóricas, metodológicas, acadêmicas – pressupõem uma visão de mundo e são influenciadas e determinadas por uma linha teórico-metodológica que deve gerir todo o processo de conhecimento.

Ao utilizarmos a pesquisa qualitativa, procuramos ouvir os homens e mulheres que constituem a história da ocupação, valorizando suas formas de viver e interpretar tal experiência. O desenvolvimento da pesquisa como um todo foi muito intenso e reafirmou, para nós, a relevância da temática desenvolvida junto aos processos de organização da classe trabalhadora, além de ser um campo analítico imprescindível para o conjunto das ciências sociais e humanas que procuram analisar as formas de luta e resistência da classe.

O convite é para nos enveredarmos pelo caminho percorrido neste processo de conhecimento, que, embora formalmente finalizado, abre possibilidades de novas perspectivas para nós e, esperamos, para aqueles que se dedicam a compreender as contradições do mundo capitalista visando sua superação, possibilitando a emancipação humana.

CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS CATEGORIAIS PARA O ESTUDO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

O estudo proposto nesta dissertação procura identificar elementos do processo de formação da consciência de classe em um território específico – a ocupação urbana. Buscamos compreender como a estratégia implementada pelos movimentos sociais, numa perspectiva de luta coletiva pelo acesso ao direito à moradia, interfere no cotidiano dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a construção de processos de emancipação.

Com o esforço de identificar os fundamentos teóricos necessários para confrontar o fenômeno estudado, buscamos, primeiramente, trabalhar categorias analíticas centrais, a partir da tradição marxista, constituindo uma base conceitual para que possamos reportar às análises decorrentes do processo de investigação.

Neste capítulo, percorreremos estudos do próprio Marx (também a algumas obras em co-autoria com Engels) e de pensadores ligados à tradição marxista, apresentando, ainda que de forma introdutória, elementos chaves para o entendimento das categorias *classe*, *luta de classes*, *consciência de classe*, *alienação* e *reificação*, tendo como centro articulador a discussão acerca do *cotidiano* e do *processo de formação da consciência de classe*.

Distribuímos o trato das categorias por itens, como forma de possibilitar uma melhor leitura e caminho metodológico da construção teórica realizada.

1.1 *Classe e luta de classes* na tradição marxista

Encontramos uma contribuição determinante para compreendermos a construção da categoria *classe* na obra de Marx. Mattos (2012) salienta que Marx e Engels desenvolveram uma perspectiva de análise e intervenção a partir da questão de *classe*. Na mesma direção, Iasi (2012) afirma que, apesar da crítica realizada por alguns intelectuais de que Marx não tenha delimitado a categoria de forma teoricamente mais precisa, ele concluiria tal tarefa nos últimos escritos de *O Capital*¹. Porém, no conjunto de sua obra, identificamos elementos determinantes para a compreensão da configuração da *classe*, bem como para a análise do contexto da *luta de classes* intrínseca capitalismo e para o processo de formação da *consciência de classe*, categorias centrais para o objeto de análise proposto nesta dissertação.

¹ Segundo Mattos (2007), “percebe-se que a dimensão dinâmica do conceito de classe permaneceu importante em trabalhos posteriores de Marx, dedicados a explicar a natureza da divisão social capitalista em sua dimensão econômica. No entanto, o projeto de crítica à economia política tradicional, que seria em grande parte desenvolvido n’O Capital, permaneceu incompleto quanto a este ponto [...] Isto não significa, entretanto, que em sua crítica à economia política Marx não tenha avançado na discussão sobre as classes sociais” (p.38).

Para Marx e Engels (2009) o pressuposto de toda a existência humana é de que os homens devem possuir condições de viver para fazer a história. Neste sentido, o primeiro ato histórico da humanidade é a produção dos meios necessários para subsistência da própria vida. A distinção dos homens em relação aos animais se deve à sua capacidade de produzir seus meios de subsistência: “ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem a sua própria vida material” (ibid., p.24). A ação de satisfazer essa necessidade imediata acaba por conduzir a outras necessidades, que vão culminar no processo de reprodução da vida social, estabelecendo, inclusive, as relações sociais.

[...] o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...] o segundo ponto é a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico [...] A terceira relação, que logo desde o início entra no desenvolvimento histórico é de que os homens que, dia a dia, renovam a sua própria vida, começam a fazer outros homens, a reproduzir-se (ibid., p.40-42).

A produção da vida aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro, como relação social. O modo desta produção dependerá da natureza dos meios que os indivíduos possuem para tal, portanto, representa uma forma determinada de suas atividades. Estas atividades definem dialeticamente os indivíduos – “aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (ibid., p.25).

Ao longo da história, a humanidade desenvolveu diversas formas de sociabilidade, porém, com o advento da ordem burguesa e o modo de produção capitalista, há uma redefinição expressiva das relações. É sobre esta nova ordem que Marx e Engels desenvolvem suas análises.

Para compreender a configuração das classes no modo de produção de base capitalista, retomemos algumas considerações expressas no *Manifesto do Partido Comunista*. Netto (1998) ressalta que o contexto histórico em que foi redigido o Manifesto (primeira metade do século XIX), demarcava o “coroamento da constituição da ordem societária comandada pelo movimento do capital, redefinindo radicalmente as relações sociais e de classes” (p.18).

Na obra, encontramos elementos essenciais, “princípios gerais” para compreender a estrutura da sociedade de classes, ainda que com a necessidade de realizar uma releitura dos mesmos a partir das condições históricas dadas, como nos chama a atenção o próprio Marx,

no “Prefácio à edição alemã de 1872”: “a aplicação desses princípios dependerá, sempre e em toda parte, das circunstâncias históricas existentes [...] o *Manifesto* é um documento histórico que não temos mais o direito de modificar” (MARX e ENGELS, 2010, p.26-27).

Os autores iniciam com a assertiva de que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes”:

[...] opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta [...] A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas (ibid., p.45-46).

A dinâmica da *luta de classes* na ordem burguesa simplifica os antagonismos de classe e dispõe os interesses da sociedade em dois grandes blocos, determinados a partir do lugar que ocupam no processo de produção – os que detêm os meios de produção (a classe burguesa) e os que não detêm os meios de produção e são obrigados a vender sua força de trabalho (a classe operária) – “toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado” (ibid., p.46). Esta afirmativa é desenvolvida por Engels no “Prefácio à edição alemã de 1883”:

[...] (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra), toda a história tem sido uma história de lutas de classe, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras, entre as classes dominantes e as classes dominadas, nos diferentes estágios do desenvolvimento social; mas que, atualmente, esta luta atingiu um estado em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia), sem libertar, ao mesmo tempo e para sempre, da exploração, da opressão e das lutas de classes, toda a sociedade (ibid., p.29).

Vale destacar que os autores reconhecem o papel revolucionário da burguesia na história, e é a partir de sua ação revolucionária e da constituição da sociabilidade burguesa que se manifestam as condições para o surgimento de outra classe, extremamente fundamental para o futuro da humanidade – a classe proletária: “a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*” (ibid., p.51).

Segundo Netto (1998), é no Manifesto que “se apresenta, pela primeira vez, um projeto sócio-político explícita e organicamente integrado a uma *perspectiva de classe*” (p.20). Nesta sociedade de classes, o proletariado surge com uma “missão” fundamental, como *classe revolucionária* para instaurar uma nova sociedade, uma sociedade sem classes.

Esta classe dominada, por sua vez, é também a primeira classe social que exige, por sua própria natureza, a superação radical da exploração do homem pelo homem. Mas, para isso, ela precisa de um tipo de saber, de um conhecimento da realidade social, de uma concepção de mundo radicalmente diferente daqueles que orientavam a construção da sociedade burguesa. Esse novo tipo de saber era absolutamente necessário para que ela pudesse orientar a sua luta pela construção dessa nova forma de sociabilidade (MARX e ENGELS, 2009, p.10).

A análise dos autores fundamenta-se numa perspectiva revolucionária, a partir do ponto de vista da classe operária, compreendendo a dinâmica da ordem burguesa centralizada historicamente no contexto das *lutas de classes*. É esta que irá dinamizar o movimento da história.

Mais à frente, no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* em 1859, Marx (2003) vai identificar que o que constitui a estrutura da sociedade é a relação entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, numa dinâmica dialética, sendo as forças produtivas materiais a base sobre a qual se estabelecem as relações sociais de produção² que, por conseguinte, é o espaço onde se desenvolvem as forças produtivas.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (ibid., p.5).

As forças produtivas podem evoluir a ponto de abrir condições objetivas para se alterar as relações de produção, o que seria possível através da revolução social. O fundamento da mudança social articula a contradição do desenvolvimento das formas sociais, da maneira de produção e reprodução da vida. Esta contradição se apresenta com aspectos objetivos e subjetivos que se relacionam numa perspectiva de totalidade. Marx (ibid.) ressalta, ainda, que uma sociedade nova não surge se não forem totalmente desenvolvidas as forças produtivas materiais da sociedade velha.

Uma sociedade jamais desaparece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter e as relações de produção novas e

² Encontramos em Mandel (1982) uma importante definição do pensamento de Marx quanto ao conceito de relações de produção: “as relações de produção incluem todas as relações fundamentais entre homens e mulheres na produção de sua vida material [...] A natureza específica das relações de produção capitalistas é a produção mercantil generalizada. Esta última determina a forma particular da separação entre os produtores e seus meios de produção [...] determina a forma particular de apropriação do sobreproduto [...] determina a forma particular da reconstituição do trabalho social [...] O modo de produção capitalista só se torna possível em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas – quando existem condições materiais prévias para a subordinação formal, e depois efetiva, do trabalho ao capital (p.393 e 395).

superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2003, p.06).

A instauração da ordem burguesa ocorre em um momento de revolução social, onde há a alteração da base de produção em que se sustentava a sociedade, visto que o modo feudal não mais atendia às necessidades postas na nova configuração do mercado. Marx e Engels (2010), ainda no Manifesto, destacam que, a fim de proporcionar a manutenção de sua dominação, a burguesia se vê impelida a revolucionar continuamente os instrumentos de produção, as relações de produção e, conseqüentemente todo o conjunto das relações sociais. Amplia o mercado mundial para o escoamento da produção em larga escala, dando um caráter “cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países” (ibid., p.49), contribuindo para o surgimento cada vez maior de “novas necessidades”. Concomitantemente, aglomera a população, centraliza os meios de produção e concentra a propriedade, centralizando o poder político num domínio de classe; tendo o Estado como o “comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ibid., p.47)³.

Na análise de configuração das classes, os autores destacam as camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão e o camponês como classes conservadoras, que só passam a constituir-se como classe revolucionária quando fazem aliança com o proletariado, defendendo seus interesses futuros, adotando, inclusive, seu ponto de vista. O *lumpemproletariado*, setor inapto para exercer trabalho regular, é tratado pelos autores como uma massa que pode ser arrastada pelo movimento de uma revolução proletária, porém, suas condições de existência os conduzem a “se deixar comprar por tramas reacionárias” (ibid., p.55).

Encontramos novos elementos para a compreensão da configuração das classes no cenário da luta de classes a partir do contexto das Revoluções de 1848, também conhecida como *Primavera dos Povos* – série de mobilizações operárias que irromperam na Europa no

³ Destacamos a análise encontrada em *A Ideologia Alemã*, que indicará o surgimento do Estado como instrumento de dominação: “com a divisão do trabalho está dada a contradição entre o interesse comunitário de todos os indivíduos que mantém intercâmbio uns com os outros [...] e é precisamente por essa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização autônoma como *Estado*, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes [...] e, especialmente, das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho, e das quais uma domina todas as outras” (MARX e ENGELS, 2009, p.47).

ano de 1848, iniciando na França em fevereiro e se estendendo pela Prússia, Baviera, Saxônia e outros Estados da Confederação Germânica, Hungria e Itália.

Segundo Netto (1998), as experiências de 1848 demonstraram os limites do projeto sócio-político burguês e deram visibilidade ao projeto da classe trabalhadora, despertando na consciência social “o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado” (p.19). Nas análises de Iasi (2008) o que encontramos em *O 18 Brumário e Lutas de Classe na França*, não é a avaliação de um cenário que represente a conquista do poder pela classe trabalhadora, mas sua construção enquanto classe, “a construção de sua independência, sua autonomia histórica” (ibid., p.14). Mattos (2007) destaca que Marx monta um “tabuleiro” complexo e mutável conforme a polarização dos embates entre as classes antagônicas em uma conjuntura revolucionária.

No caso particular da França, Marx e Engels analisam a segmentação de classes presente na conjuntura, identificando que não foi a burguesia como classe homogênea que reinou sob Luís Filipe, mas uma *fação* dela, chamada de *aristocracia financeira*, que envolvia os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das ferrovias, os donos das minas de carvão e de ferro e os donos de florestas em conluio com uma parte da aristocracia proprietária de terras. Segundo Marx (2012), “a *pequena burguesia* em todos os seus matizes, assim como a *classe camponesa*, havia sido totalmente excluída do poder político” (p. 38).

Marx publicou em 1850, na *Nova Gazeta Renana*, quatro artigos sobre a conjuntura política e social da França neste período, que, posteriormente, foram editados por Engels sob o título *As lutas de classes na França*, em 1895, na qual foi o responsável pelo *Prefácio*. Neste, Engels destaca que as experiências de 1848 demarcam o moderno socialismo dos trabalhadores, que se diferenciava de todos os matizes do socialismo burguês existentes até então. Tivera início o grande embate decisivo, porém que não eliminou, após a derrota dos “opressores”, os elementos antagônicos dentro do grupo revolucionário – burguesia e proletariado. Esta se constitui uma importante contradição que vai perpassar o cenário da luta de classes desde então. Para Engels:

Todas as revoluções desembocaram no afastamento de determinado domínio classista por outro; porém, todas as classes dominantes até aqui sempre constituíram pequenas minorias diante da massa dominada da população [...] a forma comum de todas essas revoluções é a de que eram revoluções de minorias. Inclusive quando a maioria participou, isso aconteceu – conscientemente ou não – só a serviço de uma minoria (ibid., p.14).

Analisando o cenário econômico e político que deu base às revoluções de 1848, Engels destaca que o nível econômico do período não estava maduro a ponto de eliminar a produção

capitalista, pois este ainda possuía alta capacidade de expansão. Ressalta que foi justamente a revolução industrial que trouxe clareza às relações de classe, criando “uma burguesia real e um proletariado real da grande indústria” (MARX, 2012, p.16).

O próprio Marx, mesmo com uma análise nos marcos do acontecimento, destacou que não estavam dadas as condições para a verdadeira revolução, visto que “as relações sociais ainda não haviam culminado em antagonismos agudos de classe” e o partido revolucionário ainda não estava “livre”, fazendo este movimento “unicamente por força de uma série de derrotas” (ibid., p.35).

No processo revolucionário desenvolvido neste período, instaura-se um *governo provisório* composto por diversos partidos, representando, nas palavras do autor, um *compromisso entre as muitas classes*. A maioria deste governo era composta por representantes da pequena burguesia, além de poucos representantes operários. Neste período, os trabalhadores dominaram Paris e a ação do governo provisório foi a de subtrair-se a essa influência – “o proletariado parisiense não deveria manchar a sua vitória com uma usurpação. A burguesia permitia ao proletariado uma única usurpação – a da luta”:

[...] o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação (ibid., p.44).

A República de Fevereiro⁴ demarca a manifestação da dominação burguesa em sua forma pura, com a manifestação clara do capital – “assim como os trabalhadores haviam conquistado pela luta a *monarquia burguesa* nas jornadas de julho, eles conquistaram, nas jornadas de fevereiro, a *república burguesa*” (ibid., p.45). É neste momento que ocorre a cisão entre burguesia e proletariado, passando a burguesia a assumir o poder dominante pós-instauração da revolução burguesa – “os representantes da classe operária foram banidos da sede do governo provisório, a sua porção burguesa manteve o poder real do Estado e as rédeas da administração exclusivamente em suas mãos” (ibid., p.46).

Marx inicia *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* com uma de suas frases célebres: “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p.25).

⁴ Em *18 Brumário*, Marx distingue três períodos da revolução francesa entre 48 a 51: de 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848: *período de fevereiro*; 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849: *período da constituição da República ou da Assembleia Nacional Constituinte*; 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851: *período da república constitucional* ou da *Assembleia Nacional Legislativa* (MARX, 2011, p.32).

Nesta obra, Marx analisa o golpe de Estado dado por Luís Bonaparte, Napoleão III, em 1851⁵. Eleito em 1848 com mais de 70% dos votos, a vitória de Luís Bonaparte representava, para o autor, a manifestação dos camponeses: “ela constituiu uma *reação dos camponeses*, que tiveram de arcar com os custos da Revolução de Fevereiro, contra as demais classes da sua nação” (MARX, 2011, p.48).

O movimento da sociedade burguesa, que eclode com a eleição de Luís Bonaparte, constitui um movimento para “frear” a articulação dos proletários que se desenvolviam no período, em especial, a partir da *Insurreição de Junho* de 1848⁶, demarcando o cenário de *luta de classes*:

[...] todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “*inimigos da sociedade*” [...] A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse exclusivo é imposto a um mais amplo (ibid., p.36).

Ao relatar diversos acontecimentos que antecederam as eleições, até o golpe de Estado, é possível identificar como Marx vai delineando elementos constitutivos da sociedade de classes e, conseqüentemente, da luta de classes na ordem burguesa, já com a indicação da conformação das classes e de seus interesses na esfera da infraestrutura:

[...] o que mantinha essas facções separadas não foram os seus assim chamados princípios, mas as suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, foi a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária [...] Toda a classe os cria e os molda a partir de seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes (ibid., p.60).

Podemos identificar como a forma de compreender as classes sociais vai se transformando nas próprias obras de Marx, sua análise se amplia, começando a especificar a complexidade e “frações” das classes, não somente referenciando ao caso francês. Analisando a Inglaterra, a partir do desenvolvimento de sua estrutura econômica, Marx (2011) destaca que camadas intermediárias e transitórias obscurecem os limites das classes, indicando que a conformação de uma classe não implica simplesmente sua posição de classe.

Analisando a formação do campesinato enquanto *classe*, encontramos a assertiva de que a classe não se forma simplesmente por um grupo encontrar numa mesma situação, numa

⁵ Carlos Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, se elegeu presidente da República em 1848 e, após um golpe de Estado e um plebiscito, sagrou-se imperador como Napoleão III.

⁶ A *Insurreição de Junho* foi o primeiro grande embate entre a burguesia e o proletariado no período de 23 a 26 de junho de 1848. O proletariado sofreu uma derrota sangrenta, mas a insurreição provocou uma reviravolta na revolução em toda a Europa.

mesma posição da classe, é preciso que estes desenvolvam a consciência desta posição e, conseqüentemente, sua identificação e organização:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas [...], na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011, p.143).

Podemos afirmar, portanto, que em Marx, *classe* não é um conceito fixo, ao contrário, é uma determinação da realidade vinculada aos desdobramentos reais dos processos históricos.

Com base nessa assertiva, diversos teóricos marxistas construíram suas reflexões acerca da classe. Entre estes destacamos Thompson (2004) que, a partir de sua discussão sobre a formação da classe operária inglesa, nos fornece elementos para este debate. O autor especifica que *classe* não é simplesmente uma categoria teórica, mas sim, uma categoria constituída na luta, na história, no cotidiano, por isso o *fazer-se da classe*, que se estabelece sobre um processo ativo ligado tanto à ação humana quanto a condicionamentos históricos. A classe é uma relação histórica, determinada em parte pelas relações de produção, todavia seu pertencimento é também proporcionado pela experiência que o sujeito vive e percebe, sendo possível compreendê-la apenas como uma formação social e cultural num determinado período histórico. Por mais que sua obra trate da análise de uma situação histórica específica⁷, encontramos elementos relevantes para a reflexão da constituição das categorias *classe* e *consciência de classe*.

Analisando a constituição histórica da classe e articulando as determinações materiais com elementos subjetivos, Thompson (2004) destaca que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer” (p.9). Trabalha a distinção entre *classes* e *classe*, sendo *classes trabalhadoras* um termo descritivo que reúne um amontoado de fenômenos descontínuos. Neste sentido, *classe* seria um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (ibid., p.9). O autor não

⁷ Thompson analisa a experiência inglesa. Relata o processo de constituição da *Sociedade Londrina de Correspondência*, importante organização política de perfil operário que se organizou no ano de 1792 a partir da percepção de que tinham o direito a buscar uma reforma parlamentar. Esta Sociedade tinha como diretriz: *Que o número de nossos membros seja ilimitado*, tido por Thompson (2004) como “um dos eixos onde gira a história, significa o término de qualquer noção de exclusividade, de política como reserva de uma elite hereditária ou de um grupo proprietário” (p.20). A partir daí, relata uma série de acontecimentos, constituição de organizações que vão ocorrer no cenário inglês, *recontando a história* do movimento operário e dos movimentos de resistência, contrapondo à ideologia dominante.

reconhece a classe como uma estrutura ou categoria, mas como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas, trazendo consigo uma noção de relação histórica, “sempre encarnada em pessoas e contextos reais” (ibid., p.9).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [herdadas ou partilhadas] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [e geralmente se opõem] dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2004, p.10).

Para Thompson a classe é uma *relação* e não uma coisa, neste sentido, torna-se necessário compreender como os indivíduos vieram a ocupar determinado *papel social* e como a organização social chegou à sua estrutura específica. Estas, segundo o autor, são questões históricas e devem ser analisadas como tal.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (ibid., p.12).

A partir do conjunto de elementos presentes na obra marxista, Iasi (2012) afirma que as classes não se definem apenas pela posição objetiva nas relações de produção, mas “se formam e se constroem em permanente movimento de negação e afirmação” (ibid., p.17). Em suas análises, indica cinco determinações que conformam a classe, sendo: (1) a posição que ocupa em relação à *propriedade dos meios de produção*; (2) a posição que ocupa na *relação social de produção*, por exemplo, como vendedor ou comprador da força de trabalho; (3) a posição diante da contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção, vinculando-a a *dimensão histórica*; (4) a *ação da classe*, que pode ser uma reação imediata diante de uma impossibilidade particular ou pode ser expressão da resistência contra uma impossibilidade geral; (5) e à *consciência de classe*, que, mesmo sendo determinada pelo ser social, age agora no interior do movimento como fator de determinação do ser da classe. Esses elementos se combinam num cenário demarcado pela *luta de classes*.

É na dinâmica da luta entre as classes que se combinam elementos objetivos e subjetivos que podem levar a formação do proletariado enquanto proletariado, ou seja, mais do que simplesmente uma classe da sociedade do capital, uma classe contra o capital que é capaz de anunciar um novo tipo de sociabilidade humana finalmente emancipada (IASI, 2011a, p.8).

No Manifesto, Marx e Engels (2010) vão demarcando diferentes fases de desenvolvimento do proletariado no contexto da luta de classes sob o capitalismo, destacando

que “sua luta contra a burguesia começa pela sua própria existência” (ibid., p.53). Segundo os autores, “no princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente” (MARX e ENGELS, 2010, p.53). Porém destacam que, nesta fase, os operários se constituem como massa disseminada e dispersa pela concorrência, não sendo “resultado da sua própria união, mas da união da burguesia” (ibid., p.53).

É com o desenvolvimento da indústria que o proletariado concentra-se cada vez mais em massas maiores e passa a perceber que sua força aumenta, passa a identificar que os interesses e condições de existência se igualam no interior do proletariado – “os operários começam a formar coalizões contra os burgueses; reúnem-se para defender seus salários [...] Aqui e ali a luta explode em revoltas” (ibid., p.54). Neste processo, o movimento da classe operária alcança conquistas, porém, os autores destacam que “o verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos operários” (ibid., p.54). Esta união vai possibilitar aos proletários se organizarem em classe.

Uma classe não é simplesmente um agrupamento amorfo de pessoas, ao contrário, representa uma totalidade onde os sujeitos se reconhecem no outro (consciência) reforçando identidades e características que afirmam esta classe como diversa de outro grupo. Neste sentido, torna-se possível a conjunção de uma situação determinada, reconhecida, e um projeto, construído coletivamente. É nesta base que Marx constrói sua definição de *classe em si* e *classe para si*⁸ para determinar o movimento da classe:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda em si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe em si mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (MARX, s/d, p.148).

Ambas congregam dimensões objetivas e subjetivas que não constituem uma perspectiva de “etapismo”, de forma maniqueísta. A *classe em si* representa a massa de trabalhadores que, a partir de seu lugar no processo produtivo, se submete às mesmas situações, estabelecendo interesses comuns, possuindo, portanto, uma objetividade de classe – “já é uma classe diante do capital”, se identificam e se constituem como classe. É neste

⁸ Categorias incorporadas do pensamento hegeliano, em si (*an sich*) e para si (*fur sich*). Mészáros salienta que Marx rejeita a ideia hegeliana de *para si* como “momento independente”, porém mantém os critérios de universalidade e automediação ao tratar o proletariado como classe para si, além de ser uma classe contra o capital. Cf. MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Ensaios de negação e afirmação. Trad.: Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

reconhecimento como classe que se torna possível se constituir como *classe para si*, tomando consciência de quem ela é, se tornando capaz de elaborar uma organização e processos de luta ancorados em um projeto revolucionário. Podemos afirmar, portanto, que, na tradição marxista, “a classe não é, torna-se” (IASI, 2012, p.319), seu reconhecimento de classe, sua consciência e autoconsciência da classe, são possíveis mediante processos de *luta*.

Vale destacar que, por mais que possamos identificar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista acaba por contribuir para a identificação e organização da classe, a partir da aglomeração dos trabalhadores nos postos de trabalho, ele, ao mesmo tempo, cria, antecipadamente, mecanismos que visam neutralizar a ação da classe e garantir a manutenção de seu poder material dominante. Estes mecanismos também são estabelecidos a partir da organização do *trabalho*.

Com a nova forma de organização da atividade humana, a ordem burguesa estabelece uma *cisão* entre o interesse particular e comum, onde “a própria ação do homem se torna para este um poder alienado e a ele oposto, que o subjuga, em vês de ser ele a dominá-la” (MARX e ENGELS, 2009, p.49). Desta forma, os homens, que inicialmente procuram apenas seu interesse particular, não o relacionam a um interesse comunitário, a um interesse geral que lhes é *alienado*. Este mecanismo é o Marx identificará como fenômeno de *alienação*, que se origina na esfera da produção e se expande para o conjunto das relações sociais da ordem do capital, afetando, diretamente, o processo de formação da consciência de classe.

1.2 *Alienação e a reificação* das relações sociais

Nos estudos de Marx sobre a ordem burguesa, uma das categorias centrais tratadas pelo autor no processo de análise das relações sociais de produção é a da *alienação*. Segundo Vázquez (1977) trata-se de “um conceito que, dentro da evolução do pensamento de Marx, se concretiza e enriquece ao mesmo tempo em que torna possível a elaboração de conceitos fundamentais do materialismo histórico” (p.433).

A categoria de *alienação* é um conceito histórico, presente nos contextos anteriores aos estudos marxistas. Mészáros (2006) faz um resgate da construção histórica da categoria da alienação, apresentando como a mesma é modificada conforme uma apropriação teórica específica, sendo utilizado desde a abordagem judaico-cristã para referir à alienação do homem para com Deus.

Para o autor, a construção da categoria da alienação em Marx recebeu influências do pensamento de Hegel, Feuerbach e dos economistas políticos ingleses, porém, destaca que o

pensamento marxiano provocou uma “virada radical”, com a adoção crítica do ponto de vista do trabalho. Apresenta três aspectos da “novidade histórica” da teoria da alienação em Marx: a categoria da necessidade inerente aos fundamentos ontológicos da vida humana, a universalidade do ponto de vista do trabalho e o marco de crítica fundada na totalidade concreta vista a partir da base material do proletariado como força historicamente universal.

Netto (1981) salienta que é possível afirmar que em todas as sociedades onde existiu a apropriação privada do excedente econômico estão dadas as condições para a emergência da alienação. A alienação é o “processo pelo qual os sujeitos se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo” (ibid., p.74). Todavia, é com a instauração da ordem burguesa e com o desenvolvimento de seu modo de produção, que o fenômeno da alienação ganha contornos específicos e passa a regular as relações, de produção e sociais.

Marx analisa o fenômeno da alienação com uma conotação específica no âmbito econômico, a partir da ação concreta do *trabalho* humano, interferindo diretamente na formação do ser social. Suas primeiras análises encontram-se nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, onde associa a relação intrínseca entre alienação e trabalho que, no capitalismo, assume a forma de *trabalho alienado*, fazendo com que a *objetivação* surja como um processo de *alienação*.

Segundo Netto (1981), Marx distingue *objetivação* x *alienação*, através dos conceitos de *Lebensäußerung*, atividade prática positiva (manifestação de vida) e *Lebenstäußerung*, atividade prática negativa (alienação de vida), destacando ser a alienação uma forma específica assumida pela objetivação na ordem burguesa.

[...] a objetivação é a *forma necessária* do ser genérico no mundo – enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já a alienação é uma *forma específica e condicionada* de objetivação (ibid., p.56).

Segundo o autor, nesta sociedade, encontra-se uma alienação generalizada que subordina os indivíduos a mecanismos e processos não controlados pelos mesmos. Esta alienação provoca o *estranhamento* do homem a natureza, com o outro homem e consigo mesmo.

[...] nesta sociedade, a autonomia dos indivíduos é puramente ilusória, eles estão subordinados a mecanismos e processos que não controlam e sequer reconhecem como oriundos das suas próprias relações [...] Através do conceito da alienação, o que Marx aponta é a cisão operada entre o

indivíduo, que se toma a si mesmo como unidade autonomizada e atomizada, e a coletividade, que é percebida como uma natureza estranha – a alienação conota exatamente esta fratura, este estranhamento, esta despossessão individual das forças sociais que são atribuídas a objetos exteriores nos quais o sujeito não se reconhece (NETTO, 1981, p.69).

Para compreender a construção da categoria da alienação e sua implicação no cenário da vida cotidiana, tentaremos recuperar algumas considerações centrais, partindo do trato da categoria *trabalho* que ocupa, na tradição marxista, a posição de elemento essencial da *ontologia do ser social*, condição fundamental para a existência do homem como homem.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p.120).

O trabalho é considerado a determinação ontológica fundamental da existência do homem e da humanidade. É através dele que o homem se torna *efetivamente homem* e humaniza a natureza, a partir da transformação da natureza, da qual se distingue. Neste sentido, o trabalho torna-se uma relação essencial na relação do homem com o objeto (a natureza), com os outros e consigo mesmo.

É também pelo trabalho que o homem se distingue dos animais, por produzir valores de uso para satisfação de suas necessidades num ato teleológico, onde reproduz o que é produzido mentalmente. É então, a partir da produção das necessidades que o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem [...] No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (ibid., p.255-256).

Antunes (1996) destaca que, a partir de estudos da obra de Marx, Lukács reforça o papel do *trabalho* como fonte primária de realização do ser social, tornando-se um “fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (ibid., p.99). Lukács (2013) parte da concepção encontrada em Marx da relevância da categoria *trabalho* como uma “eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre homem e natureza” e afirma que o trabalho tem um lugar privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social, possuindo,

portanto, uma *essência ontológica*. O desenvolvimento das formas de objetividade do ser social parte do trabalho como “*pôr teleológico*”⁹.

[...] todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido [...] é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade (LUKÁCS, 2013, p.43-44 e 47).

A partir do reconhecimento do trabalho humano, e de que atuamos a partir de histórias passadas, ou seja, de trabalho humano acumulado, o homem se reconhece como *ser genérico*, como parte do gênero humano. Marx (2004) apresenta como “homem rico” aquele indivíduo que se apropria da riqueza social existente. O homem rico é aquele capaz de apropriar das objetivações dispostas pela sociedade, a riqueza do homem é a riqueza de suas relações sociais. O homem rico é dotado de todos os seus sentidos.

Destaca-se, nesse sentido, ainda a dimensão do trabalho enquanto *práxis* fundamental dos homens, ação criativa através da qual o homem cria e transforma seu mundo e a si mesmo. O trabalho é a primeira ação que o homem utiliza para objetivar sua subjetividade, daí Lukács (2003) denominá-lo como *práxis de primeira ordem* – a ação do homem pelo trabalho. A *práxis* sob *segunda ordem* é a ação do homem sobre a ação de outro homem – atuação nos processos de ideologização e prática política. Só compreendendo a *práxis* da primeira ordem (a relação com o trabalho) que se pode compreender a segunda *práxis*.

Para Marx, portanto, o trabalho é a condição da existência do homem. Porém, ao analisar a sociedade burguesa, Marx se depara com o trabalho em sua forma negativa, a partir do trabalho alienado (VÁZQUEZ, 1977). Por ser a determinação ontológica fundamental da humanidade, o trabalho, a partir da forma como é apropriado e organizado pelo modo capitalista de produção, constitui-se a *base da alienação*.

O fundamento do trabalho alienado distancia os homens, fazendo com que ignorem os vínculos estabelecidos entre si. O trabalho alienado inferioriza os sentidos humanos, aquilo onde posso me reconhecer e reconhecer o outro como homem.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz [...] se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria [...] O trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isso na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p.80).

⁹ O *pôr teleológico* refere-se ao momento da ideação que precede todo ato de trabalho. A ação laborativa do ser humano tem a particularidade de ser a conformação objetiva de um fim que foi previamente ideado.

[...] esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação* (MARX, 2004, p.80).

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio, que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio (ibid., p.81).

Segundo Netto (1981), nesta sociedade constituída com base na alienação do trabalho, a vida genérica do homem deixa de ser objeto do seu trabalho, “o trabalho, portanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila” (ibid., p.56). A sociedade alienada realiza a inversão das relações sociais, onde o lugar de realização do ser social – o trabalho – se transmuta em “sacrifício da vida” (ibid., p.59).

Nos *Manuscritos*, Marx (2004) delinea um conjunto de determinações que se correlacionam e conformam o processo de alienação. Iremos abordá-las de forma inicial, a fim de localizar a construção argumentativa do autor. A primeira determinação trabalhada por Marx é o *estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho*.

[...] o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta com um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor [...] A *exteriorização* do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa*, mas, além disso, que existe *fora dele*, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (ibid., p.80 e 81).

Este estranhamento que afeta o resultado da produção humana, interfere diretamente no ato da produção, ou seja, na própria *atividade humana*. Se o produto passa a ser esta *exteriorização*, a própria atividade humana se *exterioriza*.

[...] não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho [...] O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele (ibid., p.82-83).

O trabalho aparece ao trabalhador como se não lhe pertencesse, “como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro” (ibid., p.83). Daí decorre a terceira determinação – a perda de si, o *estranhamento-de-si*:

O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente [...] A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico [...] O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência* (MARX, 2004, p.84 e 85).

Identificando sua atividade vital como mero meio de garantia de sua existência, a consciência que o homem tem de seu gênero humano se transforma. Para Mészáros (2006), “as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo” (p.80), o homem perde sua consciência de ser genérico e o reduz ao estado da natureza animal.

Em lugar da “consciência da espécie” do homem, encontramos o culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificando a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com a sua própria natureza, especificamente humana. Pois a mera individualidade exige apenas meios para sua subsistência, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é, sociais (MÉSZÁROS, 2006, p.80).

Com este movimento de estranhamento proporcionado pelo trabalho alienado – em relação aos produtos de seu trabalho, à atividade produtiva, à genericidade humana – Marx identifica uma quarta determinação: o *estranhamento do homem* pelo próprio homem. O efeito deste estranhamento leva o homem a relacionar sua atividade sob o domínio de outro homem.

Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem [...] o ser *estranho* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo (MARX, 2004, p.86).

Analisando os aspectos heterogêneos da alienação na sociedade capitalista, Mészáros (2006) indica que, a partir da afirmação do trabalho (primeira mediação na relação homem-natureza) como base de toda a alienação, identificam-se *mediações de segunda ordem* que transformam o trabalho de objetivação primária como objetivação alienada. Para o autor, estas mediações de segunda ordem – **propriedade privada, intercâmbio, divisão do trabalho** – “se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas e na apropriação humana dos produtos de sua atividade” (ibid., p.78)¹⁰.

¹⁰ Antunes (1999) ressalta que a mediação de primeira ordem tem por finalidade a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. O advento dessa segunda ordem de mediações “corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade da mediação de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (ibid., p.20). As mediações de segunda ordem “impostas pelo sistema de metabolismo societal do capital, por meio da

Estas mediações não são absolutas, ao contrário, se implicam reciprocamente. A mediação absoluta é a atividade produtiva, da qual se derivam outras formas de relação. Nas palavras de Marx (2004): “*toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem*” (p.114).

Marx (2004) indica ser necessário compreender o nexos existente entre o sistema de alienação que envolve a propriedade privada, a divisão do trabalho, a troca e concorrência, entre outros¹¹. Neste sentido, Mészáros (2006) salienta que qualquer tentativa de superar a alienação supõe a superação da forma alienada assumida pelo trabalho nesta forma de organização da sociedade. Portanto, a superação da alienação pressupõe a superação do modo de produção capitalista, a partir da superação de suas “mediações” centrais que se interpõem entre o homem e sua atividade, o impedindo de se realizar em seu trabalho. Segundo o autor:

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem, uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica* da automediação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode nascer com base na ontologicamente necessária “mediação de primeira ordem” – como a *forma específica, alienada*, desta última (ibid., p.78)¹².

A propriedade privada seria uma consequência “necessária” deste trabalho exteriorizado desenvolvido pela ordem burguesa. Netto (1981) ressalta que Marx extrai da propriedade privada a sustentação do conceito de trabalho alienado, a indicando como um produto do trabalho alienado, mas ao mesmo tempo, o meio pelo qual o trabalho se aliena, sendo, portanto, a “*alienação realizada*”.

A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A *propriedade privada* resulta, portanto, da análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado (MARX, 2004, p.87).

propriedade privada, da troca, da divisão social hierárquica do trabalho, etc., além de atingir e metamorfosear as mediações primárias, também afetaram outras dimensões da atividade dos seres sociais” (ibid., p.123).

¹¹ Com base nesta perspectiva, Vázquez (1977) ressalta que a alienação do trabalhador e de sua produção é considerada por Marx como “um fato econômico que, ao ser analisado, se converte na chave para explicar a propriedade privada e, com ajuda de ambas, já articuladas, todas as categorias da economia política” (p.437).

¹² Para Mészáros (2006) as mediações de segunda ordem sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles. A prevalência das mediações de segunda ordem oblitera a própria consciência das relações mediadoras primárias e se apresenta como ponto de partida (e ponto final) insuperável. Antunes (1999) ressalta que “a inversão da lógica societal, ao se efetivar, consolidou, então, as mediações de segunda ordem, que passaram a se constituir como elemento fundante do sistema de metabolismo social do capital [...] o sistema de mediações de segunda ordem passou a se sobrepôr e a conduzir as mediações de primeira ordem” (ibid., p.17).

É a partir dela ainda, que se define o lugar do indivíduo no processo produtivo, entre os proprietários e os não-proprietários, estabelecendo, como podemos aprofundar no item anterior deste capítulo, uma sociedade de classes. Portanto, sua superação, equivale à superação da ordem burguesa.

A suprassunção positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a suprassunção positiva de todo estranhamento, portanto, o retorno do homem à sua existência humana, isto é, social [...] o estranhamento econômico é o da vida efetiva – sua suprassunção abrange, por isso, ambos os lados (MARX, 2004, p.106).

Estas são as principais premissas para compreendermos a construção da categoria *alienação* na tradição marxista. Porém, como já indicamos, esta categoria acaba por contribuir/interferir na compreensão de outros fenômenos ocorridos ao longo do desenvolvimento do capitalismo estudados por Marx e os marxistas. Para nossa discussão, passaremos por dois “desdobramentos” do fenômeno da alienação, totalmente imbricados em seu processo, o *fetichismo* e a *reificação*.

Netto (1981) retoma a perspectiva de que a função da teoria da alienação se transforma a partir da concretização histórica. Indica que, devido a esta “movimentação histórica”, Marx localiza em suas obras maduras a particularidade do fenômeno da alienação no mecanismo do *fetichismo* e *reificação*.

[...] a concepção marxiana do fetichismo *supõe* uma teoria da alienação [...] O que distingue a impostação marxiana no enfoque da alienação, em 1844, da tematização do fetichismo é a *concretização histórico-social* a que Marx submete o objeto da sua investigação [...] as formulações sobre a problemática do fetichismo apresentam determinações histórico-econômicas que falecem no trato da alienação: *referem-se a um fenômeno peculiar e agarram a sua especificidade* [...] o que elas denotam é a expressão característica da alienação típica engendrada pelo capitalismo, a *reificação* (ibid., p. 60 e 61).

Segundo o autor, as formulações acerca do *fetichismo* surgem de forma mais acabada n’*O Capital*, a partir da exposição do movimento da produção capitalista, onde destaca que a relação social estabelecida entre os homens, “assume a *forma fantasmagórica* de uma relação entre coisas. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (MARX, *apud* NETTO, 1981, p.41).

Somente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a expansão da grande indústria que a mercadoria se transforma, adquirindo uma forma e matriz privilegiadas que “escamoteia a raiz dos processos alienantes que têm curso nesta sociedade” (ibid., p.81). Vázquez (1977) acrescenta que, a partir do momento em que o produto do trabalho como

mercadoria objetiva uma relação social, esta também se apresenta ao trabalhador como mercadoria, como *coisa* – “a forma coisificada de manifestar-se a relação social não corresponde, portanto – e sim oculta, mascara –, a sua essência, a sua verdadeira natureza social” (VÁZQUEZ, 1977, p.445). Este é o fenômeno denominado por Marx de *fetichismo da mercadoria*.

[...] na passagem da concepção do trabalho alienado à do fetichismo econômico, o conceito de alienação sofreu as modificações essenciais que viemos esclarecendo: da alienação do trabalhador concreto se passa à fetichização de uma relação social [...] o caráter estranho do produto do trabalho é agora caráter fetichista de um objeto econômico [...] O fetichismo econômico não passa da forma concreta da alienação nas condições da produção mercantil numa sociedade capitalista desenvolvida (ibid., p.451 e 452).

A estrutura da mercadoria “se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa” (LUKÁCS, 2003, p.194), assumindo uma “objetividade fantasmagórica” que oculta a essência fundamental: a relação entre os homens. Como já afirmado, o fetichismo da mercadoria é uma questão específica do capitalismo moderno, onde a troca de mercadorias passa a influenciar *toda* a vida exterior e interior da sociedade. Para Lukács (2003), só é possível ter uma visão clara das questões ideológicas do capitalismo quando compreendermos a dualidade entre o caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade e o comportamento subjetivo submetido a ela.

A mercadoria não está presente somente no modo de produção capitalista, mas é nesse que ela assume a forma universal de conformação do conjunto da sociedade e sua essência autêntica é compreendida como categoria universal do ser social:

Apenas nesse contexto [em que a mercadoria constitui-se como categoria universal de todo o ser social] a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime (ibid., p.198).

O fetichismo implica, portanto, a alienação, porém, realiza uma alienação determinada, instaura uma forma nova e inédita da alienação na sociedade burguesa constituída. O fetichismo é um “aspecto da problemática mais abrangente da alienação” (NETTO, 1981, p.68), uma forma concreta da alienação nas condições dadas pela sociedade capitalista desenvolvida. Para o autor, é a partir do reconhecimento do fenômeno do fetichismo, que a análise do processo de alienação em Marx ganha um tratamento teórico rigoroso, adquirindo, um *estatuto novo e preciso*:

[...] Marx localiza na *forma* mesma do produto mercantil a fonte do mistério que o torna algo de estranho e alheio (algo alienado) aos agentes sociais particulares. A forma *mercadoria* não é apenas a célula *econômica* da sociedade burguesa: é também a matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos alienantes que têm curso nesta sociedade (NETTO, 1981, p.78).

Na sociedade burguesa constituída, a organização capitalista da vida social preenche todas as esferas da existência individual, promovendo uma “indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares” (ibid., p.81), fazendo com que todo o cotidiano dos indivíduos que se torne *administrado*. Estes processos “alienantes e alienados”, “penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e *das relações que viabilizam a sua reprodução*” (ibid., p.82).

[...] os processos alienados e alienantes [...] coisificam-se em exterioridades, *alteridades sociais*, que compõem um largo repertório objetual [...]. O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das *objetivações humanas*: elas se coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio *humano* (ibid., p.85).

Neste processo que ocorre o fenômeno da *reificação*. Para o autor a reificação é uma forma peculiar da alienação na sociedade em que o fetichismo se universaliza. A sociedade burguesa constituída instaura processos alienantes determinados pelo fetichismo, que redundam em formas alienadas específicas, as *reificadas*, onde todas as relações sociais aparecem como “objetivações atomizadas e objetuais” (ibid., p.86).

A reificação se materializa na esfera das relações sociais, *coisificando-as*. Para Lukács (2003) essas relações acabam por ocultar a interferência das formas do capital na vida social. O capitalismo foi o primeiro modo de produção a criar uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade, “uma estrutura de consciência – formalmente – unitária para o conjunto dessa sociedade” (ibid., p.221). Esta *consciência reificada* generalizada engloba o conjunto das manifestações da vida social, estabelecendo um “sistema que leis” para atender às necessidades do desenvolvimento capitalista, adaptando a vida social à sua estrutura.

Esse processo de alienação e reificação que interpela o indivíduo e suas relações sociais afetando a formação de sua consciência têm reflexo imediato num espaço privilegiado – o *cotidiano* – definido por Lefebvre (1991) como o “lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos” (p.30). É na vida cotidiana que os processos de alienação acontecem.

Neste sentido, podemos afirmar que o cotidiano torna-se uma categoria imprescindível para se compreender o processo de organização das classes, e, para nosso estudo, o processo

de organização dos trabalhadores em um território específico, uma ocupação urbana. Para tanto, iniciaremos uma aproximação acerca desta categoria, identificando suas características, bem como as interlocuções com a reflexão sobre o processo de formação de consciência, objeto central deste estudo.

Dialogaremos com alguns autores da tradição marxista que se propuseram a estudar a vida cotidiana a partir de uma perspectiva de totalidade, conectando sua análise aos processos sócio-históricos desenvolvidos na sociedade.

1.3 *Vida cotidiana* como esfera de reprodução das relações sociais

Partindo da consideração de que o cotidiano é a esfera da produção e reprodução da vida social, nosso estudo objetiva identificar repercussões do processo de formação da consciência de classe na esfera da vida cotidiana, a partir da experiência vivenciada por indivíduos num determinado grupo social – a *ocupação urbana*.

Lukács, em seu *Prefácio* à obra de Heller (1994) salienta que somente através da mediação da esfera do cotidiano é possível compreender as inter-relações e interações entre o mundo econômico-social e a vida humana: “los hombres – en su particularidad – se adaptan a las formas sociales que sus fuerzas productivas hacen nacer cada vez concretamente” (HELLER, 1994, p.9).

Na tradição marxista, destacam-se estudos de autores que se dispuseram a traçar a reflexão sobre o cotidiano como lugar central dos valores e das tradições que mantêm as relações alienadas¹³. Propomo-nos a identificar elementos que caracterizam a esfera da vida cotidiana, sua dimensão enquanto espaço privilegiado dos processos de alienação, onde se torna presente a *consciência reificada*, bem como espaço de processos de emancipação que se relacionam com a formação da consciência de classe.

A vida cotidiana é aquela onde se reproduz a cotidianidade¹⁴, os aprendizados, tradições, ritos, costumes, valores, que constituem nosso *sensu comum*. No nível do cotidiano, encontramos um tipo de conhecimento não sistemático, adquirido pela experiência, e estabelecemos um movimento mecânico e automatizado que dirige a consciência.

Gramsci (2004a) trata o *sensu comum* como um conjunto de patrimônio cultural que o indivíduo herdou sem crítica, que revela o pensamento do homem médio, seu cotidiano. Neste

¹³ Neste estudo utilizaremos elementos discutidos por Heller (2008), Lefebvre (1991) e Netto (2007). Destacamos ainda a contribuição de Kosik (1985) que trata o cotidiano como espaço da *pseudoconcreticidade* (lugar da aparência). Para este estudo não incorporamos suas reflexões.

¹⁴ Lefebvre (1991) salienta que “o conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano” (p.19). Cotidianidade – *Alltäglichkeit* (em alemão).

nível os indivíduos possuem uma compreensão fragmentada da realidade, não relacionando causa e efeito. O *sensu comum* não é uma ordem intelectual, é um *produto* e um *devir histórico*, “não pode reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual, para não falar na consciência coletiva” (GRAMSCI, 2004a, p.96), possui características “difusas e dispersas de um pensamento genérico” de determinada época e ambiente popular:

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço [...] seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia (ibid., p.114) Predominam no senso comum os elementos “realistas”, materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta (ibid., p.115).

Não há inexistência de verdade no senso comum, porém esta verdade é contraditória, multiforme. O senso comum das massas populares é influenciado pelos sistemas das filosofias tradicionais como uma “força política externa”, um elemento de “força coesiva das classes dirigentes” e “subordinação a uma hegemonia”, que acaba por limitar “o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa” (ibid., p.115). Uma determinada concepção de mundo busca “conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia” (ibid., p.99).

Heller (2008) destaca que o homem já nasce inserido em um cotidiano e seu amadurecimento na sociedade se mede a partir da capacidade em desenvolver as habilidades necessárias para viver a cotidianidade estabelecida, ou seja, habilidades para se “adequar” ao conjunto de regras, tradições, valores, normas já estabelecidas. Ressalta que esse amadurecimento inicia sob a interferência de *grupos* que “estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores” (ibid., p.34).

Nos estudos de Gramsci, pertencemos a um determinado grupo que compartilha um mesmo modo de pensar e de agir, nos tornando, de certa forma, “conformistas”, no sentido de nos conformar com determinada concepção de mundo: “somos sempre homem-massa ou homens-coletivos”. Um grupo social possui sua própria concepção de mundo a partir da concepção de outro grupo social, “por razões de submissão e subordinação intelectual” (Gramsci, 2004a, p.97), portanto, a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são fatos políticos, visto que confrontam uma determinada ideologia posta.

Esta concepção de mundo herdada influi sobre a conduta moral e a “direção da vontade” dos homens, podendo atingir um ponto de passividade moral e política. Neste sentido, Gramsci (2004a) nos adverte sobre a necessidade de refletirmos como nos inserimos neste processo de “conformação”: participamos de uma forma mecânica diante uma concepção de

mundo imposta pelo ambiente exterior ou elaboramos nossa própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente?

Esbarramos aí na dimensão da *genericidade* humana. Segundo Heller (2008), a vida cotidiana é a vida de todo homem, de cada indivíduo¹⁵. A autora ressalta que o indivíduo é sempre, *simultaneamente*, ser particular, e ser genérico. Sua particularidade expressa sua individualidade, porém, por si só não expressa a essência da humanidade. O ser genérico está contido em cada homem, em especial, naquelas atividades que possuem caráter genérico, mesmo seus objetivos sendo aparentemente particulares.

Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração, cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (HELLER, 2008, p.36).

É no cotidiano que as pessoas “ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido [...] apenas sobreviver ou viver plenamente” (LEFEBVRE, 1991, p.27). Para o autor, o cotidiano é a vida do *homem inteiro*, onde este participa com todos os aspectos de sua individualidade. Nela se desenvolvem todos seus sentidos, capacidades intelectuais, habilidades, sentimentos, ideologias.

Por este lugar ocupado pela vida cotidiana, seu estudo é imprescindível para a compreensão da totalidade do conjunto da sociedade, conforme nos indica Lukács no prefácio à Heller (1994):

La sociedad solo puede ser comprendida en su totalidad, en su dinámica evolutiva, cuando se está en condiciones de entender la vida cotidiana en su heterogeneidad universal. La vida cotidiana constituye la mediación objetivo-ontológica entre la simple reproducción espontánea de la existencia física y las formas más altas de la genericidad ahora ya consciente [...] No comprenderíamos nunca correctamente los procesos reales si no estudiásemos el significado de las interrelaciones – basadas en la particularidad inmediata – de tales tendencias, precisamente en la vida cotidiana, en el teatro real de su resolución (ibid., p.11-12).

Tomemos os elementos constitutivos da vida cotidiana para melhor compreensão desta esfera da vida social e de sua implicação no processo de formação dos indivíduos. Netto (2007) indica três componentes ontológico-estruturais da vida cotidiana, a partir da obra de Lukács – a *heterogeneidade*, a *imediatez* e a *superficialidade extensiva*. A

¹⁵ “A vida cotidiana é a vida de todo homem [...] Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente” (HELLER, 2008, p.31).

heterogeneidade da vida cotidiana é expressa pela diversidade de atividades, grupos, emoções, que compõem o conjunto das objetivações do ser social num universo onde se movimentam fenômenos e processos de naturezas diversas. O cotidiano se apresenta de forma diferente para cada indivíduo e quanto mais relações ele estabelece, mais sua vida cotidiana é heterogênea, pois cada inserção em um grupo determinado lhe deixa características específicas.

A *imediaticidade* se expressa através da ação de uma resposta ativa, uma relação direta entre pensamento e ação, conduta esta que ocorre de forma imediata por via do automatismo e do espontaneísmo, utilizando-se um conhecimento instrumental.

A junção da heterogeneidade e da imediaticidade levam o indivíduo a viver no cotidiano uma *superficialidade extensiva*, onde não consegue construir relações de forma intensa. O indivíduo responde às questões postas no cotidiano levando em conta o somatório dos fenômenos que compõem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam.

A cotidianidade impõe aos indivíduos um padrão de comportamento que cristaliza uma forma de ser do ser social na vida cotidiana expressa num pensamento e numa prática peculiares: “ambos se expressam, liminarmente, num *materialismo espontâneo* e num tendencial *pragmatismo*” (NETTO, 2007, p.68). A dinâmica cotidiana requisita, dos indivíduos, respostas funcionais às situações, que demandam tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes. Por isso, a conduta automática e muitas vezes mecânica.

Os estudos de Heller (1994 e 2008) vão além desses elementos indicados por Netto (2007). A exposição da autora está orientada para as formas particulares de objetividade e de atividade da vida cotidiana como totalidade específica. Apresenta uma série de momentos característicos do comportamento e pensamento cotidianos que formam uma conexão entre si, tendo em comum “o fato de serem necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade” (HELLER, 2008, p.56).

A vida cotidiana é *heterogênea*, em especial no que tange ao conteúdo e à significação dos tipos de atividade. Esta heterogeneidade se manifesta de forma hierárquica, porém, “a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais” (ibid., p.32). A heterogeneidade e a hierarquia possibilitam uma explicitação “normal” da produção e reprodução, no campo próprio da produção e das formas de intercâmbio. O funcionamento da hierarquia espontânea possibilita às esferas heterogêneas permanecerem em movimento simultâneo.

Diante desta heterogeneidade, o comportamento dos indivíduos decorre por ser marcado pela *espontaneidade*, seja em relação suas motivações particulares ou às suas atividades humano-genéricas. A assimilação do comportamento é realizada de forma espontânea, visto que “se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades cotidianas imprescindíveis” (HELLER, 2008, p.47), tornando impraticáveis a produção e reprodução da vida social.

Neste sentido, a atitude na vida cotidiana é *pragmática*, o pensamento cotidiano apresenta-se repleto de pensamentos fragmentários que se referem exclusivamente à nossa orientação social. A atuação do homem passa a basear-se na *probabilidade*, onde “jamais é possível calcular com segurança científica a consequência possível de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza das atividades cotidianas” (ibid., p.48).

A ação realizada com base na probabilidade indica o que Heller (2008) identifica como *economicismo*, onde as manifestações da vida cotidiana se desenvolvem sem profundidade, amplitude ou intensidade – condição necessária para a *manutenção da ordem* como está dada:

[...] quando efetivamente se manifesta com maior intensidade, dissolve fatalmente essa ordem, tanto nos casos em que tende “para cima”, elevando-nos ao humano-genérico, fato que pode caracterizar a totalidade de nossa vida, quanto naqueles em que tende “para baixo”, a ponto de incapacitar-nos para a vida (ibid., p.49).

A vida cotidiana caracteriza-se pela *unidade imediata de pensamento e ação* fazendo com que as ideias expressas no cotidiano não se elevem à teoria, assim como as atividades à condição de práxis. Na vida cotidiana, a atividade é uma parte da práxis (da ação total da humanidade), através da qual se torna possível produzir novas situações. Porém, esta condição, de elevação do exercício prático individual ao patamar da práxis, só é possível se realizada enquanto *atividade humano-genérica consciente*.

Porém, cabe ressaltar que a atividade individual nem sempre é completamente individual, ao contrário, é projeção das aspirações e dos interesses de uma camada ou classe social:

É indiscutível que uma ação corresponde aos interesses de uma classe ou camada pode se elevar ao plano da práxis, mas nesse caso superará o da cotidianidade; a teoria da cotidianidade, nesses casos, converte-se em ideologia, a qual assume uma certa independência relativa diante da práxis cotidiana, ganha vida própria e, conseqüentemente, coloca-se em relação primordial não com a atividade cotidiana mas com a práxis (ibid., p.51).

Retomando a característica do pragmatismo, devido a esta dimensão, as atividades cotidianas acabam sendo influenciadas por certa *fé* ou *confiança*. Daí origina-se os *juízos provisórios* que são confirmados ou não pela prática cotidiana. Estes, quando se baseiam na fé, se enraízam na particularidade do indivíduo e são voltados para atender suas necessidades; quando se baseiam na confiança se apóiam no saber e a relação estabelecida vai além da particularidade, “a confiança é um afeto do indivíduo inteiro e, desse modo, mais acessível à experiência, à moral e à teoria do que a fé, que se enraíza sempre no individual-particular” (HELLER, 2008, p.52).

Os juízos provisórios dão margem ao comportamento de *ultrageneralização* na vida cotidiana, comportamento derivado de experiências vividas que passam a antecipar nossas reações às atividades possíveis. A partir destas experiências, passamos a responder de forma singular a problemas específicos, não examinando todos os aspectos das novas situações dadas – as situamos a partir de um ponto de vista pré-determinado pelas experiências vividas, que conformam vários tipos de ultrageneralização.

Toda ultrageneralização é um juízo provisório ou uma regra provisória de comportamento: provisória porque antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática (ibid., p.64).

No processo de assimilação do sistema de costumes, assume-se, na vida cotidiana, o comportamento da *imitação*. A *mimese*, como uma imitação ativa da totalidade de um comportamento, possibilita a assimilação de papéis de forma mais efetiva. A autora destaca que sem esse comportamento, nem o trabalho, nem o intercâmbio, seriam possíveis. Todavia, é necessário atentar para a necessidade de se estabelecer uma liberdade de movimentos no campo da *mimese* a fim de que se tenham uma margem para o estabelecimento de novas atitudes.

Por fim, destaca-se a característica da *entonação*, elemento que irá determinar a singularidade, seja do indivíduo, grupo, situação ou realidade. A entonação tem importância tanto na configuração da atividade e pensamento do indivíduo, quanto na relação com os outros – “o aparecimento de um indivíduo em dado meio “dá o tom” do sujeito em questão, produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo” (ibid., p.56).

Este conjunto de elementos característicos forma uma conexão necessária para o desenvolvimento do pensamento e da ação na vida cotidiana, porém, precisam deixar uma

margem de movimento e possibilidades de explicitação ao indivíduo. Quando se cristalizam e se tornam absolutos, deparamos com a *alienação da vida cotidiana*.

A alienação ocorre diante das “possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade” (ibid., p.56). A vida cotidiana é a esfera da realidade mais propensa à alienação, pois nela a *desagregação* – separação da aparência e essência – apresenta-se como “natural”. Porém, afirma a autora, que mesmo sendo um terreno propício para a alienação, a vida cotidiana não é necessariamente alienada:

[...] as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular – uma condensação “primástica”, por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividades próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se (HELLER, 2008, p.57-58).

Neste sentido, vale destacar que a vida cotidiana não é alienada em consequência de sua estrutura, mas a partir de determinadas circunstâncias sociais, produzida pela estrutura econômica de uma sociedade e irradiando-se para as demais esferas da vida social¹⁶. A alienação ocorre quanto existe um “abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção” (ibid., p.58). Este aspecto da alienação do cotidiano também é analisado por Lefebvre (1991):

[...] a alienação adquire um sentido profundo. Ela afasta o cotidiano de sua riqueza. Dissimula esse lugar da produção e da criação humilhando-o e recobrando-o como falso esplendor das ideologias. Uma alienação específica transforma a pobreza espiritual, impedindo que a riqueza seja libertada das relações constitutivas do trabalho criador conectadas diretamente com a matéria e com a natureza. A alienação social transforma a consciência criadora numa consciência passiva e infeliz (p.40).

Em Heller (2008) encontramos ainda a reflexão sobre *conformidade* e *conformismo*, que poderíamos identificar como outra “limitação” da cotidianidade. Decerto que para se orientar em meio ao complexo social dado, o indivíduo necessita de certa conformidade, de forma a favorecer a assimilação dessas normas. Porém, se os indivíduos não desenvolvem a margem de liberdade e movimento desta conformidade, esta se transforma em conformismo, fazendo com que se perca o papel ativo do indivíduo na reprodução da vida social.

¹⁶ A reflexão da relação alienação e cotidiano em Heller baseiam-se nas análises de Marx, em especial, nas reflexões contidas nos Manuscritos, desenvolvidas no item anterior deste capítulo.

Partindo da afirmação de que a alienação da vida cotidiana é consequência de determinadas circunstâncias sociais e produzida pela estrutura econômica da sociedade, confirma-se uma assertiva encontrada em Heller (2008) e Netto (2007) desenvolvida a partir da concepção lukacsiana: no capitalismo, a vida cotidiana ganha novas formas, todavia, ela é uma esfera *insuprimível* da vida social.

Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável (...) se em *toda* sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a *estrutura* da vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes, etc.) em face da cotidianidade (NETTO, 2007, p.66).

Recorrendo às análises de Gramsci (2004a), o pensador ressalta que encontramos na vida cotidiana, tratada por ele como *senso comum*, um nível de crítica na consciência dos indivíduos, de questionamento; porém estes ainda não sabem o que fazer com essa crítica e desenvolvem um conjunto de ações num nível de *subversivismo esporádico*, com manifestações ainda primárias e inorgânicas. Um dos processos necessários é a organização do senso comum, o que não constitui sua substituição, mas sua superação dialética¹⁷.

Quando, individualmente, um elemento da massa supera criticamente o senso comum, ele aceita, por este mesmo fato, uma filosofia nova [...] Todavia, o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas (ibid., p.116).

O princípio de uma elaboração crítica do senso comum se inicia com a percepção daquilo que realmente é, segundo o autor, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico que nos determina específicos traços¹⁸. A superação dialética da natureza acrítica do senso comum, a elevação do imediato ao mediado, leva o indivíduo a deixar de ter uma atitude imediatista, fragmentada, ultrageneralizada, incorporando elementos do que Gramsci determina como *bom senso*, como movimento que possibilita tornar a concepção de mundo mais unitária e coerente, elevando-a a um pensamento mais evoluído¹⁹: “elabora-se

¹⁷ Reportamos aqui às reflexões de Lukács e Heller em relação à vida cotidiana como esfera *insuprimível* das relações sociais.

¹⁸ Segundo Gramsci (2002), “um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições. Ele adquire “personalidade”, é um “momento” do desenvolvimento, graças ao fato de que, nele, uma certa atividade fundamental da vida predomina sobre as outras, representa uma “linha de frente” histórica” (p.65).

¹⁹ Correlacionando com as análises de Lukács e Heller, diríamos que o *bom senso* é uma das formas de suspensão da vida cotidiana, ou seja, suspensão do senso comum, tornando para ele com elementos mais ricos, mais próximos à dimensão do humano-genérico.

também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática” (ibid., p.114).

O “homem ativo de massa” atua sem uma consciência teórica de sua ação, podendo estar inclusive em contradição uma com a outra. O bom senso se contrapõe ao senso comum por estabelecer uma unidade entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela. Um dos elementos determinantes para desenvolvê-lo é ter consciência da historicidade e das concepções em que ela se relaciona de forma contraditória. Daí o papel da “filosofia da práxis²⁰” como ferramenta que possibilita elevar do senso comum ao bom senso através de “progresso intelectual”, estabelecendo uma *nova cultura*.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente. E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” [...] não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior (GRAMSCI, 2004a, p.103).

Este progresso intelectual possibilita tornar a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, “elevando-a a máxima potência” (ibid., p.104). A relação teoria-prática é um ato crítico que permite aos homens criticar a própria concepção de mundo, progredindo “até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária” (ibid., p.104).

Para estabelecer uma *nova cultura*, torna-se necessário “difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (ibid., p.96). O movimento cultural que pretende substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo deve estar atento a duas necessidades: “1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos: a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas” (ibid., p.110). Considera a repetição, mantendo uma adaptação dos conceitos às diversas tradições culturais, o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular e elevar intelectualmente as camadas populares.

O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica sobre uma base histórica que contenha as premissas concretas para tal elaboração, este trabalho não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios [...] o trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado [...] não de modo

²⁰ Para Gramsci, somente o conhecimento proporcionado pela *filosofia da práxis*, o marxismo, possibilita um conhecimento crítico da realidade que leve à sua transformação.

abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva (GRAMSCI, 2004b, p.206).

Como ressaltamos todo cotidiano é produto da ação humana, possui uma dimensão histórica, é a esfera onde “a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais” (ibid., p.206). É nesta lógica, de esfera de reprodução social e de produto da ação histórica dos indivíduos, que encontramos as possibilidades de estabelecer o movimento de *suspensão* do cotidiano, fortalecendo a dimensão do genérico-humano.

As determinações do cotidiano fazem com que todo e cada indivíduo só se percebam como ser singular, ficando subsumida sua dimensão genérica.

[...] a heterogeneidade própria à vida cotidiana tenciona o indivíduo de forma abrangente, faz com que ele atue inclusivamente como uma unidade. Ela opera como um todo: atua, nas suas objetivações cotidianas, como um homem inteiro – mas sempre no âmbito da singularidade. (NETTO, 2007, p.68-69).

A superação da singularidade é possível através do processo de *suspensão da vida cotidiana*. Trata de um processo onde o indivíduo “*suspende* a heterogeneidade da vida cotidiana – que *homogeneíza* todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica” (ibid., p.69). Esse acesso à consciência humano-genérica só é possível quando o indivíduo utiliza “*não todas as suas forças, mas toda a sua força* numa objetivação duradoura [...] o indivíduo se instaura como particularidade, espaço de mediação entre o singular e o universal, e comporta-se como *inteiramente homem*” (ibid., p.69).

Netto (2007) destaca, a partir de Lukács, três formas privilegiadas que permitem *suspender* a heterogeneidade da vida cotidiana: o trabalho criador, a arte e a ciência – esferas estas que se destacam das objetivações cotidianas, “adquirindo autonomia e legalidade próprias – processo que, em si mesmo, é o da constituição do ser social” (ibid., p.70). As suspensões realizadas não suprimem a cotidianidade, ao contrário, elas permitem aos indivíduos assumirem-se como seres humano-genéricos.

Destacamos que no prefácio da obra de Netto (2007), Löwy, afirma que a ruptura dialética com a reificação cotidiana é possível através da *práxis revolucionária*, enquanto ação emancipadora da classe oprimida. Para o autor, falta acrescentar nas formas de suspensão da vida cotidiana esta dimensão, que em sua análise, ocupa um lugar central em *História e Consciência de Classe* – “a ação coletiva, a práxis libertadora, a transformação dos explorados em *sujeitos históricos* conscientes” (ibid., p.11). Acordamos com Löwy de que a *práxis revolucionária* é um importante instrumento de suspensão do cotidiano. Identificamos

nos estudos teóricos e históricos como a política com viés revolucionário contribui no desenvolvimento da capacidade de pensar para além da realidade existente.

As suspensões não são contínuas, estabelecem um circuito de retorno à cotidianidade, a partir do qual o indivíduo passa a percebê-la de forma diferenciada, concebendo-a como um *espaço compulsório de humanização*, de enriquecimento e ampliação do ser social:

[...] a vida cotidiana permanece ineliminável e inultrapassável, mas o sujeito que a ela regressa está modificado. A dialética cotidianidade/suspensão é a dialética da processualidade da constituição e do desenvolvimento do ser social (ibid., p.71).

Esta suspensão pressupõe um “recoo”, identificado por Lefebvre (1991) como uma distância crítica onde a contestação e comparação caminham lado a lado. Para o autor, a vida cotidiana se define como lugar de *feedback*, se mostrando tanto como resíduo de todas as atividades determinadas, quanto produto do conjunto social. Destaca que enquanto as pessoas puderem viver na cotidianidade, as antigas relações se reconstituem, mas quando não é possível essa vivência, inicia-se um processo de revolução.

Heller (2008) discute a elevação da cotidianidade a partir da consciência do indivíduo do humano-genérico de sua individualidade. Esta elevação possibilita ao indivíduo dirigir-se para o exterior e converter-se em “motor de realização do humano-genérico, ou então permanecem em suspenso enquanto duram as ações correspondentes” (ibid., p.40). Destaca o papel da moral, da arte e da ciência neste movimento²¹:

Uma das funções da moral é a inibição, o veto. A outra é a transformação, a culturalização das aspirações da particularidade individual [...] Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana (ibid., p.39).

[...] o reflexo artístico e o reflexo científico rompem com a tendência espontânea do pensamento cotidiano, tendência orientada ao Eu individual-particular. A arte realiza tal processo porque, graças à sua essência, é auto-consciência e memória da humanidade; a ciência da sociedade, na medida em que se desantropocentriza; e a ciência da natureza, graças a seu caráter desantropomorfizador (ibid., p.42-43).

A autora também destaca o movimento de suspensão e retorno à cotidianidade. Neste retorno, o indivíduo nunca volta o mesmo e é ele que pode provocar incidências para a alteração do cotidiano. O que possibilita a superação dialética da particularidade, seja de forma parcial ou total, e eleva o indivíduo ao humano-genérico, é a *homogeneização*.

²¹ Para a autora, também os sentimentos podem gerar um campo de mediações possíveis para a particularidade, podendo levar a formas de suspensão do cotidiano.

Diante do conjunto de características da vida cotidiana, citando entre elas, a heterogeneidade, o espontaneísmo, o pragmatismo e o economicismo, o homem da cotidianidade não consegue desenvolver todas as suas capacidades com toda sua intensidade. A homogeneização é o movimento de empregarmos toda nossa atenção sobre uma única questão e suspender qualquer outra atividade – movimento que nos possibilita a completa suspensão do particular-individual e nos leva a viver o *homem inteiramente*, onde nossa particularidade individual se dissipa na atividade humano-genérica de forma consciente e autônoma. Quando a particularidade é suspensa “tais indivíduos se convertem, através da mediação de suas individualidades, em representantes do gênero humano, aparecendo como protagonistas do processo histórico global” (HELLER, 2008, p.46).

A *vida cotidiana* é apresentada por Lukács como o ponto de partida para a *genericidade* para-si dos homens, para se avançar do âmbito da consciência espontânea, imediata, para as formas de consciência emancipada, autêntica e universal (ANTUNES, 1996). É preciso, portanto, compreender a vida cotidiana em sua heterogeneidade universal, como mediação objetivo-ontológica entre a reprodução espontânea da existência física e as formas mais elevadas de genericidade já conscientes – “é nesta ‘zona de mediação’ que se pode superar o abismo entre a genericidade em-si, marcada pela relativa nudez e a genericidade para-si, espaço da vida mais autêntica e livre” (ibid., p.101).

Revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o *extraordinário do ordinário*, só era claro e talvez verdadeiro quando feito com base na vida dos trabalhadores, distinguindo-se, para exaltá-la, a sua capacidade criadora (LEFEBVRE, 1991, p.44).

Compreender o processo de formação da consciência de classe a partir da esfera do cotidiano é compreendê-la como esfera de conformação e organização das classes. Contudo, assim como já explorado no primeiro item deste capítulo, a classe social não se define por si só, a partir da existência de interesses e funções comuns entre seus membros, esta só se define como sujeito histórico quando os indivíduos que a compõem se identificam como tal, conscientemente. Para Heller (2008), o movimento que realiza as “grandes integrações” enquanto classe é a *atividade política*:

Quanto mais em “movimento” está uma classe, quanto maiores são suas possibilidades de uma práxis efetiva, tanto menos são preconceitos os seus juízos. A atividade política, a atividade que dirige o movimento e mobiliza as grandes integrações, pode ter êxito apenas quando se coloca na altura de um pensamento isento de preconceitos [...] A esfera política (o ato consciente de assumir a práxis da integração), portanto, destaca-se – tal como a atividade científica – da cotidianidade (ibid., p.73).

O processo que leva o indivíduo, o trabalhador, a se reconhecer como classe e atuar, conscientemente, como sujeito histórico vinculado a um projeto societário é o que pretendemos compreender neste estudo, entendendo o processo de formação da consciência de classe inserido neste jogo de mediações ligado às determinações particulares e genéricas que constituem o ser social. Partimos da concepção encontrada em Marx e Engels (2009) da consciência de classe como produto social.

1.4 *Consciência de classe* como produto social

Contraopondo às ideias idealistas e empiristas que marcavam o contexto do séc. XIX, Marx e Engels, fundamentados na perspectiva do materialismo histórico-dialético, afirmam que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2009, p.32), tendo o desenvolvimento prático dos homens sob determinadas condições sócio-históricas como pressuposto.

Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida (...) parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida (ibid., p.31).

A produção das representações e da consciência, portanto, encontra-se diretamente relacionada com a atividade material desenvolvida pelos homens. Neste sentido, *a consciência é um produto social*:

A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens. A consciência começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível *mais imediato* e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; é, ao mesmo tempo, consciência da natureza (...) uma consciência puramente animal da natureza (ibid., p.44).

Temos, portanto, que a consciência é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que se apresenta ao homem como um poder totalmente estranho e consciência da necessidade de estabelecer relações com os outros homens. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, há a divisão entre o trabalho material e espiritual (*geistigen*) e, a partir deste momento, a consciência adquire condições de se emancipar do mundo – “a consciência *pode* realmente

imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real” (MARX e ENGELS, 2009, p.45).

Do ponto de vista abstrato e formal, Lukács considera que a consciência poderia ser tomada como *inconsciência*, determinada conforme a classe, sua situação econômica, histórica e social. Destaca que “tanto quanto é preciso superar as limitações reais dos indivíduos na estreiteza e nos preconceitos de sua condição, tanto menos podem ser superados aqueles limites que lhes impõe a estrutura econômica da sociedade de sua época e sua posição nessa sociedade” (LUKÁCS, 2003, p.143). A situação real apresentada contém uma “falsidade” e “ilusão” que são expressão mental da estrutura econômica e objetiva. A tarefa de uma análise histórica deve ser a de “desmascarar” a realidade e estabelecer sua conexão real com a totalidade.

[...] se a sociedade atual não pode ser percebida de modo algum na sua totalidade a partir de uma situação de classe determinada, se a própria reflexão consciente, levada até o extremo e incidindo sobre os interesses da classe, reflexão essa que se pode atribuir a uma classe, não disser respeito à totalidade da sociedade, então essa classe só poderá desempenhar um papel subordinado e nunca poderá intervir na marcha da história como fator de conservação ou de progresso (ibid., p. 144).

Analisando o desenvolvimento da consciência a partir da ordem burguesa, ressalta que na sociedade dividida em estamentos, esta era fixada no nível do puro imediatismo de seus privilégios, seja pelo elo econômico ou ideológico. Neste sentido, a consciência do *status* mascarava a consciência de classe. É somente com a ordem burguesa²², com a constituição de uma sociedade com articulações puramente econômicas, que a consciência de classe atinge um nível onde pode *se tornar consciente*: “agora a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade” (ibid., p. 156). Os próprios limites da produção capitalista tornam-se os limites da consciência de classe.

Na luta de classes, elemento central da sociedade capitalista, todas as forças normalmente “ocultas” pela superfície econômica apresentam-se de forma que não podem ser mais ignoradas:

[...] quando a luta de classe do proletariado se exprimia apenas sob a forma de intensas explosões espontâneas, o fato da luta de classes foi reconhecido mesmo pelos representantes ideológicos da classe ascendente como acontecimento fundamental da vida histórica. Mas, quando esse princípio inconscientemente revolucionário do desenvolvimento capitalista é elevado

²² Segundo o autor, somente com a hegemonia da ordem burguesa se instaura uma ordem social onde a estratificação da sociedade tende à estratificação de classes (LUKÁCS, 2003).

pela teoria e pela práxis do proletariado à consciência social, a burguesia é impelida ideologicamente para uma posição defensiva consciente [...] o problema teórico transforma-se em comportamento moral que influencia decisivamente todas as decisões práticas da classe em todas as situações e questão da vida (ibid., p.166).

Para manter sua dominação, a burguesia cria uma “doutrina fechada” da economia, Estado, sociedade, dentre outros, constituindo uma “visão de mundo” que contribua para tornar consciente entre os indivíduos sua “vocação” para a dominação e organização da sociedade.

Analisando a relação de dominação na sociedade de classes, Marx e Engels (2009) destacam que “a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante [...] as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...], portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe” (p.67). Cada nova classe instaura seu domínio sobre uma base mais ampla que a anterior, desenvolvendo um antagonismo de classes ainda mais agudo.

A classe revolucionária, já que tem pela frente uma *classe*, surge desde o princípio não como classe, mas como representante de toda a sociedade, ela aparece como a massa inteira da sociedade face à única, dominante, classe [...] cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas (ibid., p.69).

Para Lukács (2003) a combatividade de uma classe é medida pela capacidade de interferir nos fenômenos e sua vocação para a dominação representa a capacidade de organizar o conjunto da sociedade, conforme seus interesses e de sua consciência de classe.

Consciência e interesse se encontram, portanto, numa relação recíproca de *oposição contraditória*, **porém dentro da classe burguesa, consciência e interesse não são contraditórios, são dialéticos** [...] enquanto para as outras classes sua situação no processo de produção e os interesses dele decorrentes impedem o nascimento de qualquer consciência de classe, para a burguesia, esses fatores estimulam o desenvolvimento da consciência de classe (ibid., p.159-160, **acréscimos nossos**).

O autor identifica a burguesia e o proletariado como as únicas classes cuja existência e evolução baseiam-se no desenvolvimento do processo de produção, por isso, as denominam de “classe pura”, a partir das quais é possível criar um “plano para a organização de toda a

sociedade” (LUKÁCS, 2003, p.156). As outras classes não se fundam exclusivamente sobre sua situação no processo de produção capitalista²³.

As contradições do próprio capitalismo refletem na consciência da classe burguesa, sendo a mesma “obrigada” a acionar todos os meios para fazer desaparecer da consciência social a luta de classes, embora tenha sido por si mesma que a luta de classes surgiu pela primeira vez de maneira pura, estabelecendo-a como um fato. Um dos traços abordados por Vázquez (1977) diz respeito à utilização do poder por parte da classe dominante para aniquilar qualquer possibilidade de contraposição:

Tratando de satisfazer as aspirações “práticas” do homem comum e corrente, desenvolve-se, às vezes, a partir do poder, um trabalho destinado a deformar, castrar ou esvaziar sua consciência política [...] tendência alimentada também a partir do poder e destinada a destruir o mais leve despertar de uma clara consciência política, mantendo o homem comum e corrente no mais absoluto apoliticismo (ibid., p.12).

Lukács (2003) faz referência à burguesia e proletariado como classes correlatas, implicadas uma a outra numa arena de luta de classes, destacando, por exemplo, que “o mesmo processo que, do ponto de vista da burguesia, aparece como um processo de dissolução, para o proletariado significa uma acumulação de forças” (ibid., p.170).

Salienta que o proletariado se distingue das outras classes “por constituir ele próprio a essência das forças motrizes e, agindo de maneira centralizada, por influenciar o centro do processo social de desenvolvimento” (ibid., p.171). Sua superioridade em relação à burguesia reside na capacidade de considerar a sociedade como um todo coerente, e, por isso, “agir de maneira centralizada, modificando a realidade [...], por conseguinte, de poder lançar conscientemente sua própria ação na balança do desenvolvimento social como fator decisivo” (ibid., p.172). Para o proletariado, “a verdade é uma arma portadora da vitória e o é tanto mais quanto mais audaciosa for” (ibid., p.171).

Por mais que a consciência de classe do proletariado deva demonstrar a mesma estrutura interna que a da burguesia, as mesmas contradições dialéticas que afetam a burguesia atingem ao proletariado, porém, de forma mais fatal:

No proletariado, porém, semelhante consciência não somente está maculada por essas contradições internas (burguesas), como também contradiz as necessidades daquela ação para a qual impele sua situação econômica, independentemente do que seja capaz de pensar a esse respeito (ibid., p.173).

²³ Citando a análise de Marx em *O 18 de Brumário*, Lukács (2003) analisa a “pequena burguesia”, indicando que enquanto “classe de transição”, acaba por assumir um lugar de oposição das classes em geral, visto que para ela importa o enfraquecimento tanto da classe burguesa quanto proletária.

O proletariado só consegue se libertar enquanto classe, suprimindo a sociedade de classes em geral. Sua realização enquanto *ser social* é seu “*auto-aniquilamento*” (LUKÁCS, 2003, p.177). Esta contradição inerente à classe proletária cria barreiras para o desenvolvimento de sua consciência de classe, que precisa, desde o início do processo, ir além do dado imediato e desvendar a essência da sociedade.

O autor destaca que, mesmo dentro das classes dominantes, a consciência não é homogênea, a manutenção de sua dominação dependerá da capacidade de se conscientizar das ações que devem executar para conquistá-la e realizar sua manutenção. Neste sentido, a questão central no processo da luta de classes, seria identificar qual é a classe que dispõe desta capacidade e em que medida está em condições de se conscientizar das ações que deve executar para manter sua posição dominante:

[...] o que importa é saber até que ponto a classe em questão realiza “conscientemente” ou “inconscientemente” as tarefas que lhe são impostas pela história [...] o destino de uma classe depende da sua capacidade de esclarecer e resolver, em todas suas decisões práticas, os problemas que lhe impõem a evolução histórica (ibid., p.146).

Para tanto, do ponto de vista da superação da dominação burguesa, é preciso que o proletariado esteja atento às situações históricas, a fim de que a classe possa desenvolver a “condição imediata da sua auto-afirmação na luta [...] intervindo *imediate e adequadamente* sobre o processo da revolução social” (LUKÁCS, 1981, p.61). Sua ideologia não pode ser equiparada a uma “bandeira” de luta, nem um pretexto para alcançar as próprias finalidades; esta é a finalidade e a arma por excelência.

Toda tática proletária sem princípios rebaixa o materialismo histórico à mera “ideologia”, impõe ao proletariado um método de luta burguês (ou pequeno-burguês); despoja-o de suas melhores forças ao atribuir à sua consciência de classe o papel de uma consciência burguesa, papel de simples acompanhamento ou de inibição (isto é, de inibição apenas para o proletariado), em vez da função motriz determinada à consciência proletária (LUKÁCS, 2003, p.174).

A relação entre a consciência de classe e a situação de classe será medida a partir dos obstáculos que se opõem à realização dessa consciência na realidade. Sua situação de classe inscreve a contradição diretamente em sua consciência, estabelecendo a dificuldade em desenvolver sua consciência de classe proletária em oposição à da burguesia. Daí a necessidade de ir além do imediato, para decifrar a realidade e desenvolver seu processo de formação de consciência.

[...] como o proletariado é colocado pela história diante da tarefa de *uma transformação consciente da sociedade*, surge necessariamente em sua

consciência de classe a contradição dialética entre o interesse imediato e o fim último, entre o fator individual e a totalidade [...] somente quando inseridos na visão geral do processo e relacionados à meta final, esses fatores apontam de maneira concreta e consciente para além da sociedade capitalista e se tornam revolucionários [...] a consciência de classe não é a consciência psicológica de cada proletário ou a consciência psicológica de massa de seu conjunto, mas o *sentido, que se tornou consciente, da situação histórica da classe* (ibid., p.176 e 179).

1.5 Momentos do *processo de formação da consciência de classe*

Construímos nossa reflexão neste item partindo da compreensão da consciência enquanto produto social, delimitando sua configuração a partir da ordem burguesa. Nesta nova conformação das classes, o proletariado surge como a classe que possui um potencial revolucionário para a superação da ordem vigente. Apresentamos os momentos que conformam o processo de formação de sua consciência de classe, a partir da leitura da tradição marxista, a fim de que encontremos elementos possam iluminar a análise da pesquisa realizada, nesta dissertação, junto aos sujeitos da ocupação urbana.

A obra de Lukács (2003) lançada no princípio dos anos 1920 se configura uma importante contribuição do pensamento marxista na discussão sobre o processo de formação da consciência de classe – *História e Consciência de Classe*²⁴. O autor identifica a consciência de classe como a “ética do proletariado, a unidade de sua teoria e de sua práxis, o ponto em que a necessidade econômica de sua luta emancipadora se transforma dialeticamente em liberdade” (p.129). Ressalta que esta consciência não se constitui como a soma ou a média do que os indivíduos que formam a classe pensam, no entanto, é ela quem determina a ação historicamente decisiva da classe como totalidade.

A relação com a totalidade pode proporcionar que um momento de luta adquira um sentido revolucionário. Porém esta relação só se torna possível quando tomamos consciência dela, conferindo um grau de totalidade à luta cotidiana. E destaca que somente na relação da sociedade como *totalidade* que “se revela a consciência que os homens têm de sua existência, em todas as suas determinações essenciais” (ibid., p.140).

²⁴ Alguns teóricos indicam limites nesta obra de Lukács, acusando o autor de uma análise idealista, ainda sob a influência do pensamento hegeliano. O próprio, no *Prefácio de 1967*, reflete sobre seu universo acadêmico indicando as contradições e apropriações que foram sendo realizadas ao longo de seu desenvolvimento intelectual, fomentado pela compreensão e inserção na luta de classes, num “processo irreversível de assimilação do marxismo” (LUKÁCS, 2003, p.4). Apesar dos limites e observando as ressalvas que o autor coloca contra si mesmo na fase tardia de seu pensamento, compreendemos que a discussão sobre a consciência de classe, em particular suas considerações acerca da consciência *reificada* e consciência *possível*, são imprescindíveis para o entendimento do processo de formação da consciência de classe, além do importante trato da categoria alienação como “questão central da crítica revolucionária do capitalismo” (ibid., p.23).

Encontramos nesta obra elementos que irão delimitar duas categorias – *consciência reificada e consciência possível*.

Para o autor, a exigência de Marx implica que o homem tome consciência de si mesmo como ser social, sujeito e objeto do devir histórico e social. É com o advento do capitalismo que desaparecem as barreiras sociais e espaciais e o homem se torna *ser social* – “a sociedade torna-se a realidade para o homem” (LUKÁCS, 2003, p.96). Porém, adverte que somente com a entrada da perspectiva de classe do proletariado em cena que a totalidade da sociedade se torna visível; esta classe assumindo a “missão de conduzir a humanidade a uma etapa mais elevada do seu desenvolvimento” (ibid., p.97).

A essência do marxismo consiste, portanto, em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas. No nível mais primitivo do conhecimento, essa independência se exprime, inicialmente, no fato de que os homens vêem nessas potências uma espécie de natureza, de que percebem nelas e nas suas legítimas relações naturais “eternas” (ibid., p.135).

Por mais que a sociedade seja uma unidade rigorosa, esta é apresentada à consciência do homem nascido em meio à reificação capitalista como um conjunto de cisões²⁵, composto por elementos independentes uns dos outros, como pudemos aprofundar na discussão sobre *alienação e reificação*. Estas cisões apresentadas pelo pensamento burguês objetivam desenvolver junto ao proletariado, uma incapacidade de compreensão da totalidade em sua atividade prática imediata da vida cotidiana. Esta concepção “rejeita a possibilidade da práxis na consciência individual” (ibid., p.95).

Neste contexto de reificação das relações, a partir da relação mercantil, que a consciência fica submetida às suas formas. Para a *consciência reificada*, a forma reificada das relações se transforma na representação da vida social e engloba o conjunto de suas manifestações. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo cria para o conjunto da sociedade um sistema de leis que atenda às suas necessidades e adapte à sua estrutura. O capitalismo foi o primeiro sistema que produziu pela primeira vez “uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade, uma estrutura de consciência – formalmente – unitária para o conjunto dessa sociedade” (ibid., p.221).

Na forma de consciência reificada, as relações e as formas sociais são dadas como naturais, como dados fixos imutáveis em sua essência. A história é entregue ao pensamento burguês como tarefa insolúvel, devendo suprimir o processo histórico e apreender, nas formas

²⁵ Lukács (2003) destaca que a cisão apresentada que é mais determinante na consciência de classe do proletariado, é a estabelecida entre a luta econômica e a luta política. Ambas são constitutivas da luta de classes.

de organização do presente, as leis eternas da natureza, eliminando do processo histórico, tudo que tem sentido – “os objetos da história aparecem como objetos de leis naturais e imutáveis, eternas” (LUKÁCS, 2003, p.137).

O movimento do pensamento burguês, neste momento, é o de “impedir que a consciência de classe do proletariado avance do simples dado psicológico à adequação ao desenvolvimento objetivo em seu conjunto, visa a reduzir a consciência de classe do proletariado ao nível de um dado psicológico” (ibid., p.183) até ao ponto de alterar a orientação dada pelo movimento da consciência de classe do proletariado²⁶.

Porém, nos períodos de crise, a unidade dos processos tende a estar mais palpável para o conjunto da classe e é nesta situação que o proletariado pode dar um novo passo, diante da capacidade de perceber a unidade dos sintomas dissociadores do processo econômico, como unidade do desenvolvimento total da sociedade, mesmo que estes sintomas manifestem-se isoladamente.

O autor ressalta que o verdadeiro conhecimento só é possível porque há um fundamento para a intenção objetiva; aqui é dada a *possibilidade*, porém a solução encontrada só poderá ser fruto da ação *consciente* do proletariado.

[...] a intenção objetiva, orientada para o verdadeiro, que é inerente até mesmo à “falsa” consciência do proletariado, não significa de modo algum que ela possa vir à luz por si mesma, sem a ação ativa do proletariado. Pelo contrário, somente pela intensificação do seu caráter consciente, pela ação e pela autocrítica conscientes, surge, a partir da mera intenção dirigida para o verdadeiro e despindo-se de suas máscaras, o conhecimento efetivamente verdadeiro, historicamente significativo e socialmente revolucionário (ibid., p.178).

A consciência de classe do proletariado não é algo estável ou mecânico, por ser consciência do processo dialético, ela é igualmente, um conceito dialético. Sua essência só pode se tornar visível, quando o processo histórico a impele à ação – “é o nível do processo histórico que imprime à consciência de classe do proletariado um caráter de exigência” (ibid., p.127). A própria classe se transformou em classe numa luta social incessante, a consciência de classe é produto desse mesmo processo de evolução histórica.

Somente neste percurso da evolução que a possibilidade da consciência do proletariado torna-se uma *possibilidade real*:

A relação com a totalidade concreta e as determinações dialéticas dela resultantes supera a simples descrição e chega-se à *categoria da*

²⁶ Esta teoria cumpre a função de tornar irreal a concepção correta da situação econômica, da consciência de classe do proletariado e de sua forma organizativa (o partido), apresentando-os como princípios contrários ao “verdadeiro” interesse dos operários expressos em sua consciência de classe “autêntica”.

possibilidade objetiva. Ao se relacionar a consciência com a totalidade da sociedade, torna-se possível reconhecer os pensamentos e os sentimentos que os homens *teriam tido* numa determinada situação da vida, *se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente* esta situação e os interesses dela decorrentes, tanto em relação à ação imediata, quanto em relação à estrutura de toda a sociedade conforme esses interesses (LUKÁCS, 2003, p.141).

O autor reafirma que “somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo” (ibid., 183). Caso contrário, a crise do capital será permanente, retornando sempre ao seu ponto de partida. Essa situação se repetirá até que o proletariado se constitua como *classe para si*. O “*destino da revolução (e com ela o da humanidade) depende da maturidade ideológica do proletariado, da sua consciência de classe*” (ibid., p.174, grifos do autor):

O “reino da liberdade”, o fim da “pré-história da humanidade” significa precisamente que as relações objetificadas entre os homens, que as reificações começam a restituir seu poder *ao homem*. Quanto mais esse processo se aproxima do seu fim, tanto maior é a importância da consciência do proletariado sobre sua missão histórica, isto é, da sua consciência de classe; tanto mais forte e mais diretamente essa consciência de classe tem de determinar cada uma de suas ações [...] após infinitos sofrimentos e terríveis atalhos, a lição pedagógica da história conclui o processo da consciência do proletariado e coloca-lhe nas mãos a condução da história. Neste momento, o proletariado não tem escolha. Ele tem de se tornar uma classe, como disse Marx, não somente “em relação ao capital”, mas “para si mesmo”; isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa (ibid., p.173 e 184).

Retomando a reflexão de *classe em si* e *classe para si* para determinar o movimento da classe, podemos afirmar que o movimento da consciência percorre as mesmas determinações. Segundo Iasi (2012), o momento da consciência que corresponde ao momento da *classe em si*, já não corresponde ao ser isolado como indivíduo, mas já expressa uma consciência do que são enquanto conjunto. É a partir deste reconhecimento, onde se identificam como iguais e distintos de outros, que é possível se reconhecerem como *classe para si*. O momento da consciência da *classe em si*, expressa o reconhecimento da classe como uma classe diante do capital, além da possibilidade e potencialidade da ação de classe para superação da ordem.

Porém, este movimento da classe, que envolve sua organização e reconhecimento, se expressa na esfera da vida cotidiana – espaço de conformação e organização das classes sociais – que, como vimos, constitui-se a esfera da realidade mais propensa à alienação, porém, dialeticamente, o ponto de partida para a *genericidade* dos homens.

Este ponto de contradição se estabelecerá também no processo de formação da consciência de classe, em todos os momentos de seu desenvolvimento. Passemos a identificar

elementos e/ou momentos, intrínsecos ao processo de formação da consciência de classe, desenvolvidos na tradição marxista.

A partir de estudos sobre o processo de formação da consciência, Iasi (2012) afirma que a consciência é um movimento que se apresenta, seja como consciência do indivíduo, como expressão de um grupo ou de uma classe, “podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até uma consciência que ambiciona a universalidade” (ibid., p.25).

Identifica este movimento da consciência a partir de três momentos significativos que se desenvolvem de forma dialética, não linear. Cada momento do processo de consciência já traz em si os elementos de sua superação, porém este movimento encontra sua determinação material no movimento próprio de ser da classe trabalhadora, “ora amoldada à ordem do capital, ora em luta por seus interesses imediatos, ou, em circunstâncias especiais, se conformando como uma classe que aponta para além da ordem do capital” (IASI, 2011a, p.7). E acrescenta a partir de seus estudos que:

[...] a consciência é um movimento, um fluir que encontra diferentes mediações que se expressam em diferentes formas em constante mutação. Desde a formação da consciência nos indivíduos moldados por uma determinada forma social estabelecida, já se manifesta o caráter de síntese de muitas determinações, tanto objetivas quanto subjetivas [...] como consciência de classe em si na luta pela afirmação de seus direitos e necessidades; até a possibilidade de expressão como consciência de classe para si, que afirma um projeto histórico com autonomia e independência (IASI, 2012, p.16/17).

O processo de formação da consciência encontra-se num jogo de mediações ligado às determinações particulares e genéricas que constituem o ser social. Como vimos, a consciência pode se apresentar, tanto como consciência do indivíduo isolado, como expressão da “fusão do grupo”, interferindo no processo de constituição da classe até o nível da universalidade. Esta constituição de uma *consciência de classe* não é restrita ao nível da produção, ao contrário, vai além dela, emergida de “uma luta política maior e de uma visão teórica que lhe permita reconhecer aquele momento particular em todas as suas determinações” (ibid., p.48).

Num *primeiro momento*, esta consciência só poder ser considerada como a consciência das relações que o indivíduo estabelece com as coisas e pessoas situadas no espaço imediato de sua ação. Esta configuraria a *primeira forma da consciência*.

Como afirma Marx e Engels (2009), a consciência é “antes de tudo, a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e

coisas” (ibid., p.44). O começo da consciência do homem é a “consciência da necessidade [Notwendigkeit] de entrar em ligação com os indivíduos à sua volta” (ibid., p.44).

Neste primeiro momento, a consciência se afirma como conformação dos indivíduos a uma determinada ordem societária. Toda pessoa tem alguma representação mental de sua vida e de seus atos; essa representação é constituída a partir do espaço de inserção imediata da pessoa. Nesta perspectiva de análise, a consciência seria “uma realidade externa que se interioriza” (IASI, 2011a, p.14).

A primeira forma de consciência, herdada pela pessoa ao nascer, é uma forma particular historicamente determinada, assumida pelo indivíduo como *natural* – “o indivíduo interioriza essas relações, as transforma em normas, estando pronto para reproduzi-las em outras relações através da associação” (ibid., p.17). Entre os aspectos presentes nesta primeira forma de consciência, destaca-se a ultrageneralização, a naturalização das relações vividas, a aceitação do poder de determinação do outro, e o movimento de interiorização das relações dadas como normas, valores e padrões de comportamento²⁷.

[...] formada essa primeira manifestação da consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação [...] A alienação que se expressa na primeira forma da consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico (ibid., p.20).

Esta primeira forma de consciência apresenta-se como *alienação* não porque se desvincula da realidade, mas por naturalizá-la e desvincular os elementos componentes da visão de mundo de seu contexto e de sua história. Retomando a noção de *sensu comum*, ressalta que “os seres humanos moldam-se a algum tipo de conformismo, não no sentido de passividade, mas pelo fato de se amoldar a algum tipo de forma” (ibid., p.25). No *sensu comum*, a alienação é tratada como um estágio de “não consciência”, porém o que é possível identificar é que esta constitui a “forma de manifestação inicial da consciência” (ibid., p.25).

Iasi (2012) cita um estudo por ele realizado em 2001, onde elenca sete características da vivência primária e sua relação com a primeira forma de consciência, indicando o processo como as relações preestabelecidas são apresentadas para o ser social como uma realidade dada, como mecanismo de “ultrageneralização”, fazendo com que a pessoa passe a julgar o todo pela parte em que se insere, estabelecendo as relações vividas como “naturais”. Para o autor, esta realidade é apresentada mediante um conjunto de normatizações que é

²⁷ Características identificadas e desenvolvidas na discussão sobre a esfera do cotidiano.

interiorizado, estabelecendo a função de autocontrole, onde os valores centrais deste “real” são assumidos pelo ser social como seu.

Este conjunto de elementos funciona como uma forma inicial de consciência e representam a forma estabelecida de senso comum, que servirá de base para o desenvolvimento da ideologia dominante.

A primeira forma da consciência só pode ser, portanto, aquela que é produto da inserção imediata do ser humano e de suas relações diretas com as pessoas que o rodeiam num certo contexto objetivo [...] O caráter imediato desta relação produz nesta primeira visão sobre o mundo um efeito que é o de tomar o todo pela parte, abrindo caminho para naturalizar esta forma particular universalizada e, assim, chegar à conclusão de que sempre foi assim e por este motivo sempre será (IASI, 2012, p.200).

Conforme indicamos, Marx e Engels (2009) afirmam que a consciência é, primeiramente, a “mera consciência do meio sensível *mais imediato*” (p.44). Iasi (2012) destaca que essa consciência imediata, herdada de uma sociabilidade objetiva imposta, se apresenta como consciência individual, naturalizada e atemporal, desagregada e ocasional, pela qual o indivíduo julga sua subjetividade. Ainda destaca que o quê é interiorizado na formação da consciência, representa as relações sociais determinantes e produz o efeito do reconhecimento.

Esta primeira forma assumida pela consciência social se apresenta como se fosse universal, conduzindo os indivíduos a acreditarem que a realidade sempre foi e será desta forma dada. Neste sentido, assume uma forma de imposição, de objetividade internalizada:

[...] uma certa consciência social é apresentada ao novo ser como *sua* consciência [...] Ela se expressa não apenas como externalização da práxis humana anterior, mas como algo estranho ao sujeito [...] A alienação presente na primeira forma de consciência completa-se ao expor a realidade estranhada como o “real”. Desse modo, ela não é para o indivíduo uma aparência estranha, mas apenas a realidade, eternizada, naturalizada e sem história (IASI, 2012, p.221 e 222).

Neste processo de naturalização e universalização, a ideologia passa a funcionar como instrumento de dominação política de uma classe, “é a expressão organizada e sistemática deste particular para permanecer como universalidade com fins de dominação política de uma classe sobre outra” (ibid., p.223).

A passagem para uma nova etapa do processo de consciência é marcada por uma crise ideológica, a partir de uma “dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança” (IASI, 2011a, p.27), a introjeção de novos valores provoca uma contradição, vivida pelo indivíduo como um conflito subjetivo

– “as relações atuais passam a não corresponder ao valor interiorizado, mas antes de fazer saltar, toda a concepção é vivida como um conflito subjetivo” (ibid., p.28). Neste momento, a primeira forma de consciência pode ser rerepresentada e a vivência desta contradição entre antigos valores e a materialidade de novas relações vividas, produz uma “inquietação que mobiliza para a ação” (IASI, 2012, p.250), podendo gerar uma *inicial superação da alienação*.

O autor destaca como instrumento da passagem para o segundo momento da consciência, o papel do *grupo*. É a vivência com um grupo imediato que molda o indivíduo para a ordem social vigente, todavia, esta mesma inserção pode ser “a fonte de socialização de uma visão de mundo marcada pela luta e pelo confronto com esta mesma ordem” (ibid., p.256). A partir de estudos baseados, principalmente, na obra de Sartre e Freud, o autor trata da importância do grupo:

Este salto de qualidade parece expressar-se somente em certas condições, entre as quais se destaca a presença do grupo [...] O sentimento de pertença em relação a um grupo produz no indivíduo uma mudança qualitativa, se bem que ainda embrionária: o ser social subsumido pela forma individualizante se vê como parte de uma coletividade que lhe dá identidade e no interior da qual experimenta uma força que fora dela desconhecia (IASI, 2012, p.259 e 261).

É o grupo que permite o espaço da livre expressão da práxis, é na situação de grupo que vivemos o primeiro processo de negação da serialidade e a primeira forma de consciência, principalmente por propiciar que o ser humano se veja como sujeito de uma possível mudança de algum aspecto, inicialmente pontual, que vivenciou como injustiça (ibid., p.282).

Tratar da importância do papel do grupo nos processos de desenvolvimento da práxis, não significa elevá-los ao “instrumento” por excelência para esta atuação. Iasi (2012) já nos chama atenção que “nem sempre esta inserção em grupos ocorre no contexto livre da práxis, isto é, não é apenas por ser coletivo que o grupo permite esta superação” (ibid., p.282). Apesar disso, não podemos privar a análise do importante papel que a vivência da vida grupal, a partir de uma luta coletiva, pode desenvolver nos processos de “salto da consciência”.

A ação coletiva pode colocar as relações sociais vividas em um novo patamar; não simplesmente como ato de “revolta”, mas com a possibilidade de alterá-las. Esta é a chamada *consciência em si*.

[...] o ser social que emerge nada mais é que o próprio ser social do capital antes velado pela fragmentação individual: a classe em si [...] a emergência do ser social como classe em si abre uma dupla possibilidade: a da integração à ordem do capital pelo amoldamento/consentimento, ou o enfrentamento de classes (ibid., p.117).

A forma mais clássica de manifestação dessa forma de consciência é a luta sindical [...] mas podemos incluir, nessa forma, as lutas populares, os movimentos culturais, o movimento de mulheres e outras manifestações de lutas coletivas de setores, grupos e categorias sociais das mais diversas (IASI, 2011a, p.30).

A *consciência em si* baseia-se ainda na vivência das relações imediatas, não mais do ponto de vista do indivíduo, mas do grupo. O proletariado se afirma como classe, com interesses distintos e antagônicos ao capital. Como citado anteriormente, nas palavras de Marx: “a dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda em si mesma” (MARX, s/d, p.148). Iasi (2012) ressalta que o “ser social que emerge nada mais é que o próprio ser social do capital antes velado pela fragmentação individual: a *classe em si*” (ibid., p.117).

Aquilo que entra em movimento já é uma classe, mesmo que o que se movimenta não seja ainda uma classe. Por sua condição de existência, pela posição que ocupa em determinada divisão social do trabalho, pela posição diante das relações de interesses [...] já é uma classe distinta e particular. No entanto, é na ação desta classe [...] que se produz uma fusão de classe (ibid., p.318).

A percepção desta contradição pode levar o indivíduo, em seu processo de formação de consciência, a um novo patamar, que constitui o *terceiro momento* da consciência: a *consciência de classe, consciência para si, ou consciência revolucionária*.

[...] a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações. Buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la. É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela transformação (IASI, 2011a, p.35).

Este novo patamar da consciência abre uma nova e importante contradição. Mesmo compreendendo que “as alterações da consciência só podem ser vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, envolvendo mais que a ação individual, a de classe” (ibid., p.35-36). A consciência da “possibilidade de vitória” exige que o indivíduo seja capaz de se compreender para além dos limites de si próprio, mas num esforço coletivo enquanto classe, e além dela.

Gramsci (2007) também se atém a analisar o processo de elevação de consciência, indicando, nos *Cadernos do Cárcere*, três momentos da consciência política coletiva, referentes ao grau de homogeneidade, autoconsciência e organização alcançado pelos grupos sociais.

Analisando o papel da obra de Gramsci, Mattos (2012) afirma que o revolucionário sardo “traduziu a questão da consciência de classe para o terreno da luta política em seu sentido mais amplo²⁸” (p.75). Gramsci (2004a) trata do processo de formação de consciência como um movimento de *autoconsciência crítica* que só ocorre mediante a organização da massa – “uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se” (ibid., p.104). Para o pensador, essa organização não existe sem a presença de dirigentes que contribuam para estabelecer o aspecto teórico da ligação teoria-prática, não como um fato mecânico, mas como um *dever histórico* que “progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária” (ibid., p.104). Este papel de direção e organização é desempenhado pelo *intelectual*.

De acordo com Gramsci (2004b), todo grupo social se constitui a partir de uma função essencial no mundo da produção econômica²⁹ e cria para si, organicamente “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (ibid., p.15). A relação entre intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas *mediatizada* pelo conjunto do tecido social, pelo conjunto das superestruturas.

Para Gramsci (2004a) “todos os homens são filósofos”, filosofia entendida enquanto conhecimento; porém, os homens possuem uma filosofia espontânea. Daí a assertiva de que não são todos os homens que exercem a função de intelectual, a complexidade desta função ocorre mediante processos históricos concretos.

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2004b, p.18).

²⁸ A partir de seus estudos acerca da obra de Gramsci, Coutinho (2011b) ressalta que o pensador se sentia comprometido, em especial, a partir da elaboração dos *Cadernos do Cárcere*, a elaborar uma ciência política adequada à filosofia da práxis, ou seja, ao marxismo. Destaca que Gramsci emprega nos Cadernos duas acepções de política, uma ampla, identificada com universalidade, com a superação da realidade a partir das formas de práxis, e uma restrita, que envolve o conjunto de práticas e objetivações ligadas às relações de poder entre governantes e governados.

²⁹ Coutinho (2012) indica o equívoco encontrado na leitura de alguns teóricos acerca da visão de Gramsci sobre a infraestrutura e superestrutura, que indicam que há em Gramsci uma contraposição ao pensamento de Marx (análise encontrada, por exemplo, nos textos de Norberto Bobbio). Tecendo suas considerações acerca da concepção de estrutura e superestrutura, Gramsci (2002, p.359) não ignora a relação entre ambas, porém ressalta que esta não se processa de forma direta e imediata, além de ser possível encontrar formas de “dupla natureza”. Existem superestruturas que têm uma “estrutura material”: mas seu caráter permanece superestrutural: seu desenvolvimento não é “imaneente” em sua “estrutura material” particular, mas na “estrutura material” da sociedade. Uma classe se forma com base em sua função no mundo produtivo: o desenvolvimento e a luta pelo poder e pela conservação do poder criam as superestruturas, que determinam a formação de uma “especial estrutura material” para sua difusão.

Uma das funções dos intelectuais é a de atuarem junto aos “simples” contribuindo para a superação da natureza acrítica do senso comum, incorporando elementos do bom senso, de forma a desenvolver a capacidade intelectual e a eficácia da atividade política dos indivíduos e grupos sociais. Para tanto, os intelectuais devem ser orgânicos às massas, entre ambos deve existir a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, estes devem ter “elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social” (GRAMSCI, 2004a, p.100).

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente” [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado [...] sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicitando-as e justificando-as em determinada situação histórica [...] não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (ibid., p.222).

A adesão orgânica possibilita que o *sentimento-paixão* se torne *compreensão*, possibilitando a troca de elementos entre dirigentes e dirigidos, realizando a *vida em conjunto*, “a única que é força social; cria-se o bloco histórico” (GRAMSCI, 2004a, p.222).

A *filosofia da práxis* afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples, não para manter as massas num nível inferior, mas “justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (ibid., p.103). Para tanto, a relação orgânica do intelectual deve levá-lo ao contato com as condições de vida dos simples, é os elementos do senso comum, da vida dos simples, que trarão os insumos para desenvolver processos de formação crítica.

É a partir desse processo de organização da classe que se desenvolvem os momentos de formação da consciência de classe. Gramsci (2007) denomina o *primeiro momento* como o *econômico-corporativo*, onde um grupo social específico toma consciência de seus interesses e da necessidade de organizá-los, mas ainda não desenvolveu uma unidade enquanto grupo social mais amplo. Um *segundo momento*, identificado como *sindicalista*, é aquele onde se atinge a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, porém ainda no campo econômico. Aqui já se encontram lutas pela obtenção de uma igualdade político-jurídica, porém, ainda nos quadros existentes. O *terceiro momento* marca a fase mais estritamente política, denominado *fase hegemônica*, se atinge a consciência de classe e há a superação da luta corporativa. Nesta fase, as ideologias se transformam em

“partido” e lutam entre si até alcançar a hegemonia, determinando a unicidade de fins econômicos, políticos, intelectuais e morais, numa luta inserida num plano universal³⁰.

Esta forma última da consciência seria, para Gramsci, a consciência ético-política, através da qual um grupo supera seus interesses meramente corporativos e se eleva à condição de classe universal, “capaz de tornar hegemônica na medida em que dá respostas historicamente universais às questões vividas pelo povo-nação e pela humanidade numa época concreta” (COUTINHO, 1996, p.25).

A passagem do momento meramente econômico ao momento ético-político, da consciência corporativa e particularista da “classe em si” para a consciência universal da “classe para si”, é denominada por Gramsci como *catarse*. Segundo Coutinho (2011b), Gramsci retira o conceito de *catarse* da filosofia aristotélica e o universaliza, fazendo dele uma determinação essencial da práxis política. O denomina como a passagem pela qual a classe se torna um “sujeito consciente da história” (ibid., p.110).

É ontologicamente correto dizer que *todas as formas de práxis*, até mesmo aquelas que não têm relação direta com a formação da consciência e da ação das classes sociais, contêm essa potencialidade do momento “catártico”, ou seja, de passar da esfera da manipulação imediata – da recepção passiva da realidade – à dimensão da totalidade, da transformação ativa do mundo social, ou seja: de passar da consciência “egoístico-passional” (meramente particular) à consciência “ético-política” ou universal (à consciência de nossa participação no gênero humano) (ibid., p.111).

Outra referência que buscamos para compreender como se desenvolve o processo de formação da consciência de classe é a dimensão da *experiência* em Edward Thompson. Segundo Mattos (2012), Thompson faz parte de um grupo de historiadores que se propôs a rediscutir o conceito de classe empregando-o de forma criativa, sem deixar de ser fiel aos fundamentos marxianos. Procura articular, em um contexto histórico específico, a relação entre as “determinações materiais com os elementos subjetivos – no sentido do sistema de valores, crenças, moral, atitudes – envolvidos no processo de articulação de identidades constituintes da consciência de classe” (ibid., p.84). Com o conceito de experiência, Thompson buscava estabelecer um nexo entre o modo de produção e a consciência dos indivíduos, acreditando ser capaz de demonstrar como:

[...] homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que

³⁰ Segundo Gramsci (2007), é nesta fase que o Estado é “concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (p.41). Gramsci apresenta uma rica contribuição na discussão sobre o Estado, a partir das esferas da sociedade política e sociedade civil, porém, devido ao recorte utilizado nesta dissertação, não entraremos nestas discussões. Além de seus escritos, para aprofundar esta reflexão, consultar, entre outros, Coutinho (2011b e 2012) e Duriguetto (2007).

experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson *apud* MATTOS, 2012, p.85).

Thompson indica, em *A formação da classe operária inglesa*, dois momentos do processo de construção da consciência de classe dos trabalhadores – “de um lado a identificação de interesses comuns entre as mais variadas categorias profissionais. De outro, a identificação da oposição de interesses contra outra classe” (MATTOS, 2012, p.90).

Para Thompson (2004), o *fazer-se da classe* ocorre na vivência das relações, através do que extraímos como *experiência vivida* e *experiência percebida*. A experiência vivida é a experiência de cotidiano típico da própria classe, é uma vivência automática, sendo necessário algo que supere esta automação. A experiência percebida possibilita ao indivíduo identificar outros na mesma situação e tomar consciência de que, para modificar a realidade, é preciso se unir. Ao perceber-se, constrói *consciência de classe* e esta “percepção” tem a intermediação de um sujeito coletivo.

A experiência de classe é determinada pelas relações de produção em que os homens nasceram, logo, a *consciência de classe* seria “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (ibid., p.10). Neste sentido, não é possível aplicar nenhuma “lei” à consciência de classe, uma vez que nunca surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes.

Para Mattos (2007), Thompson resgatou a questão da determinação defendendo uma “simultaneidade” entre a manifestação de relações produtivas particulares e áreas da vida social. Partindo da assertiva marxiana fundamental da determinação da consciência social pelo ser social, Thompson recoloca-a em termos precisos, refutando a associação exclusiva entre “ser social” e “base econômica”. Nesta construção, a categoria determinação é reforçada, mas adquire um significado mais preciso que permite equilibrá-la com a perspectiva marxiana da luta de classes como motor da história:

A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas (Thompson *apud* MATTOS, 2007, p.47).

Em seus estudos, Thompson destaca a cultura como um elemento primordial na intermediação do indivíduo com a experiência percebida:

[...] ao lidar com a categoria “cultura” [...] Thompson propõe uma outra maneira de buscar e investigar as “experiências” dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana em seu dia-a-dia, e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico (FENELON, 1995, p.86).

A elaboração destas experiências em termos culturais, pode se constituir em consciência de classe. A formação de consciência advém da experiência que o sujeito vive no nível das relações sociais que mantém, inclusive, fora da esfera produtiva. Na análise do processo de consciência, Thompson percebe momentos diferentes e os localiza no tempo, ao pensar a classe trabalhadora. Para o autor, a consciência de classe dos trabalhadores pode ser vista como consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões, e por outro lado, como uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, enquanto contrários aos de outras classes, reivindicando um sistema alternativo.

Analisando a experiência de Londres destaca que um dos estágios da “auto-educação política de uma classe”, que se dava por meio de estudos direcionados – “ensinava-os a pensar, a se respeitarem e a desejar educar seus filhos. Elevava-os em suas próprias opiniões” (THOMPSON, 2004, p.170).

Fazendo referência às palavras de John Thelwall (um dos fundadores da *Sociedade Londrina de Correspondência*), ressalta a importância da dimensão do processo de mobilização e organização dos indivíduos, como possibilidade de promoção da liberdade humana:

[...] O que quer que leve os homens a se unirem... embora isso possa gerar alguns vícios, é favorável à difusão do conhecimento e, em última instância, promove a liberdade humana. Portanto, toda grande oficina e grande fábrica são uma espécie de sociedade política, que nenhuma lei do parlamento pode silenciar (ibid., p.204).

O autor escolhe a experiência da *fábrica* para analisar esta forma de união entre os trabalhadores³¹ e traçar o percurso de organização da classe a partir de uma série de acontecimentos. Analisando os processos iniciais de desenvolvimento da Revolução

³¹ Thompson vai tratar no segundo volume de sua obra sobre a “presença ameaçadora” da fábrica, como “símbolo de energias sociais” que possibilita o surgimento de sentimentos de esperança e de solidariedade entre os trabalhadores.

Industrial, entre 1790 a 1830³², ressalta que não é possível realizar uma “correspondência automática ou excessivamente direta entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social ou cultural” (THOMPSON, 2002a, p.15), porém, ressalta que o período demarca a formação da “classe operária”, definida a partir de um processo de formação da *consciência de classe*:

Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial (ibid., p.17).

O autor analisa que a experiência vivenciada pelos trabalhadores – da Revolução Industrial e do radicalismo popular – possibilitou, através de um processo de busca de teorização desta experiência, “uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe” (THOMPSON, 2002b, p.303), favorecendo uma consciência política. Destaca que o *fazer-se* da classe operária não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril, ao contrário, a própria classe “formou a si própria quanto foi formada”, sendo um “fato tanto da história política e cultural quanto da econômica” (THOMPSON, 2002a, p.17). O contexto político, cultural e econômico tem total influência sobre a formação da consciência e das instituições da classe.

Thompson destaca o papel da *subjetividade*, afirmando que não há passagem da experiência vivida para a experiência percebida sem que o sujeito se aperceba e faça suas próprias análises. A partir do momento em que ocorre um fato que o mobiliza, este sujeito passa a identificar relações e pode se aperceber como igual a outros na mesma condição:

[...] a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como “classes industriais” e, de outro, a Câmara não-reformada dos Comuns. De 1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas (THOMPSON, 2002b, p.304).

Neste processo de análise, salienta a relevância do desenvolvimento da leitura para a organização dos trabalhadores citando experiências de instituições educacionais para

³² Nos primeiros anos da Revolução Industrial “o movimento de resistência às leis de propriedade tomava a forma, não só de atos criminosos individuais, mas também de ações insurrecionais esporádicas e fragmentárias” (THOMPSON, 2004, p.64). A ação direta sobre injustiças particulares emerge nos grandes levantes políticos e em formas organizadas de ação ilegal, como uma ação popular “para reimpor a economia moral mais antiga, em detrimento da economia livre de mercado” (ibid., p.71).

trabalhadores, “Sociedades de Leitura”, reuniões para leituras coletivas e publicações extra-oficiais de confronto à ordem vigente.

Os artesãos [...] suspeitavam profundamente de uma cultura estabelecida que os excluía do poder e do conhecimento, e responderam aos seus protestos com homilias e ensaios. As obras do Iluminismo chegaram a eles com a força de uma revelação. Desta forma, um público leitor, cujo caráter era cada vez mais operário, foi obrigado a *se organizar por si mesmo* (THOMPSON, 2002b, p.321-322).

Thompson destaca o papel da imprensa operária – que trazia notícias sobre as lutas, debates sobre a teoria sindical e socialista – concluindo que esta demonstrou uma influência fundamental para o movimento que se modelava junto à classe: “a classe operária não se encontrava mais em seu fazer-se, já estando feita” (ibid., p.323):

[...] as experiências dos vinte e cinco anos anteriores tinham preparado a mentalidade dos homens para o que agora podiam ler [...] Entre esses jornais menores, entre 1817 a 1832, havia muitos pensamentos originais e exigentes, que viriam a moldar a consciência política de classe (ibid., p. 329 e 361).

O desenvolver deste processo levou a classe a identificar um antagonismo essencial entre interesses, entre o capital e o trabalho:

[...] os trabalhadores vinham chegando à maturidade, tornando-se conscientes dos seus próprios interesses e aspirações enquanto classe. Não havia nada de irracional ou mecânico em apresentarem uma crítica do capitalismo enquanto sistema, ou em projetarem idéias “utópicas” de um sistema alternativo mais racional (ibid., p.407-408)³³.

Podemos identificar, a partir da contribuição dos autores trabalhados, uma série de similitudes quanto à análise do processo de formação da consciência de classe. Neste momento, damos destaque à percepção da consciência como algo não estável, mecânico, ao contrário, como movimento dialético.

A consciência se processa em movimento, nas palavras de Iasi (2012), “a consciência é, antes de mais nada, relação” (ibid., p.125). Os momentos da consciência equivalem aos momentos da *classe em movimento*, cada um desses momentos é expressão da consciência de classe: “é tão consciência de classe a alienação e o senso comum como a consciência da necessidade de transformação revolucionária da ordem do capital” (p.320).

³³ Diversas doutrinas sociais influenciaram a imaginação das massas neste período, entre elas o owenismo. Robert Owen de New Lanark – dono de fábrica paternalista e *sefl-made man*. Thompson destaca que o socialismo owenista possuía dois elementos fundidos: a filantropia do Iluminismo e a experiência de trabalhadores que desenvolveram suas perspectivas de análise. Baseado nas idéias de Owen, “o socialismo cooperativo pretendia simplesmente remover o capitalismo, de forma indolor e sem nenhum embate, pelo exemplo, pela educação e pelo seu crescimento dentro do próprio capitalismo, a partir de suas aldeias, oficinas e lojas [...] seu propósito era “elevantos”; sua riqueza não seria retirada dos possuidores atuais, mas seria uma “riqueza produzida de modo novo” (THOMPSON, 2002b, p.409).

Importa destacar que, mesmo inserido num processo coletivo, o amadurecimento subjetivo da consciência de classe ocorre de forma desigual, determinado por fatores ligados à vida e à percepção singular de cada indivíduo. Disso decorre a possibilidade de ocorrer uma “dissonância” entre o indivíduo e sua classe, “surgindo a questão do indivíduo revolucionário inserido num grupo que ainda partilha da consciência alienada” (IASI, 2011a, p.36). Iasi (2012) salienta ainda que não somente a subjetividade interfere no amadurecimento da consciência de classe, mas o próprio movimento histórico da classe na dinâmica da luta de classes:

O destino da consciência está inevitavelmente ligado ao destino da classe: se esta consegue, em seu processo de formação, se constituir na luta de classes como uma força autônoma, pode produzir momentos de consciência de classe que expressam tal autonomia; se a classe consegue em sua ação superar a sociedade do capital, pode gerar as bases para uma nova consciência; mas se a classe sofre uma derrota, se politicamente não consegue ir além dos limites do sociometabolismo do capital, a consciência acompanha o acomodamento, refluindo e se desconstituindo novamente em alienação (IASI, 2012, p.17).

Estas relações colocam ao proletariado a necessidade de ir além de se assumir enquanto classe, mas assumir para além de si mesmo, como *classe para si*, se colocando diante da tarefa histórica de superação da ordem do capital. Para o autor, é neste momento que a consciência pode assumir uma dimensão verdadeiramente genérica, pois passa a ser a representação do ser genérico como “indivíduos diretamente ligados à história universal” (ibid., p.118).

Partindo da premissa expressa por Marx na *Tese XI sobre Feuerbach* de que “os filósofos limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*” (MARX e ENGELS, 2010, p.113), torna-se imprescindível afirmar que a transformação não é somente um ato de consciência, uma vez que é inseparável da atividade material, ao contrário, deve estar ligada a uma ação prática, a uma *práxis*³⁴. Nos *Manuscritos* Marx desenvolve as bases da categoria práxis, que desempenhará uma função central na estrutura ontológica do ser social – “ao considerar o homem como ser prático e social e a práxis como a totalidade das objetivações do ser social, constituída e constituinte” (NETTO, 1981, p.60). Essa ação proporciona o alcance da *emancipação humana*, como superação da ordem societária vigente:

³⁴ Vázquez (1977) destaca que a concepção marxista de práxis representa um avanço, uma superação do materialismo tradicional e do idealismo: “a práxis é a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo” (ibid., p.05). Esta é concebida não como uma mera atividade da consciência, mas como atividade material do homem social.

A emancipação humana, neste sentido, é simultaneamente a emancipação do trabalho como mero meio de vida, superação da forma mercadoria e da mediação do capital como condição primeira da sociabilidade humana e, também, da superação do Estado. Nesta emancipação, o ser particular transforma-se em ser genérico sem perder sua singularidade; ao contrário, esta emancipação é a condição para recuperar sua singularidade enquanto ser social (IASI, 2012, p.116).

Abriremos aqui um campo de discussão dentro do marxismo, que delimitará a intensidade da ação política e suas alternativas no cenário da luta de classes, fazendo uma correlação entre a contribuição dos autores acima e o pensamento de Marx.

1.6 Emancipação política e Emancipação humana como campo de ação da classe

Em *A questão judaica* encontramos que a assertiva de que é preciso responder a três questões para se avaliar de qual emancipação falamos: a quem deve emancipar? Quais homens deverão ser emancipados? Que condições se tornam fundamentais na essência da emancipação que se procura? (MARX, 2005, p.17)³⁵.

Discute a relação entre *emancipação política* e *emancipação humana*. A *emancipação política* encontra-se no terreno da emancipação do homem no campo da cidadania, possuindo, portanto, uma insuficiência, apresentando uma igualdade “puramente legal”: “os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o *Estado* poder libertar-se de um constrangimento sem que o homem se encontre *realmente* liberto; de o Estado conseguir ser um *Estado livre* sem que o homem seja um *homem livre*” (ibid., p.20). Neste sentido, afirma que “a emancipação política não constitui a forma plena, livre de contradições, da emancipação humana” (ibid., p.20).

O autor reconhece o progresso da emancipação política, porém, afirma que esta não constitui como a forma final de emancipação humana, pois está delimitada aos limites da ordem vigente – a emancipação política é a emancipação possível dentro do capitalismo, é o máximo que o Estado irá alcançar³⁶. Destaca ainda que “os libertadores políticos reduzem a cidadania e a comunidade política a simples meio para preservar os chamados direitos do

³⁵ Duriguetto (2007) destaca que o centro da discussão de Marx nesta obra é a “denúncia do dualismo contraditório entre a universalidade dos valores éticos do homem público e a conservação do seu particularismo no âmbito privado, o que marca a formalidade e a abstração da formação de uma vontade geral como ‘emancipação política’” (p.49).

³⁶ Neste ponto, inserimos a assertiva de Duriguetto (2007, p. 50), que nos indica o tipo de emancipação tratada e seus limites: “Os ideais de uma ordem político-econômica que compreende cidadãos ‘livres e iguais’, sufrágio universal e igualdade política eram um importante passo, mas seu potencial “emancipador” era minado pela desigualdade de classe e pelas conseqüentes restrições no âmbito das escolhas dos cidadãos nas esferas sócio-políticas e econômicas”.

homem” (ibid., p.33). Direitos esses baseados no homem egoísta, limitado a si próprio e ao seu interesse privado.

[...] o homem não se emancipou da religião, mas sim recebeu a liberdade religiosa. Não ficou livre da propriedade; recebeu a liberdade da propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio. A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade civil em indivíduos independentes, cujas relações são regulamentadas por lei, da mesma maneira que as relações entre os homens nas ordens e guildas eram reguladas por privilégio, cumprem-se num só e mesmo ato (MARX, 2005, p.36).

Para o autor, a emancipação política é a redução do homem a membro da sociedade civil, indivíduo egoísta, cidadão. Para se alcançar a *emancipação humana*, torna-se necessário o rompimento com este modo de produção e organização da sociedade, tornando-se os homens verdadeiramente livres.

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais se separar de si esta força social como força política (ibid., p.37).

Ao se emancipar politicamente o homem emancipa-se de modo *desviado*, através da mediação do Estado, que se apresenta como intermediário entre o homem e a liberdade – “desejando emancipar-se politicamente, sem emancipar-se humanamente, o desajustamento e a incoerência não residem inteiramente em vocês, mas na característica e na categoria da emancipação política” (ibid., p.29).

Cabe ressaltar, no entanto, que Marx e Engels (2009) não negam as necessidades imediatas, ao contrário, destaca que é a partir da luta por garanti-las (como, por exemplo, a luta pelo direito à moradia) que se pode conduzir a novas necessidades, que caminhem para a alteração da forma de sociabilidade que estamos inseridos – “a própria necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades” (ibid., p.41). Para empreender ações na construção da história, o homem precisa estar, primeiramente, em condições de viver:

Não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais (...) de modo algum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário de qualidade e na quantidade perfeitas. A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas (ibid., p.35).

Daí a assertiva de que, reconhecer os limites da emancipação política, não significa afirmar sua negação, ao contrário, a partir da emancipação política é possível criar um novo patamar da luta de classes, construindo condições, objetivas e subjetivas, favoráveis para se alcançar a emancipação humana.

Os autores ressaltam que as lutas no âmbito do Estado, são expressões da luta real das diferentes classes entre si que aspiram ao domínio. No caso do proletariado, sua chegada ao poder é condicionada pela “superação de toda a velha forma da sociedade e da dominação em geral, têm primeiro de conquistas o poder político para representar seu interesse como interesse geral” (MARX e ENGELS, 2009, p.48).

Na discussão sobre os limites da *emancipação política*, Iasi (2011a) destaca que o problema de fundo remete ao fato de “o ser humano não se reconhecer como humano, atribuindo sua sociabilidade para algo além de si; não se reconhecer no outro, em sua genericidade, mas através de uma mediação” (IASI, 2011a, p.50), seja mediação da religião, seja mediação do Estado.

Analisando o Direito como campo da luta de classes, Iasi (2011b) destaca que se identifica uma incorporação do pensamento aristotélico de que devemos “*tratar os iguais como iguais e os desiguais com desiguais*”, apresentada pelos defensores do direito como uma característica da equidade. Segundo o autor, a noção de igualdade x desigualdade é incorporada pela tese aristotélica, sendo deslocada do contexto e do texto do filósofo, uma vez que Aristóteles jamais considerou que duas pessoas podiam ser iguais.

Esta incorporação é produzida num campo de disputa, o campo da luta de classes, onde o conjunto de signos ideológicos são instrumentos de poder. Compreender estas e outras situações torna-se relevante para “desmistificar” o discurso do direito burguês. Para tanto, é preciso tomar o Direito como “uma forma particular de Direito, mas especificamente aquela forma que corresponde a determinada época histórica e sua conformação societária específica, com suas determinações econômicas, políticas e formas de consciência que lhes correspondem” (ibid., p.176).

A luta por direitos está inserida no contexto do direito burguês, “a identidade como cidadãos é um campo de universalidade possível daquilo que na existência real do intercâmbio material é base de conflito” (IASI, 2011a, p.52). Porém, esta constatação não deve ser “paralisante”, pois é justamente dentro da ordem burguesa que se encontra a possibilidade de realizarmos uma ação subversiva para superá-la revolucionariamente:

As determinações da totalidade afetam não apenas àqueles que estão submetidos à alienação, ou que não desenvolveram uma consciência crítica,

ou ainda aqueles que aderiram profissionalmente a um compromisso ético-político de horizontes emancipatórios, mas a todos [...] Não podemos escolher viver em uma realidade alternativa e se partilharmos a mesma comunidade semiótica é porque partilharmos a mesma base material que lhe serve de fundamento, ou seja, as relações constitutivas do capital (IASI, 2011b, p.177).

Estas determinações são produtos da ação histórica dos homens e são a base real do direito e dos valores que o fundamentam. Marx e Engels já afirmavam que os códigos jurídicos são a expressão das relações sociais materiais; na constituição do capital, que se funda na forma mercadoria, ocorre a separação do ser social em “produtores privados de distintas mercadorias”, os transformando em indivíduos – “reduzidos à forma de indivíduos, torna-se ainda necessário que se igualem na condição de sujeitos de direito, mas esta também é uma pré-condição das relações capitalistas” (ibid., p.179).

É a partir destas determinações que devemos analisar o cenário das lutas sociais no campo da emancipação política e emancipação humana no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

Cabe destacar que, mesmo diante da importância das lutas em torno da emancipação política, não podemos deixar de considerar que estas ainda se circunscrevem no âmbito deste modo de produção, ou seja, a “conquista por direitos” ainda se vincula à dimensão da propriedade privada, mesmo sendo uma afirmação coletiva.

A emancipação humana pensada por Marx como a restituição do mundo e das relações humanas aos próprios seres humanos, “exige a superação de três mediações essenciais: da mercadoria, do capital e do Estado” (IASI, 2011a, p.56), mediações centrais para a produção e reprodução do fetichismo e da reificação. Este complexo de alienações que deverá ser superado pela *emancipação humana*.

Porém, importa ressaltar que *emancipação política* e *emancipação humana* são distintas, mas não são divergentes, se relacionam dialeticamente. A primeira é uma expressão da segunda, é uma parte constitutiva, por mais que seja limitada. Como o próprio Marx afirmou a *nova sociedade* já está presente na sociedade anterior, suas condições estão dadas nesta ordem.

Nas análises do materialismo histórico-dialético, o capitalismo constrói seu próprio *dever*, possibilitando a partir do desenvolvimento das forças produtivas, a constituição de uma classe destituída da distribuição de riqueza produzida pela exploração de sua força de trabalho, proporcionando sua organização e um processo de formação de consciência que a impulse na luta pela superação do modo de produção:

[...] é necessário que tenha criado uma grande massa da humanidade absolutamente “destituída de propriedade” e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado de seu desenvolvimento [...] só com esse desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* dos homens, que por um lado produz o fenômeno da grande massa “destituída de propriedade” em todos os povos ao mesmo tempo, tornando todos eles dependentes das revoluções uns dos outros e, por fim, colocando indivíduos empiricamente universais, indivíduos *histórico-mundiais*, no lugar de indivíduos locais (MARX e ENGELS, 2009, p.50/51).

Uma concepção do processo de superação desta história assenta no desenvolvimento do processo real da produção, encontrando alguns resultados: (1) o desenvolvimento das forças produtivas atinge um estágio de destruição e produz uma classe que tem de suportar os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta, classe esta que é forçada ao antagonismo a todas as outras classes, “uma classe que constitui a maioria dos membros da sociedade e da qual deriva a consciência sobre a necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista”; (2) o poder social de domínio de uma determinada classe da sociedade decorre da sua propriedade, “tem sua expressão *prático-idealista* na respectiva forma de Estado”; (3) em todas as revoluções anteriores o modo da atividade permaneceu sempre intocado, “a revolução comunista se dirige contra o modo da atividade, elimina o trabalho e supera o domínio de todas as classes suprimindo as próprias classes”; (4) “tanto para a produção massiva dessa consciência comunista quanto para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se num movimento prático, numa *revolução*” (ibid., p.56).

Este estágio de desenvolvimento e superação constitui o que na tradição marxista denomina-se *emancipação humana*, que possibilitará a superação da base da acumulação do capital, fazendo com que o homem volte a ter domínio sobre as esferas da produção e relações sociais.

Com a superação da base, da propriedade privada, com a regulação comunista da produção e o aniquilamento a ela inerente da alienação com que os homens se relacionam com o seu próprio produto, o poder da relação de procura e fornecimento se dissolve em nada e os homens voltam a ter sob o seu domínio a troca, a produção, o modo da sua mútua relação (ibid., p.50) [...] O comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deva ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade [terá] de se regular. Chamamos de comunismo ao movimento *real* que supera o atual estado de coisas. As condições desse movimento resultam do pressuposto atualmente existente (ibid., p.52).

A emancipação humana deve proclamar o *fim da pré-história da humanidade*³⁷, estabelecendo a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu mundo, a fim de que este possa assumir, de forma consciente e planejada, o controle do destino humano (MARX e ENGELS, 2009, p.59).

Para se atingir a emancipação humana não basta uma ação política, é preciso que se construam as condições materiais necessárias, entre elas a capacidade de produzir em abundância os meios necessários à vida, a fim que se equalize a expressão “de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo sua necessidade”.

A humanidade não pode escolher as circunstâncias e a base material sobre a qual constrói as alternativas de seu desenvolvimento, mas pode agir sobre essa base que não é de sua escolha e alterá-la, deixando-a radicalmente transformada para as gerações futuras (IASI, 2011a, p.68).

Mas como construir processos que nos eleve à emancipação humana se nos encontramos submersos na ordem do capital, que permeia nossa vida cotidiana com relações reificadas que afetam diretamente o processo de formação da consciência de classe, uma consciência crítica que leve os indivíduos e grupos sociais a uma práxis revolucionária³⁸?

Uma primeira assertiva a recuperar é de que “a consciência não está além do desenvolvimento histórico real” (LUKÁCS, 2003, p.186). As gradações na consciência de classe do proletariado dizem respeito às necessidades históricas objetivas que constroem a “possibilidade objetiva do tornar-se consciente” (ibid., p.189). Neste sentido, o processo de formação da consciência de classe é permeado de avanços e recuos. Como afirma Iasi (2012), “a chave do movimento das formas da consciência é uma contradição, ou um jogo de contradições, cuja síntese é uma não correspondência entre a antiga visão de mundo e o mundo real em movimento” (p.231).

Acreditamos que um importante instrumento para favorecer este processo de formação da consciência de classe, são os processos de luta, a ação coletiva, desde que fundada numa ação política revolucionária. Estudar os processos de luta não apenas como instrumentos de organização da classe, mas como estratégias que interferem também nos processos individuais de formação, uma experiência pela qual os indivíduos despertam para a perspectiva do

³⁷ “Pré-história no sentido que as formas de associação constituídas pelos seres humanos em sua aventura sobre a terra têm sido marcadas pelo traço da subordinação dos seres humanos a algo colocado fora deles [...] No caso da sociedade de classes, essas relações estranhadas se expressam no corpo do Estado” (IASI, 2011a, p.58).

³⁸ Vázquez (1977) analisa que a consciência comum pensa os atos práticos e não faz da práxis uma atividade social transformadora. Tem-se a carência de sentido da ação transformadora que faz com que a consciência comum manifeste opiniões depreciativas e negativas quanto ao alcance da atividade prática revolucionária. Quando esse homem comum observa a atividade do homem revolucionário e a julga como inútil, incapaz de alterar a realidade: “sua consciência se insere numa atmosfera de pensamento tendente a desvalorizar o homem como ser social, ativo e transformador” (ibid., p.10).

humano-genérico (cada um com uma intensidade diferenciada). Iasi (2012) ao estudar a importância do grupo no processo da consciência, realiza uma síntese que traduz de forma exemplar aspectos que procuramos identificar na experiência pesquisada:

[...] se a consciência é a internalização de certas relações sociais, a inserção da pessoa em novas relações sociais pode, de igual forma, permitir novas internalizações. A pessoa vive suas relações num certo contexto material (A), estabelece vínculos e desenvolve processos de identidade que permitem assumir como seus os valores (ideias A) expressos por outras pessoas. Seguindo sua vida, encontra-se em outro contexto material (B), estabelece novas relações, novos processos de identidade com outras pessoas e pode, da mesma forma, assumir novos valores (ideias B) que podem reforçar e reproduzir os antigos ou entrar em contradição com estes. Isto não significa uma mudança imediata de consciência; uma vez que os velhos valores continuam ativos, muito provavelmente o que se segue é uma crise na qual os novos valores entram em choque com os velhos, que nada mais são do que a expressão ideal da contradição entre os dois contextos materiais distintos (ibid., p.230).

Compreender as formas de atuação da classe e identificar os momentos do processo de formação da consciência de classe exige, necessariamente, compreender qual o *movimento da classe* num determinado contexto sócio-histórico. A perspectiva revolucionária da ação coletiva de um grupo social, não pode estar desassociada da perspectiva revolucionária da classe – as condições objetivas e subjetivas que viabilizem a superação da ordem vigente devem estar dadas para que a ação revolucionária cumpra seu *dever histórico*.

Neste estudo nos propomos a identificar como o processo de formação se consciência de classe se desenvolve no cotidiano, a partir de um território específico – a ocupação urbana. As ocupações surgem como uma das principais estratégias de luta desenvolvidas pelos movimentos sociais urbanos no Brasil a partir da década de 1980.

Analisar o processo de formação da consciência de classe a partir da experiência de uma ocupação urbana nos impele, primeiramente, a identificar como se compõem este território, como está o cenário da luta de classes a partir da configuração das classes e em que contexto se desenvolve estas lutas coletivas que levam sujeitos sociais a se organizarem como forma de embate aos mecanismos de opressão e exploração da ordem vigente.

De forma a compreender as determinações históricas e estruturais que afetam a configuração de classes no capitalismo contemporâneo, procuramos recuperar o cenário da *crise estrutural* do capital instaurada desde a década de 1960, passando por seus efeitos centrais – a mundialização e financeirização do capital, a ideologia neoliberal, a refuncionalização do Estado e a reestruturação produtiva – que afetam diretamente as classes, a partir das alterações no mundo do trabalho.

Objetivamos identificar o reflexo das transformações societárias na configuração das classes e no campo de luta que se estende a partir de uma das manifestações da questão social imposta pelo desenvolvimento da lógica de acumulação do capital – a *questão urbana*. Compreendendo que a lógica de apropriação do território e espaço urbano delimita o cenário das lutas sociais, identificamos o surgimento de um novo grupo – o movimento social urbano – através do qual se torna possível traçarmos de forma histórica o objeto de pesquisa desta dissertação.

CAPÍTULO 2 – LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A luta de classes sob o capitalismo relaciona-se intrinsecamente com o processo de expansão e crise da ordem que lhe sustenta, a burguesa. No contexto de sua crise, onde verificamos a contradição estabelecida entre o desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, Marx e Engels (2010, p. 51) nos apontam:

As forças produtivas já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e assim que vencem esse obstáculo, desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa.

Em condições de acirramento desta contradição, abre-se o período de crise, momento de possibilidades para o desenvolvimento de um projeto alternativo à ordem vigente. Como nos lembra Iasi (2008), “o ciclo burguês demonstrava simultaneamente o vigor de sua hegemonia e o germe das contradições que, ao desenvolver, apontaria para a superação da ordem do capital” (p.08). Porém, cabe ressaltar que, neste mesmo cenário, onde se torna possível estabelecer um momento de *revolução social* capaz alterar a ordem, a ordem burguesa cria uma ofensiva do capital de forma a impedir que sua hegemonia seja abalada. Esse movimento se deu ao longo da história, nos diferentes momentos de expansão e reestruturação do capitalismo.

Neste capítulo, abordaremos o contexto do capitalismo contemporâneo que afeta diretamente a configuração das classes e das lutas sociais empreendidas. Deparamo-nos no final da década de 1960 e princípio dos anos 1970 com uma nova crise do capital – fruto de suas crises cíclicas - porém, agora reconhecida como uma crise estrutural, conforme nos aponta Mézáros (2011). Abordaremos sobre o papel e relevância da crise do capital no processo de conformação das classes sociais, especificando três conjuntos de estratégias implementadas pelo capital no contexto de sua crise estrutural, a saber: a mundialização e financeirização; a ideologia neoliberal e refuncionalização do papel do Estado; e a reestruturação produtiva e alterações no mundo do trabalho. Apresentaremos ainda o impacto destas estratégias na configuração da classe trabalhadora, fator esse que irá configurar o cenário da luta de classes onde se desenvolvem as lutas sociais.

Num segundo momento, a fim de discutir o contexto das lutas pelo território no Brasil, a partir da intervenção dos movimentos sociais urbanos, discutiremos a questão urbana e sua

constituição no país, tendo como eixo de análise a apropriação do território pela lógica do capital e a relevância das lutas sociais como forma de enfrentamento a este quadro.

2.1 A crise e reestruturação do capitalismo na contemporaneidade

O capitalismo experimenta profundas modificações em seu ordenamento e em sua dinâmica, afetando diretamente a estrutura social, econômica e as instâncias políticas das sociedades nacionais. Behring (1998) resgata a perspectiva de que “as formas concretas que esse modo de produção engendra em cada momento histórico são resultantes da interação de uma série de variáveis parcialmente independentes entre si” (p.112).

A teoria de Marx, no que diz respeito ao estudo da sociedade burguesa, situa a acumulação de capital no centro da análise, como o “motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista” (HARVEY, 2005b, p.41). Este fato, ademais, exprime o caráter dinâmico e expansível do sistema capitalista, como uma “força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (ibid., p.41).

Esta característica do sistema capitalista provoca um processo de contradições internas, crises e tensões, que são inerentes ao seu desenvolvimento, ou seja, “as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (ibid., p.43). Em seu progresso da acumulação, o capital sempre encontra barreiras e limites que propiciarão crises de naturezas diversificadas, dependendo das condições postas em cada momento histórico. Estas crises constantes, cíclicas, possuem o efeito de expandir a capacidade produtiva e criar condições para a renovação da acumulação. Todavia, a crise instaurada no capitalismo a partir do final dos anos 1960 possui uma particularidade em relação às crises cíclicas experimentadas pelo capital até então. Iremos dela tratar.

2.1.1 A *crise estrutural* do capital

Durante cerca de duas décadas, no decorrer do pós-guerra, o capital havia tomado uma expansão e revitalização sem precedentes, incluindo em sua órbita a totalidade das forças produtivas globais e uma reestruturação econômica que atendesse ao complexo militar-industrial emergente (MÉSZÁROS, 2011). A partir do final dos anos 1960, após um longo período de acumulação de capitais durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo começou a dar sinais de um quadro crítico, promulgando “um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza” (HARVEY, 2005a, p.119). Nas análises de Mandel

(1990), o sistema capitalista começou a perder sua credibilidade de garantidor de melhores condições de vida, pleno emprego e de liberdades democráticas, passando a entrar em uma nova crise cíclica de estagnação, acarretando o crescimento do desemprego, da inflação e do custo de vida.

Mandel (1990) caracteriza as crises do capitalismo como crises cíclicas compostas por “ondas longas”, marcadas por um período de estagnação e um período de retomada de crescimento. O autor levanta dois tipos de ciclo: as *ondas longas com tendência expansiva*, onde “as fases de recessão são mais curtas e menos profundas e as de retomada e de *boom* mais longas e mais prósperas” (p.223); e as *ondas longas com tendência à estagnação*, onde “as recessões são mais longas e mais profundas enquanto as retomadas são mais curtas e menos expansivas” (p.223). Segundo o autor, este período de 74/85 vivencia o segundo ciclo.

Já para Mészáros (2011), a crise que se instaura no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, é uma crise duradoura, sistêmica e estrutural. Com base nesta assertiva, Antunes (1999) reforça que “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*” (ibid., p.31), o que é também tratado por Mészáros (2011):

[...] não estamos mais diante de subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico (ibid., p.69).

Para o autor, o que se estava em jogo era a natureza da produtividade do capital que proporcione sua “implacável autoexpansão alienada como produtividade destrutiva” (ibid., p.85). O desenvolvimento do complexo militar-industrial já se tornara inoportuno; a industrialização nos países do terceiro mundo adquirira dinâmica própria, entrando em contradição com os objetivos “metropolitanos”; e a intervenção estatal direta no processo de reprodução do capital fracassara.

Devido a esse conjunto de elementos, esta nova crise do capital não pode ser explicada em termos de uma crise *cíclica* tradicional, “à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital” (ibid., p.41).

Identifica três dimensões centrais que assinalaram a erupção da crise estrutural do capital: 1) as relações de exploração dos países subdesenvolvidos pelos países capitalistas

“metropolitanos”; 2) os problemas e contradições dos “países capitalistas avançados”, tomados em si e na conjunção de uns com os outros; e 3) o confronto, político e/ou militar, de diversos vários países pós-capitalistas ou sociedades do “socialismo real”³⁹.

A reestruturação da economia necessita gerar um novo tipo de produtividade que garantisse as necessidades de autoexpansão do capital, estabelecesse uma alternativa ao complexo militar-industrial e uma nova relação com o terceiro mundo a partir do “reconhecimento das dependências recíprocas e necessárias *interdeterminações*” (MÉSZÁROS, 2011, p.87). Antunes (1999) analisa que “presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expressão e liberalização dos capitais financeiros.” (p.32).

O capital inicia neste período um processo de reorganização, como resposta à sua crise e de seu sistema ideológico e político de dominação.

2.1.2 A mundialização e financeirização do capital

Segundo Chesnais (1996), a mundialização é resultado de dois movimentos interligados, porém distintos: a longa fase de acumulação ininterrupta do capital desde 1914 e as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas aplicadas na década de 80, a partir dos governos Thatcher e Reagan. A internacionalização se apresenta a partir de três dimensões – o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou capital financeiro.

Esse processo é impulsionado pelos organismos multilaterais e pelos grupos industriais transnacionais, que atribuem um “caráter cosmopolita à produção e consumo [...], radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado, que estrutura as relações de dependência entre nações no cenário internacional⁴⁰” (IAMAMOTO, 2011, p.107).

A autora destaca que a expansão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e bancário abrindo margem para o domínio do *capital financeiro*. O capital industrial não é

³⁹ Estas dimensões podem ser identificadas a partir de três grandes confrontações sociais em torno dos fins da década de 1960: a *Guerra do Vietnã* demonstrando o colapso do intervencionismo agressivo norte-americano; o *Mai de 68* que demonstrou a fragilidade do capitalismo “avançado” bem no coração do sistema; e o crescimento das *contradições nas sociedades do “socialismo real”*, como parte integrante da crise estrutural geral (MÉSZÁROS, 2011).

⁴⁰ Segundo Iamamoto (2011), “o triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais, no lastro dos tratados internacionais como o *Consenso de Washington*, o *Tratado de Marrakech*, que cria a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo do Livre Comércio Americano (ALCA), e o *Tratado de Maastricht*, que cria a “unificação” européia [...] O espaço mundial torna-se *espaço do capital*” (p.109-110).

mais a característica determinante nesta nova etapa do desenvolvimento capitalista, o capital bancário passa a subordinar as operações comerciais e industriais e o capital financeiro passa a ser a “vitalidade das grandes potências em suas aspirações de hegemonia” (IAMAMOTO, 2011, p.102).

A esfera financeira representa o “posto avançado do movimento de mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p.239). A globalização financeira empreendeu uma capacidade de delinear um movimento de valorização “autônomo”, com características específicas, fazendo com que as instituições financeiras erguessem como uma “força independente todopoderosa perante os Estados, perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos, que arcam com o peso das ‘exigências dos mercados’” (ibid., p.39). No caso dos grandes grupos industriais e de serviços, desenvolve-se uma imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização. Os governos passam a criar condições que permitam ao capital concentrado atuar de acordo com seu interesse, com pouco controle.

Neste contexto, as finanças passam a ser concebidas como indústrias, sendo o “comércio de dinheiro de valores encarado como atividade transnacional, objeto de competição, no plano mundial” (ibid., p.240). São encaradas como indústria de exportação, um dos campos de valorização do capital que deve gerar lucros como em qualquer outro setor.

A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo [...] A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada (ibid., p.241).

A esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte, hoje elevada, dessa riqueza é captada ou canalizada em proveito da esfera financeira, e transferida para esta. Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros (ibid., p.246).

Segundo o autor, o próprio Marx já havia observado claramente a capacidade do capital monetário concentrado de viver à custa da esfera de criação de riqueza, no Volume III de *O Capital*, se constituindo como a forma mais alienada, mais *fetichizada* da relação capitalista. Iamamoto (2011) destaca que a globalização financeira elevou essa capacidade a um grau nunca antes visto.

O fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta as finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação gerada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que atuam mediante o efetivo respaldo dos Estados nacionais sob a orientação dos organismos internacionais, porta-vozes do grande capital financeiro e das grandes potências internacionais (IAMAMOTO, 2011, p.109).

Outro mecanismo de transferência de riqueza para a esfera financeira já identificada por Marx é o serviço da dívida pública. Os rendimentos dos juros tiveram aumento significativo através da securitização da dívida pública e da negociação desses títulos nos mercados de obrigações (CHESNAIS, 1996).

Há nos anos 1970 a ruptura do *Tratado de Bretton Woods* (firmado em 1944), que estabelecia uma moeda internacional na concorrência intercapitalista de forma a enfrentar uma possível instabilidade monetária e financeira mundial. No Tratado, as taxas de câmbio das moedas nacionais eram definidas por referência ao dólar.

Com a derrubada do sistema monetário internacional, “todas as moedas, inclusive o dólar, *voltaram a se confundir entre os ativos financeiros*, cuja valorização resulta de sua circulação e das variações de seu valor relativo” (ibid., p.248).

Sem freios, graças ao desmoronamento das barreiras que o sistema de Bretton Woods erguera provisoriamente, os instrumentos de liquidez criados pelo governo americano para financiar a dívida pública deram início à economia do endividamento [...] Os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo, sem dúvida o mais decisivo, de um processo que colocou, primeiro os países do Terceiro Mundo, e hoje o sistema mundial como tal, à mercê do capital rentista (ibid., p.251).

Quando o capital portador de juros ressurgiu com todo o poder neste período, o crescimento dos mercados de títulos de empresa é expressivo, devido ao movimento da acumulação financeira e das medidas de desregulamentação (CHESNAIS, 2005). A nova configuração do capitalismo dispõe o capital portador de juros no centro das relações econômicas e sociais, tem-se então, a *acumulação financeira*.

Por acumulação financeira entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços (ibid., p.37).

A elevação da dívida pública, proporcionada pelo alastramento da criação de créditos e empréstimos, permitiu que se “impusessem medidas de ajuste estrutural e se iniciassem processos de industrialização” (ibid., p.40), levando a uma intensificação da dominação

política e econômica dos países capitalistas centrais. A dívida pública, portanto, alimenta continuamente a acumulação financeira através das finanças públicas, tornando recorrente a busca por financiamentos, através de empréstimos, favorecendo com as rendas elevadas que “beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas” (CHESNAIS, 2005, p.41). Em contrapartida, a dívida pública “gera pressões fiscais fortes sobre as rendas menores e com menor mobilidade” (ibid., p.42), favorecendo, como exemplo, uma política tão comum nos países “em desenvolvimento” – as *privatizações*. Os países de Terceiro Mundo incentivados a adquirirem empréstimos, que seriam aparentemente vantajosos, sofreram drasticamente as conseqüências, com taxas de juros elevadíssimas que impulsionam a crise da dívida nestes países.

Segundo Iamamoto (2011), o capital mundializado contribui para o acirramento da concentração da riqueza e a polarização da miséria e pobreza, “potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a *questão social*” (ibid., p.111). Como reflexo desta “transferência de riqueza” entre as classes e entre países, destaca o aumento do desemprego crônico, a precariedade das relações de trabalho, as contenções salariais, a “flexibilidade” das condições e relações de trabalho e o desmonte dos sistemas de proteção social.

A exploração das diferenças de valor e de preço entre países não ocorre nas matérias-primas, mas no preço de compra da força de trabalho e nas taxas de rendimentos permitidas pela ausência de regulamentação do trabalho, do direito de se sindicalizar e de proteção social. As filiais no exterior e as redes de subcontratação sustentam os lucros e os valores acionários. Elas também criam, nos países de origem dos grupos, as condições de forte pressão para tentarem impor aos assalariados as “reformas” que organizam o retrocesso social (CHESNAIS, 2005, p.55-56).

A mundialização e a financeirização do capital articula, dentro de um mesmo processo que busca restabelecer a hegemonia do capital, a refuncionalização do Estado, a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal, integrando “processos econômicos, políticos e ideológicos, que alimentam o crescente movimento de valorização do capital, realizando a *subsunção real da sociedade ao capital*” (IAMAMOTO, 2011, p.114).

Passaremos a cada um desses processos adiante.

2.1.3 A ideologia neoliberal e a refuncionalização do Estado

Com a mundialização da economia, torna-se necessário a criação de instituições políticas mundiais capazes de dominar seu movimento, criando estratégias para que a

sociedade se *adapte* às novas exigências e obrigações. Chesnais (1996) destaca que esta adaptação, pressupõe, “que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p.25).

Para isso são pensadas as políticas neoliberais, instituindo o neoliberalismo como um novo regime de regulação social. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo, como fenômeno distinto do liberalismo clássico, nasceu no pós-guerra nos países onde imperava o capitalismo, como uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ibid., p.09)⁴¹. Porém, as ideias neoliberais só vão ganhar visibilidade e respaldo teórico a partir da crise do capital nos anos 70, indicando que a raiz da crise encontrava-se nos gastos sociais assumidos pelo Estado a partir da pressão exercida pelos sindicatos e movimento operário em geral.

O Estado é uma das figuras centrais para a manutenção da hegemonia do pensamento neoliberal, visto seu caráter estrutural e conservador da ordem burguesa, que faz dele, segundo Mandel (1982), um “instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas” (p.348). Nas análises do autor, este papel de conservação da ordem é mais evidente quando as relações de produção “são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias e revolucionárias” (idem).

Na conjuntura da crise, o desenvolvimento das lutas políticas da classe trabalhadora e o fortalecimento dos sindicatos, podem constituir-se uma ameaça direta ao modo de produção capitalista. Nas análises neoliberais, esse movimento havia “corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p.10).

O neoliberalismo se apresenta, portanto, como uma reação ideológica e política contra o intervencionismo estatal e a política do Estado de Bem Estar Social, defendendo como uma das alternativas para superar o quadro da crise atual e possibilitar o restabelecimento do processo de acumulação do capital, o desenvolvimento de uma *refuncionalização* do papel do Estado – a defesa do *Estado mínimo*. Um modelo de Estado com um papel **forte** no rompimento do poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, e **parco** nos pontos sociais e intervenções econômicas. Netto (1995) aponta que:

A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas funções legitimadoras: quando o

⁴¹ O teórico do neoliberalismo é Friedrich Hayek, escritor de *O Caminho da Servidão*, em 1944, onde ataca qualquer tipo de limitação de mercado por parte do Estado, com uma forte crítica à social-democracia.

grande capital rompe o ‘pacto’ que suportava o Welfare State, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais (ibid., p.99).

Tomando a particularidade da realidade brasileira, Draibe (1993) ressalta que, a partir da desestabilização dos pilares do Welfare State e da redução do papel do Estado no campo social, marcado pelo corte de gasto público e desativação de programas, há um processo de redução da universalidade e dos graus de cobertura, assistencializando os benefícios e privatizando a provisão de serviços sociais.

No campo das políticas sociais, estas assumirão uma “nova feição, compatível com as estratégias de acumulação” (DURIGUETTO, 2008, p.54). A partir da condicionalidade da redução dos gastos públicos com políticas sociais, há a “transferência” desses serviços para o âmbito da sociedade civil, por meio do “terceiro setor” e da privatização dos serviços sociais. O setor privado passa a entrar no campo das políticas sociais por intermédio de contratos com o Estado.

Mattos (2007) ressalta que a face principal do neoliberalismo quando aplicado à ação estatal foi constituída pela redução das políticas sociais compensatórias e a derrubada das garantias legais dos “direitos trabalhistas” conquistados pelas lutas dos trabalhadores, que impunham limites à exploração direta do trabalho pelo capital. Associado a esta estratégia, como nos ressalta Duriguetto (2008), há a proliferação da lógica da *fragmentação* e *setorialização* das políticas que afetam diretamente o processo de mobilização dos trabalhadores:

[...] a focalização da política social contribui para a desmobilização dos trabalhadores, já que, entre outros fatores, despolitiza o acesso aos direitos e à política social, visto que não é necessária nenhuma reivindicação ou organização dos trabalhadores para ser “beneficiário” da política social focalizada, mas sim ser e manter-se pobre ou miserável [...] A lógica da fragmentação e da setorialização das políticas é também levada aos processos de formação das demandas dos movimentos sociais que tendem a circunscrevê-las no horizonte de políticas setoriais (ibid., p.59 e 60).

Harvey (2005a) destaca que a retirada gradual do Estado de bem-estar social, o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, se tornaram uma “virtude governamental” (ibid., p.158), disseminando a imagem de “governos fortes administrando fortes doses de remédios não palatáveis para restaurar a saúde de economias moribundas” (idem).

O Estado é chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas (ibid., p.160).

O Estado funcionaria, portanto, como um “esteio do capital privado, oferecendo-lhe, por meio de subsídios estatais, possibilidades de investimentos lucrativos” (IAMAMOTO, 2011, p.121) e propiciaria maior controle sobre os rendimentos sociais, a partir da hipertrofia de suas ações. A autora ressalta que “a mundialização não suprime as funções do Estado de reproduzir os interesses institucionalizados entre as classes e grupos sociais, mas modifica as condições de seu exercício” (ibid., p.121).

O neoliberalismo proporciona um conjunto de recomendações deferidas aos governos, visando à reforma do Estado e das suas políticas, difundindo, a partir da ideia do Estado mínimo, o mercado como o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos (DRAIBE, 1993). Raichelis (2006) destaca que o papel do Estado passa a ser traduzido pela trilogia: descentralização, focalização e privatização, reafirmando a necessidade de *complementariedade* do mercado:

[...] ao *Estado* cabe garantir o mínimo ao conjunto da população excluída do mercado de trabalho ou em situação de inclusão extremamente precária e desprotegida por meio de políticas *compensatórias, focalizadas e seletivas*, para atenuar o impacto negativo das medidas econômicas de ajuste estrutural [...] E ao *mercado* cabe a venda de serviços aos trabalhadores formais, cada vez em menor número, promovendo a *mercantilização* dos serviços sociais consagrados como direitos no decorrer das lutas históricas do movimento dos trabalhadores (ibid., p.22).

Associado a esta diretriz neoliberal há a defesa do *mercado livre*, remetendo, segundo Netto (1995), para a sua eficiência em termos de inovação e crescimento econômicos. Sua funcionalidade demanda a fundação de um projeto societário global que determina o “espaço legítimo” do Estado. Neste sentido, Behring (1998) adverte que, o que assistimos se constitui uma *contrarreforma* do Estado, expressa nos ajustes econômicos, sociais e institucionais que os Estados nacionais têm de implementar para receber os empréstimos e os investimentos produtivos dos capitais financeiros e das multinacionais.

Chesnais (1996) ressalta que a maioria dos países capitalistas perde sua capacidade de conduzir de forma independente seu desenvolvimento e criar políticas próprias, deixando os mercados nacionais sem uma especificidade própria. Há um processo externo, coercitivo, que impõe a cada país uma determinada linha de conduta, utilizando-se da intervenção política ativa dos governos para a implementação de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio. Dessa forma, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais puderam “destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente” (ibid., p.34).

Segundo Anderson (1995), os anos 1980 viram o triunfo da ideologia neoliberal na região do capitalismo avançado, sendo o modelo inglês, no governo de Thatcher, o pioneiro e o mais puro. Nos EUA, sob governo de Reagan, a prioridade neoliberal era a competição militar com a União Soviética como forma de derrubar a experiência comunista. No continente europeu desenvolveu-se um neoliberalismo mais cauteloso, com ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais. A hegemonia neoliberal foi se expandindo, a partir dos anos 1990, também aos países do Terceiro Mundo⁴².

Nesses países, as estratégias neoliberais alcançaram êxito no setor econômico, com o controle da inflação e do aumento da taxa de lucro das empresas, porém não conseguiram estabelecer nenhuma “revitalização” do capitalismo avançado (ANDERSON, 1995). A desregulamentação financeira cria condições para a inversão especulativa do que se produzia, fazendo com que a recuperação dos lucros não levasse à recuperação dos investimentos; há uma explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações fazem diminuir o comércio de mercadorias reais. No campo social, o neoliberalismo cria sociedades desiguais, derrota o movimento sindical, produz uma contenção dos salários e eleva as taxas de desemprego. Raichelis (2006) ressalta que o agravamento da questão social neste contexto é indissociável da “responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira” (p.19).

O modelo entra em crise, com um crescente endividamento dos países e ampliação exacerbada do desemprego. Porém isso não veio a sucumbir o projeto neoliberal, ao contrário, este se revitalizou. Esta revitalização ocorreu, entre outros motivos, pela vitória do capitalismo na Guerra Fria, com a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, entre os anos de 1989 a 1991, fazendo triunfar o modelo de capitalismo representado por Thatcher e Reagan⁴³.

⁴² A experiência do projeto neoliberal no Chile pode ser considerada como a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo [...] O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 1995, p.19).

⁴³ Um dos exemplos de “revitalização” do neoliberalismo é o surgimento da *Terceira Via* de Tony Blair, na Inglaterra, que, nos anos 1990, representou a vitória da economia livre de mercado, mesclando liberalismo com traços da “moderna” social-democracia. A Terceira Via tinha por objetivo dar continuidade ao processo desenvolvido por Thatcher, redesenhando a economia e política dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo. Segundo Antunes (1999), “a existência de condicionantes políticos e ideológicos extremamente favoráveis, dados pela hegemonia do neoliberalismo *thatcherista*, bem como das suas seguidas vitórias eleitorais, aliada ao seu ímpeto privatista e à defesa ideológica do sistema de livre mercado, constituíram-se no solo fértil sobre o qual se erigiu uma nova fase do capitalismo inglês (p.67). A Terceira Via acaba configurando-se como a preservação do que é fundamental do neoliberalismo, dando-lhe um frágil verniz social-democrático cada vez menos acentuado (ibid., p.99).

Política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (ANDERSON, 1995, p.23).

Cabe ressaltar que este processo não foi acompanhado de forma passiva pelo conjunto dos trabalhadores, diversas manifestações, greves, foram realizadas de forma a enfrentar a nova ofensiva do capital, porém, estas iniciativas foram vencidas e o novo modo de organização da produção, associado com sua reprodução ideológica, reproduziu um refluxo junto às organizações políticas da classe trabalhadora.

A vigência do projeto neoliberal, com seus enormes significados na estruturação jurídico-política e ideológica, e *o processo de reestruturação produtiva do capital* acabaram acarretando enormes conseqüências no interior da classe trabalhadora [...] Pode-se destacar a ausência de regulamentação da força de trabalho, a amplíssima flexibilização do mercado de trabalho e a conseqüente precarização dos trabalhadores, *particularmente no que concerne aos seus direitos sociais* [...] aumento crescente do desemprego, tanto estrutural quanto conjuntural (ANTUNES, 1999, p.89).

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis e o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos dos mercados. A ação do Estado frente a este segmento populacional passa a se legitimar por meio de ações de cunho assistencial e/ou o uso da violência. Na realidade brasileira, Mattos (2009) identifica três níveis de estratégias centrais utilizadas pelo Estado para conter o potencial explosivo da classe trabalhadora: a violência institucional, a contenção pela assistência e o investimento ideológico nas propostas de empreendedorismo, empregabilidade, inserção social, responsabilidade social, dentre outras. Ressalta que “todas estas estratégias encontram canais de difusão com enorme capacidade de penetração no imaginário dos trabalhadores” (ibid., p.21).

Dentro da estratégia da violência institucional, destacamos a *criminalização da pobreza e dos movimentos sociais*. Segundo Yamamoto (2011) esta criminalização não é “livre”, ao contrário, é uma estratégia organizada, planejada, envolvendo tanto a ação estatal quanto o uso da legislação. Mattos (2009) reforça que a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais representa duas faces da violência institucional do Estado burguês como mecanismo de dominação sobre a classe trabalhadora. O que assistimos, segundo o autor, não é a criminalização dos movimentos sociais em geral, mas a criminalização dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

[...] o capital precisa do Estado também e cada vez mais do seu aparelho coercitivo na sociedade política – leis, judiciário, sistema penal, braço policial – para garantir o controle sobre o grande contingente da população dita excedente, que compõe sim a classe trabalhadora, mas é tratado como potencialmente perigoso e criminoso. Como criminosos são todos os movimentos que com conseqüência procuram se posicionar pela transformação das condições sociais hoje dominantes (MATTOS, 2009, p.112).

2.1.4 A *reestruturação produtiva* e as alterações no mundo do trabalho

A *crise estrutural* fez com o capital desenvolvesse um processo de reestruturação, “visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho” (ANTUNES, 1999, p.47). Segundo o autor, o conjunto de estratégias implementadas pelo capital em seu período de crise, constitui uma ofensiva brutal contra o processo de organização da classe trabalhadora, a fim de desequilibrar a luta de classes.

Para Chesnais (1996), os grupos transnacionais puderam “reorganizar as modalidades de sua internacionalização e, também, modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial” (p.34). Instaure-se um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, mudança tecnológica via automação, fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital, dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil (HARVEY, 2005a).

Como resposta à queda das taxas de lucro na década de 1970, instaure-se uma ofensiva mudança organizativo-gerencial na produção, que agrupou uma série de modelos em torno da chamada acumulação flexível. O modelo japonês, ou toyotismo, foi o que se espalhou de forma hegemônica pelo mundo, alterando o padrão rígido fordista e articulando descentralização produtiva com avanço tecnológico (BEHRING, 1998). Para Antunes (1999) esse novo padrão de organização do trabalho tem por finalidade a “intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas” (ibid., p.53).

O novo padrão produtivo fundamenta-se num modelo organizacional e tecnologicamente avançado, desenvolvendo uma estrutura produtiva mais flexível e utilizando-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, com ênfase no trabalho

*polivalente, multifuncional e qualificado*⁴⁴, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada.

A substituição do trabalho *não qualificado* pelo qualificado envolveu grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial. Porém, foi ignorado que esta tendência de “modernização” e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não qualificado implicavam uma contradição: “o colapso da ‘modernização’ articulado a um desemprego maciço” (MÉSZÁROS, 2011, p.68).

[...] quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados, ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade (ibid., p.69).

O Toyotismo “reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas, relativa e absoluta, da extração da mais-valia” (ANTUNES, 1999, p.56). O processo de reestruturação produtiva constitui a “base material do projeto ideopolítico neoliberal” (ibid., p.58), sendo que um propicia as condições de vigência do outro.

[...] reduziu fortemente a ação sindical, ao mesmo tempo em que criou as condições para a introdução das novas técnicas produtivas, fundadas na individualização das relações entre capital e trabalho e no boicote sistemático à atuação dos sindicatos [...] Transitou-se de um sistema legal anterior, que regulamentava de maneira mínima as relações de trabalho, para *um forte sistema de regulamentação cujo significado essencial era, por um lado, desregular as condições de trabalho e, por outro, coibir e restringir ao máximo a atividade sindical* (ibid., p.68).

O contexto da crise e a intensificação das respostas do capital repercutiram diretamente na *forma de ser* da classe trabalhadora e de sua organização. As novas relações industriais implementaram técnicas produtivas que acarretaram a deterioração das condições de trabalho, a intensificação do ritmo produtivo, e, conseqüentemente, o aumento da exploração do trabalho. Concomitantemente, assistimos a um crescente processo de desindustrialização com redução de postos de trabalho, ao desmonte das formas estáveis de emprego herdadas do fordismo e o surgimento de formas flexibilizadas e terceirizadas, resultando “um mundo do trabalho desregulamentado, um desemprego maciço, além da implantação de reformas legislativas nas relações entre capital e trabalho” (ibid., p.76).

Este conjunto de elementos transforma o modo de controle do trabalho e do emprego e afeta diretamente as formas de organização da classe trabalhadora, provocando o retrocesso

⁴⁴ Os capitalistas compreenderam que ao invés de se limitar a explorar a força de trabalho *muscular* dos trabalhadores, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a *imaginação*, os *dotes organizativos*, a *capacidade de cooperação*, todas as *virtualidades da inteligência* (ANTUNES, 1999).

do poder sindical e, conseqüentemente, o “solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes” (ibid., p.145).

A necessidade de preservar o emprego diante da condição de recessão e desemprego estrutural cria condições desfavoráveis para uma atuação mais crítica dos trabalhadores, afetando diretamente o poder de atuação dos sindicatos. Estes passaram cada vez mais a representar uma parcela menor do conjunto da classe trabalhadora, tornando-se “*mais a expressão institucionalizada de um grupo de pressão e cada vez menos um sindicalismo com representação de classe*” (ANTUNES, 1999, p.75).

Para Harvey (2005a), o sucesso político do *neoconservadorismo* provocou uma “mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos dos anos 50 e 60” (p.161), produzindo um individualismo competitivo exacerbado como valor central, penetrando em muitos aspectos da vida social. Como nos ressalta Antunes (1999):

Nessa fase do capital, caracterizada pelo *desemprego estrutural*, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que *constrange* ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida *fora do trabalho*, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital (p.131).

Reafirmamos, a partir das discussões apresentadas, que, mediante o acirramento da contradição capital x trabalho a partir do desenvolvimento do capitalismo, a ordem burguesa estabelece uma ofensiva a fim de que sua hegemonia não seja abalada, provocando profundas alterações na forma de produção e reprodução da vida social.

O contexto desenvolvido a partir da crise estrutural do capital e de suas estratégias de superação, que representa a expansão da lógica do capital para o conjunto das esferas da vida social, irá impactar diretamente o cenário das lutas sociais, tendo reflexo, tanto na configuração das classes quanto em suas organizações.

2.1.5 As repercussões sobre a configuração da classe trabalhadora

O conjunto de estratégias implementadas pelo capital, apresentadas nos itens anteriores, produzirá uma série de impactos na configuração das classes sociais e de suas lutas. Procuramos demonstrar como este contexto repercutiu diretamente na *forma de ser* da classe trabalhadora e de organização, a partir do ataque direto ao trabalho, marcado pela deterioração

das condições de trabalho, destruição de postos de trabalho e intensificação da exploração do trabalho. Com a capacidade de mobilização do capital, há a expansão dos processos de acumulação para áreas não industrializadas e sem histórico de organização sindical, deteriorando ainda mais as condições de trabalho, a partir de um investimento em reformas legislativas que solapam direitos sociais garantidos historicamente pela luta dos trabalhadores (HARVEY, 2005a). Com esta nova reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, dada pelo sistema global do capital, há um processo de *reterritorialização* e também de *des-territorialização*, onde novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, fábricas são mundializadas substituindo, inclusive produções nacionais (ANTUNES, 1999).

O crescente aumento dos trabalhadores que vivem as condições de desemprego, constituindo o que Antunes (1999) denomina de *desemprego estrutural*, atinge diretamente o mundo do trabalho e a configuração da classe trabalhadora, em função de uma “lógica destrutiva que preside o sistema de metabolismo societal” (ibid., p.121).

Com o impacto da reestruturação produtiva, o proletariado industrial vai diminuindo e, em contrapartida, há o aumento significativo do setor de serviços e assalariados médios, permitindo a incorporação de amplos contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização, fazendo emergir um novo perfil de trabalhadores – precarizados, terceirizados, subcontratados.

Ampliam os contingentes do chamado trabalho informal, além de aumentar os bolsões do *exército industrial de reserva*. O mundo do trabalho capitalista moderno hostiliza esses trabalhadores e paralelamente a esta exclusão, promove a inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho. Há a expansão do terceiro setor como uma forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas por formas de trabalho voluntário, com um leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos, cumprindo um papel de *funcionalidade* ao mercado capitalista, incorporando parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital (ANTUNES, 1999). O autor ressalta que o terceiro setor “compõe formas de trabalho comunitário e assistencial que se expandem prioritariamente numa fase de desmoronamento do Estado de Bem Estar Social, tentando suprir em parte aquelas esferas de atividade que eram realizadas pelo Estado” (ibid., p.115).

Encontramos ainda uma expansão do trabalho em domicílio, propiciada pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades

produtivas e um aumento significativo do trabalho feminino, todavia de forma ainda mais precarizada e desregulamentada do que o trabalho dos homens⁴⁵.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção, baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e fundadas em *trabalho intensivo* são destinadas às mulheres [...] O capital tem sabido se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino. Enquanto os homens mostram mais dificuldades em adaptar-se às novas dimensões polivalentes, o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (ANTUNES, 1999, p. 105/106 e 110).

Assistimos ainda, profundas alterações no perfil demográfico, seja na circulação das pessoas dentro dos centros urbanos, na educação formal, comunicação, família e novos sujeitos, padrões de comportamento, formas de socialização. Para Harvey (2005a), o sucesso político do *neoconservadorismo* provocou uma “mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos dos anos 50 e 60” (ibid., p.161), produzindo um *individualismo competitivo exacerbado* como valor central, penetrando em muitos aspectos da vida social. Neste contexto, a consciência de classe não se apresenta mais como resultado da contradição entre capital e trabalho, mas “passando para um terreno mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas” (ibid., p.145).

Essa conformação mais complexificada da classe trabalhadora assume, no contexto capitalista atual, uma dimensão decisiva, devido ao caráter transnacionalizado do capital – sua configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva. Por este motivo, reforça que assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios também são cada vez mais transnacionais, por mais que a classe trabalhadora ainda mantenha sua estruturação nacional. Este é um dos desafios postos à classe trabalhadora no cenário da luta de classes, a necessidade de internacionalizar sua luta.

Diante da ofensiva do capital junto à classe trabalhadora e sua organização, Antunes (1999) destaca que neste cenário, a classe não conseguiu se “converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital” (ibid., p.44), consolidando formas de organização capazes

⁴⁵ Antunes (1999) destaca ainda em seus estudos que “a análise das relações de gênero também implica a análise das relações de poder, que permite a apreensão de duas dimensões: gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos; e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis” (p.109). Ressalta ainda que à questão de gênero articula-se a questão de classe – a mulher trabalhadora realiza jornada dupla de trabalho.

de se contrapor à ofensiva ideológica do capital. Por este motivo, a ação dos trabalhadores se enfraqueceu e refluíu, não sendo capaz de se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital.

Nesta direção, Mattos (2007) indica que as características fundamentais da reestruturação produtiva do capital que mais afetam as relações de trabalho⁴⁶, somadas às políticas neoliberais, que podem ser caracterizadas pela retirada do Estado de setores produtivos, redução das políticas sociais e derrubada dos direitos trabalhistas, provocaram uma mudança na composição da classe trabalhadora e um profundo retrocesso nos movimentos clássicos de organização da classe – os sindicatos e partidos operários. A esfera do trabalho e da produção perde sua capacidade de estruturação e de organização, liberando novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova racionalidade. Difunde-se, então, a ideia de que se esgotaram as propostas de transformação social centradas nos trabalhadores como atores principais.

Diante das transformações na organização da produção, de mudanças na composição da classe e de recuo das instituições e caminhos de ação política operária tradicional, muitos falaram em um esgotamento das possibilidades de analisar a realidade social contemporânea e de propor alternativas políticas a partir de critérios de classe. Para alguns, as mudanças indicariam o fim da centralidade do trabalho, no seu uso como categoria de análise ou na experiência de vida da maioria da população (ibid., p.51).

Entre os críticos da “sociedade do trabalho” identificamos Juergen Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, André Gorz, Alain Touraine, entre outros. Estes autores fazem suas críticas com diferentes enfoques e a partir de diferentes referenciais, mas se identificam na visão de que o trabalho perde em importância como referência para a vida social, as classes sociais e suas lutas já não seriam auto-referências para os grupos humanos, propagando o “fim da história”, o fim de alternativas contrárias ao projeto hegemônico do capital, que se estende da esfera econômica para todas as esferas da vida social.

O “fim da história” representa o fim e a irrelevância de teorias críticas, em especial, as ligadas à tradição marxista, que visam à superação do capitalismo e a construção de uma sociedade fundada na repartição dos meios de produção e controle dos mesmos por parte da classe trabalhadora.

⁴⁶ Destaca as mesmas características já levantadas: a internacionalização do capital com o capital financeiro especulativo; o encolhimento industrial, com conseqüente queda da população economicamente ativa empregada; a introdução de novas tecnologias poupadoras do tempo de trabalho necessário; as mudanças nas técnicas de gerenciamento de trabalho e produção, com incentivo à polivalência dos trabalhadores e formas de colaboração entre capital e trabalho dentro das empresas.

A ordem burguesa recupera a (pseudo) legitimidade que se supunha típica da sua apologia mais descarada: o velho mito do “fim da história” ressurgiu e ganha ampla ressonância. Em resumo: os passos em direção a uma ordem social diferente (o comunismo) revelaram-se um equívoco e sua sustentação (a obra marxiana) um sistema de erros; há que corrigir o desvio, retornar à “sociedade livre fundada no mercado” (NETTO, 1995, p.11).

Importa ressaltar que neste cenário, na esfera da organização das classes, há a emergência dos chamados *novos movimentos sociais*, que se apresentam, em sua maioria, como desvinculados da base fundante da luta de classes e autônomos frente aos movimentos tradicionais da classe – partidos políticos e sindicatos. Associam suas lutas e bandeiras à questão *cultural* e/ou à busca por garantia e efetivação de *direitos* sociais, reivindicando liberdade, democracia e melhorias nos serviços urbanos, como ampliação da *cidadania* dentro da órbita do capitalismo (DURIGUETTO, 2008).

A sociedade civil passou, dessa forma, a ser considerada como o grande cenário de luta política. Nela, os movimentos sociais passaram a desempenhar o papel que outrora teve como protagonista o operariado tradicional na indústria. Questões vinculadas a status familiar, gênero, saúde, idade, etnia e processos identitários cresceram em importância no seio da sociedade civil. Portanto, a categoria trabalho parecia ter perdido, teoricamente, sua centralidade (AMORIM, 2012, p.107).

Na contramão desta corrente, estudiosos, ativistas e militantes das mais diversas realidades e países reafirmam a relevância e atualidade das reflexões inauguradas por Karl Marx – a partir de sua investigação e análise sobre a sociedade burguesa e o modo de produção correlato –, sendo-se necessário aprofundá-las e complementá-las na análise dos fenômenos atuais, numa perspectiva de totalidade que favoreça a desmistificação e superação do próprio capitalismo.

Antunes (1996) ressalta a crise vivenciada pela sociedade é a crise do trabalho abstrato, do trabalho assalariado. O trabalho concreto continua sendo condição da realização da dimensão de gênero humano, pois é o seu produto, o valor de uso, que possibilita a realização da humanidade do homem, a partir da reprodução de sua existência. Amorim (2012) entende que os debates a respeito da centralidade do trabalho “baseiam-se em uma compreensão reduzida do trabalho, da formação política da classe trabalhadora e das possibilidades de sua luta política” (ibid., p.113). Para o autor, a sociedade atual ainda possui como “medida de valor o tempo de trabalho na produção imediata” (ibid., p.109), ou seja, no trabalho vivo, sendo que “o capital, nas últimas décadas, aprofundou a lógica da exploração do trabalho” (ibid., p.114), colocando a “subjetividade” do trabalhador a seu serviço.

Analisando a complexificação das classes no processo de reestruturação do capitalismo de forma a contrapor os autores que defendem o “fim das classes sociais”, Antunes (1999) trata da diversidade, heterogeneidade e complexidade da classe trabalhadora:

[...] além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, e tantos outros exemplos que ocorrem no interior de um espaço nacional, a *estratificação e a fragmentação do trabalho também se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital* (ANTUNES, 1999, p.116-117).

Cria a expressão *classe-que-vive-do-trabalho*, com o objetivo de contextualizar a classe trabalhadora a partir dos aspectos contemporâneos, dando amplitude ao ser social, apreendendo sua efetividade, processualidade e concretude. O autor destaca que, “sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora” (ibid., p.102), porém, a *classe-que-vive-do-trabalho* não se constitui somente desta parcela da classe trabalhadora, mas também incorpora os trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço.

Para compreender a classe trabalhadora hoje, Antunes (1999) ressalta a importância de considerar que “todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador é produtivo” (ibid., p.103). Neste sentido, faz uma distinção entre o *proletariado industrial*, aquele que cria diretamente a mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital e a *classe trabalhadora*, que engloba tanto o proletariado industrial quanto o conjunto de assalariados que vendem sua força de trabalho e, “os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital” (ibid., p.103).

Confrontando as análises que decretam o “fim das classes”, Mattos (2007) destaca dois fatos ocorridos na esfera da produção com o advento da acumulação flexível que põe em xeque esta afirmação: a intensificação do ritmo da produção e da jornada de trabalho a partir do uso das inovações tecnológicas e a adaptação das rotinas tradicionais fordistas a certas áreas do comércio e dos serviços. Para o autor “as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental a que se referia Marx em suas obras” (ibid., p.52).

As novas configurações da classe devem, portanto, ser vistas não como o “fim” das classes, mas como uma mudança em seu perfil, uma nova etapa de sua formação a partir das formas de inserção no mundo do trabalho e de suas lutas contra o capital.

[...] a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores (ibid., p.52-53).

Para Mattos (2009), a fragmentação da classe, em especial junto aos setores mais precarizados, impacta diretamente na construção coletiva de uma consciência de classe. Ressalta ainda que é justamente sobre este setor que o Estado burguês avança com a proposta de políticas sociais focalizadas, exponenciando ainda mais sua fragmentação, “com claro objetivo de contenção do seu potencial contestatório” (ibid., 27). Para o autor, essa fragmentação ainda afeta diretamente as lutas sociais, pulverizando as ações dos movimentos sociais e comprometendo a constituição de uma direção unificada.

Estas considerações são essenciais para analisarmos o cenário em que se desenvolvem as lutas sociais no espaço urbano. Compreender os processos de estruturação social e econômica a partir da expansão da lógica do capital para todas as esferas de produção e reprodução da vida social torna-se um imperativo para situar o campo das lutas sociais.

2.2 Lutas Sociais e a Questão urbana no Brasil

A fim de que possamos demarcar o universo da pesquisa – a ocupação urbana – nos propusemos a apresentar, de forma geral, uma discussão acerca da apropriação da dimensão do território como *lógica territorial do capital*, que vai refletir diretamente na configuração do espaço urbano.

Em seguida, situamos como este processo afeta a constituição das cidades, com uma maior ênfase no processo de urbanização desenvolvido no Brasil, perpassando pela configuração da *questão urbana* no país e pelo surgimento dos movimentos sociais que visam *ocupar* o espaço urbano, a partir das lutas por moradia.

2.2.1 A apropriação do território pela lógica do capital

Para aproximarmos da reflexão sobre a categoria *território*, partimos da concepção encontrada em Ribeiro (2003) de que este se constitui como uma ligação entre a regulamentação das formas de convivência e dos comportamentos, sendo, portanto um

conjunto de relações reguladas por um domínio jurídico, fundamentado numa ordem dominante. É na materialidade do território que as relações sociais se objetivam.

No território a vida se realiza e desenvolve-se a reprodução dos sujeitos e das relações sociais, é o lugar de reconhecimento do sujeito, um lugar repleto de histórias. Neste sentido, o território é uma inflexão, um movimento de encontro da objetividade e da subjetividade.

Para a autora o território é o espaço do poder, é a apropriação material do espaço, demarcada pela luta de classes. Nele se verifica as assimetrias das relações sociais, e é nele que as lutas se processam. Aborda a perspectiva do território como “ponte estrategicamente posicionada entre a teoria crítica do espaço e a ação política [...] o território, como fato e condição, manifesta e condiciona o exercício do poder⁴⁷” (RIBEIRO, 2003, p.30).

O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, as pessoas [...] Assim, o território não é apenas condição da ação tática e estratégica. Manifesta, ao contrário, outras dimensões da experiência humana, envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade concreta (ibid., p. 35).

A autora trabalha a concepção de território a partir das reflexões de Milton Santos, importante geógrafo brasileiro que se destacou, especialmente, por seus estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Santos e Silveira (2008) trabalham a dimensão de *território usado* como categoria de análise. Este é sinônimo de espaço geográfico e para sua definição, é preciso “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (ibid., p. 247).

O processo de reconstrução do território pode ser entendido a partir da formação socioespacial, sendo seu uso definido pela implantação de infra-estruturas e/ou pelo

⁴⁷ A discussão de *espaço* e *tempo* dentro da teoria social crítica, se inaugura na geografia marxista que, a partir dos anos 1980, aprofunda o “debate crítico mais amplo e mais profundo sobre a teorização adequada da espacialidade da vida social” (SOJA, 1993, p.58), refletindo sobre a centralidade peculiar que o espaço veio a assumir nas tradições intelectuais, contribuindo para a formação de uma economia explicitamente urbana. Tomamos como referência de análise dois grandes expoentes da geografia marxista, Henri Lefebvre e David Harvey. Para Lefebvre (1977) a classe dominante conta com um *duplo poder* sobre o espaço manifesto através da propriedade privada do solo e pela ação estratégica do Estado. Harvey (2005a) salienta que na sociedade capitalista a intersecção do domínio sobre o dinheiro, tempo e espaço, forma um nexos substancial de poder social. Tomando as reflexões de Lefebvre, Harvey (2005a) afirma que “o domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana”, (ibid., p.207), sendo a hegemonia ideológica e política da sociedade dependente “da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social” (idem).

dinamismo da economia e da sociedade, configurando as funções do espaço geográfico⁴⁸. Os espaços são igualmente transitórios e instáveis, não existindo homogeneidade. Define que a formação do espaço ocorre por meio de “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012, p.63).

Analisando a lógica territorial do capital, Harvey (2005b) recupera em Marx o trato da produção enquanto totalidade, indicando a inserção da redução de custos na esfera da circulação real (no espaço) como parte do desenvolvimento das forças de produção do capital. Segundo o autor, o modo capitalista de produção irá fomentar a produção de formas econômicas e rápidas de comunicação e de transporte, além de novas esferas de realização para o trabalho, criando espaço novo para a acumulação de capital.

É a necessidade de minimizar o custo de circulação e tempo de giro que promove a aglomeração da produção em grandes centros urbanos, que se tornam “as oficinas da produção capitalista”:

A “anulação do espaço pelo tempo” se realiza, nesse caso, pela localização “racional” das atividades, umas em relação às outras, a fim de reduzir, em particular, os custos de movimentação dos produtos intermediários [...] Essa tendência à aglomeração em grandes centros urbanos pode se reduzir ou se ampliar mediante circunstâncias especiais (ibid., p.50).

Nesta perspectiva, a expansão e a concentração geográfica se tornam produtos para “criar novas oportunidades para a acumulação de capital” (ibid., p.51) e a paisagem física passa a ser criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível, onde “a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à ‘derrubada das barreiras espaciais’ e, no fim, até a ‘anulação do espaço pelo tempo’” (ibid., p.51).

Lefebvre (2008) considera o espaço diretamente ligado à reprodução das relações sociais⁴⁹, incluindo o espaço urbano, de lazer, educativos, etc. De acordo com Soto (2008), o

⁴⁸ Harvey (2005a) propõe que se reconheça a “multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção” (p.189), ressaltando que os significados objetivos atribuídos a ambos estão ligados aos processos materiais estabelecidos.

⁴⁹ Apresenta quatro teses sobre como conceituar o espaço: (1) *essencial* – espaço como a forma pura, a transparência, a inteligibilidade, não apresentando conflito com a realidade. Nesta tese o espaço é definido como um vazio, um conteúdo em si, neutro, dado *a priori*. (2) *social* – produto da sociedade, que resulta do trabalho e da divisão do trabalho, apresentado como uma objetivação do social. (3) *instrumental* – espaço como intermediário, nem ponto de partida nem ponto de chegada, um “instrumento político intencionalmente manipulado” pelo Estado e pela classe dominante. Nesta conceituação, o espaço é ao mesmo tempo ideológico e saber, funcional e instrumental, vinculando-se à reprodução da força de trabalho. (4) *(re)produção* – o espaço é dialético, ligado essencialmente à reprodução das relações sociais de produção. Envolve a segunda e terceira hipótese, integrando o espaço como ambiente de produção e reprodução, que implica como finalidade geral uma

autor estabelece, na teoria da produção do espaço, relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana. Apresenta a contradição entre a fragmentação do espaço e a capacidade técnico-científica da produção do espaço social, defendendo o *direito à cidade*, como possibilidade e “reconstituição da unidade espaço temporal, a reunião e o encontro” (ibid., p.181). Indica ainda que, as contradições existentes, decorrem do “caráter capitalista da prática social”, onde, a partir da fragmentação do espaço, o mesmo é vendido em parcelas e ocupado globalmente.

Analisando a ordem espacial do território, Santos e Silveira (2008) afirmam que cada empresa ou ramo de produção gera a sua própria divisão do trabalho, produzindo uma lógica territorial específica. Algumas ocupam o território a partir de lógicas globais, outras não ultrapassam as fronteiras nacionais e outras ainda são limitadas a áreas menores. Segundo o autor, “o que se verifica é uma dialética entre divisões do trabalho que disputam o território” (ibid., p.290), constituindo-se “circuitos de competição”.

As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade de exercício de seu poder. O resto do território torna-se então, o espaço deixado às empresas menos poderosas [...] Tal poder tanto se exerce frente ao processo direto da produção quanto no que se refere aos processos políticos ou à fração política da produção, constituída pela circulação, distribuição e consumo e mediante a qual o território é utilizado como um todo (ibid., p.294-295).

Com base nestas premissas estrutura-se a urbanização no modo de produção capitalista. Harvey (2012) ressalta que o processo urbano foi moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital, por mais que a conformação das cidades seja datada desde a Grécia e Roma clássicas, é somente na transição do feudalismo ao capitalismo que seu sentido é apropriado por esta nova lógica. Em seus estudos sobre a cidade, Lefebvre (2004) parte da hipótese da urbanização completa da sociedade, denominada por ele, portanto, como *sociedade urbana*, não se referindo a qualquer constituição de cidade, mas aquela que nasce a partir da industrialização, no marco da sociedade capitalista:

O tempo histórico pode ser recortado segundo os *modos de produção* [...] cada modo de produção “produziu” um tipo de cidade, que o “exprime” de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas (ibid., p.33-34).

2.2.2 Questão urbana e a constituição das cidades

“orientação comum a todas as atividades na sociedade capitalista”, se estendendo para outras esferas da vida humana.

Analisando a formação das cidades a partir do desenvolvimento do capitalismo, Santos (1989) afirma que a urbanização é um fenômeno crescente em escala planetária, desenvolvida com o advento do capitalismo na Europa. Surge como um “fato moderno” logo após a Revolução Industrial, por isso costuma-se associar a ideia de urbanização à industrialização.

A essa análise é possível acrescentarmos a de Singer (1990), que considera a economia política da urbanização como uma determinação do desenvolvimento das forças produtivas. Aborda o processo de formação das cidades na sociedade capitalista a partir do processo da acumulação primitiva em Marx, que a identifica como o “processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção” (MARX, 2013, p.786); porém, a tese defendida pelo autor é de que a acumulação primitiva não significa somente um momento histórico pré-capitalista, mas um processo que se reatualiza historicamente no desenvolvimento do modo de produção.

Lefebvre (2004) analisa que o processo de produção de *mais valor* do capital inicia no campo, mas desloca-se para a cidade a partir do momento em que esta se transforma na sede da produção. Nesta direção, Singer (1990) ressalta que o processo de formação das experiências de civilização urbana no modo de produção capitalista, significou uma divisão entre campo e cidade e uma dimensão de desenvolvimento da divisão do trabalho. O surgimento da cidade possui como condição a produção de excedente alimentar que advém do campo⁵⁰. A produção deste conjunto de bens, produzido pelos produtores diretos, é o início do processo de constituição do mercado interno das cidades. Tomando as palavras de Marx (2013), “os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno” (p.818).

A cidade passa a desenvolver outras atividades para trocar este excedente alimentar – começa a gerar a troca (cidade como lugar do comércio) – isso pressupõe, na análise de Singer (1990), a necessidade de criar outro elemento da estrutura de classe – a dominação: “[...] a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política” (ibid., p.15). Análise complementar em Harvey (2012):

[...] a criação de grandes cidades e a rápida urbanização fazem com que as cidades governem o campo. A urbanização concentra no espaço as forças produtivas e a força de trabalho, transformando populações dispersas e

⁵⁰ As comunidades primitivas começam a produzir mais que o necessário para atender às suas necessidades, passando a produzir um excedente que será apropriado por parte da população para comercializá-lo com outros (primeiras manifestações do comércio e valor de troca).

sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que acabam por se consolidar no aparelho legal e militar da nação-Estado (ibid., p.41).

O capitalismo surge na cidade. É a constituição da burguesia como classe que tem, na *urbe*, uma capacidade associativa. A burguesia enfrenta o monopólio dos excedentes que estão com os senhores feudais e nas cidades o monopólio das manufatureiras que estão com as corporações, instaurando um processo de produção que vai se desenvolver, desde o princípio, de forma desigual e contraditória. Processo este que vai interferir diretamente na estrutura interna das cidades, desde sua constituição aos níveis de desenvolvimento que encontramos até os dias de hoje, conforme nos alerta Santos (1989):

Existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais (p.185) [...] às diferentes paisagens urbanas, correspondem classes sociais diferentes (p.188) [...] surgem dois tipos de agrupamento e de oposição: de um lado, oposição entre bairros ricos e bairros pobres; de outro, oposição entre bairros dotados de comércio ou de outras atividades econômicas e bairros puramente “residenciais” (p.189).

Na reflexão sobre o *fenômeno urbano* que assistimos na atualidade, onde a cidade torna-se “incontrolável” e com um emaranhado de problemas cada vez mais complexos, Lefebvre (2004) destaca suas propriedades essenciais, a saber: (1) projeção das relações sociais; (2) lugar e terreno onde as estratégias das instituições, organismos e “agentes” urbanos de confrontam; (3) possui uma realidade e uma vitalidade específicas, ou seja, uma prática urbana. A partir deste conjunto de elementos, associado a um conjunto de distinções e diferentes características relacionadas às propriedades *topológicas* do espaço urbano, o autor considera não ser possível construir uma “*grade do espaço urbano*” (p.86).

A cidade explode; o urbano se anuncia; a urbanização completa se prepara; e, no entanto, os antigos quadros se defendem, adaptam-se às novas situações (p.87) [...] A grande cidade consagra a desigualdade [...] A alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão. Nela o espaço torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégio mantidos e conservados por uma prática (o “centro”) e estratégias (ibid., p.89).

A cidade cria a situação urbana, onde as diferenças não existem separadamente, mas confundem-se:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada, ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo [...] a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações

sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos (ibid., p.111).

Esta construção recheada de disparidades e contradições é presente em todos os conjuntos de cidades, dos diversos países, porém buscamos melhor visualizá-la analisando o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, especificamente no Brasil, que são incorporados na etapa de desenvolvimento do capitalismo monopolista, segundo Santos (1989), por volta nos anos de 1950:

[...] incorporação do mundo subdesenvolvido a um novo nexos capitalista, comandado pela revolução científico-técnica e seu braço ativo, as empresas transnacionais [...] A urbanização dos países subdesenvolvidos foi mais recente e mais rápida, efetuando-se num contexto econômico e político diferente dos países desenvolvidos. Tem características originais, que a diferenciam nitidamente da urbanização deste último grupo de países (SANTOS, 1989, p.21 e 24).

Articulando a discussão sobre acumulação e transformação das estruturas espaciais, Harvey (2005b) trata da constituição do “comércio exterior” como forma de expansão geográfica do capital para novas regiões, exportando capital e consolidando um “mercado mundial”. Com base nas análises de Marx, considera que a expansão do capital, via comércio exterior, é um “fenômeno histórico relativo à evolução da formação social capitalista nas sociedades pré-capitalistas, gerando diversas formas sociais intermediárias” (ibid., p.53), entre as quais cita as economias dependentes.

A partir desta análise que se pode caracterizar a criação do “subdesenvolvimento” como mecanismo do capital para transformar “sociedades não-capitalistas de organizações relativamente auto-suficientes para a produção de valores de uso em unidades especializadas e dependentes para a produção de valores de troca” (ibid., p.57).

É esta lógica que constituirá, por exemplo, os tipos de colônias durante o período de expansão do mercado mundial do capital. No caso do Brasil, estaríamos localizados no que Marx denomina “segundo tipo de colônias”, caracterizadas por serem baseadas em monocultura, onde as especulações comerciais se apresentam desde o início e a produção se destina ao mercado mundial. Nas análises de Marx, neste “tipo” de colônia, “dá-se o modo capitalista de produção, embora apenas no sentido formal, já que a escravidão dos negros impossibilita o trabalho livre e assalariado, que é a base da produção capitalista” (Marx *apud* HARVEY, 2005b, p.58).

Este é um pano de fundo para compreendermos o processo de urbanização desenvolvido na realidade brasileira. Estes, e outros elementos, irão delinear a concepção de *cidade* construída no país e reproduzir as relações de exploração e dominação do capital na lógica

urbana, onde se inserem os movimentos organizados da classe trabalhadora que disputam a apropriação do espaço por meio das ocupações urbanas – objeto de estudo desta dissertação. Para tanto, torna-se imprescindível discutir sobre quais circunstâncias e premissas a lógica do urbano é construída no Brasil.

2.2.3 Questão urbana no Brasil

Conforme as análises de Santos (1989), os países subdesenvolvidos não foram palco de um desenvolvimento do processo de industrialização como nos países centrais, onde se deu a passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário. Ao contrário, a urbanização se fez de forma rápida, ocorrendo diretamente na perspectiva de urbanização terciária (p.25), proporcionando uma taxa de urbanização muito mais elevada que a de industrialização, o que gerou um alto índice de população excedente logo nos primeiros anos da indústria nestes países.

Outro fenômeno freqüente nestes países refere-se à criação de numerosas pequenas cidades, de forma negligenciada, não se constituindo o que os geógrafos denominam *rede urbana*⁵¹. O que se encontra nos países subdesenvolvidos são “redes” pouco desenvolvidas, heterogêneas e vulneráveis, se caracterizando “pela debilidade e, principalmente, pela fraca complexidade das relações de troca, assim como pelas fortes disparidades regionais” (SANTOS, 1989, p.152).

Analisando a realidade brasileira, Prado Jr. (1989) ressalta que o povoamento, ou seja, a formação de núcleos é anterior ao processo de urbanização (desde o período de Colônia), onde a constituição das cidades formou uma linha ininterrupta de acontecimentos. Porém, este processo nunca foi voltado para a formação de uma nação, mas, ao contrário, para a subordinação do país aos interesses das classes dominantes internacionais, conforme seus estágios de desenvolvimento e demandas aos países periféricos. Neste processo de dependência, o Estado teve um papel significativo, atuando no campo da legislação e demarcação urbana de forma a promover garantias de condições para o desenvolvimento da acumulação capitalista internacional no país.

Outra característica essencial do processo de urbanização no Brasil, é que o mesmo sucede de forma tardia, com o início da industrialização no país, relacionado estritamente às

⁵¹ “A noção de rede urbana, elaborada por geógrafos e urbanistas, exprime no espaço um jogo de fatores de natureza e de intensidade diferentes, que se combinam, de forma variável no tempo” (SANTOS, 1989, p.151). Para se constituir uma rede urbana é necessário existir conexões funcionais permanentes entre os elementos urbanos e entre eles e o meio rural.

idades. O campo, segundo o autor, preso à herança do processo de colonização, permanece marcado pela monocultura agro-exportadora e, conforme análises de Maricato (2003) desenvolve-se num processo que não se dispôs a superar “algumas características dos períodos, colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei” (p.151).

Para compreender a questão urbana no Brasil, Oliveira (1982) afirma ser necessário compreender o papel do Estado na trajetória da economia brasileira, como garantidor das condições necessárias para o desenvolvimento da acumulação capitalista no país, delineando a particularidade brasileira, recuperando e localizando a formação sócio-histórica e aspectos da contemporaneidade.

A formação do urbano na economia brasileira sustenta-se na lógica da economia colonial tendo no campo o eixo da divisão social do trabalho. O Brasil se insere na divisão social internacional através da função agroexportadora, fundado no campo, na cultura monopolista. Porém, Oliveira (1982) afirma que o campo nunca controlou o Estado no Brasil, visto que este sempre foi dominado pelo capital comercial e a economia agroexportadora que estabeleciam a relação da circulação e produção de mercadoria no país:

[...] nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil [...] devido, precisamente, ao caráter agroexportador da economia [...] Vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que fazem ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado, que tem nas cidades, evidentemente, a sua sede privilegiada (ibid., p.37).

Devido ao caráter agroexportador da economia brasileira, as cidades vão surgir a partir do padrão litorâneo, instaurando mecanismos para controle e inserção da produção na circulação internacional de mercadorias. O processo de entrada do país no processo de acumulação capitalista não interferiu na estrutura agrária existente, uma vez que esta era a base que sustentava sua relação com o capital internacional.

Neste sentido, vivenciamos no país uma natureza *contraditória* e *polarizada* do processo de urbanização e industrialização. A monocultura no país embotou e abortou qualquer possibilidade de industrialização em torno das monoculturas, em torno das regiões que produziam os bens primários. A polarização que deriva no país é um vasto campo centrado na monocultura (latifúndio), sem nenhuma rede urbana paralela vinculada e poucas grandes cidades de magnitude relevantes, onde se concentravam as sedes do controle burocrático e comercial.

A redefinição da divisão social e técnica do trabalho no país ocorre a partir dos anos 1930, numa nova fase da expansão capitalista⁵² e inaugurando o processo de industrialização do país. Porém, assim como ocorre nos demais países subdesenvolvidos, a industrialização impõe um padrão de urbanização em graus superiores ao ritmo da própria industrialização, gerando altas taxas de urbanização acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada na indústria. Cria-se ao mesmo tempo o exército industrial de reserva e a massa sobrança, “de uma pancada só” (OLIVEIRA, 1982).

Segundo a análise de Pinto (2005), nesta conjuntura há um alto excedente de pessoas “sem trabalho”, que passam a se subordinar às formas de reprodução social que estão postas, perdendo, inclusive a condição humana de sua reprodução. A autora destaca que a industrialização vai acontecer no Brasil quando todo o processo de industrialização no mundo já está posta e apresenta novas demandas, impondo uma dinâmica muito mais rápida e exigente que a burguesia nacional e a classe trabalhadora ainda não tinham condições de abarcar.

Para Oliveira (1982), estas condições fazem com que o país desenvolva uma urbanização “pobre”, pois se promove desvinculada da base econômica do país. Ressalta que a urbanização “pobre” ganha características novas com a industrialização, mas não se altera a lógica de desigualdade e contradição marcantes na história do país. A industrialização redefine o espaço, mas não rompe com o processo anterior, ela acrescenta, articula, constrói novas alianças. Neste aspecto, o autor destaca o papel determinante do Estado junto ao processo de industrialização:

[...] qual é a relação do Estado com esse novo urbano? Do ponto de vista da divisão social do trabalho o Estado vai direcionar a potencia do seu poder de coerção extra-econômico, vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potencializar a acumulação industrial (ibid., p.44).

A relação do Estado com o urbano consiste, nas palavras do autor, na “regulamentação das relações entre capital e trabalho” (ibid., p.45), criando, inclusive, um mercado de força de trabalho. No processo de instauração do capitalismo monopolista no Brasil, a partir dos anos

⁵² Alguns denominam este período de “Revolução Burguesa Brasileira”, porém autores afirmam que na realidade, o que ocorre no país não é a instauração de uma revolução, mas uma conciliação de classes dominantes destruindo qualquer possibilidade de revolução nacional, constituindo um poder “anti-nação”. Oliveira (1982) ressalta que os processos que pactuam alianças dentro da classe dominante, sempre se deram nas cidades, como fruto do conflito entre o capital comercial e sua intermediação internacional. Entre os autores, conferir FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

1950, este quadro se aprofunda e o papel do Estado continua a ser, essencialmente, como portador desta relação capital x trabalho, passando a penetrar em espaços produtivos que ainda não estavam sob seu comando e a exercer uma ação de “socialização das perdas e privatização dos lucros” (ibid., p.48), de forma a favorecer o capital internacional.

Essa industrialização passa a ser agora um espaço privilegiado de expansão das empresas internacionais, das empresas capitalistas mais poderosas dos países centrais [...] o Estado vai suprir certas necessidades porque a debilidade de acumulação das burguesias nacionais [...] tornam o Estado um ente capaz, pela sua força extra-econômica, de realizar esse processo de centralização de capitais (OLIVEIRA, 1982, p.49).

Nesta conjuntura, o urbano passa a ser um espaço de reivindicação da relação Estado e sociedade civil, passa a ser uma dimensão para além da esfera do trabalho. O autor ressalta que o urbano cria uma nova estrutura de classes, atuando na criação e reprodução do espaço das classes médias, as privilegiando, em detrimento das classes populares, não reconhecidas como agentes políticos na estrutura política do país e no aparelho do Estado.

Ainda em relação ao papel do Estado na manutenção da estrutura de desigualdade social no território urbano, Maricato (2003) ressalta a dimensão da legislação como instrumento político utilizado pelo mesmo para a “manutenção de poder concentrado e privilégios”:

A extensão das periferias urbanas tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada [...] A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra as mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (ibid., p.152).

Vivemos numa sociedade em que a maioria não alcança a condição de cidadania. Para a autora, “a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência de cidadania” (ibid., p.153).

A legislação urbana só surge quando há a necessidade de estruturar o mercado imobiliário urbano, de corte capitalista, contribuindo para o ordenamento do solo de uma parte da cidade, e para a segregação espacial – “a submissão da terra aos capitais de

promoção, construção e financiamento imobiliário não se tornou homogênea como nos países avançados, convivendo com formas arcaicas de produção do espaço como a autoconstrução em loteamentos ilegais ou em áreas invadidas” (ibid., p.154).

É nas áreas “rejeitadas” pelo mercado imobiliário que a população pobre vai morar, em muitos casos, via ocupação irregular. Maricato (2003) afirma que nestas situações, há certa “tolerância” por parte do Estado, admitindo “aparentemente” o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. Nestas áreas, instalam-se junto com as moradias irregulares, saneamento e infra-estrutura urbana precários, inexistências de serviços e políticas públicas e uma atuação discriminatória por parte do poder policial. Nas análises de Cassab (2010), a cidade global não reserva lugar para a pobreza, provocando a expulsão de seus moradores para pontos cada vez mais distantes, “carentes de infra-estruturas, equipamentos urbanos e transportes regulares” (p.53), constituindo-se como territórios “altamente desiguais”.

A partir das análises apresentadas, podemos afirmar que a questão da propriedade encontra-se no centro da nova organização espacial do capital. É o Estado quem controla o estoque de terrenos, privilegiando, na sua distribuição, alguns entes, através de pactos entre as elites. São esses pactos que configuram as cidades e vão direcionar, inclusive, a utilização de recursos públicos.

Importa ressaltar que, por mais que os trabalhadores estejam aliçados dos pactos descritos, eles também se encontram na cidade, sendo necessário serem levados em conta pelos “gerenciadores”. Um instrumento que potencializa esta presença e contribui para fazer frente às classes dominantes e ao Estado, são as lutas sociais, os movimentos de trabalhadores ligados às diversas esferas da vida social. Nas análises de Harvey (2005a), essas lutas também se constituem como expressão de “resistências individuais”.

[...] essas resistências individuais podem tornar-se movimentos sociais que visam liberar o espaço e o tempo de suas materializações vigentes e construir um tipo alternativo de sociedade em que o valor, o tempo e o dinheiro sejam compreendidos de novas formas bem distintas (ibid., p.217).

2.2.4 As lutas pelo território – *Movimentos Sociais Urbanos*

No contexto da luta de classes, “as diferentes facções do capital e do trabalho representam diversos interesses dentro de um território, dependendo da natureza dos ativos que controla, e dos dispositivos que dispõem” (HARVEY, 2005b, p.119). A luta de classes localizada no território provoca os capitalistas ou os trabalhadores a buscarem condições favoráveis para seus interesses e sobrevivências.

Partindo da geografia histórica do capitalismo, o autor analisa que a acumulação e a expansão do capital produzem pressões em determinada região, fazendo com que se acirre a luta de classes e que, enquanto capital, se busque infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente. Discorre sobre o efeito desse processo nas alianças regionais de classe:

[...] as alianças regionais de classes, vinculadas vagamente num território e organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado, são uma resposta necessária e inevitável às necessidades de defender valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada. A aliança também pode promover condições favoráveis à acumulação adicional nessa região (HARVEY, 2005b, p.119).

Na busca por estabelecer uma força de trabalho estável e confiável e uma oferta cativa de mão-de-obra, garantindo um excedente adequado, os capitalistas investem em “processos básicos de reprodução social (educação, religião, saúde, serviços sociais, inclusive previdência), criados para a produção e preservação da força de trabalho de determinada quantidade e qualidade em certo território” (ibid., p.147). Os trabalhadores sofrem, então, um dilema similar:

Se não puderem escapar inteiramente do sistema salarial, provavelmente se dedicarão a melhorar seus salários reais, condições de trabalho, etc. Nesse caso, a ironia é que o processo de desenvolvimento capitalista se baseia exatamente nesse comportamento para coordenar a oferta e procura da força de trabalho no espaço. Mas por outro lado, os trabalhadores também poderão melhorar sua sorte se ficarem em um lugar, organizando-se e lutando, coletivamente, por uma vida melhor (ibid., p.147).

Analisando o cenário da luta de classes no processo de desenvolvimento da urbanização brasileira, Pinto (2005) destaca que existiram muitas lutas que buscaram reduzir as desigualdades sociais no espaço urbano, porém, estas sempre esbarraram nos limites do “projeto burguês de modernidade” (ibid., p.70)⁵³, a partir do contexto de produção e reprodução do capital desenvolvido no país. Baseada na “racionalidade da modernização excludente”, a urbanização é marcada pela luta de classes e se realiza através do “favorecimento das demandas da burguesia e das classes médias em detrimento dos interesses da grande maioria da população, os trabalhadores” (ibid., p.72).

⁵³ Segundo a autora, “confirma-se a determinação da irrestrita liberdade econômica, que confere ao mercado a condição de relação social não-superável e que, para o desenvolvimento do capitalismo e organização das cidades a seu serviço, não deve sequer ser controlada” (SILVA, 2005, p.70).

Lima (2005) resgata que a questão habitacional é uma expressão das contradições inerentes à relação capital x trabalho, onde a questão da habitação, como expressão da *questão social*, se expressa de forma particular⁵⁴:

Na qualidade de expressão da desigualdade e da rebeldia no que concerne à habitação, esta questão aprofunda-se na periferia do sistema e tende a se agudizar no atual período histórico, devido às transformações em curso na organização da produção, do consumo e no papel do Estado, em resposta à crise do capitalismo em âmbito mundial (ibid., p.2).

É a partir da compreensão da cidade como expressão da luta de classes que se manifesta o processo de reconstituição das lutas por moradias nos anos de 1980, afirmando que “a cidade é a cidade do capital, mas é também a cidade dos trabalhadores, que por meio de sua luta interferem no espaço urbano” (PINTO, 2005, p.72). Raichelis (2006) indica que, a partir dos anos 70 e 80, o tema das lutas urbanas eclode na América Latina e no Brasil e são desenvolvidos diversos estudos acerca da dinâmica dos movimentos sociais urbanos⁵⁵.

Para introduzir a discussão relativa aos movimentos sociais urbanos, Pinto (2005) compreende que o fenômeno urbano não é mera decorrência de aglomeração populacional, mas um fenômeno “constitutivo e constituído pela historicidade do sistema capitalista [...] é ao mesmo tempo produto do processo de reprodução do capital e locus onde se confrontam os interesses de classe” (ibid., p.59). Visto que é na fase monopolista do capital que a lógica do mercado se expande para todas as relações, inclusive na reprodução da força de trabalho, o urbano para a se apresentar como um “cenário de expressão dos arranjos para atendimento coletivo dos padrões domésticos de consumo diário” (ibid., p.59).

Nas análises da autora, as alterações na esfera da produção, no papel do Estado e na organização da sociedade civil, reescreveram o ideário de cidadão, contribuindo para emergir o status de “cidadania do indivíduo consumidor”.

No Brasil, assim como na América Latina, os movimentos sociais que surgem neste período, apresentam forte apelo para o alargamento da democracia, devido aos regimes

⁵⁴ Como nos adverte Yamamoto (2011) é preciso evitar as armadilhas que fragmentam e pulverizam a questão social, desconectando as manifestações particulares de sua gênese comum responsável pela sua origem e continuidade. Fortalecendo essa assertiva, Raichelis (2006) resgata que “a *questão social* é um fenômeno complexo e multifacetado que é historicamente produzido e assume novas configurações e determinações no contexto atual de reestruturação da economia mundial” (ibid., p.18).

⁵⁵ Realçamos que nas últimas décadas do século XX a concentração da população urbana no Brasil se deu de forma muito rápida. Mattos (2009) salienta que o inchaço dos grandes centros em tão pouco tempo propiciou todo o tido de contradições no cenário urbano, afetando, inclusive a experiência e cultura da classe, a partir de “enormes contingentes ainda fortemente marcados pela vida no campo, pessoal ou das gerações ainda vivas da família” (ibid., p.14). O autor destaca que duas décadas de reestruturação produtiva no país foram suficientes para “introduzir um alto grau de precarização numa população trabalhadora que, por sua elevada concentração recende nos grandes centros, já tendia a produzir elevados contingentes excedentes” (ibid., p.16).

ditatoriais dominantes do continente, priorizando, na análise de Pinto (2005), as conseqüências do processo de urbanização. Estes movimentos encampam reivindicações diversas na esfera de direitos sociais, enquanto direito de todos, “lidando com questões específicas, como moradia, escola, saúde, ecologia, direitos da mulher, do negro e outros, ainda que sem perder de vista a luta pelos direitos políticos e pela democracia” (ibid., p.45).

Pinto (2005) ressalta estes movimentos sociais vão se caracterizar pela luta de ampliação da democracia e de novas formas de participação, “colocando em cena novos valores, métodos e perspectivas” (ibid., p.62), constituindo-se como “sujeitos políticos fundamentais para a construção de uma ‘nova cultura política’” (ibid., p.63). Parte dos movimentos que se articulam neste contexto, apresentam o enfrentamento da questão habitacional como “eixo central de sua pauta de lutas para a transformação das condições de vida dos trabalhadores” (ibid., p.63).

Analisando o processo de urbanização brasileira, a autora destaca que existiram muitas lutas que buscaram reduzir as desigualdades sociais no espaço urbano, porém, sempre esbarraram nos limites do “projeto burguês de modernidade” (ibid., p.70), a partir de todo o contexto de produção e reprodução desenvolvido pelo capital no país, conforme já descrito anteriormente.

Dentre os diversos movimentos sociais urbanos que se organizaram no país ao longo desses anos, cabe destacar a importância do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em 1997, que dá visibilidade a um contexto de intensificação do processo de expansão do capitalismo nos países periféricos. Lima (2005) destaca que no cenário em que parece anunciar-se o “fim do pacto civilizador” sob o qual se ergueu o ideário da cidade moderna, este Movimento projeta uma contratendência à miséria opressora e opressiva que empurra os trabalhadores para a luta imediata pela sobrevivência diária e para sucumbir às estigmatizações que visam exilá-los do direito a lutar por seus direitos ao usufruto dos equipamentos e serviços sociais.

Uma informação relevante refere-se à atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um dos atores que proporcionaram a origem do MTST, a partir da identificação da “importância de se criar focos de organização nas cidades para entender e atuar sobre os problemas urbanos que assolam a população urbana, bem como fortalecer laços de unidade e luta pela reforma agrária⁵⁶” (PINTO, 2005, p.173).

⁵⁶ Percepção gerada a partir do contato do MST com várias cidades brasileiras quando realizou uma Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 1997.

A ocupação que deu origem ao MTST ocorreu em Campinas. Após esta experiência, iniciaram uma série de estudos e formação, em conjunto com militantes do MST e, a partir de 2000, começaram a espalhar lideranças por diversos estados do Brasil, ampliando suas ações políticas.

Segundo Pinto (2005), o movimento teve sua base e existência determinada pelo binômio “rua x casa” e possui como elemento unificador a ausência da identidade de morador:

Há uma construção de ações e projetos que tem por base o fato de que cada uma dessas famílias não teve acesso a condições de moradia e, portanto, não pertencem à cidade. Essa identidade se dá mais pela ausência de algo, pelo elemento negativo. Ao mesmo tempo, essa condição, produzida por esta negatividade, gera uma busca de identidade positiva, na medida em que se procura desenvolver um projeto que apresenta uma proposta de identidade pelo que querem e lutam para serem: moradores da cidade, com uma visão mais ampla de mudança das condições de vida nessa cidade (PINTO, 2005, p.174).

A construção dessa identidade é, então, elemento fundamental para o desenvolvimento das ações coletivas do Movimento, tendo na moradia a reivindicação que dá singularidade à luta, por ser uma questão particular que unifica as diferentes pessoas e famílias. No caminho da construção do processo de formação de consciência, importa destacar que a compreensão de moradia, por parte do Movimento, vai além da obtenção de um teto para morar e se localizar na cidade. É entendida como uma necessidade imediata, mas a luta vai mais além, se realiza na perspectiva de organizar famílias para lutar pela reforma urbana, tendo no Movimento um instrumento para possibilitar a transformação social. Encontramos esta análise também em Cassab (2010):

Para alguns, principalmente para os moradores dos acampamentos, a moradia se configurava como o objetivo fundamental. Para outros, militantes intermediários, coordenação e alguns moradores, ela seria um objetivo específico, uma etapa para se chegar ao objetivo final do movimento (p.48). [...] Ou seja, para o militante de base, que integra a massa das ocupações, o objetivo não é nem mesmo uma política habitacional. Para esses, o movimento significa um meio de conseguir uma casa. Já para coordenadores e lideranças o objetivo do movimento não se encerra na conquista da moradia. A luta pela moradia seria um dos instrumentos usados para alcançar o objetivo final, expressa pela idéia de uma “transformação social” (ibid., p.49).

Na análise do processo de constituição de identidade, Pinto (2005) destaca que “compreende-se a construção dessa identidade não como uma conscientização da condição de “não-morador”, mas sim uma compreensão mais global das forças sociais que se movem e geram relações e lugares sociais” (ibid., p.174).

Analisando os métodos de luta, destaca “a ação direta como ação preponderante do movimento” (ibid., p.175), através de marchas, manifestações e ocupações de terras, além da estratégia de ocupação de espaços públicos e outras formas de pressão política e interlocução com a sociedade – “recupera-se nessa prática a noção da política como dimensão da vida social cotidiana, reconhecendo que a ação política deve atingir diversas esferas, além das tradicionais” (ibid., p.175).

Analisando as ocupações de prédios realizadas nas metrópoles brasileiras, Lima (2009) ressalta que há nestes grupos o debate sobre o significado da ocupação: “ser um espaço de sobrevivência e de luta” (ibid., p.1).

Tratam-se de lutas protagonizadas por sujeitos apartados do mundo do trabalho formal que, partindo de sua condição de vida precarizada, projetam uma contratendência à miséria que empurra para a imediatividade da luta pela sobrevivência diária e para sucumbir às estigmatizações que visam exilá-los do direito a lutar por direitos (ibid., p.1/2).

Cassab (2010) ressalta que a ocupação do solo urbano é a principal estratégia de luta desse movimento e se constitui como um dos elementos centrais do conjunto de seus princípios organizativos. Neste sentido, as ocupações não se configuram apenas como uma “possibilidade de subsistência e de moradia imediata, mas também como uma maneira de garantir a realização de suas experiências de vida e a sua afirmação como sujeitos da e na cidade” (p.50).

A partir destas considerações, pode-se identificar, conforme nos elucidou Pinto (2005), que a organização do movimento ocorre por meio de duas dimensões: uma relacionada à ação direta e, outra, à formação política, possuindo ainda quatro etapas de organização, que ocorrem de modo conectado: a mobilização de massa; o conhecimento sobre o público-alvo e estudo teórico de organizações pré-existentes; a formação de coletivos; e a não preocupação da ação em curto prazo.

As lutas por moradia são, portanto, uma das formas em que os trabalhadores marcaram sua presença na cidade, na arena de negociação com o Estado e no enfrentamento ao capital para fazer com que tivessem direito à cidade e, nesse movimento, já fazendo com que a cidade, apesar da determinação do capital, fosse também dos trabalhadores (ibid., p.188).

A existência de diversos movimentos sociais dos “Sem-direito à Cidade”, demonstra, nas análises de Lima (2009), que a *questão urbana* é a “manifestação no urbano de processos de resistência à contradição fundamental da sociedade capitalista” (ibid., p.6) e que as práticas vivenciadas por alguns destes, demonstram a intenção por parte de seus organizadores, de “despertar entre os participantes do Movimento o exercício de valores divergentes dos valores

dominantes na grande cidade” (ibid., p.7). Deste modo, esses movimentos podem significar um espaço de articulação e formação tendo por base a perspectiva da transformação social.

Cassab (2010) salienta que ao agregar e organizar diferentes pessoas, o movimento cria uma nova identidade entre seus membros, como moradores da cidade, como sujeito de direitos, contrapondo às concepções dominantes que “recusam aos moradores da periferia o direito à cidade” (ibid., p.59). E é a partir de suas lutas no tecido social urbano que contribuem para “descortinar a realidade. Para trazer à tona a cidade real, então oculta. Romper ideologias. Quebrar consensos. Vislumbrar e denunciar a cidade real. Projetar e lutar por uma outra realidade” (CASSAB, 2010, p.64).

Acreditamos ser possível, através das lutas sociais urbanas, constituir focos de resistência capazes de se somar ao conjunto do movimento da classe trabalhadora, proporcionando espaços que despertem e/ou desenvolvam processos de formação da consciência de classe, sob a ótica do proletariado.

Este se configurou como um dos objetivos desta pesquisa dissertativa. Mapeando a trajetória da *Comunidade Dandara* – ocupação urbana realizada na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no ano de 2009 –, dialogando com lideranças comunitárias e militantes apoiadores da luta, observando espaços de organização, buscamos identificar a contribuição desta experiência no processo de formação da consciência de classe dos sujeitos envolvidos.

Apresentamos no próximo capítulo a história da ocupação e a sistematização e análise dos dados coletados.

CAPÍTULO 3 – A LUTA COLETIVA COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Partimos do entendimento de que para nos aproximar da compreensão de um fenômeno, é preciso detê-lo em sua dimensão histórica e em seu processo de desenvolvimento, através de método investigativo que o trate como totalidade, um todo dialético e estruturado.

A postura ontológica do pesquisador deve levá-lo a um processo contínuo de investigação, num exercício permanente de reflexão, a fim de buscar se apropriar do real em seus elementos mais complexos (SOUZA FILHO, 2002). As categorias teóricas de análise, como produto de condições históricas, possibilitam expressar, a partir do pensamento, as determinações constitutivas do real (MARX, 1982), estabelecendo um campo de mediações onde se torna possível uma compreensão do processo social vivenciado num contexto específico.

Nosso estudo, ora proposto, objetiva identificar repercussões do processo de formação da consciência de classe na esfera da vida cotidiana, a partir da experiência vivenciada por indivíduos num determinado território – a ocupação urbana realizada no município de Belo Horizonte, no ano de 2009, denominada *Dandara*.

Partimos do aprofundamento teórico de um conjunto de categorias analíticas que cercam nosso objeto – *classe, luta de classes, consciência de classe, alienação, reificação* – relacionadas com a esfera da *vida cotidiana* e tratadas no *processo de formação de consciência da classe*. Analisamos como o contexto de mudanças do capitalismo contemporâneo impõe novas determinações tanto na configuração das classes como no cenário da luta de classes, impactando diretamente no processo de formação da consciência.

Identificamos ainda o cenário da questão urbana como campo de manifestação da questão social que faz emergir um novo sujeito coletivo – os movimentos sociais urbanos – que colocam na arena da luta de classes novas demandas e novos sujeitos, desenvolvendo novas formas de luta, entre as quais, a ocupação.

Procuramos identificar em que medida a experiência vivenciada na trajetória da ocupação Dandara possibilitou ao indivíduo, ao trabalhador, reconhecer-se como classe e atuar, conscientemente como sujeito histórico vinculado a um projeto societário. Quais momentos do processo de formação da consciência de classe são vivenciados na ocupação? Que elementos estão presentes e como se expressam na trajetória dos indivíduos envolvidos no processo da ocupação?

A linha de metodologia de pesquisa adotada foi a *pesquisa qualitativa*, por possibilitar ao pesquisador trabalhar com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 1993, p. 21). Definimos como instrumentos metodológicos a *observação em campo*, possibilitando um contato mais direto com a realidade de forma a identificar aspectos que orientam o comportamento e ação dos sujeitos envolvidos a partir de uma observação do contexto; e a *entrevista semi-estruturada*, onde os informantes discorreram sobre a história da ocupação e sua trajetória na mesma a partir de questões abertas gerais intercaladas por perguntas que visavam dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista, numa conversa informal, para a discussão dos assuntos pertinentes à investigação.

Os eixos que orientaram nosso método de investigação foram definidos a partir dos estudos acerca das ocupações urbanas vivenciadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por entendermos que traduzem aspectos relevantes da experiência que podem trazer elementos para a compreensão do processo de formação da consciência de classe naquele território. Detalhamos um conjunto de pontos a se observar a partir dos eixos: *organização interna, construção de identidade, métodos de luta, assessoria e parceria e dimensões da ação direta e formação política*.

Na observação de campo, participamos de duas assembleias, dois momentos festivos da ocupação – aniversários de quatro e cinco anos – sendo que neste último acompanhamos parte dos preparativos para a atividade, atividade de mobilização dos moradores, além de poder andar pelas ruas da ocupação e conhecer um pouco do dia a dia do cotidiano daquelas famílias.

Para a entrevista semi-estruturada, construímos um roteiro com questões norteadoras a serem aplicadas a três segmentos presentes na trajetória da ocupação: lideranças da Comunidade Dandara, militantes dos movimentos articuladores e militantes da Rede de apoio. Além das entrevistas individuais, foram realizadas duas entrevistas coletivas, uma envolvendo duas lideranças da comunidade, e outra com a participação de sete lideranças. Todas foram gravadas e transcritas.

Realizamos ainda um mapeamento de pesquisas acadêmicas desenvolvidas na ocupação, entre monografias e dissertações, além do levantamento de documentos internos da Comunidade Dandara e Brigadas Populares. Além do material utilizado no processo investigativo, encontramos outras fontes de informação que podem servir de base para uma série de objetos de estudo a serem desenvolvidos. Entre eles destacamos material de

comunicação (jornal informativo semanal) e de mobilização de atividades internas e externas⁵⁷; além de um conjunto de vídeos amadores gravados ao longo da história da ocupação, desde seus momentos iniciais, disponibilizados no *youtube*. Este conjunto de fontes de informação possui uma riqueza de dados para o desenvolvimento de diversas pesquisas relacionadas ao processo social vivenciado na ocupação.

Não há levantamentos de perfil dos moradores da Comunidade Dandara que nos apresente um quadro analítico de quem são as pessoas ocupantes, seja pelo recorte etário, de renda, inserção no mundo do trabalho, benefícios sociais, e outros. Já foram levantados cadastros, organizados internamente, porém não tivemos acesso a esses materiais. Nas entrevistas foi-nos repassado que os cadastros encontram-se no processo jurídico. Por mais que essas informações pudessem trazer informações relevantes para nosso estudo, a partir da identificação das condições objetivas reais daquele grupo, optamos por não realizar esse levantamento, devido ao tempo que tínhamos disponível para a realização da pesquisa.

A pesquisa de campo ocorreu em três momentos temporais, duas no ano de 2013 e uma em 2014. Em abril deste ano permanecemos na comunidade durante a semana de preparativos para as festividades de comemoração dos cinco anos da ocupação, onde foi possível visualizar a dinâmica de mobilização da comunidade, a articulação das lideranças e de sua referência junto aos moradores.

No processo da entrevista envolvemos **nove** moradores que exercem liderança na comunidade desde os primeiros momentos da ocupação, sendo que alguns compõem, atualmente, o quadro da Associação Comunitária Dandara – nova estrutura organizativa da qual falaremos adiante –, destas, três moradoras se integraram à ocupação depois de decorrido os primeiros meses de articulação. Junto a militantes dos movimentos articuladores, entrevistamos **dois** militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que acompanharam internamente e **dois** militantes das Brigadas Populares, sendo um militante desde a constituição das Brigadas que participou ativamente do processo de planejamento e momentos iniciais da ocupação, e outro que se integrou ao movimento posteriormente e acompanha mais diretamente a Frente pela Reforma Urbana, responsável pelo trabalho sistemático junto à Comunidade Dandara e **um** representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que se integrou ao planejamento e articulação da ocupação desde os momentos iniciais e é presença ativa na comunidade até os dias atuais. Junto à Rede de apoio, realizamos

⁵⁷ Na semana em que acompanhamos as atividades preparatórias para a comemoração dos 05 anos da Comunidade Dandara, organizamos duas pastas com toda a documentação levantada, de forma a possibilitar uma fonte de informação mais organizada tanto para fazer memória da trajetória da ocupação, quanto para servir como subsídio para outras pesquisas e trabalhos acadêmicos a serem desenvolvidos.

entrevistas com **duas** militantes que também atuam na comunidade desde os primeiros momentos, reconhecidas pelos moradores da comunidade como as principais lideranças que acompanharam e ainda acompanham a trajetória da ocupação. Tivemos contato ainda com duas figuras importantes da Rede de apoio, porém de atuação pontual – o arquiteto que coordenou o processo de construção do *Projeto Urbanístico da Comunidade Dandara* e o fotógrafo responsável pela *Exposição Dandara*, ambos projetos que falaremos mais adiante.

Optamos por não identificar as pessoas entrevistadas, de forma a preservar as identidades e seus depoimentos. A elas serão atribuídos nomes das lutadoras e lutadores que foram referência para a denominação das ruas da comunidade no projeto urbanístico, conforme apresentaremos.

Para tratarmos o objeto de estudo proposto – identificar elementos do processo de formação da consciência de classe na experiência desenvolvida na ocupação urbana – nos propomos a apresentar o resultado de nossa pesquisa e análises em dois grandes eixos: (1) *caracterização do universo pesquisado*, onde apresentamos o processo de mobilização, organização e acompanhamento da ocupação, de forma a contribuir para que o leitor tenha contato com um histórico da Comunidade Dandara; e (2) *elementos do processo de formação da consciência de classe*, onde procuramos identificar, a partir da trajetória relatada e vivenciada pelos indivíduos entrevistados, dados que caracterizem o processo de formação desenvolvido na ocupação. Apresentamos elementos relacionados com a história da ocupação, com destaque para as *impressões e aprendizados* destes segmentos – lideranças Comunidade Dandara, militantes movimentos articuladores e militantes Rede de apoio – ao longo do desenvolvimento da luta.

Acreditamos que esta trajetória é constituída por uma série de elementos que podem nos ajudar a visualizar os avanços, recuos e impasses no processo de formação da consciência de classe nesse território específico.

3.1 Caracterização do universo pesquisado

No processo de investigação realizado para a dissertação, buscamos recolher elementos que nos auxiliassem na demarcação do universo, indicando elementos significativos no processo de mobilização, organização e acompanhamento da ocupação, já reconhecida pelos sujeitos como *Comunidade Dandara*. Esta identificação é importante ser destacada:

[...] quando começa, a gente chama de ocupação, acampamento. Quando a ocupação começa a se consolidar, suas ruas começam a ser demarcadas, respeitadas, as casas construídas, os equipamentos coletivos, quando tudo

isso começa a ser uma realidade, entendemos que passa a ser comunidade (entrevista com Mandela *apud* COUTINHO, M., 2011, p.15).

Foto 01: Entrada da ocupação



Fonte: Blog Ocupação Dandara

Na madrugada do dia 09 de abril de 2009, véspera de um feriado, aproximadamente 100 pessoas realizaram a ocupação. O terreno ocupado possui uma área de 315 mil m² localizado a 28km do centro de Belo Horizonte, no bairro Céu Azul, na regional Pampulha. A área faz fronteira com outros dois municípios da Região Metropolitana da capital mineira: Ribeirão das Neves e Contagem. O local que, supostamente, pertencia à Construtora Modelo, encontrava-se ocioso há 12 anos e possuía uma dívida de, aproximadamente, R\$ 2,2 milhões em impostos ao governo municipal.

A ocupação foi fruto de uma articulação entre o MST e as Brigadas Populares, numa perspectiva de construção de uma ocupação conjunta na região metropolitana de Belo Horizonte. Logo no início, se articularam com uma das lideranças da CPT na cidade, que também passou a integrar o grupo e articular todo o processo. Tanto o MST quanto a CPT vêm da experiência de ocupações rurais, acompanhando a mais de 30 anos, acampamentos e assentamentos, inclusive com atuações conjuntas entre si.

A data que marca a fundação do Movimento Sem Terra no Brasil foi janeiro de 1984, onde foi realizado no município de Cascavel (PR) o primeiro encontro nacional de trabalhadores rurais sem terra. A história do MST em Minas Gerais se inicia em junho de

1985, quando é realizado seu 1º Encontro Regional em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, onde foi eleita uma coordenação estadual para desenvolver trabalho de base em comunidades e municípios do estado (HERNANDEZ, 2008). A primeira ocupação do Movimento ocorreu em 1987, no município de Novo Cruzeiro. A partir daí, a atuação do MST se expandiu para outras regiões do estado, dividindo-se em seis regionais: Norte de Minas, Rosinha Maxacali (Vale do Jequitinhonha), Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro, Sul de Minas e Milton Freitas (região metropolitana). Na região metropolitana, a primeira ocupação ocorreu em julho de 1999, no município de Betim, sendo que o Movimento possui hoje seis assentamentos e três acampamentos rurais (ibid.).

A Comissão Pastoral da Terra foi fundada em junho de 1975. Conforme sítio da organização na internet, a CPT se configura como um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua na convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria aos trabalhadores e movimentos rurais, no que tange a seus processos coletivos, de formação integral e permanente, e na divulgação de suas vitórias e combate às injustiças. Possui um caráter ecumênico e integra o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo além de compor, como entidade de apoio, a Via Campesina Brasileira. Em Minas Gerais, a CPT acompanha diversas áreas de assentamento e acampamento rurais organizados pelos movimentos sociais do campo.

A “novidade” da proposta de planejamento da ocupação Dandara é a articulação destas organizações com um movimento urbano. Por ser também uma organização mais recente, pouco conhecida fora de Belo Horizonte e crucial para a história da ocupação, faremos uma apresentação mais detalhada de seu surgimento e estrutura de organização. As informações apresentadas foram colhidas nas entrevistas por nós realizadas e em materiais informativos das Brigadas Populares.

3.1.1 Brigadas Populares

As Brigadas Populares surgiram em Belo Horizonte no ano de 2005, a partir de um Núcleo de Estudos Marxistas (NEM) da Faculdade de Direito, da UFMG, voltado, principalmente, para o estudo dos pensadores revolucionários a partir do marco teórico marxista. O Núcleo surgiu em 2003 e, além das sessões de discussões realizadas dentro da universidade, participava também de algumas mobilizações sociais na cidade, até que um grupo de militantes passou a desenvolver um trabalho específico junto a comunidades da periferia, aonde os problemas são mais acentuados:

[...] este grupo que tinha esse entendimento da necessidade de ir para uma práxis fundaram as Brigadas Populares com este traço característico do trabalho junto à população de periferia, segregada aí nos morros, vilas e favelas (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

As Brigadas Populares se apresentam como uma “organização política de caráter militante, popular e de massas”, que visa contribuir em processos de luta e organização das massas, como “alternativa de luta para tod@s que anseiam por transformações profundas na sociedade” (material informativo). Identificamos esta identidade no depoimento de um dos entrevistados:

[...] a gente se intitula como organização política porque a gente tem um projeto de nação. A gente tem um projeto para o país, a gente não está simplesmente lutando a favor da moradia, além de fazer isso a gente tem um projeto pra cidade, a gente tem um projeto de nação. A gente se aproxima mais de um partido do que do movimento social (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Em 2011, há o desenvolvimento de uma articulação nacional, reunindo experiências já existentes como o Coletivo Autocrítica, de São João Del Rey; Coletivo 21 de Junho, de Santa Catarina e o Movimento Revolucionário Nacionalista Círculos Bolivarianos, do Rio de Janeiro. Em 2012 organizam seu 1º Congresso Nacional onde definem seus princípios e normas organizativas⁵⁸.

Em Belo Horizonte, desde seu surgimento, as Brigadas passaram a desenvolver um trabalho junto às vilas e favelas do Aglomerado da Serra, localizado na região centro-sul da capital, e na comunidade Novo Lajedo, ocupação espontânea localizada na região norte da cidade. Os militantes ressaltam que as ações a serem desenvolvidas pela organização são definidas a partir das demandas apresentadas pela população com a qual trabalham:

[...] toda pauta de atuação, toda frente que surge, hoje nós temos cinco frentes, é construída a partir do contato concreto com a realidade, não é da nossa vontade pura e simplesmente, mas da necessidade que surge em determinada conjuntura (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

[...] as Frentes não saíram da cabeça dos militantes, elas saíram das necessidades que foram percebendo [...] Eles chegaram pra gente e falaram assim, a gente tá querendo ocupar, a gente não tá conseguindo mais aluguel, tá difícil demais, morando de favor, o que seja, e surgiu essa necessidade

⁵⁸ As Brigadas Populares surgem para “contribuir com a recomposição de uma alternativa popular de enfrentamento ao capitalismo dependente e associado e ao Estado capitalista vigente no país” (material informativo), estabelecendo cinco bases teóricas e orientações estratégicas, a saber: (I) Socialismo, como aspiração elevada das massas populares em seu processo de emancipação; (II) Nacionalismo Revolucionário, como afirmação da formação social e cultural do país; (III) Por uma nova maioria, ou seja, estabelecer um campo de forças sociais que dispute a hegemonia em todas as dimensões da vida social (IV) Unidade aberta e duas tarefas estratégicas: a construção de uma organização política própria e de uma frente política ampla, superando a fragmentação do campo popular e de esquerda; (V) Militante, Popular e de Massas, associada às necessidades da luta de classes.

deles. Então a gente se articulou, começou a estudar esta pauta, e aí surgiu a ideia de fazer ocupação [...] a gente não nasceu para fazer ocupação, não era a pauta inicial das Brigadas. Foi a necessidade percebida, que a gente começou a atuar sobre ela. (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

As Brigadas Populares se organizam por *estruturas de base* e *estruturas de ampliação*. As estruturas de base são as *Brigadas Territoriais* e as *Frentes de Massa* – organismos responsáveis por implantar o trabalho político das Brigadas Populares em setores sociais relevantes. As estruturas de ampliação são os *Círculos* – organismos que contam com a participação de não militantes, organizados por tema, locais de trabalho, estudo ou moradia. As Brigadas destacam a *linha de massas* como espaço para formação dos militantes:

A linha de massas brigadista possui como direção prioritária o trabalho político e organizativo com as comunidades e a juventude de periferia, considerando também a atuação nos movimentos populares, estudantil, sindical, etc. as ações estão vinculadas às lutas por melhores condições de vida e, neste processo de mobilização, militantes se constroem politicamente para atuarem para além dos interesses imediatos e econômicos, a agir de forma estratégica e política, ou seja, de forma revolucionária (material informativo).

Atualmente, as Brigadas Populares possuem quatro Frentes de Massa articuladas⁵⁹: Frente Antiprisional, Frente de Juventude, Frente de Mulheres e Frente pela Reforma Urbana⁶⁰. Apresentaremos brevemente a atuação destas, focando, especialmente, na Frente pela Reforma Urbana, onde se encontra a articulação dos trabalhos realizados nas ocupações.

A *Frente Antiprisional* atua junto à população carcerária e suas famílias e desenvolve uma luta contra o encarceramento em massa e em defesa dos direitos humanos. Discute o “sistema de punidade seletiva” – que prende pobres e negros, a privatização do sistema carcerário que visa à lucratividade do sistema utilizando, inclusive, o encarceramento em massa como estratégia, a revista vexatória, a defesa da proposta da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC⁶¹, entre outros temas correlacionados.

A *Frente de Juventude* organiza a juventude, secundarista, universitária, mas, sobretudo, a juventude das periferias, contribuindo “com o protagonismo juvenil na luta política”, segundo material informativo consultado. O trabalho parte de compreender os

⁵⁹ As Frentes têm como objetivo principal “fortalecer a organização e a luta popular a partir da mobilização em torno de determinadas demandas concretas e chamar a atenção da sociedade para determinadas questões que afetam a vida d@s trabalhadores(as) construindo hegemonia nesses campos” (material informativo).

⁶⁰ Existiam mais 2 frentes articuladas que atualmente estão com suas atividades suspensas por dificuldades de organização interna: a *Frente de Comunicação* e a *Frente de Formação*.

⁶¹ A APAC é uma entidade civil de Direito Privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. A experiência iniciou no ano de 1972 em São José dos Campos (SP) e em Minas Gerais, no ano de 1985, no município de Itaúna, se espalhando posteriormente para outras cidades, estados e, inclusive, outros países.

problemas vivenciados pela juventude da periferia e também seus anseios e necessidades, desenvolvendo atividades de formação política, culturais e oficinas.

A *Frente de Mulheres* organiza as mulheres em torno da luta pela emancipação de gênero, a partir da perspectiva feminista, contribuindo para o “protagonismo da mulher na luta política, enfrentando o patriarcado presente nas várias dimensões da sociedade”, com recorte de *classe*:

[...] ela trabalha com a questão da opressão das mulheres, seja de caráter econômico, caráter social, mesmo o caráter sexual, entender que não faz sentido você lutar pelos direitos das mulheres sem lutar contra o capitalismo, que é uma questão estrutural, então a gente tem que lutar contra o capitalismo, se a gente quer ter uma sociedade igualitária, onde os gêneros são respeitados (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

A *Frente pela Reforma Urbana* se orienta pelo direito à cidade e tem, como uma de suas formas de ação, as ocupações de terrenos que não cumprem a função social da propriedade. A Frente pela Reforma Urbana nasceu como Frente pela Moradia. A alteração do nome revela um aprofundamento do grupo de militantes em relação à discussão da questão urbana e questão habitacional, correlacionando as lutas urbanas ao *direito à cidade*. Além das ocupações, a Frente lida com outras questões da cidade, como mobilidade, privatização dos espaços públicos e novas operações urbanas que favorecem o processo de acumulação do capital.

[...] historicamente o movimento popular urbano, não só no Brasil, sempre centralizou a questão urbana na questão habitacional, claro que a questão habitacional ela tem uma centralidade sim, porque ela tá intimamente vinculada com outras dimensões da questão urbana, dos outros direitos de mobilidade, acesso aos equipamentos, saúde, educação, mas ao mesmo tempo ela não reduz toda a problemática urbana, então, nós passamos a perceber que a moradia é um desses elementos, mesmo quando a gente luta pela moradia o que tá em discussão é a luta pelo direito à cidade, e que é consubstanciada nas pautas da reforma urbana, são as pautas da reforma urbana que dão conteúdo pro direito à cidade (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

[...] a gente não tá lutando só pela moradia, entendeu, a gente tá lutando por um projeto maior, uma cidade onde caibam todos e todas, uma cidade em que os espaços públicos sejam respeitados, então tem que entender todo esse processo (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Em 2006, surge a primeira ocupação realizada pelas Brigadas Populares, a *Ocupação Caracol*, que, embora tenha reunido um número pequeno de pessoas, ganhou uma importante repercussão em Belo Horizonte, uma vez que desde os anos 1980/1990 não haviam ocupações urbanas organizadas na cidade (MIRANDA, 2012). As Brigadas realizaram novas ocupações na cidade, sendo todas *ocupações verticais*, de edificações construídas. As ocupações foram:

João de Barro I e João de Barro II, no início e final de 2007, sendo a primeira do bairro Serra, região centro-sul de Belo Horizonte, e a segunda na Av. Antônio Carlos, região central. Em 2008, foi realizada a João de Barros III, também na área central da cidade, na Av. Amazonas com Av. Contorno. Ainda em 2008, foi realizada a primeira *ocupação horizontal*, de terreno, em parceria com o Fórum de Moradia do Barreiro⁶² – Ocupação Camilo Torres⁶³. A opção por passar a realizar ocupações horizontais é fruto de discussões e amadurecimento político a partir das experiências vivenciadas pelas Brigadas. Destacamos da entrevista dois aspectos indicados, a *resistência* das famílias e o *trabalho coletivo*:

[...] na ocupação vertical a pessoa chega numa edificação que já tá pronta e ela não vai, de certo modo, investir em praticamente nada ali, então ela tem uma disposição muito menor para a resistência, um apego menor, um vínculo emotivo, emocional com o espaço menor do que na ocupação horizontal, essa coisa de construir a própria casa, investir dinheiro e trabalho por meio de mutirão familiar, enfim, então isso cria uma disposição maior para a resistência. Existe trabalho coletivo na vertical, claro, a questão hidráulica, fazer a rede elétrica, enfim, a organização interna de limpeza, mas é diferente, a ocupação horizontal oferece muito mais possibilidades de fortalecimento de vínculos de solidariedade, fortalecimento de capital social, de enfim, trabalho numa perspectiva emancipatória, não alienado, digamos assim, tanto no individual, do indivíduo construir a sua casa, quanto coletiva, de fazer um centro comunitário, de fazer uma horta, de fazer a igreja ecumênica (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Após a ocupação Dandara, realizada em 2009, as Brigadas ainda estiveram no processo de articulação e acompanhamento das ocupações Irmã Dorothy, em 2010; Zilah Spósito, em 2011; Eliana Silva I e Eliana Silva II, em 2012 e Guarani Kaiowá, em 2013, esta última no município de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. Neste período, também apoiaram ocupações realizadas em outros municípios de Minas Gerais, como Itabirito, Timóteo, Itabira e Vespasiano.

3.1.2 Histórico da Comunidade Dandara

Uma das primeiras características que nos chamam a atenção na experiência desenvolvida na ocupação Dandara é seu processo de “gestação”, que lhe concede um importante diferencial em relação a outras experiências de ocupação urbana desenvolvidas. A

⁶² O Fórum já não possui articulação, era um espaço que reunia várias associações de moradores e núcleos de sem-casa da Regional do Barreiro, em Belo Horizonte, que se organizavam para pressionar os governos por políticas públicas para a população mais pobre, especialmente a moradia.

⁶³ Esta ocupação foi realizada em dois momentos, em fevereiro e em outubro de 2008, na Vila Santa Rita, regional Barreiro em uma área de 12.230m² que pertencia à Companhia de Distritos Industriais (CDI), atual Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig).

ocupação foi pensada, debatida e organizada por um período aproximado de 02 anos, a partir de uma parceria entre o MST de Minas Gerais e as Brigadas Populares.

No estado de São Paulo, o MST desenvolve experiências de articulação com movimentos urbanos há aproximadamente 10 anos – as *Comunas da Terra*⁶⁴ – voltadas para a ocupação de áreas espalhadas nos contornos da cidade. O Movimento em Minas Gerais passa a entender que também na região metropolitana, a questão urbana passa a afetar a articulação campesina (HERNANDEZ, 2008).

Encontramos em Hernandez (2008) um histórico sobre a atuação do MST em Minas Gerais, em especial na região metropolitana de Belo Horizonte, denominada atualmente como Brigada Iara Iavelberg. Destacamos a ocupação realizada em 2007, *Acampamento João Pedro Teixeira*, com famílias oriundas do bairro São Gonçalo, da região norte da capital, em articulação com a associação do bairro⁶⁵, que representa uma primeira iniciativa de articulação concreta do MST com uma organização urbana.

[...] por volta de 2006/2007, foi ficando mais forte dentro do MST a discussão sobre as cidades. Pela diminuição da população rural, pelo apelo que a cidade fazia ao MST em termos de organização mesmo. O perfil do Sem Terra aqui na região metropolitana correspondia muito a isso, eram pessoas em sua maioria, de origem rural ainda, porém, com 10 anos de cidade, às vezes até mais, com vontade de voltar pra roça. A gente já tinha vários assentamentos aqui, no entorno da região metropolitana e percebia que era um voltar pra roça que não se dava 100%, eles voltavam pra roça, mas sempre que tinha oportunidade de trabalho e renda na cidade, eles faziam este movimento de pêndulo, e isso, para os moldes de assentamento rural tava criando problemas (Entrevistada Margarida Alves_MST).

Como fruto desse processo de reflexão, o MST organizado na região metropolitana amadureceu a proposta de realizar uma ocupação *rururbana*, à exemplo das experiências da *Comuna da Terra* praticadas pelo Movimento em São Paulo. Miranda (2012) ressalta que a proposta rururbana congrega dimensões da ruralidade e da urbanidade articuladas na esfera do trabalho e da produção. Segundo Coutinho M. (2011), estas experiências possibilitam a superação das limitações dos modelos “puros” de ocupação urbana, trabalhando a perspectiva de local de moradia com uma possível estrutura para subsistência, via plantio ou artesanato.

A Comuna da Terra são acampamentos rururbanos, acampamentos que conciliam tanto a perspectiva urbana com a perspectiva rural, ou seja, concilia práticas produtivas agrícolas, mas também práticas produtivas não agrícolas, conforme o perfil das famílias [...] no acampamento rururbano, as

⁶⁴ Uma das experiências com destaque em São Paulo é o Assentamento Dom Tomas Balduino, localizado em Franco da Rocha. Conferir em <http://www.mst.org.br/jornal/284/estados>.

⁶⁵ Encontramos em Hernandez (2008) os seguintes dados: das 173 famílias assentadas em áreas do MST, 126 provêm de espaços urbanos e das 138 famílias distribuídas na região metropolitana, 100 possuem procedência urbana, representando 76,65% dos sem terra na região.

formas produtivas e a organização interna leva muito em conta o perfil das famílias (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Porém, o Movimento já tinha o entendimento de que a proposta exigiria uma readequação do método executado em suas áreas, sendo necessária uma maior articulação e preparo junto a movimentos urbanos.

[...] a gente não tinha ainda, como depois se comprovou, um vocabulário adequado para os urbanos, uma experiência prática de ocupação dentro da cidade, então fomos abrindo um pouco as discussões para conversar com outros movimentos da cidade (Entrevistada Margarida Alves_MST).

Concomitantemente, as Brigadas Populares, que já vinham atuando desde 2006 com as experiências de ocupações urbanas, buscavam construir outro modelo de ocupação, se aproximando do MST para a construção de uma proposta conjunta. Como dito anteriormente, logo nas primeiras articulações, a CPT, na figura do assessor Chico Mendes, foi convidada a se integrar aos movimentos organizadores.

[...] constituiu-se uma equipe coordenadora, divididos em comissões de coordenação encarregada de traçar as linhas políticas da ocupação. A comissão de método está encarregada de planejar as estratégias práticas da ocupação; a comissão de projetos tem como missão captar recursos para programar as ações produtivas e a liberação de militância que atuará na ocupação, especialmente no trabalho de base; finalmente se articulou a comissão de frente de massa encarregada de desenvolver trabalho de base e organização direta com as famílias (HERNANDEZ, 2008, p.222).

Neste período já se inicia um amplo processo de mobilização de famílias, a fim de sensibilizar para a discussão da proposta rururbana e da possibilidade de uma ocupação conjunta, campo e cidade. A mobilização ocorreu a partir do contato com famílias que já haviam participado de ocupações urbanas das Brigadas Populares, reuniões com lideranças de núcleos de habitação⁶⁶ e associações de bairro na cidade. Segundo Hernandez (2008) foi planejado para o final de 2008, um seminário geral com os coordenadores de núcleos de bairros para problematizar questões pertinentes à discussão campo e cidade, de forma a desenvolver uma sensibilização para a temática do rururbano.

Por aproximadamente um ano e meio, militantes do MST, das Brigadas Populares e da CPT realizaram reuniões de estudo, discussão, mapeamento de terrenos e planejamento.

⁶⁶ As pessoas que participam na organização dos núcleos ou contribuem para seu funcionamento não precisam ser necessariamente sem-casa. Contudo, somente os filiados aos núcleos que atendem aos critérios da prefeitura podem ser contemplados com o benefício. Para tanto eles devem ter renda de 0 a 5 salários mínimos, residir há pelo menos dois anos na cidade e não ter casa própria, o que inclui as pessoas que moram de aluguel ou de favor [...] Atualmente existem 172 núcleos cadastrados e aproximadamente 13 mil famílias na fila de espera do OPH (COUTINHO, M., 2011, p.22).

Aí fazemos bastante, muitas reuniões, coisa de um ano e meio, e tudo pensado nos mínimos detalhes, como que ia ser, que metragem que tinha que ter, e aí eu to te falando do ponto de vista da produção, que tipo de produção caberia, agrícola, não agrícola, legislação pra produção animal, tudo, tava tudo pensado (Entrevistada Margarida Alves_MST).

Segundo dados coletados nas entrevistas, identificamos que uma das comissões criadas pelos movimentos organizadores foi a responsável pelo mapeamento de terrenos em Belo Horizonte e região metropolitana. O terreno escolhido situava-se na região periurbana da cidade, oferecendo condições para assentar um número de 100 famílias dentro da perspectiva de rururbano. Além desta característica, a localização do terreno possibilitaria maior visibilidade da ação. Destaca-se a localização do terreno numa área de elevada especulação imobiliária devido à sua proximidade à Lagoa da Pampulha – importante ponto turístico da capital mineira.

[...] o terreno da Dandara era o único mais urbano, numa região adensada da cidade, e conseguimos convencer o Movimento de que aquele terreno seria melhor, daria uma repercussão maior, nós teríamos mais condições de acompanhar politicamente, e ao mesmo tempo, ter uma solidariedade das favelas do entorno e poder massificar com pessoas em situação de insegurança da posse [...] a escolha do terreno não contou com nenhuma assessoria não, foi uma escolha política, mais política do que técnica (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

A partir da escolha do terreno, intensificou-se o trabalho para levantamento das famílias. Segundo Miranda (2012), a maioria das famílias ocupantes foi oriunda da Vila da Luz e Vila da Paz – ocupações no entorno da BR 262 que corta Belo Horizonte (conhecida como Anel Rodoviário) onde as Brigadas Populares fizeram o trabalho de base – e dos bairros Nova Boa Vista (região leste da capital) e Novo Aarão Reis (região norte), mobilizados pelo MST.

O trabalho de base do MST neste período foi realizado a partir de visitas domiciliares explicando o que era a luta pela terra, o direito à moradia, e a proposta da ocupação rururbana. Conjuntamente foram organizados núcleos de formação política junto a famílias, discutindo a proposta da ocupação, além de discussão sobre as dinâmicas das cidades, oficinas de agroecologia e discussões sobre os assentamentos do campo (MIRANDA, 2012).

Este é um diferencial que interfere no processo de constituição da ocupação – o trabalho prévio e sistemático com as famílias dentro de suas comunidades de origem. Já nesse momento inicia-se um processo de discussão com as famílias sobre o objetivo político da ocupação, porém não foi possível identificarmos qual foi o nível de compreensão e

envolvimento das famílias a partir dessa atuação, uma vez que dentre as lideranças pesquisadas, apenas uma participou do processo inicial. Vejamos seu depoimento abaixo:

[...] os amigos do MST convidou a gente. A gente começou a participar, mas não sabia onde ia ocupar o espaço. Eu perguntei assim: “pra quê essa reunião?” Até então eu nem sabia pra que. Ele pegou e falou assim: “não, porque você paga aluguel, uns moram de favor, essa capacitação é pra gente ocupar um espaço que tá muito tempo abandonado. Só que no início a gente vai ter um monte de dificuldade”, explicou as dificuldades que a gente ia passar, as conseqüências que a gente ia ter... (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

O trabalho de mobilização das famílias também foi destacado pelos movimentos que participaram da organização social:

[...] a gente começa a organizar algumas reuniões semanais, que a gente vai lidando, a gente explica porque a gente tá atuando, porque tem pessoas que acham que a gente é caridoso, tá indo lá pra ajudar os outros, a gente fala “não, a gente tem um projeto político e a gente tá aqui por causa deste projeto político. Se a gente tá aqui é pra lutar, a gente não tá aqui pra dar casa pra ninguém não. A gente acha que é legítimo a luta de vocês, vocês são legitimados pela Constituição, então a gente vai entrar nesta luta com vocês, mas entendendo que a gente não tá fazendo isso por caridade”. Esta é uma luta política e a gente quer que todo mundo participe e entenda né (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

[...] fizemos um trabalho de base e aí conseguimos reunir as famílias, visitamos vários núcleos em vários locais da cidade, então o pessoal sem casa, fomos falando, “olha, tamo tentando, organizando aí pra uma ocupação, vai ser diferente, uma ocupação rururbana e tal”, até reunir esse grupo aí, planejando e tudo, “oh, não podemos falar nem o dia, nem a hora, nem o local, mas tamo estudando, fica de prontidão que a hora que a gente der o sinal, quem quiser pular dentro, coletivamente né” (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Conforme exposto anteriormente, na madrugada do dia 09 de abril de 2009, durante o feriado da semana santa, foi realizada a ocupação. A simbologia já se torna presente desde a escolha da data. Além de o feriado possibilitar uma melhor resistência das famílias, foi destacado que a escolha da data buscou contemplar também uma simbologia cristã, de uma *nova terra* (Entrevistada Margarida Alves_MST). Destaca-se uma forte religiosidade marcante desde o princípio da ocupação, que abordaremos posteriormente.

A ocupação foi realizada com poucas famílias, além de militantes do MST e das Brigadas Populares para contribuir no processo de organização e resistência inicial. As barracas já foram montadas e amanhecendo o dia iniciaram o cadastro das famílias que estavam na área e numeração dos barracos para organização interna, procedimento já adotado pelo MST em suas ocupações.

Aos poucos outras famílias, especialmente da região, foram se integrando à ocupação. Já nos primeiros dias, passaram por uma tentativa de despejo conduzida pela tropa de choque da Polícia Militar, sem liminar de reintegração de posse – “bombas de efeito moral, gás de pimenta e até vôos rasantes de helicóptero para destruir os barracos foram utilizados. Os ocupantes reagiram com pedradas e os confrontos que resultaram em vários feridos e três presos” (COUTINHO M., 2011, p.42). O entrevistado Chico Mendes_CPT também relata a opressão sofrida pelas famílias no primeiro dia da ocupação, destacando o apoio dos moradores da Vila Bispo de Maura:

O primeiro dia foi uma batalha árdua e inesquecível, mas o povo resistiu diante de centenas de policiais com armas nas mãos, com helicóptero, cães, balas de borracha etc. Ao anoitecer, quando a polícia já tinha encurralado o povo em um dos cantos do terreno, na iminência de fazer o despejo pela força militar, muitos jovens da Vila Bispo de Maura, comunidade de periferia existente ao lado, vieram em socorro às famílias da ocupação Dandara e começaram a jogar pedras nos policiais. Assim eles viraram as armas para os jovens da vila.

Este apoio da Vila Bispo de Maura é destacado em todas as entrevistas realizadas, por todos os segmentos de sujeitos. Esta reação dos moradores da Vila é identificada como um dos grandes fatores que contribuíram para o fortalecimento da resistência da ocupação nos primeiros dias.

O confronto com a polícia e a resistência das famílias foi alvo de reportagens na época, tanto na imprensa escrita, televisiva, em nível local e até mesmo nacional, gerando uma ampla visibilidade à ocupação. Com esta ampla divulgação, inúmeras famílias começaram a procurar a ocupação para se integrar à luta pela moradia, ampliando o número de ocupantes, em apenas uma semana, para mais de 1.000 famílias. Esta intensa aglomeração de pessoas de forma intensa surpreendeu os movimentos que planejaram a ocupação, conforme podemos identificar na transcrição seguinte:

[...] milhares de pessoas, literalmente, caminhão parando na porta, caminhãozinho pequeno, com móvel, muita gente chegando com móvel, o pessoal desceu carregando tudo que podia, que tava solto dentro de casa e foi ocupando assim, com muita rapidez. Foi muita gente, muito mais do que a gente imaginava. A gente sabia que ia ter mais gente do que nós chegamos, porque a gente sabia da problemática da moradia, o lugar era muito bacana, então a gente sabia que ia ter mais gente, mas não na velocidade e na quantidade de pessoas que foi (Entrevistada Margarida Alves_MST).

O aumento significativo do número de ocupantes fez com que se ampliassem as dificuldades de infra-estrutura para o acolhimento dessas famílias, tornando imprescindível a busca por apoio e parcerias para o suporte do trabalho desenvolvido na ocupação. Coutinho

M. (2011) salienta que se destaca na história da ocupação a ampla Rede de apoio que os organizadores conseguiram estabelecer para favorecer a luta, desde os primeiros dias da ocupação. Essa articulação envolveu lideranças religiosas, políticas, movimentos sociais, advogados populares, universidades, entre outros:

[...] a formação de uma Rede de apoio faz parte da forma como os movimentos se organizam para fazer as ocupações, tanto as urbanas quanto no campo. Além de reunir e articular a população sem-casa para promover as ocupações, os movimentos procuram articular uma rede de apoiadores externos para dar mais força e visibilidade à luta (COUTINHO M., 2011, p.86-87).

Falaremos da atuação da Rede de apoio, antes gostaríamos de retornar para a relação do poder público com a ocupação via repressão policial. Miranda (2012) destaca que o aparato policial foi intenso na ocupação, acuando as famílias numa pequena parte do terreno, onde construíram suas barracas de lona e madeirite umas próximas a outras.

Foto 02: Momentos iniciais da ocupação



Fonte: Blog Ocupação Dandara

Parte das lideranças entrevistadas se integrou à ocupação neste momento e relatam como os momentos iniciais da ocupação foram de muita tensão:

Foi assim um primeiro momento tenso, vieram lá de baixo, batendo, derrubando barraca, e tudo. E a Margarida Alves que tava na época liderando junto com outros militantes das Brigadas e junto com o MST, pediu que a gente aglomerasse aqui em cima onde a gente já tava, que era

coisa passiva, que não tinha violência. A gente sentamos todos no chão e eles vieram de baixo, quando chegaram aqui em nós e viram que a gente não teve reação, foi onde começou o processo de negociação [...] a polícia neste primeiro impacto foi muito grosseira, só que como quem tava aqui dentro ficou articulando, então desse momento pra cá a gente começou a ficar firme (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

Esta pressão do poder público, por meio do aparato policial, permaneceu presente na ocupação. Porém as famílias resistiram. Contraditoriamente, a tensão provocada pela repressão policial também provocou um sentimento de resistência e união entre os ocupantes, como podemos identificar no depoimento abaixo:

[...] assim que tivesse algum movimento aqui encima estranho era avisado pra todas as famílias, a gente concentrava aqui encima e todo mundo naquela luta, naquele conjunto de união (Entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara).

Como relatamos, o número grande de famílias no momento inicial da ocupação se tornou um desafio para a organização, pois não era previsto no planejamento realizado, cujo foco era o desenvolvimento de uma proposta rururbana e sua forma de organização. Este “choque” provocado pela massificação pôde ser melhor identificado na entrevista com os militantes do MST.

O começo muito difícil e pra nós do MST um desafio assim, incalculável, de tudo que a gente tinha planejado, pensado, saiu tudo diferente. O volume de gente não dava pra gente usar os métodos que a gente tinha nos assentamentos, que é de controle total. Você sabe quem tá lá dentro, quem entra, quem sai, que horas que sai, que horas que vem, porque que saiu, porque tá voltando, tudo é avisado, tudo tem assembleia, tudo tem reunião, e quando a gente se viu com milhares de pessoas, não tem como você saber nada, quem é quem, se tinha gente infiltrada, se era tráfico, se era morador, o quê que era, não tinha jeito de saber. Então foi como um choque, assim, como que organiza isso? (Entrevistada Margarida Alves_MST).

Mesmo diante desta dificuldade, o grupo conseguiu garantir nos momentos iniciais da ocupação, aspectos organizativos ligados ao método do MST, como a divisão das famílias em grupos e a articulação dos setores ou núcleos – saúde, segurança, educação, formação e outros.

Primeiro passo que eles fizeram foi reunir as famílias, contar as famílias, numerar as barracas, aí fez cada grupo de 100 famílias [...] a gente fazia as reunião, era feito com o MST né, que era o Lamarca, então a gente falava dos trabalhos que a gente tinha que fazer, como é que era, foi tudo muito bem organizado (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

Foi indicado que teria que ter uma coordenação pro movimento de pessoas que tava, até pra ter o controle de pessoas, quem tava quem não tava, o primeiro caso que foi feito foi a marcação das barracas, no momento tava

tendo novecentas famílias que foi contada por barraca, e as Brigadas e o MST foi marcando as barracas, e foi necessitado ter grupo de pessoas, duplas de pessoas em cada grupo (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

A conjuntura de forte pressão política e policial que permaneceu constante frente à ocupação, colocou para os movimentos a necessidade de ampliar a força de resistência interna. O aumento significativo de famílias ocupantes e a importância de sua adesão para o fortalecimento desta resistência levou os organizadores a modificarem a proposta inicial do desenvolvimento de uma experiência rururbana, uma vez que a distribuição dos lotes, de forma a atender um número maior de famílias, não comportaria esta perspectiva: “com essa necessidade de ampliar nossa força, nós começamos a abrir as portas da ocupação, para que as famílias que estavam procurando a comunidade pudessem adentrar” (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Ainda nos momentos iniciais, outra característica singular da ocupação já indicada acima, também se destaca – a ampla rede de solidariedade envolvida desde os primeiros dias. Mais adiante falaremos de sua composição, perfil e ações desenvolvidas. Para situar este momento inicial da ocupação, nos reportamos a três frentes de atuação desta Rede de apoio que afetaram diretamente no trabalho que vinha sendo implementado pelos movimentos organizadores.

O primeiro aspecto a se observar foi a capacidade da ocupação em atrair uma diversidade de apoiadores, entre militantes de movimentos sociais, estudantes, militantes políticos e com um grupo em especial que, neste momento, apresentava um destaque quantitativo: religiosos e religiosas, lideranças pastorais da região do entorno da ocupação. Destaca-se que na região da Pampulha, encontram-se uma diversidade e amplitude de casas de formação de religiosos vinculados à igreja católica, e este grupo foi envolvido diretamente na ocupação desde os primeiros dias, como podemos identificar a partir da entrevistada Dorothy:

[...] no dia seguinte como surgiu aquele confronto, o povo passando muito todo tipo de necessidade debaixo da lona, o Chico Mendes me ligou pedindo apoio, então eu convoquei uma reunião imediatamente, mandei pra todo mundo, pra arquidiocese, pro Vicariato, pra este grupo da CRB⁶⁷, e foi nesta reunião que a gente começou articulando essa Rede de apoio mais concretamente [...] Esses apoiadores foram se inserindo nas comissões, aí quem tinha experiência, por exemplo, com saúde alternativa, foi entrando na comissão de saúde, a gente pediu apoio à Pastoral da Criança e imediatamente a Benícia, que coordena, tá na frente, foi e começou a treinar

⁶⁷ Conferência dos Religiosos do Brasil é uma organização religiosa fundada em 1954 que articula e acompanha a os religiosos e religiosas católicos no país.

lideranças lá mesmo na comunidade porque tinha muita criança, muita mulher grávida (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

Um segundo aspecto é a atuação direta dos advogados populares. Imediatamente após a ocupação do terreno, se inicia o processo judicial para garantir a permanência da comunidade. Já no dia 13 de abril a Construtora Modelo entra com o pedido de reintegração de posse. Desde então, há uma longa batalha na justiça, tendo, os ocupantes, apoio jurídico do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), coordenado pelo Prof. Fábio Alves⁶⁸, e, posteriormente, de advogados ligados ao Coletivo Margarida Alves que atua com assessoria aos movimentos populares. Um entrevistado das Brigadas Populares apresenta de forma geral o trâmite do processo judicial que levou ao aumento do número de apoiadores nesta área.

O juiz concede a liminar de reintegração de posse, e a gente nesta primeira semana já ta numa situação de ameaça, de insegurança da posse, ameaça de desalojamento forçado. Bom, felizmente conseguimos suspender a reintegração de posse, foi feito um recurso ao Tribunal, foi suspenso o despejo e aí depois começa a novela jurídica também. Aí volta a liminar depois, suspende de novo, volta, suspende, assim, uma verdadeira maratona judicial que faz com que hoje a Dandara também tenha conseguido permanecer firme e tudo mais. Então, juntou um número grande de advogados, defensores públicos, apoiadores (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Cabe ressaltar ainda no campo jurídico, a atuação da Defensoria Pública na perspectiva de favorecer a luta da ocupação. Em março de 2010, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais entrou com uma Ação Civil Pública contra a Construtora Modelo, o estado de Minas Gerais e o município de Belo Horizonte para que a área fosse desapropriada e o poder público providenciasse moradia àquelas famílias. A situação jurídica ainda não está concluída, porém algumas vitórias foram conquistadas ao longo destes anos de luta e resistência.

A terceira atuação da Rede de apoio que gostaríamos de ressaltar neste momento inicial da ocupação foi a parceria estabelecida com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, que construiu, através de grupos de pesquisa e em parceria com os moradores, o projeto urbanístico da Comunidade Dandara⁶⁹, alterando a proposta inicial de construção de uma comunidade rururbana. Coordenado por um estudante de graduação em Arquitetura e

⁶⁸ Em todas as entrevistas foi destacado o papel e a presença do professor Fábio Alves junto às lutas da comunidade Dandara. No último ano de 2013, o professor veio a falecer e, devido a esta referência para a comunidade, o centro comunitário da Dandara foi reestruturado e reinaugurado com o nome dele.

⁶⁹ O projeto urbanístico encontra-se disponível no Blog da Comunidade Dandara <http://ocupacaodandara.blogspot.com.br>. Destaca-se que o projeto foi um dos quatro selecionados de Minas Gerais para participar da 9ª Bienal Internacional de Arquitetura em São Paulo, conforme nos relata o entrevistado Chico Mendes_CPT.

Urbanismo da PUC, atualmente professor, foi realizado um trabalho de discussão e elaboração com uma participação ativa dos moradores. Em entrevista na investigação realizada por Coutinho M. (2011), o arquiteto relata como se integrou à proposta de elaboração de um projeto urbanístico para a ocupação.

[...] na PUC eu já havia feito um trabalho sobre planejamento urbano utilizando aquele terreno como exemplo para desenvolver o projeto. Fui lá na Dandara, entrei em contato com alguns moradores e eles sentiram uma segurança muito grande porque eu conhecia o terreno. Na outra semana, a coordenação do movimento me convidou para poder elaborar um desenho, uma proposta pra eles ocuparem toda área a partir de alguns elementos que dessem legitimidade do ponto de vista da legislação urbana de Belo Horizonte [...] O tempo todo fomos olhando elementos da legislação que deveriam ser respeitados para que eles, numa posterior regularização fundiária, estivessem com essas questões previstas (entrevista Tiago *apud* COUTINHO, M., 2001, p.95).

Foto 03: Pintura do Projeto urbanístico no Centro Comunitário Dandara



Fonte: Susana Maia

No projeto urbanístico foram previstos loteamentos coletivos específicos para a preservação da vegetação local, recuperação das matas e cultivo de árvores de frutas do cerrado; loteamentos para as hortas comunitárias; para infra-estrutura e equipamentos da comunidade como o centro ecumênico, o centro comunitário e as creches. Além disso, as glebas individuais de 128m², sendo 16x8 cada, permitem a conciliação do espaço da casa, com o cultivo de árvores de frutas e pequenas hortas nos terrenos das casas (MIRANDA,

2012, p.68). Este aspecto é destacado pelo entrevistado Mandela_Brigadas Populares como estratégia para a produção alimentar tal como planejada antes da ocupação:

[...] fizemos um projeto urbanístico que deu muito trabalho, com a participação dos moradores no projeto e tudo mais. Esse projeto urbanístico com a previsão de lotes pra fins, sobretudo habitacionais, mas que permitem uma condição de vida digna, e permite também as famílias fazerem horta, um quintal, pra poder enfim, ter ao menos, um pouco daquilo que nós vislumbramos quando construímos o projeto rururbano.

Uma característica central possibilitada pela elaboração do projeto urbanístico ainda quando as famílias estavam concentradas na parte superior do terreno, foi que o processo de ocupação total do espaço territorial, já foi organizado a partir da distribuição dos lotes, da distância e largura das ruas, possibilitando à ocupação uma estruturação inicial compatível com as leis urbanísticas da cidade. Esta proposta representa uma estratégia de combate ao despejo, como nos chama atenção o depoimento que segue.

[...] foi pensado num processo de regularização que as pessoas não teriam que ser despejadas, entendeu? Então, por exemplo, as ruas respeitam o espaço de 1 metro e meio pras calçadas, tem todo esse processo urbanístico das leis urbanísticas da cidade que foram respeitadas no projeto da Dandara, de tal forma que, pensando neste processo de desapropriação mesmo, a gente não quer sair da Dandara e arranjar outro lugar, a gente quer ficar lá (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Com o projeto urbanístico estruturado, a ocupação começa a se expandir. A ocupação de todo o terreno foi realizado, segundo as lideranças da comunidade, no dia 12 de julho. Para encobrir a ação, os moradores organizaram, junto com a Rede de apoio, uma “procissão”, e em meio a orações, cantos e gritos de ordem, foram descendo pelo terreno e entrando para os lotes – “a gente desceu pra os lotes, onde foi dividido as quadras [...] a partir deste dia começou a luta pra construção das casas, este dia 12 foi um dia pra nós muito marcante” (Entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara). Aos poucos, com a ocupação de toda a área, as famílias foram se organizando coletivamente para a construção das casas e dos espaços coletivos.

[...] aos poucos, a comunidade foi se erguendo e os sonhos foram se transformando em realidade. A organização interna e territorial se consolidou, as casas de alvenaria predominavam na paisagem e os primeiros equipamentos coletivos foram construídos (MIRANDA, 2012, p.70).

Em relação à organização interna, as famílias já eram divididas em 09 grupos e estes se constituíram a base de organização. Cada grupo possuía dois coordenadores eleitos pelo grupo. O indicativo para sua formação era o de levar em conta a igualdade de gênero, escolhendo, sempre que possível, um homem e uma mulher na coordenação. Estes grupos

tinham reuniões semanais onde eram discutidas as questões relacionadas aqueles moradores. Os assuntos que se referiam ao conjunto da ocupação, ou que não conseguiam ser resolvidos nos grupos, eram levados para as reuniões de coordenação e/ou para as assembleias com os moradores. Segundo Miranda (2012), nestes espaços são discutidas as questões individuais e coletivas relacionadas à vida da Comunidade, bem como as ações políticas a serem desenvolvidas para fortalecimento da ocupação e articulação com outras lutas e movimentos sociais. No princípio da ocupação as assembleias eram constantes, de acordo com a necessidade, conforme nos indica uma liderança:

[...] a gente tem sempre as reuniões, as assembleias, elas eram freqüentes, tinha toda semana, praticamente toda hora que necessitava, passava com aquele megafone chamando (Entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara).

Com a comunidade se estruturando, a partir dos grupos formados, da coordenação estruturada, a presença do MST foi ficando mais pontual; mais forte nos meses iniciais, de forma a contribuir com o fortalecimento e organização da ocupação.

[...] logo no início, quando já teve aquela massificação grande e que a gente percebeu que não ia ter condições de manter a proposta originária, logo no início a gente percebeu isso, e o MST tava nesse processo. Ele continuou construindo, continuou fortalecendo, ajudando e tudo mais [...] O MST ficou na Dandara, assim marcando uma presença cotidiana, participando dos debates, das reuniões, da direção política, digamos assim, da ocupação, durante uns cinco meses, mais ou menos (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Porém, como dito anteriormente, o MST foi se desligando aos poucos da ocupação por não ter condições de acompanhar o processo (seja pelo número de militantes disponíveis para o acompanhamento à área, seja pela questão da falta de recursos financeiros), mas, principalmente pelo abandono da proposta inicial de desenvolvimento de uma ocupação rururbana. Os depoimentos a seguir apontam isso:

[...] infelizmente não foi possível implantar o sistema da Comuna da Terra e sim um grande conjunto de moradia, teve dia da gente ter 200 pessoas em volta da gente, conversando, perguntando como é que ia funcionar, como é que ia ser a ocupação, como é que ia ser os lotes, no entanto, a gente tava meio que perdido [...] nós não temos experiência com a relação organização urbana, a gente tem a organização rural, a maior dificuldade no trabalho, foi exatamente essa, não ter experiência (Entrevistado Lamarca_MST).

[...] ela virou uma ocupação urbana, com lotes possíveis muito pequenos, que hoje tem hortas e tudo, mas totalmente fora do que a gente tinha previsto [...] a gente não tinha a perspectiva se dedicar a resolver um problema urbano, não era nossa proposta. Aí quando já tava tudo esquematizado, com coordenação, dividido, o MST lá acompanhando, mas assim, com a corda no

pescoço, nos retiramos [...] A regional chegou a discutir, algumas pessoas achavam que tinha que ficar, mas a fragilidade foi maior, não deu conta da tarefa, precisava de muita gente, precisava de dinheiro, precisava de gente que pudesse morar lá, e o trabalho era enorme [...] tivemos uma conversa franca, amistosa com as Brigadas Populares, no sentido de que eles já vinham tocando a maioria das tarefas mesmo, de que a gente ia se retirar da coordenação, continuaríamos apoiando a ocupação e tudo, colocando nosso conhecimento à disposição [...] Acabou distanciando, contribuindo em momentos pontuais (Entrevistada Margarida Alves_MST).

Com o afastamento do MST, o acompanhamento à ocupação foi assumido pelas Brigadas Populares e CPT, com apoio direto de alguns militantes da Rede de apoio.

Nestes cinco anos de organização, a Comunidade Dandara estruturou um centro comunitário, centro ecumênico, hortas comunitárias e possuem um projeto para construção de uma creche comunitária e quadra de esporte; além da existência de pequenos comércios locais que atendem aos moradores.

Já são quase mil casas de alvenaria construídas (ou em construção), duas hortas comunitárias e mais de 250 hortas em quintais, um centro comunitário, uma igreja ecumênica. Há também o Zumbis' Bar, a Padaria Dandara, a Mercearia Dandara e outros pequenos comércios (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

[...] creche, uma iniciativa com a Isabela Hendrix, uma professora com a articulação com a Frente de Mulheres, ela ministrou uma matéria que era a construção da creche da Dandara, então todos os alunos do curso dela fizeram projetos para a creche da Dandara. Esses projetos foram apresentados na Assembleia e hoje ta no processo de discussão de como a gente vai arrecadar este esforço para a construção, que a construção é por forma de mutirão, né, igual foi o centro comunitário, o centro ecumênico (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Importa ressaltar que muitas famílias organizam uma pequena produção agrícola em seus lotes, conforme nos indica o entrevistado Mandela_Brigadas Populares:

[...] nós temos uma comunidade altamente produtiva, nesses lotes, grande parte das famílias produzem, e além das hortas comunitárias. Então, mesmo que a gente não tenha aquele projeto, aquela intenção inicial do acampamento rururbano [...] a comunidade conseguiu se consolidar, ter uma produção interessante, assim, de hortas individuais, hortas coletivas, comunitárias, e paralelo a isso, trouxe de maneira bastante contundente pra pauta da cidade, o debate entorno da Reforma Urbana.

Apesar de toda esta articulação, o não reconhecimento público da Comunidade faz com que a mesma continue a conviver com os problemas de assentamentos irregulares – falta de água, luz, saneamento básico e infraestrutura viária. A Prefeitura se sustenta em um Termo de Ajuste e Conduta – TAC – firmado entre Prefeitura, Ministério Público, Copasa e Cemig no ano de 2002, que proíbe o fornecimento dos serviços públicos em assentamentos irregulares,

conforme nos informou o entrevistado Chico Mendes_CPT. O acesso dos moradores ao fornecimento de água e luz ainda é feito por meio de ligações clandestinas.

Os serviços públicos, como coleta de lixo, correios, também não atendem à Comunidade. Nos meses iniciais, os moradores tiveram muitas dificuldades para acessar as escolas e posto de saúde das proximidades. Destacamos o relato abaixo que trata da forma como as famílias foram recebidas no atendimento à saúde pelos postos da região.

[...] posto de saúde é um problema, que divide a comunidade em dois, uma é atendida no anexo do posto do Itamarati e outra no Céu Azul, só que é um atendimento que é fraco, não se aumentou os recursos humanos, a quantidade de pessoas trabalhando ali, não teve aumento estrutural, eles queriam tratar os moradores da Dandara num container, imagine isso! (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Atualmente, a comunidade vive a rotina de um bairro legalizado, porém com os problemas e desafios de área irregular. Segundo Lourenço (2013), devido à visibilidade e resistência da ocupação na região, há uma pressão muito grande de entrada de novos moradores, passando a realizar uma ocupação desorganizada, inclusive em áreas destinadas à preservação ambiental.

Foto 04: Foto da ocupação (2012)



Fonte: João Zinclair

Para finalizar essa caracterização, mencionamos um aspecto referente à organização interna atual. Iniciou-se em 2012 um processo de discussão sobre a reestruturação da

coordenação, propondo a criação de uma associação comunitária, que desenvolvesse uma atuação diferente do papel assumido até então pela coordenação interna, dando um caráter mais amplo ao trabalho desenvolvido. Falaremos da constituição e aspectos significativos da associação no próximo item, porém aqui demarcamos a fala de um entrevistado colhida ainda em junho de 2013:

[...] esta organização cumpriu um papel no início da comunidade, durante algum tempo, hoje, ela se mostra insuficiente, então por isso que nós estamos hoje nesse processo de organizar uma associação, uma associação um pouco diferente das associações tradicionais, uma associação com direção coletiva, uma associação que seja um guarda-chuva de várias atividades que aconteçam dentro da comunidade, uma associação com democracia, rotatividade dos cargos (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Foram meses de discussão com os moradores, nas assembleias e grupos, sendo a Associação Comunitária Dandara fundada em agosto de 2013⁷⁰.

Foto 05: Assembleia com moradores no dia da fundação da Associação Comunitária Dandara



Fonte: Isabella Miranda

Nessa caracterização procuramos traçar elementos significativos que compõem a história da Comunidade Dandara, de forma a situar o leitor em todo o processo de planejamento, organização e acompanhamento da ocupação. No próximo item, reportaremos à

⁷⁰ A Associação de Moradia Dandara foi aprovada em Assembleia no dia 03 de agosto de 2013, inaugurada com mais de 150 associados. O estatuto ainda está em fase de registro no cartório.

história da comunidade a partir de análises decorrentes do processo de investigação realizado, apresentando aspectos que possibilitam refletir sobre o processo de formação da consciência vivenciado na experiência.

3.2 Elementos do processo de formação da consciência de classe na luta coletiva

Para a construção da análise dos elementos do processo de formação da consciência desenvolvido na ocupação Dandara, procuramos dar destaque aos relatos colhidos nas entrevistas, organizados conforme eixos de análise que compõem o instrumento de coleta de dados (Anexo 01).

Partimos primeiramente do trato de quem são os indivíduos e grupos presentes na trajetória da ocupação. Como indicamos no histórico, as famílias mobilizadas para ocupar o terreno em abril de 2009 eram oriundas da periferia da capital mineira, porém em pouco tempo, muitas outras famílias se adentraram à ocupação, em especial, pessoas oriundas das vilas próximas ao terreno. Identificamos este quadro a partir do perfil das lideranças entrevistadas. Das nove lideranças, apenas uma participou do processo de mobilização para ocupar o terreno, quatro se integraram à ocupação no primeiro dia, dois nos primeiros meses, e duas após o primeiro ano de articulação. Sobre a diversidade da origem dos moradores, tomemos o seguinte relato:

Aqui tem gente de todo lugar, não tem como você falar que é só daqui. Como é que o povo veio e ficou sabendo? Uns viu pelo rádio, uns veio através de amigo, uns veio de Minas Gerais, os outros veio da Bahia, outros veio do Ceará, né, então tem gente de todo lugar aqui (Entrevistado Paulo Freire_Liderança Dandara).

O mesmo entrevistado relata sobre sua chegada à ocupação, logo no primeiro dia:

[...] Eu não participei do plano de mobilização antes de ocupar, mas sou um ocupante daqui desde os primeiros dias. Eu tava passando pela rua, vi a bandeira do MST ali, cheguei pra conversar com eles e eles estavam ocupando aqui [...] eles tinham um plano, já tinham reunido a uns anos atrás pra ocupar o terreno, mas eu não participei desta discussão. Mas cheguei no primeiro dia (Entrevistado Paulo Freire_Liderança Dandara).

Destacamos ainda o depoimento do entrevistado Milton Santos_Liderança Dandara que tem uma chegada diferenciada dos demais. Por ser morador da região, primeiro vem conhecer como é a luta para depois se integrar à ocupação.

[...] eu vim do Céu Azul B, região da comunidade. Vi esse terreno baldio sem função social nenhuma, a gente morava de aluguel nessa região e não via movimento de ninguém, nunca pessoas usarem aqui para bons fins nenhum. Então assim, fiquei sabendo, estava trabalhando numa hotelaria e

pagando aluguel, 450 conto de aluguel, desempreguei e fiquei sabendo da comunidade, sabendo que tava tendo um movimento. Então entrei pra comunidade no dia 06 de julho de 2009. Fui ver como é que era a luta antes de eu ser morador, morei de favor dentro da comunidade.

A presença do MST na coordenação da ocupação foi ressaltada por três lideranças como sendo uma “segurança” para os mesmos, por ser um movimento reconhecido nacionalmente. Como já reforçamos um importante destaque na história da Comunidade Dandara é ter sido iniciada a partir da articulação de movimentos do campo e da cidade. Mesmo que a proposta da ocupação rururbana não tenha se efetivado, a presença dos três movimentos nos momentos iniciais da ocupação fortaleceu a resistência, estabelecendo também uma identidade plural.

Compondo a aliança com os movimentos organizadores, demos destaque à ampla Rede de apoio que foi constituída junto à ocupação. Os primeiros apoiadores que adentram de forma mais organizada foram lideranças de grupos religiosos católicos das casas que circundam a região do bairro Céu Azul que atuaram de forma intensa nos núcleos organizativos, sendo uma participação decisiva na organização desses coletivos.

Identificamos que esta presença configura-se como uma “marca” na comunidade. A dimensão da religiosidade é muito presente na história da ocupação, onde destacamos dois fatos – a criação do centro ecumênico⁷¹ e o uso de simbologias religiosas para caracterizar a história da ocupação e sensibilizar os moradores. Identifiquemos esses elementos no trecho seguinte:

[...] eu que já venho acompanhando a luta pela reforma agrária, os acampamentos do MST, há uns 20 anos, me chama muita atenção desde o início na Dandara, assim, a fé das pessoas [...] Desde o primeiro ano, discutimos e brotou a proposta “vamos criar aqui e construir uma igreja ecumênica de Dandara” [...] No início da ocupação, na cruz da igreja de Dandara, um João de Barro construiu sua casa. O povo viu nisso um sinal do Deus da vida que dizia: “sigam o exemplo do João de Barro, construam suas casas” [...] Dandara, como a Estrela de Belém (Mateus 2,1-12), aponta o rumo para onde caminharos a fim de construirmos uma sociedade e uma cidade que caiba todos e tudo (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Tal simbologia religiosa pode ser percebida durante a celebração dos cinco anos da Comunidade Dandara, onde foi gravada e transcrita a fala do pastor que presidia a cerimônia. Este associa a luta da ocupação Dandara à luta do povo de Israel, buscando desenvolver junto aos moradores a legitimação daquela luta.

⁷¹ Por mais que a proposta inicial era de construção de um centro ecumênico, que acolhesse todas as expressões religiosas presentes na comunidade, o grupo que acabou assumindo o espaço foi da religião católica. Desde 2012 a Comunidade Dandara foi incluída oficialmente nos quadros da arquidiocese de Belo Horizonte como uma das comunidades da Paróquia Imaculada Conceição.

Vou falar da primeira ocupação que aconteceu no mundo, que é a ocupação que se refere a história do povo de Israel. Eu quero mostrar que o povo de Israel organizaram uma primeira e maior ocupação, a primeira luta por moradia digna [...] Deus, ele ordenou o povo de Israel a lutar por moradia [...] essa história ela se repete aqui justamente com a história da Dandara, porque o povo que está aqui hoje, esse povo que ocupa esta terra, é aquele povo que estava sendo humilhado não no Egito, mas estava sendo humilhado, estava sendo escravizado pelos cofres do aluguel, estava sendo escravizado pelo aluguel, estava sendo humilhado nas casas de parentes, morando de favor (...) assim como Deus deu aquela terra para o povo de Israel, o povo deu a terra para o povo de Dandara [...] E a nossa luta é legítima, que a terra pertence a nós, porque foi Deus quem deu essa terra e não os proprietários, não a elite rica que nos humilha com o capitalismo, nós estamos aqui para lutar em nome do Senhor Jesus.

Nesta mesma atividade comemorativa, destacamos o trecho abaixo. O texto é longo, mas optamos por colocá-lo na íntegra para que o leitor identifique como o celebrante foi construindo a história e objetivo da luta da ocupação a partir do relato de uma passagem bíblica, envolvendo os moradores no compromisso de desenvolver a luta.

O pastor falou que a nossa luta é abençoada por Deus, eu vou falar um pouquinho agora como, qual processo, o caminho pra gente transformar essa bênção em coisa concreta. E aí eu vou lembrar pra vocês o evangelho da partilha dos pães, que diz mais ou menos assim: “Jesus se comoveu ao ver que a multidão estava com fome e injustiçada”. Que nunca percamos a capacidade da gente se comover com a dor dos pobres e dos injustiçados. Teve alguém que sugeriu “Jesus, dispersa esse povo”, Jesus falou “não, vocês mesmo é que tem que alimentar esse povo”, então, a responsabilidade é nossa, somos nós, as pessoas simples, oprimidas, se unindo e se organizando para resolver. Aí Jesus falou assim “qual o projeto que vocês têm aí pra gente resolver o problema da fome do povo?”, apareceu Felipe “olha Jesus, gente demais, mais de 5 mil pessoas, temos que comprar uma carreta de pão, vai gastar seis meses de salário”. O projeto era esse, comprar, comprar. Então, aquele apóstolo Felipe tava pensando com cabeça de capitalista, pensa que o mercado vai resolver os problemas sociais, o mercado só piora, ele cria os problemas sociais. Jesus falou “Felipe, sai fora com esse projeto seu, tem outro projeto aí?” Aí apareceu um outro apóstolo chamado André, André que significa “o humano”, quem é humano faz uma proposta que humaniza, falou “olha, tem uma criança aí com cinco pães e dois peixes”. Jesus pulou de alegria, “traz essa criança pra cá com os cinco pães e dois peixes”. Quer dizer, o caminho para resolvermos a injustiça social, a injustiça agrária, é a partir do pequeno, é a partir dos pobres, é a partir das crianças, é a partir dos sem terra, é a partir dos sem casa, e acreditar neles, e colocar em comum os cinco pães e dois peixes. Aí quando reúne o povo, Jesus fala assim “mas tem que organizar o povo, organiza aí em grupos de cinco, de dez, de cinquenta, de cem”, é isso que o MST, as Brigadas, a CPT vem aprendendo, disseminando, tem que organizar gente, vamos organizar em coordenação, grupo de família, ter reuniões e tal, quando a gente ta aguerrido numa luta justa nunca a gente perde, só perde quem não entra na luta ou quem desiste da luta, quem participa de lutas coletivas só pode sair vencedor. Depois Jesus falou assim “reparta com o povo, com os discípulos”, então quer dizer, criar as lideranças, formação, né, e no final mandou recolher o que sobrou. Quer dizer, nós temos que criar

uma nova sociedade, que não tenha desperdício, que não tenha consumismo, onde a justiça e a paz sejam o eixo (Chico Mendes_CPT).

Retomando a questão da Rede de apoio, à medida que a ocupação foi ganhando visibilidade, foi atraindo um conjunto de apoiadores das mais diversas origens e características, a partir de onde se inicia a perspectiva de constituição de uma Rede:

[...] começou assim, mais com os religiosos que tavam indo, participando [...] quando as escolas começaram a ir lá, faculdade, a gente falou assim, olha são apoiadores, e a gente começou até a ter reuniões assim, uma vez por mês, no sábado, às vezes até junto com a coordenação (Entrevistada Eliana Silva_Redde de Apoio).

Os apoiadores que acompanhavam mais de perto a organização da ocupação foram as referências para a articulação dessa Rede, porém, esta nunca possuiu uma estrutura organizativa, sendo constituída de forma muito espontânea, conforme podemos extrair do depoimento seguinte.

[...] a comunidade foi se destacando com esta Rede de apoio [...] não tem uma estrutura, tem pessoas que vão, somem, tem pessoas que voltam, chegam, começam a conhecer a comunidade e se aproxima. Mas não tem uma estrutura, não é uma coisa institucionalizada. E às vezes você tem uma pessoa que ta passando o mês em Belo Horizonte, uma semana, quinze dias, e quer participar enquanto Rede de apoio de alguma atividade, quer conhecer, e a partir daí, de onde está começa também a apoiar, a colaborar (Entrevistada Dorothy_Redde de Apoio).

A Rede de apoio desenvolve uma série de atividades e campanhas, em conjunto com os movimentos organizadores da ocupação. Dentre estas, destacamos uma campanha internacional de apoio à Comunidade Dandara, onde as pessoas enviavam fotos com os dizeres “Mexeu com a Dandara, mexeu comigo” ou “Despejo não, com Dandara eu luto”. Esta campanha recebeu fotos de quase 30 países e tornou a história e a luta da ocupação conhecida internacionalmente. Segundo o entrevistado Mandela_Brigadas Populares, esta campanha contribuiu para aumentar o peso político da ocupação que, junto a outros processos de visibilidade da ocupação, impactam na correlação de forças frente a uma tentativa de despejo.

[...] foi uma campanha muito forte assim, que isso aumentou o ônus político do despejo [...] A Dandara, hoje, tem uma presença muito importante na cena política de Belo Horizonte, não só de Belo Horizonte, mas do estado e do Brasil, porque é uma comunidade muito conhecida, até nacionalmente e internacionalmente [...] Então, hoje, despejar a Dandara significa criar um ônus político grande, pelo número de apoios, estudantes, universidades, enfim, o número de pessoas que abraçam esta luta e que estão dispostas a mostrar solidariedade àquelas famílias que estão lá (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Foto 06: Campanha de Solidariedade internacional**Fonte:** Blog Ocupação Dandara

A articulação também conseguiu apoio de políticos, lideranças e movimentos sociais diversos, inclusive internacionais, além de constantes parcerias com faculdades e universidades de Belo Horizonte. Conforme aponta Miranda (2012, p.72): “a Comunidade Dandara consegue pautar a problemática urbana, que envolve em toda a cidade, politizando o conflito e levando para as pessoas a sua mensagem de resistência e emancipação”.

No contexto da luta de classes se expressam os antagonismos de classe que irão determinar os avanços e recuos desta luta. A cada avanço da organização da classe trabalhadora, há uma ofensiva da classe que detém a dominação material e ideológica na sociedade, de forma a impedir que as ações impactem na estrutura da ordem societária vigente.

Na trajetória da ocupação, os grandes representantes desta ordem dominante se configuram na presença da Construtora Modelo, que se diz proprietária do terreno; da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que até o presente momento se recusa a reconhecer a

legitimidade da luta dos moradores e não dispõe esforços para oferecer os serviços básicos à população ocupante; e do estado de Minas Gerais, que além de limitar o acesso a serviços públicos, entrou com um forte braço repressor na ocupação através de atuação da polícia militar.

Em relação à atuação da Construtora Modelo, selecionamos um relato que nos mostra uma estratégia implementada com o objetivo de desmobilizar o processo de luta coletiva dos ocupantes. No ano de 2010, a construtora apresentou um projeto para a construção de moradias populares em uma parcela do terreno, porém, estabeleceu como condição a saída imediata da comunidade. Observemos no relato seguinte:

A proposta era: a prefeitura levaria todo mundo pro bolsa-moradia, a construtora fazia o projeto e depois trazia as famílias. Aí nós fomos levar isso para a assembleia pro povo votar, e os advogados discutindo, foi um momento que dividiu todo mundo, né, porque uns concordavam, outros não, e a comunidade, principal as lideranças que estavam à frente, falou “não, nós não queremos, nós não aceitamos” (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

A ação provocou uma série de divergências internas, inclusive envolvendo lideranças da ocupação, que tinham posições distintas, porém segundo a entrevistada, tal fato serviu para fortalecer ainda mais a percepção dos moradores da importância de estarem juntos na luta.

Relatamos anteriormente a ação repressora da polícia. Destacamos trechos das entrevistas com as lideranças da comunidade que mostram como identificam essa atuação em diversos momentos.

A polícia nos vigiava 24h, eu acho que é muita repressão, sabe, sem necessidade. Porque o nosso interesse aqui não era brigar com polícia, nem roubar, nada, nosso interesse era morar (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

[...] a gente sofreu muita afronta da polícia sabe aquela coisa tipo de te dar uma pressão, parece que até no jeito deles olhar tinha afronta [...] a polícia chegou, já, sabe, com muita autoridade, assim, falando com eles né, e aí perguntou assim “você é daonde?” e ele falou assim “eu sou do Dandara”, “só podia ser, sair de lá daquele fim de mundo, daquele inferno lá, daquela favela, pra poder vir fazer bagunça aqui”, aí deu um soco nas costas dele (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

A repressão policial se estendia para fora da ocupação, nas atividades desenvolvidas, como as marchas e acampamentos. Vejamos o relato abaixo:

[...] a gente tava lá na Praça Sete, os policiais tiraram a identificação pra ameaçar, foi muita covardia, tirar a identificação e ameaçar mulheres e crianças, tinham poucos homens na época. Mas ali que eles viram que a comunidade tava disposto por moradia, respeito (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

[...] a gente sempre ficou assim apreensivo, que até achamos que ia acontecer alguma coisa, porque todo mundo conheceu os dois lados da moeda da polícia, que ela age de um jeito e para as vistas dos outros é outro, todo mundo sabe, tem gente que tem medo de falar (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

Devido a esta atuação, foi estabelecida uma forte resistência ao aparato policial na ocupação, sendo este pouco acionado para a resolução dos conflitos internos, conforme nos relata a entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara:

[...] aonde existe um tanto de família, existe um tanto de coisa, existem conflitos, esses conflitos eram resolvidos também pelos moradores, não chamava polícia pra ninguém. Não existia o tal de chamar a polícia aqui dentro, polícia pra nós aqui eram os nossos inimigos, porque ele vinha só pra abusar, eles abusavam da autoridade de policial deles pra fazer mal para as famílias [...] nós decidimos que a segurança da comunidade ia ser feita pelos próprios moradores de Dandara.

Se tomarmos os indicativos de Mandel (1982) acerca das principais funções desempenhadas pelo Estado burguês na fase monopólica, entre as quais, a de reprimir qualquer ameaça por parte das classes dominadas ao modo de produção corrente, podemos identificar na pesquisa uma série de estratégias implementadas no sentido de confrontar e desmobilizar a articulação e organização da ocupação.

Além da repressão policial, destacamos o uso da legislação como forma de caracterizar os “ocupantes” como “não-cidadãos”, “sem-cidade” e “sem-direitos”, associado à reflexão de Iamamoto (2011) e Mattos (2009) sobre a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais – marcas do Estado penal voltados à classe dominada. Retomando as palavras de Mattos (2009), o que assistimos é a criminalização dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Podemos identificar essa dimensão no relato que segue:

[...] é um direito nosso, tá lá constituição que a gente tem direito a ter água, a ter luz, saneamento básico, a escola, a saúde, a alimentação, entendeu? Só que da maneira deles. A gente vive numa situação dessa, faz com que seja normal a gente não ter isso e ser errado você lutar pela sua causa, entendeu? (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

No âmbito da legislação, novamente citamos o TAC de 2002 que proíbe o oferecimento desses serviços em assentamento irregulares. A situação de ausência do poder público na ocupação foi mencionada por um dos entrevistados

[...] a prefeitura sempre se ausentou, tudo que foi feito na Dandara foi feito pela Dandara, o poder público nunca esteve presente na Dandara, tudo que existe na Dandara, tudo que foi construído, as ruas construídas, todo o sistema elétrico e sistema de água, as fossas, as hortas, hortas comunitárias, os espaços comunitários, tudo foi construído pela Dandara, o poder público

se ausenta até da discussão jurídica, ele simplesmente nem discute, ele se toma o direito de se ausentar (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Selecionamos dois trechos onde as lideranças expõem a dificuldade de acesso aos serviços públicos diante da “ilegalidade” da ocupação, sendo esta percebida como uma estratégia para deslegitimar a luta. Vejamos a sequência de depoimentos.

O correio aqui para lá acima. Aí o quê que acontece, o oficial de justiça, eu fico engraçada por causa disso, porque pra correr atrás de uma pensão, oficial de justiça bate na sua porta, com endereço, tem um CEP [...] Por que o correio não podia seguir esse CEP? (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

O agente comunitário de saúde nunca fez visita aqui, acho que só vai fazer no dia que Dandara for reconhecido como um bairro, quando for legalizado, porque acho que não é interessante pra eles. Tudo que a prefeitura mandar de recurso não vai ser interessante pra eles, porque vai ser uma forma deles reconhecerem a comunidade, então eles vão continuar evitando (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Aqui se mostra uma face da contradição entre o serviço público e privado. O endereço da ocupação não é válido para o acesso aos serviços públicos oferecidos, como correio, lixo, fornecimento de água e luz, todavia, o mercado privado de antemão já se faz presente neste território “irregular”. Vejamos o relato abaixo:

O poder público se ausenta da ocupação por não reconhecê-la como espaço legalizado para oferecer seus serviços, porém, o mercado, de forma instantânea já reconhece os moradores como consumidores em potencial. Os correios não entregam correspondências, mas um número grande de empresas comerciais fazem entregas a domicílio (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Outro elemento marcante que identificamos nas entrevistas, é o quanto o “poder *espiritual* dominante” (nas palavras de Marx e Engels, 2009), ou seja, a ofensiva ideológica imposta pela classe que detém o poder material da sociedade, se expressa, pela criação de um “estereótipo” negativo em relação aos indivíduos que apresentam resistência à ordem estabelecida. Este estereótipo afeta os próprios indivíduos da ocupação, que se receiam de se identificar como “ocupantes” e cria conflitos com a comunidade do entorno, conforme podemos identificar nos depoimentos que seguem.

[...] no início a gente teve muita dificuldade, até mesmo pelo preconceito de morar numa ocupação, no início foi bem doloroso (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

[...] o quê que acontecia, até hoje, sabe, tem pessoas que usam o endereço diferente, com medo de lá na escola falar assim “eu moro no Dandara”, com medo de tipo perder a vaga ou alguma coisa o Estado não justifica nada de errado quando ele quer, ele não vai chegar, igual, quando a gente ia mesmo

pra fazer a matrícula, eles não chegavam e falavam assim “olha, vocês não tem vaga porque vocês são do Dandara”, eles diziam assim “a gente não tem demanda pra atender esse pessoal”, que é uma coisa mais bonita né de falar pros outros, mas a gente sente preconceito [...] Logo quando a gente veio pra cá, até uns dois anos depois que eu tava aqui, aí falavam assim, teve um roubo na avenida ali, “sabe aquela invasão que tem ali embaixo? É aquele povo” e aí, teve até um boato assim que falava assim pros comerciantes pra fechar as portas, porque o pessoal ia fazer arrastão (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Diante desse conjunto de desafios, a ocupação foi construindo estratégias para a melhoria da relação com estes grupos, principalmente com ações pontuais, como visita aos comércios locais e residências que circundam a ocupação, realização de reuniões com lideranças da comunidade e do entorno para a explicação dos objetivos e organização da ocupação. Esta é uma ação imprescindível para estabelecer a aceitação da comunidade do entorno e seu esclarecimento quanto à luta, como nos relata a entrevistada Dandara_Liderança Dandara, nos dois trechos seguintes.

É uma campanha que até hoje existe, porque é uma coisa que a gente começou a observar que Dandara ela tinha muito apoio externo, aquela força sabe, e tudo, e quando era aqui perto, a gente tava tendo dificuldade, com quem, assim, talvez era pra às vezes a gente ter mais facilidade. Mas ai eu acho que às vezes a pessoa não tem muito esclarecimento político, e tudo, e aí vai e pensa só que o outro ta fazendo errado e não consegue entender o quê que levou a pessoa a estar nesta situação, porque eu acho assim, todas as famílias que estão aqui, eu acho que se tivesse uma outra oportunidade, não estariam aqui, entendeu? (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

[...] às vezes tentar mostrar pra eles que o Estado ta errando com eles também, acho que essa questão assim da gente aprender mais, buscar mais conhecer os direitos da gente, saber o que está acontecendo no Estado, sabe, o que tava investindo, aonde deveria estar investindo o dinheiro e não está, pra você dar para a pessoa exemplos que vai legitimar a nossa luta aqui dentro, né (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

A ofensiva do capital também se expressa na introjeção de seus valores de forma intensa na vida cotidiana dos indivíduos. Dois fatos são relatados nas entrevistas, em relação à venda de lotes na ocupação e a uma discordância no processo de construção do projeto urbanístico. A primeira proposta do projeto urbanístico foi de construção de lotes coletivos de moradia de forma a estar em sintonia com a proposta da ocupação. Porém, esta proposta foi rapidamente negada pelos moradores, que se identificaram imediatamente com a reconfiguração da proposta que adotou lotes individuais, que lhes garantia mais privacidade e possibilidades de melhorias estruturais.

Em relação à venda de lotes na ocupação, identificamos que este é um assunto muito complexo e que produziu uma série de conflitos internos na ocupação, inclusive gerando o

afastamento de moradores e lideranças. Nas entrevistas foi destacada a ocorrência desses casos onde as pessoas se deparavam com a necessidade de saída da ocupação devido a trabalho em outras regiões da cidade, além da não resistência à árdua realidade de uma ocupação irregular. Associado a estes aspectos, fazemos destaque à introjeção de valores da ordem vigente, que como discutimos na dimensão da vida cotidiana, condiciona as atitudes dos indivíduos. Damos destaque a duas análises que apontam esta reflexão.

[...] no início isso nos incomodava muito, mas depois nós fomos observando e eu acho que o mais sensato é a gente perceber o seguinte: nós estamos lutando por terra e por moradia dentro de uma sociedade capitalista, então todos os contra-valores do individualismo, do consumismo, da noção de posse, estão sendo emaculados em todas as pessoas [...] Todos os vírus do sistema capitalista – individualismo, acomodação, consumismo, egoísmo – tentam seduzir as pessoas (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Os moradores da Ocupação Dandara vivem nesta mesma sociedade e estão submetidos a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, também à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização (LOURENÇO, 2013, p.9).

Passando para a reflexão sobre a dimensão da luta na ocupação, pontuamos primeiramente um elemento determinante em sua constituição – a necessidade imediata que congrega as pessoas em uma luta comum. Reportamos à afirmação de Marx e Engels (2009) de que o pressuposto da existência humana é de que os homens tenham condições de viver para fazer sua história, para ressaltar a importância e lugar da luta imediata na trajetória da ocupação, entendendo que esta luta pode ser um fator agregador de indivíduos e grupos.

Uma primeira demanda que possibilitou a articulação dos movimentos sociais organizadores da ocupação foi a proposta de desenvolver em Belo Horizonte uma ocupação rururbana, como estratégia para atuar nos desafios postos tanto pela questão agrária quanto pela questão urbana, acirradas na forma como o processo de acumulação do capital vem se organizando nas últimas décadas. Esta visão mais ampla da luta é possível ser identificada na entrevista abaixo.

As Brigadas cumprem esse papel de fazer com que esta ocupação tivesse esse caráter mesmo de questionar o controle da propriedade fundiária, a ineficiência da política habitacional, a vedação do direito à cidade aos mais pobres, enfim, de que ela fosse uma ocupação orientada para estes fins, além do provimento habitacional de interesse social para quem não tem condições (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Neste sentido, para os movimentos que atuaram inicialmente na organização, a forma de luta da ocupação passa a se constituir como uma resposta à configuração da propriedade privada na lógica do capital. Porém, por mais que os movimentos apresentem esse horizonte

mais amplo, perpassam por uma necessidade imediata comum à população com a qual iniciaram os trabalhos de base – a luta pela moradia. Esta é a necessidade imediata que leva os indivíduos a se agregarem à ocupação e se disponibilizarem para a inserção em uma luta coletiva. Observemos esta dimensão a partir dos trechos das entrevistas com lideranças quando questionadas o motivo que as levaram a inserir na ocupação.

O que aconteceu que eu criei coragem foi a necessidade de ter moradia, era uma oportunidade de eu começar minha vida, porque morava de favor, morava muita gente em três cômodos, então foi uma necessidade que eu tive de crescer, porque condições de comprar uma terra do jeito que ta hoje, nós não temos condições, todo mundo que entrou aqui não tinha condições nenhuma, então, foi a necessidade que fez e a coragem mesmo e eu vim com a coragem (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

Cheguei a ponto de ficar desempregado, e aí graças a Deus surgiu a comunidade Dandara, meus aluguel tava atrasado, água, luz, então a situação tava feia pro meu lado. Ai, graças a Deus, Deus acendeu uma luzinha no fim do túnel e me mostrou a comunidade Dandara (Entrevistado Mariguella_Liderança Dandara).

E ainda,

Na época o interesse não era pra mim morar, meu interesse era para uma irmã minha que tava necessitada [...] em primeiro lugar foi a necessidade de moradia [...] quanta gente chegou aqui até sem ter o que comer, teve um aqui que chegou aqui no meu grupo que falou assim pra mim “se eu pagar aluguel não vou fazer compra”, eu respondi pra ele assim “porque cê não faz igual muitos aqui, vai lá, busca sua mudança e faz uma boa compra e vai alimentar” (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

[...] eu acho que muita gente que ta aqui se tivesse a oportunidade sabe, se tivesse uma casa, ou um emprego bom que desse pra comprar uma casa, gente, quem ia querer morar numa casa cheia de poeira, sem água, sem luz, sem rede de esgoto, sabe, sem poder acessar a escola, sem ter acesso à cidade, ninguém gente, por escolha ninguém, entendeu? (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

O aspecto da necessidade imediata e da luta pela sobrevivência também é ressaltado pelo entrevistado da CPT:

De forma geral, claro que em 1200 famílias têm uma diversidade muito grande de objetivos e motivações, mas o principal é que o povo diz que tava com a cruz, a corda no pescoço, crucificado pelo aluguel, que é veneno que come no prato dos pobres diariamente, outros dizem “é o inimigo que dorme debaixo da cama da gente, roubando o dinheiro cotidianamente” ou não suportavam mais a humilhação que é sobreviver de favor. Então o objetivo primeiro é essa questão elementar, luta pela sobrevivência, conseguir um pedaço de terra (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Esta busca imediata, além de representar a dimensão da necessidade humana, expressa o impacto do fenômeno da alienação da consciência nas relações sociais, através da “roupagem”

do interesse particular. Vimos que, fundamentado no ideário neoliberal, a exacerbação do individualismo pregoa as relações humanas, em todas suas dimensões. Há uma forte pressão ideológica para que os indivíduos busquem a satisfação de suas necessidades, seu acesso à determinada política social e/ou direito, colocando o outro como um “concorrente”. A dimensão do interesse comunitário passa a ser alijada das relações humanas.

A experiência da ocupação urbana tenta reverter essa lógica, trazendo em si a tona da luta coletiva como facilitadora das experiências humanas, capaz de enriquecer as relações sociais. Para tanto ela se utiliza, desde estratégias organizativas, como envolver as pessoas em tarefas contribuindo para o desenvolvimento de habilidades, quanto possibilitando um espaço mais harmônico de convivência interpessoal, resgatando a imagem da *comunidade*. Vejamos como esta dimensão aparece como uma estratégia pensada pelos organizadores:

[...] o princípio é o seguinte: na ocupação todas as pessoas devem ter uma responsabilidade, uma tarefa, quer dizer, todos têm que ser ativos, protagonistas, ninguém pode ser passivo [...] porque quando as pessoas, confia a elas um determinado poder, levanta a auto estima, aí ela percebe o poder que ela tem [...] Outra coisa que é um processo de desenvolvimento de formação, nesse processo democrático e participativo de todo mundo ajudar, os dons pessoais, as qualidades pessoais, os talentos pessoais vão sendo valorizados, aí o que aparece de belezas [...] Aí um revela a arte dele, o outro toca, o outro canta, o outro é pedreiro e quer ajudar, o outro tem experiência de segurança e quer ajudar na equipe de segurança né, o outro, a outra sabe alguma coisa no setor de saúde, aí ela vai ajudar no setor de saúde, então você junta as aptidões pessoais e vai organizando isso (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Outro aspecto ressaltado diz respeito a como a vivência comunitária possibilitou a melhora de diferentes dimensões da vida dos moradores.

[...] outra coisa que me emociona muito na Dandara é que a luta da Dandara curou muitas pessoas, resgatou a saúde de muitas pessoas, como no relato de uma senhora: [...] “vivia angustiada, presa e tudo, no meio de área de risco, aqui na Dandara tem solidariedade, tem amizade, aqui as pessoas me valorizam, me visitam, aqui o ar é gostoso, todo mundo se ajuda, a gente, aqui eu me curei, me senti valorizada” (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

[...] ocupação não se refere só a uma casa, você tem que ver em todos os sentidos como melhora, muita gente aqui dentro veio pra cá com depressão de ficar preso, de ficar num cômodo com quatro, cinco pessoas, pagando aluguel. Aí chega aqui tem espaço, igual no meu caso, eu gosto de plantar, outros gostam de criar um cachorro, gosta de criar galinha, isso tira o stress de muita gente (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

A entrevistada destaca ainda que foi estabelecido um laço comunitário entre as famílias que reforçam a união entre as pessoas:

[...] nós fomos criando um laço entre nós, você já observou gente falar aqui “minha família é essa aqui”, então, muita gente é assim. Porque as pessoas são carente, de família, de afeto, porque hoje não existe mais aquele negócio assim de se você passar mal o vizinho vai te socorrer, é muito difícil isso [...] se acontecer aqui, você dá um gritinho ali, sempre tem alguém pra te dar a mão (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

Progressivamente, identificamos como a partir da luta imediata, novas necessidades, novas lutas vão surgindo no horizonte daqueles moradores e lideranças. Estas lutas vão desde a busca por melhorias e direitos para a comunidade, como pelo acesso à educação e saúde, mutirão para construção do centro comunitário, igreja e creche comunitária, à inserção na luta das outras ocupações e lutas sociais diversas – aspecto que abordaremos posteriormente.

Como vimos, a formação da consciência de classe se processa na luta. Encontramos na experiência da ocupação Dandara uma série de estratégias e ações desenvolvidas ao longo do processo de organização e estruturação, que acreditamos possibilitar elevações no nível de consciência imediato dos indivíduos e grupos envolvidos, entre os quais relacionamos: o processo de constituição de grupos para a realização de tarefas internas e externas, a valorização da tomada de decisões coletivas, as ações de massa, entre outras. Vejamos como estas estratégias foram articuladas, a fim de identificar possíveis impactos no nível de elevação da consciência dos indivíduos.

Desde os momentos iniciais da ocupação foram estruturados espaços organizativos que buscassem reunir o conjunto dos moradores nas decisões e no desenvolvimento das tarefas organizativas internas. Para o entrevistado Chico Mendes_CPT, esses espaços possibilitam o desenvolvimento da consciência dos indivíduos envolvidos por passarem a se co-responsabilizar pela luta:

Nos primeiros quatro meses o povo ficou ali, 1200 barraquinhas de lona preta, lado a lado um do outro e tudo, e aí foi muito bonito porque desencadeou um intenso processo de formação né, que aí era Assembleias todos os dias, reuniões dos grupos, subdividimos o povo em dez grupos de mais de cento e poucas famílias, e aí criamos as comissões, comissão de segurança, comissão de saúde, comissão de educação, de articulação, de educação, então aquele estar junto ali coletivamente, desencadeou muito processo [...] porque é o seguinte, quando se delega poder, as pessoas vão crescendo em consciência, muita gente às vezes fala assim “olha, primeira vez na vida que estão confiando-me uma responsabilidade, até aqui eu só cumpro ordens, mas agora me deram aqui a responsabilidade e o poder deu coordenar aqui”, então isso ajuda no processo de emancipação.

Como já relatamos destas comissões ou núcleos, participavam moradores e apoiadores, sendo um espaço de discussão de problemas correlatos aquele eixo, preparação de atividades e discussão de temas. Dentre os núcleos, no que tange à formação política dos participantes,

destacamos o trabalho desenvolvido pelo núcleo de educação, onde encontramos relatos de estudos ligados à educação popular, a partir da obra de Paulo Freire, buscando construir “uma nova concepção de como se está atuando tanto na educação especificamente quanto no processo enquanto conscientização” (Entrevistada Eliana Silva_Rede de Apoio). Este núcleo também teve uma atuação direta com as escolas do entorno e secretaria de educação na busca por resolução do não oferecimento de vaga para as crianças da ocupação. Desenvolveram ainda diversos projetos junto aos moradores, onde destacamos o projeto de alfabetização de adultos:

[...] o MOVA, que é um movimento de alfabetização de adultos dos sindicatos dos petroleiros, chegou a formar turmas lá duas vezes [...] As aulas eram durante a semana no horário que eles quisessem dependendo da educadora, ela era contratada pelo Instituto Paulo Freire por projeto de 10 meses, com carteira assinada e tinha na sexta-feira encontrava com todos os educadores que tinham na região (Entrevistada Eliana Silva_Rede de Apoio).

Também foram constituídas na ocupação assembleias, como espaço de discussão coletiva dos moradores, e organizados grupos territoriais, distribuídos a partir do número de famílias. Estes grupos passaram a ter sua reunião interna para a discussão das situações cotidianas e na assembleia eram levados os assuntos correlatos à comunidade como um todo, ou aquelas situações que não conseguiam ser resolvidas nos grupos. Vejamos nos relatos abaixo como estes espaços são identificados como instrumentos que dinamizam a luta coletiva.

É gostoso demais, sabe, às vezes a pessoa pensa assim, sabe, “ah, mas eu vou na assembleia”, gente é o espaço que tem pra decidir tudo, e não é espaço como os que a prefeitura prepara pra gente, de convivência de conselho, que você só vai receber, não lá é o espaço pra gente construir mesmo, sabe, então é a oportunidade que a pessoa tem de falar o quê que ela ta gostando, o quê que não ta gostando, o que pode fazer pra mudar [...] a assembleia é essencial na Dandara, sabe, é a maneira mais direta, mais fácil que a gente tem de comunicar em relação ao processo, tudo da Dandara (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

E depois o processo que se desencadeia de se ter reunião todos os dias e dizer “olha, aqui tudo tem que ser tratado coletivamente, os assuntos quem vai decidir em última instância é assembleia geral, então todo mundo tem que discutir todo mundo e ser co-responsável”, isso também ajuda (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Dentro do processo de mobilização da comunidade, destacamos a publicação de jornais e informativos da Comunidade Dandara. O informativo é distribuído semanalmente e apresenta notícias sobre a situação jurídica da ocupação, lutas de outras ocupações e movimentos, além de divulgar atividades a serem realizadas na Comunidade. O jornal é mais

amplo e traz artigos escritos por militantes das Brigadas Populares, lideranças da Comunidade ou membros da Rede de apoio. Outras iniciativas também foram implementadas no sentido de dar visibilidade à luta da ocupação, dentre as quais destacamos a criação do blog Ocupação Dandara que serviu como ferramenta para divulgação de diversas manifestações de apoio, fotos, vídeos, entre outros.

Foto 07: Campanha de apoio



Fonte: Blog Ocupação Dandara

Há um destaque quanto ao uso da ferramenta das redes sociais para difundir as atividades e demandas surgidas na ocupação, conforme nos indica a entrevistada Dorothy_Rede de Apoio:

a gente sempre usou muito esta estratégia de “Nota à Sociedade”, “Nota à Imprensa”, e hoje essa ferramenta das redes sociais, a internet, ela tem contribuído muito neste sentido, nós sempre tratamos cada situação que ia acontecendo, positiva ou negativa, a gente ia tentando dar o máximo de visibilidade, eu acho que isso contribuiu muito para a comunidade se destacar.

Para dinamizar o trabalho interno e externo desenvolvido na ocupação, logo nos momentos iniciais foi instituída a coordenação, formada por moradores e distribuídas entre os nove grupos territoriais. Estas lideranças eram escolhidas pelos próprios moradores, buscando garantir em sua composição, pelo menos no início do processo, a participação de um homem e uma mulher. Os relatos abaixo nos apresentam como foi esse processo.

[...] primeiro, dizer pro povo “oh gente, nós temos de nos organizar, tem que ter assembleia geral todo dia, tem que nos organizar em grupos, cada grupo de famílias tem que ser coordenado e vocês escolhem entre vocês” (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Naquela época tinha que escolher dois coordenadores pra 100 pessoas [...] na época tinha sido eu e uma outra menina, ela até se afastou. Aí depois dela eu comecei sozinho, sem noção nenhuma, mas aprendendo com as Brigadas mais o MST, aí teve uma companheira nossa que começou a me ajudar, a Priscila, ela foi junto comigo, aí a gente coordenou até pro final de 2010, aí onde por problemas ela teve que sair e entrou a minha mãe junto comigo pra coordenar e estamos coordenando até hoje (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

No processo de formação da coordenação, é incentivada a percepção do potencial dos moradores, como identificamos no relato abaixo.

Eu nunca me via como um líder de grupo, “ah, eu não consigo, é pesado”, eu falava no início. “Oh Zilda, seu grupo ta sem coordenador”, eu falava assim “não eu só apenas ajudo o coordenador”. Foi uns três a cinco meses, Chico Mendes, Dorothy, outros companheiros “vão Zilda, vão, você dá conta, não é assim, a gente ta com você”. Eu “não, não vou dar conta não”, porque eu achava que coordenador era chegar e fazer sozinho. “Não, vamos participar de capacitação, conversar, que você vai ver que coordenar não é difícil”. Aí fui deixando e quando vi me deram 102 famílias (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

Destaca-se também a necessidade de ampliação das lideranças diante do aumento das demandas de trabalho junto à ocupação. Foi assim que um dos entrevistados assumiu o papel de liderança:

[...] houve-se então um projeto de fazer um recrutamento daqueles que queriam ser líderes, aonde se houve as eleições de cada grupo para quem tivesse interesse, onde para um coordenador pesasse mais, votasse mais dois coordenadores, e assim foi acontecendo, novas lideranças, novas cabeças, novas metodologias (Milton Santos_Liderança Dandara).

As tarefas da coordenação iam desde o cadastro das famílias e distribuição dos lotes à intervenção direta com os moradores na resolução de conflitos interpessoais. Destaca-se também o papel no processo de mobilização da comunidade. Selecionamos dois trechos onde as lideranças falam desta atuação.

[...] o papel do coordenador é levar informação e trazer a informação. Eu participo das reuniões, pego os assuntos mais importantes, trago para o grupo. A minha obrigação é juntar o grupo, passar para o grupo, ver o que o grupo acha, eu não posso falar nem que sim nem que não, todas as ideias são bem vindas [...] quando o morador não ta seguindo aquele requerimento interno, a gente é obrigado a chegar nele e tentar conversar, se não conseguir a gente chama um outro pra ajudar a aconselhar (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

[...] dentro dos coordenadores a gente tirou aquelas pessoas que iam resolver conflitos, resolvia parte, sofria um preconceito não sabia reivindicar, tinha gente pra ajudar aquela pessoa (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

É presente também a dimensão do reconhecimento da atuação das lideranças por parte dos moradores, indicada pelo entrevistado Mariguella_Liderança Dandara:

[...] aquilo que você acredita é que as pessoas olham em você e acredita também. E aí vai dando os frutos. Então se nós não tivesse essa luz como coordenadores, não ter acendido essa luz, essa coragem de ir pra frente, não ter coragem de lutar e ir pra frente, ninguém acreditava. Quando a gente ta nestas lutas, eles olham pra gente “oh, se Mariguella for embora eu vou também”, “se o Paulo Freire for embora eu vou também”, porque cada um de nós tinha a obrigação de levar uma turma de gente, eles espelham na gente.

Quando questionados sobre a preparação para assumir a liderança da ocupação, relatam primeiramente uma formação espontânea, desenvolvida a partir das necessidades que iam surgindo e da partilha de experiência entre si. Vejamos esta dimensão na entrevista abaixo.

[...] a gente aprendeu assim, com a necessidade [...] no dia a dia que a gente foi, a comunidade crescendo, foi vendo a gente pegar responsabilidade. Não tinha muito o que pensar, por causa era pressão da política, do policial, pressão de vizinhos do redor que discriminaram a gente, a pressão dos moradores. Então, como vinha cobrança, a coordenação era obrigada de aperfeiçoar mais rápido, onde a gente sugeriu ter mais novas lideranças, porque o clima tava pesando, tava muito, enquanto uns tinham que correr pra reuniões fora, outros tinham que ficar aqui (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

Destacam que o aprendizado se fez de forma coletiva, com momentos de formação fora da comunidade:

[...] o aprendizado foi coletivo e tivemos também alguma preparação fora de Dandara também, alguns assuntos que a gente tinha de ser tratado com uns textos, numa formação de algo que iria acontecer, ou de algo que tivesse a ver com a comunidade, mas a ver também com a luta lá fora. A gente saía, se preparava, não com o conjunto que assentasse os assunto dos moradores, porque aqui foi a prática mesmo, igual o Flávio falou, a necessidade, a vontade também de ajudar, porque tinha gente aqui completamente despreparado pra luta, tem coragem, necessitava, mas num tinha aquela vontade, aquela força pra enfrentar e nisso se colocava os coordenadores, a corrente de coordenadores (Entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara).

Essa formação mais organizada, desenvolvida pelas Brigadas Populares e Rede de apoio, além de trazer temas mais amplos acerca da questão urbana e do processo de luta, tratavam de necessidades imediatas apontadas pelos coordenadores/as para o desenvolvimento de suas tarefas, conforme nos indica a entrevista Eliana Silva_Rede de apoio, que acompanhava esses trabalhos:

[...] entre 2011 e 2012, todo sábado eu ia na Dandara, a gente ficava de 9 até 12h/13h com os coordenadores de grupo, que eles falavam assim, “o que é ser coordenador”, “por que me escolheram pra ser coordenador”? porque às

vezes espontaneamente aquela liderança surge na hora que ta organizando o grupo e eles enxergam nele aquele coordenador, então não sabia o que era ser coordenador, como fazer uma reunião [...] tinha reunião dos coordenadores, antes da assembleia, para preparar a assembleia, quem ia falar, as demandas que tinham surgido, os problemas; às vezes eram atropelados pelos problemas, em muitos momentos no processo de organização.

A concepção da formação política extravasa a perspectiva de cursos e encontros formativos, pois partem da compreensão do processo formativo originado nas lutas cotidianas. Este elemento é indicado no relato seguinte.

[...] nós fazíamos reuniões permanentemente, a formação se dava, a gente entende a formação num sentido amplo né, ta numa marcha é um processo de formação, às vezes muito mais efetivo do que uma aula, do que um curso de formação que alguém vai, explica sobre capitalismo, direito à cidade, sobre qualquer tema relacionado, enfim, então essa formação se dava no próprio processo de luta [...] nosso entendimento de formação política ele é amplo, assim, passa tanto por esses espaços, como entendendo a formação como também resultado da luta concreta, então o acampamento na Praça Sete, as marchas, as cinco marchas até a prefeitura, a ocupação da SEDRU, todas estas lutas criam também um contexto de elevação do nível de consciência das pessoas (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Nessa direção, o entendimento é de que o conjunto da metodologia aplicada no processo de organização e acompanhamento da ocupação, como processo pedagógico, pode possibilitar o desenvolvimento da consciência dos indivíduos, conforme destaca a entrevistada Dorothy_Rede de apoio:

[...] foi toda a metodologia que foi usada na Dandara, por exemplo, reuniões semanais no início, toda quarta-feira a gente tava lá, a Rede de apoio com a coordenação, discutindo desde o problema menorzinho, à questão das marchas, das articulações políticas, das audiências públicas, então assim, o tempo todo foi feito um trabalho na perspectiva de formação política, de consciência política, de refletir o caso pequeno numa perspectiva macro, de refletir o macro numa perspectiva menor, do direito. Toda essa metodologia de trabalho – os jornaisinhos informativos, semanais, as assembleias. Acho que foi todo esse processo, porque ele é muito pedagógico, de fazer mais perguntas do que afirmações, assim, “porque eu to sem moradia? Se eu to sem casa e a terra, porque ela não está distribuída? Porque não existe uma reforma urbana?” Então, assim, ajudar as pessoas a pensarem e aí as pessoas vão despertando, né.

Corroboramos com esta assertiva da relevância da participação dos indivíduos nas ações diretas implementadas pela ocupação, como campo de aprendizados e possibilidades de ampliação da consciência. Podemos identificar o efeito desta inserção a partir dos relatos e impressões identificados junto aos moradores e lideranças da ocupação, tanto por meio das entrevistas, como nas conversas informais realizadas durante a semana de acompanhamento

às atividades comemorativas dos cinco anos da ocupação. Porém, a ausência do uso da teoria como instrumento no processo de formação desses militantes é um fator a se observar, visto que, como vimos, este é um elemento intrínseco para se pensar em processos de elevação da consciência de classe.

Na perspectiva de que a formação ocorre também através da ação direta, foram desenvolvidas diversas ações de massa significativas na história da ocupação, dentre as quais destacamos o “abraço à Comunidade Dandara”, realizado em 16 de outubro de 2011, e as marchas e acampamentos, organizados em conjunto com outras ocupações urbanas de Belo Horizonte.

O abraço foi um negócio bonito porque tava tendo uma ameaça muito grande de despejo, aí nós pensamos “nós temos que passar a mensagem para a sociedade que a sociedade está abraçando a Dandara”, a ideia era dar as mãos ao redor desses 31,5 hectares de território. E aí combinamos com o MST, o MST tava com cerca de 500 crianças sem terrinhas, fazendo um encontro estadual dos sem terrinhas, aqui no Mineirinho, aí se deslocaram pra lá, chamamos a Rede de apoio e todo mundo deu as mãos, durante uma hora nós circundamos a Dandara, cantando, rezando, orando, gritando gritos de luta e fotografando (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Foto 08: Abraço à Comunidade Dandara



Fonte: Blog Ocupação Dandara

Para as lideranças entrevistadas, as ações de massa proporcionaram o fortalecimento da união entre os moradores e entre as próprias lideranças, sendo um ponto forte dentro da

história da ocupação. Ao relatarem estas experiências na entrevista coletiva, era nítido o quanto a experiência os mobilizou. Selecionamos dois relatos sobre essas atividades.

[...] você precisa ver coisa bonita, coisa que chegava assim a estremecer a terra, a Dandara mesmo, era o dia das nossas caminhada, nós não dormia de noite, e como se comunicava um grupo com outro? Através de foguete. Na hora que soltava aquele primeiro foguete, a emoção da gente, era a coisa mais linda, a gente não dormia, ficava com o relógio ali, olhando, porque tinha que sair com as famílias para as ruas (Entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara).

[...] a gente tava com união dentro da comunidade, a comunicação tava tão ampla [...] até uma época que ficamos sete dias no centro, a gente precisava de mais cinco ônibus, aí nós falamos, nossa, como é que a gente vai fazer, ninguém acreditava que tinha condições de mais cinco ônibus de moradores aqui dentro, porque o povo já tava lá. Só que o dia que precisou, eu acho que foi o dia da audiência, então o pessoal viu que era uma causa nobre e o esforço de cada um, fora os que tava lá, foram cinco ônibus, então a união da comunidade era, tinha comunicação da comunidade, então foi uma coisa tão bonita, nem nós que estávamos lá esperamos (Entrevistado Che Guevara_Liderança Dandara).

Foto 09: Mobilização na ocupação antes da saída para a marcha (2011)



Fonte: Cyro Almeida

Foto 10: Marcha da ocupação até o centro de Belo Horizonte

Fonte: Cyro Almeida

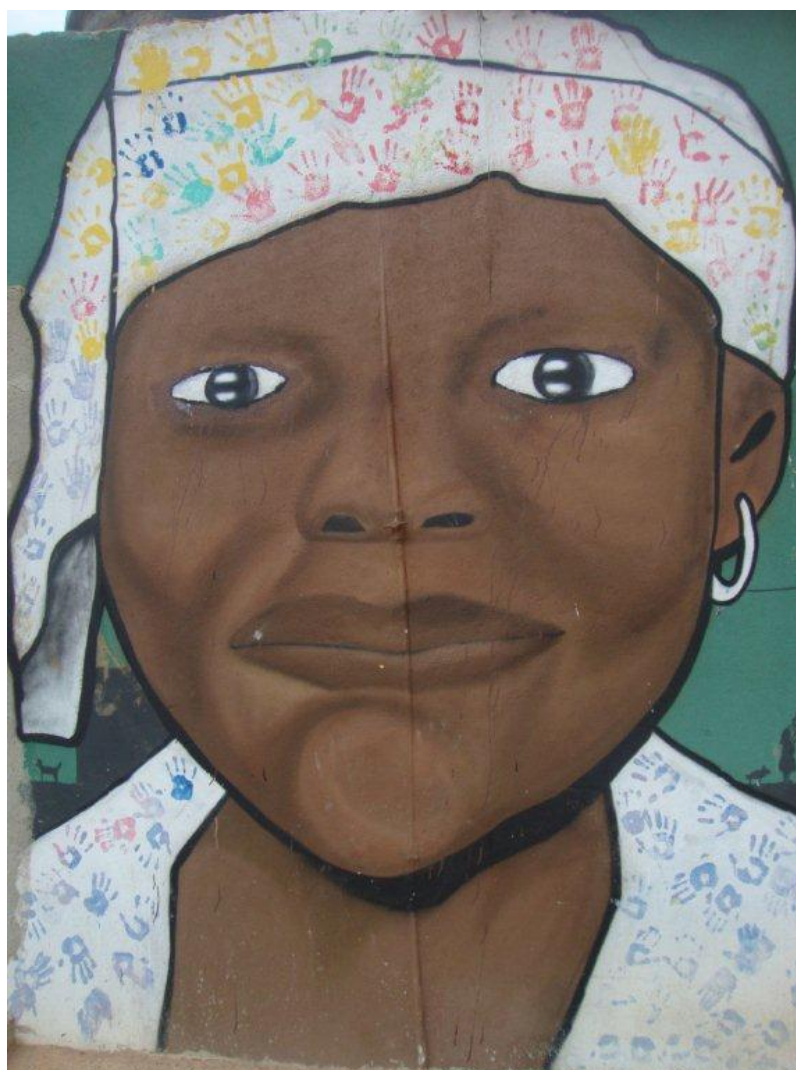
Além de contribuir no processo de formação dos moradores e lideranças que participam destas atividades, estas contribuem para dar visibilidade à luta pela moradia urbana junto à sociedade em geral. Este é um objetivo destacado pelos entrevistados dos movimentos que participam da organização da ocupação.

A gente tinha dois princípios assim, para o êxito da luta das ocupações tem essa sinfonia, e uma é fortalecer a organização interna e a outra é ganhar o apoio da sociedade. Aí, pra ganhar o apoio da sociedade tem que fazer uma série de lutas, aí então, nós fizemos cinco marchas, a pé da Dandara até a porta da prefeitura de Belo Horizonte, 25km a pé, quem ouve falar assim “nossa, caminharam 25km a pé, nossa, o povo ta precisando mesmo”, e isso ganha o apoio da sociedade [...] essas lutas externas pressionam o poder público, pressiona o tribunal, pressiona o prefeito e tudo e tal, pra evitar o despejo, depois cativa apoio (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

[...] primeiro, a visibilidade que a ocupação ganhou, a ocupação é muito conhecida em Belo Horizonte, principalmente, mas, inclusive fora, Dandara sempre foi muito pautada na imprensa durante essas ações; segundo, a rede de apoiadores, foi muito ampliada, de pessoas que se solidarizam, que apóiam, que defenderiam a comunidade numa situação de despejo; e o temor, digamos assim, do Estado, tanto do poder judiciário quanto dos chefes do poder executivo e legislativo com relação a um despejo, porque a ocupação sai às ruas, se coloca politicamente numa situação de embate direto com o poder público, o poder público também reage, ainda é sensível a estas pressões que vêm de baixo, se não fossem essas lutas e tudo né, não teria, no ano passado, teve a ocupação da prefeitura, fizemos uma ocupação na prefeitura, ocasião na qual, pela primeira vez o prefeito nos recebeu e acolheu a pauta que nós colocamos, não cumpriu depois, obviamente, mas enfim, acolheu a pauta e foi graças a esta luta, se não fosse isso a gente não tinha conseguido (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Como dito anteriormente, a dimensão da simbologia é muito presente na história da ocupação. O uso da simbologia contribui para a sensibilização dos moradores e sua identificação com a luta da comunidade, sendo um instrumento facilitador dos processos de formação.

Foto 11: Pintura da imagem de Dandara no Centro Comunitário



Fonte: Susana Maia

Separamos fragmentos que tratam a questão da simbologia a partir de dois aspectos. O primeiro diz respeito à presença significativa das mulheres desde os primeiros momentos da ocupação, o que influenciou inclusive na definição de seu nome, conforme identificamos nas entrevistas abaixo.

[...] a Comunidade Dandara no início a maioria era mulheres, muitas mulheres deixaram seu esposo em casa que pagava aluguel e veio sozinha. Ah, você não vai não, eu vou, enfrentou o esposo e veio. Hoje eles estão aí tranqüilos do lado delas, mas a maioria era mulher. Como a Dandara era uma mulher de luta, escrava nos quilombos, companheira do Zumbi. Tinha que achar um nome de uma mulher, vamos propor um nome aqui que é de uma mulher, simbolizando a luta das mulheres da ocupação. Aí, de repente encontrou essa Dandara lá, não, vai ser Dandara e pronto (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

[...] quando a gente pega a história da Dandara, primeiro *Dandara* que já é um nome de mulher de luta, mulher de Zumbi dos Palmares, que tinha funções importantes, talvez as mais importantes do Quilombo dos Palmares, que era a função de defesa e organização interna, e entender que as mulheres são protagonistas na Dandara, extremamente (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Foto 12: Fala de uma liderança durante audiência na ALMG



Fonte: Blog Ocupação Dandara

O segundo aspecto relacionado à simbologia trata da tentativa de recuperação da história de lutadores e lutadoras do povo a partir da “homenagem” desenvolvida pela denominação das ruas da comunidade, com o propósito de que os moradores identifiquem sua

luta imediata com outras lutas sociais. Foram exatamente esses nomes que utilizamos na identificação dos entrevistados.

Foi realizado um trabalho de apresentação de diversos lutadores em assembleia, onde os moradores escolheram os nomes das ruas. Também foi pensado em nomes que representassem a comunidade. Selecionamos dois trechos que discorrem sobre isso.

[...] as ruas foram tiradas por nome, a gente jogou pra população, pra população escolher os nomes. Mas é o nome de todo lutador que lutou por uma causa social e já morreu [...] Agora, tem alguns nomes que a gente foi colocando aqui, pra você ver, Che Guevara, Mariguela, Lamarca, Paulo Freire, Pedro Pedreiro, Maria Diarista, tem a outra aqui que é a rua das Flores, tem a Beatriz e Sthefany (Entrevistado Paulo Freire_Liderança Dandara).

Dona Maria Diarista porque aqui tem muitas mulheres diaristas, que sustentam sua família e constrói suas casas com o dinheirinho do dia, Pedreiro porque aqui tem pedreiro demais. A do entorno é 09 de abril, porque a gente ocupou o espaço dia 09 de abril, e assim vai, toda rua tem uma história muito bonita (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

Outras lutas também foram homenageadas neste processo, como por exemplo, a primeira ocupação realizada pelas Brigadas Populares.

Da rua, tem uma coisa que eu descobri ontem, tem uma rua que chama Caracol, eu falava assim “gente, mas Caracol não é nome de ninguém de luta, porque eles foram colocar o nome da rua de Caracol?” (risos) E ai a gente descobriu ontem, a gente não né, eu, não sei se mais gente sabia porque do nome Caracol, é porque teve a primeira ocupação que as Brigadas Populares fez foi com o nome de Caracol, porque eles entendiam que o Caracol quando ele anda, ele deixa uma marca de brilho, o rastro dele é um rastro de brilho. E ele carrega a casa dela nas costas (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Discorremos no primeiro capítulo dessa dissertação sobre três momentos do processo de formação da consciência de classe, questão central em nosso processo investigativo. Partimos da consciência inicial dos indivíduos a partir de seu espaço de inserção imediata, ou seja, do contexto embrionário de sua vida cotidiana. Neste primeiro momento, há um processo de identificação de uma situação comum e de interesses comuns, determinado, muitas vezes, a partir de uma necessidade imediata. Entretanto, ainda não se desenvolveu uma identidade e unidade enquanto classe social.

Encontramos nas análises de Iasi (2012) uma série de elementos correspondentes a esta manifestação inicial da consciência, seja a vivência das relações preestabelecidas como realidade dada, onde, a partir da ultrageneralização, as relações são naturalizadas e se interiorizam valores e padrões de comportamento de adequação à norma vigente. As lutas são mais direcionadas para a manutenção da sobrevivência e são expressão da inserção imediata

do indivíduo e suas relações diretas. Todavia, é neste contexto, da vivência das relações sociais imediatas na vida cotidiana, que podem ocorrer fatos que mobilizem esses indivíduos, de forma a criar possibilidades de desenvolvimento de um processo de formação da consciência.

O surgimento de elementos que conformarão os demais momentos da formação da consciência de classe é possibilitado através da luta, onde se desenvolve o “fazer-se da classe” (Thompson, 2004). Daí se desenvolve o segundo e terceiro momento da consciência que são marcados pela tomada da sua identificação e organização enquanto classe. Cabe aqui destacar que não é somente a posição dos indivíduos a partir de sua inserção na divisão social do trabalho que determina sua conformação de classe. A identidade de classe se compõe também a partir de determinações subjetivas como a ação política e a consciência.

O segundo momento da consciência, a *consciência em si*, já expressa uma constituição de conjunto, coletivo. Num primeiro instante, com uma ação ainda restrita a interesses de um segmento/grupo, onde se atinge a consciência de solidariedade de interesses, sendo possível, a partir dele, alcançar um nível de organização e identificação enquanto classe, permeado por um processo de construção de um saber revolucionário.

É a partir deste reconhecimento enquanto classe, do processo de lutas e do “progresso intelectual”, tomando as palavras de Gramsci (2004a), que é possível, num movimento histórico da classe, atingir um salto para a *consciência para si*, desenvolvendo processos de luta ancorados em um projeto revolucionário, de superação da ordem vigente.

Procuramos identificar, pelas entrevistas, elementos presentes nos relatos, vivências e trajetórias, que apontassem para o desenvolvimento da consciência, possibilitado a partir da inserção em uma experiência de luta coletiva. Nos diálogos proporcionados, buscamos apreender como os moradores passam a se identificar enquanto grupo, como se relacionam os outros grupos – movimentos articuladores da ocupação, outras ocupações urbanas e grupos sociais –, quais as formas de perceber a luta e as relações sociais estabelecidas.

Selecionamos um conjunto de depoimentos onde se torna possível para nós a identificação dos pontos acima descritos. Vejamos, por exemplo, os depoimentos que tratam da identificação dos moradores enquanto grupo com interesses comuns e da mudança da forma de pensar das lideranças e militantes que fazem a experiência da ocupação.

A primeira observação refere-se ao entendimento de que a luta não é só por moradia na perspectiva habitacional, mas que moradia equivale à garantia de outros direitos:

[...] essa é a luta que a gente tem aqui, não é uma luta só, que é só morar. Se a gente tivesse aqui hoje e fosse só morar seria fácil, mas não é só morar

não. O povo quando ocupa, muitos tem aquela intenção assim, vou ocupar, eu quero minha casa, né [...] muita gente ainda fala nas próprias audiências, ‘eu quero casa’, não nós não queremos casa, queremos moradia, que se envolve várias coisas. Você vir morar e fazer a casa é fácil, mas você precisa da saúde, você precisa da educação, você precisa do saneamento básico, você precisa de água, você precisa de luz, então não é só morar (Entrevistado Paulo Freire_Liderança Dandara).

[...] a gente aprendeu aqui nas nossas reunião, com as Brigadas Populares, com o MST, a gente aprendemos que a gente não precisa só de moradia, não adianta você morar num lugar e não ter recurso nenhum, não ter uma água, uma luz, uma formação pra criança [...] tudo nosso aqui foi construído com luta e união [...] As lutas eram de acordo com a nossa necessidade, nós tivemos que fazer luta pra poder ter direito (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

Esse processo gera nos moradores sua compreensão e afirmação de sua identidade enquanto sujeitos portadores de direitos, qualificando-os inclusive para falar da ocupação, conforme nos indica a entrevistada Dandara_Liderança Dandara:

[...] antes, no começo, a gente não tinha muito esclarecimento assim, que a gente tava aqui, que a gente tava certo de acordo com a lei, porque a gente ta certo de acordo com a lei, e aí a gente ia tipo pela emoção, e aí depois que a gente começa a conhecer os direitos da gente, os deveres, aí você tem mais propriedade pra falar com a pessoa e a pessoa acaba que entende.

A entrevistada nos relata o quanto a inserção na luta contribui para que as pessoas abandonem a “acomodação” frente à situação que vivenciam, prática observada em sua própria trajetória:

[...] quando eu morava na beira do rio, eu tinha maior orgulho da minha casa, sabe, e aí eu comecei a pensar, será que eu tenho que ter orgulho da minha casa que eu moro na beira do córrego? Porque muitas vezes o orgulho que a gente tem de estar no lugar, não deixa a gente mudar. Sabe, eu tinha tanto orgulho, tipo, “é a minha casa, eu consegui”, não, eu tenho que ter orgulho da minha força, mas não de ter uma casa na beira do córrego, “ah, mas é porque essa coisa não vai mudar”, mas não vai mudar porque a gente ta acomodado com aquilo ali (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Esse processo de formação em direitos e cidadania é ressaltado pelas entrevistadas da Rede de apoio como fator que contribui para o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos.

[...] quando ela começa a ter essa consciência que ocupar é um direito, que se ta abandonado não ta cumprindo a função social, que passa por outra perspectiva que não a moral, então essas pessoas vão se libertando também, vão se transformando né (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

[...] a consciência se faz no caminhar [...] acreditamos que estamos construindo cidadania também, pessoas se formam a partir da realidade delas e a partir disso conseguem transformar a realidade [...] muitos falavam que

tinham vindo porque queriam uma casa, mas que depois de um ano aqui na Dandara já haviam percebido que para além da casa tinham direito a escola, a posto de saúde, então, você vai conseguindo sair de olhar para o próprio umbigo e enxergar outros horizontes (entrevista com Eliana Silva *apud* COUTINHO M., 2011, p.70-71).

Podemos identificar, a partir dos relatos acima, que a luta desenvolvida na ocupação possibilita aos indivíduos a percepção de que sua “demanda inicial”, a moradia, não é uma necessidade individual, mas se constitui como um direito social, afeto ao conjunto da população. Este aspecto contribui para colocar a luta num patamar mais elevado, mesmo que ainda não encontremos nos depoimentos colhidos, a dimensão de que essa luta deva ir além da luta por direitos, ou seja, as ações ainda se inserem no campo da emancipação política sem articulação com o horizonte da emancipação humana.

Quando, por exemplo, as lideranças da comunidade são questionadas se essa luta encontrará um limite, ou seja, um patamar onde não seja preciso mais lutar, a resposta é unânime – “esta luta não tem fim”. Aqui é reafirmado que sempre haverá lutas a empreender frente às injustiças que ocorrem na sociedade, ou seja, sem elementos que indiquem a possibilidade de superação desta ordem societária. Seleccionamos um trecho da entrevista de uma das lideranças relacionada a esta questão.

Essa luta aqui é contínua, sempre vai ter desafios, tem muita luta ainda, vai ter sempre uma pessoa precisando da gente, isso com certeza [...] não tem limite pra parar, igual um dia mesmo eu pensei “vou dar um tempo, não vai ter como parar, porque o que nós aprendeu, a participação das pessoas, foi a coragem deles estarem aqui hoje, coragem deles fazerem suas casas (Entrevistado Mariguella_Liderança Dandara).

Buscamos identificar também junto às lideranças entrevistadas se elas possuíam uma atuação política pregressa à ocupação Dandara. Das nove lideranças entrevistadas, quatro relatam experiências advindas de outras ocupações urbanas. Dessas quatro, três foram ocupações espontâneas e uma teve apoio do MST quando iniciava a mobilização na região metropolitana, mas que não foi fruto de um planejamento e acompanhamento por parte do Movimento.

A partir dessas experiências, as pessoas se integraram a núcleos de habitação e/ou a negociações com a prefeitura em ocasião de despejos, mas não possuíam nenhuma vinculação orgânica a nenhum movimento ou organização política. Três lideranças relatam trabalho como educadoras em creches comunitárias, mas também sem envolvimento ou atuação com movimentos sociais. Duas lideranças nunca tiveram nenhum tipo de atuação seja em movimentos sociais ou trabalhos sociais.

Partindo desse quadro, podemos afirmar que a experiência da ocupação Dandara foi um primeiro contato direto, sistemático e orgânico destas lideranças com movimentos sociais e organizações políticas. Este é um importante indicativo para sinalizarmos que os indivíduos inseridos no processo da ocupação encontram-se em processos iniciais de formação, o que também irá impactar no processo de formação da consciência vivenciado pelo grupo e em sua identificação como classe social.

Entretanto, é possível identificarmos nos depoimentos, elementos que nos indicam o desenvolvimento da consciência desses indivíduos, seja a partir de sua identificação com a luta, compromisso em assumir responsabilidades de organização e ação política, sinais de mudanças nos valores pessoais a partir da valorização da dimensão coletiva, bem como o reconhecimento e articulação junto a outros grupos sociais.

Buscamos construir, a partir da trajetória pessoal das lideranças na ocupação, a apresentação de elementos que caracterizem o quadro descrito acima, mostrando como foi construída a identificação com a luta e história da comunidade, o envolvimento nas atividades propostas e o desenvolvimento de seu processo de formação. Seleccionamos um conjunto de trechos das entrevistas para tratar deste quadro.

Destacamos na fala de duas entrevistadas o envolvimento de cada uma delas na liderança dentro da comunidade:

[...] numa reunião de coordenação, eu dei meu nome lá pra eu poder fazer parte de uma equipe e daí pra cá eu engajei na equipe religiosa, comecei a fazer trabalhos e eu ajudo naquilo que eu posso (Entrevistada Esthefany_Liderança Dandara).

Eu fazia parte da frente de mulheres até chegar na coordenação. Hoje eu sou uma das líderes da pastoral da criança aqui na Dandara, sou líder de grupo, vice-coordenadora da animação religiosa da igreja e da frente de mulheres das Brigadas Populares (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

Os dois relatos seguintes trazem a dimensão do reconhecimento da experiência vivenciada na ocupação Dandara no desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

[...] fui buscando meu espaço. Aqui foi aonde eu criei coragem pra tirar também aquilo que tava preso na pessoa. Hoje eu sou agradecido à Dandara por isso, por tudo que eu sou e por tudo que eu tenho, pelo que eu aprendi, pelo que eu absorvi de bom e de ruim, é uma terra abençoada. Ninguém pode falar que Dandara não é uma terra abençoada porque é, as pessoas, até as pessoas que não entendem nada, com a terra Dandara, elas passam a ser gente aqui dentro (Entrevistado Milton Santos_Liderança Dandara).

[...] eu vim pra comunidade Dandara, me acampeei aqui, e no início e fiquei só como morador. E depois eu fui vendo que devia fazer mais do que isso, né. E aí, minha esposa arrumou um emprego, e aí eu comecei a ficar focado

só aqui mesmo, ajudando a comunidade no que pudesse a se organizar, e aí eu fui convidado pra trabalhar pra ser coordenador e atuar na anti-prisional [...] nisso eu fui me envolvendo mais e fundei aqui a cultura, hoje a capoeira já tem mais de 4 anos que tem ela, assim que começou a comunidade a gente procurou criar a capoeira também, trazer a cultura aqui pra dentro [...] to aí fazendo este tipo de obra em gratidão ao que a Dandara, o que as Brigadas Populares, o meu esforço, me deu (Entrevistado Mariguella_Liderança Dandara).

A entrevistada Dandara_Liderança Dandara traduz este reconhecimento da experiência na ocupação, como espaço de construção de sua história de vida:

[...] eu não saio do Dandara mais, mesmo se eu arrumasse uma casa em outro lugar, eu não ia conseguir abandonar a luta do Dandara, eu poderia até morar em outro lugar pra dar um conforto melhor pra minha família e tudo, mas eu acho que eu não ia conseguir fazer isso, entendeu, porque agora é o meu pedaço de chão, é minha história, a história da minha família que eu to construindo aqui, é onde a gente ta começando a sonhar todo mundo junto (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

A participação dessas lideranças em diferentes espaços de luta é favorecida pela articulação da ocupação com outras ocupações urbanas e lutas sociais. Esta ação é possibilitada pela atuação das Brigadas Populares, CPT e Rede de apoio junto a outras mobilizações populares, onde a Comunidade Dandara ganha certo destaque devido à sua trajetória.

[...] juntava um monte de gente, pra ir em outra ocupação, para falar que o processo não se resume só naquela ocupação, que o problema de moradia não é só pra aquele grupo que ta ali (Entrevistada Eliana Silva_Rede de Apoio).

Essas outras ocupações que a gente tivemos, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Rosa Leão, Itabira, Timóteo, essas lutas são assim “chama o povo da Dandara”, chegou o povo da Dandara, coronel ta aí, acabou, ninguém mexe. Você se sente apoio, com a experiência você cresceu, com isso levava experiência pra eles (Entrevistado Mariguella_Liderança Dandara).

Dandara é uma das ocupações maior de Minas Gerais, reconhecida, ela serve não só para acolher as 1.200 famílias aqui da comunidade, mas acolhe outras ocupações: Guarani Kaiowá, Camilo Torres, Irmã Doroty, Eliana Silva, Zilah Spósito. Tá acontecendo um protesto no Anel Rodoviário, vamos lá; o pessoal está sendo desapropriado, ta sendo despejado? lá vai a Comunidade Dandara para ajudar. Por que a gente vai? Porque ali mesmo a gente vai ganhando força, ser solidário é muito bom, a gente vai ganhando força e um ajudando o outro (Entrevistada Zilda Arns_Liderança Dandara).

Como é possível identificar neste último relato, a participação nas lutas favorece o desenvolvimento de um processo de identificação enquanto grupo social com interesses e lutas comuns, onde a importância da luta coletiva vai ganhando força, como extraímos do depoimento do entrevistado Paulo Freire_Liderança Dandara:

[...] a gente não pensa só na luta da Dandara. Quantas ocupações nós tem aí? E precisa de alguém, de brigar, porque o povo também já esfriou, tem que ter um Dandara, tem que ter um Brigadas Populares, tem que mostrar a cara não importa que seja quem. Vamos lá! Por isso eu falo, nasce mais e tem que nascer, tem que renovar, nós aprendeu? Aprendeu, nós vamos ensinar? Vamo, mas aquele que aprender também, continua pra frente ensinando.

Nas entrevistas ainda foi destacada a participação de moradores e lideranças em outros espaços, como a marcha anti-manicomial, “Fora Lacerda”, “Ocupa”, lançamento da cartilha de enfrentamento à violência, articulação metropolitana da agricultura urbana e conferência municipal da juventude. Deste último espaço, recortamos a partilha de uma das entrevistadas que demonstra a importância de ocupar outros espaços de atuação política.

Todas as questões que discutimos na nossa pré-conferência, documento que a gente fez aqui, com o que a gente queria pra juventude aqui da Dandara, a gente conseguiu aprovar todas lá. E foi uma vitória muito grande, porque assim, a gente não tem muito conhecimento de política, nem alfabetização direito a gente não tem, e a gente conseguir fazer passar as necessidades da gente, fazer com que as pessoas entendam que é importante, é uma vitória muito grande (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

A participação em outros espaços políticos e lutas sociais não relacionados, diretamente, à questão urbana, além de contribuir com a identificação com grupos sociais diversos, possibilita, aos moradores e lideranças, a percepção de que existem outras formas de exclusão que podem possuir um fundamento comum à luta particular da ocupação. Para nós, constitui-se aqui um elemento central que potencializa o processo de formação da consciência de classe.

Durante estes cinco anos, muitas pessoas saíram da ocupação e outras se adentraram, fazendo com que o perfil das famílias seja muito heterogêneo. Hoje a parcela das pessoas que vivenciaram os momentos iniciais da ocupação, no seu primeiro ano de resistência e constituição de identidade coletiva, é muito pequena frente ao número de moradores da comunidade.

Em alguns relatos de lideranças, percebemos a preocupação em ir até os moradores novos e falar da comunidade, tentando envolvê-los na luta da ocupação. Esse foi um dos objetivos destacados por uma entrevistada ao confeccionar maquetes sobre a história da Comunidade Dandara para a festa de cinco anos da ocupação. Segundo a mesma, desenvolveu esse trabalho pensando, especialmente, nos novos moradores para “ensinar eles como foi o começo, da luta [...] pra eles verem que pra eles tarem aqui, muitos derramaram o suor” (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

Um impacto da rotatividade de moradores na ocupação é o nível de diferenciação na percepção da luta e no engajamento das ações coletivas implementadas. Esta diferenciação é uma situação recorrente, se considerarmos, como nos indica Iasi (2011a), a dimensão do amadurecimento subjetivo da consciência de classe, ligado à percepção singular de cada indivíduo. Vejamos como esta questão surge nas entrevistas.

[...] a gente percebe que as pessoas que estão a mais tempo na luta tão sempre presente [...] sempre vê caras que estão em todas, são aquelas pessoas que já internalizaram mais o processo, são aquelas pessoas que se dispõem não só pra lutar na Dandara mas lutar fora, saber que a luta dela é também a luta da outra comunidade que ta sendo despejada, entende se uma outra comunidade for despejada (Entrevistado Zumbi_Brigadas Populares).

Na Dandara, há povo, mas há também massa, pessoas que se deixam levar pela ideologia dominante [...] As famílias que participam de Dandara desde o primeiro minuto da luta são mais aguerridas e perseverantes nas várias iniciativas comunitárias e nas lutas. Muitas famílias que chegaram depois, que não experimentaram a dureza da luta no início, tendem a ser mais individualistas (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

Uma das entrevistadas indica a tentativa de trabalho das lideranças da comunidade frente a este grupo que não se envolve nas atividades. É interessante identificar como no mesmo relato ela vai construindo seu pensamento, chegando à conclusão desta ser uma reação possível (e até aceitável) frente à situação de vida destes indivíduos.

[...] a gente tem um trabalho muito cansativo aqui em relação a isso. Porque assim, eu acho que a gente até já conhece os que são de luta e os que não são. Antes eu ficava irada tipo, eu to indo pra marcha e o meu vizinho não ta, e aí eu comecei a pensar, “olha, eu to indo pra marcha, to vivendo de luta, só que eu tenho o meu marido que, de certa forma, traz o sustento pra dentro de casa”. E aí começar a analisar que o que o meu vizinho ta fazendo, que ele não ta me acompanhando na luta, sabe, ele não ta me acompanhando, ele não pode, ele tem família, [...] às vezes esse vizinho que ele não me ajuda na marcha, me ajuda a organizar alguma outra coisa aqui, ou às vezes ele não vai me ajudar em nada, uma pessoa pegou e falou assim “tem muita gente que se acomoda, porque ele sabe que tem uma pessoa de luta do lado dele” e às vezes ele reconhecendo isso aí que ele vai mudar [...] a gente tenta né, animar as pessoas, vamos, vamos pra luta, é importante pra nós, só que também a gente entende que o pessoal não tem condição de largar tudo pra poder ir pra luta (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Identificamos sinais que indicam que é a participação nos momentos de luta que são imprescindíveis para a formação da consciência crítica dos indivíduos e, conseqüentemente, seu engajamento na dimensão de uma luta coletiva. Essa assertiva fica mais clara quando voltamos para a trajetória das lideranças da ocupação. Vejamos o depoimento na entrevista em grupo realizado pela entrevistada Maria Diarista_Liderança Dandara:

[...] nós nunca abandona a luta, aprendemos a ser coordenador e pode ser coordenador enquanto a comunidade precisar [...] quando solicitar nós, nós vamo ta presente sim, porque a nossa luta é uma, comunidade Dandara, luta pela moradia, ninguém cala nós mais, nós já começou, ninguém vai calar nós, nem aqui, nem lá fora, lugar nenhum, ninguém cala, isso ta aqui oh [passa a mão na pele do braço], nós aprendeu isso, igual eu falei, é lindo, o sofrimento também é bonito, ele é aprendizagem.

Também os entrevistados dos movimentos organizadores e Rede de apoio indicam a importância da participação nos processos de luta como fator de aprendizagem e formação:

Quem não participa de lutas concretas são mais resistentes às iniciativas que visam construir uma comunidade participativa. A luta educa, aos poucos, com a luta do dia a dia, as pessoas vão se transformando [...] temos cerca de uns 15% que é o pessoal da primeira-hora, que participou das lutas, que está profundamente marcado pela experiência de luta e aí continua lutando, inclusive sendo solidários com outras ocupações aí, militando nas Brigadas Populares (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

[...] considerando a proporção da comunidade e quem participa é uma proporção mínima [...] a gente incentivou vários processos, a gente fomentou, contribuiu, mas acho que foi insuficiente, acho que deveria ter sido..., isso contribuiria muito para que o processo de formação de consciência das pessoas se desse de uma maneira mais ampliada. Ficou restrito a poucas lideranças, que atuam como militantes, que não ficam restritas à atuação ali só na Dandara (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

[...] quando você entende que o processo é coletivo e juntos, você tem mais força, muitos acabam engajando e indo à luta [...] O processo de educação é lento, gradual, e às vezes a gente tem pressa, quer que acontece de um dia para o outro a consciência, e não é por aí (Entrevistada Eliana Silva_Rede de Apoio).

Iasi (2012) e Heller (2008) destacam o papel do grupo como instrumento de passagem dos momentos da consciência, por possibilitar uma construção inicial de identidade coletiva e mudanças qualitativas no que tange à forma de enxergar o mundo e de estabelecer novas relações humanas. Com base nessa argumentação, acreditamos que a vivência grupal, possibilitada através da luta coletiva, pode desenvolver processos de “saltos da consciência”. Porém, como nos alerta Marx e Engels (2009), a superação da ordem societária exige a construção de um tipo de saber, “de uma concepção de mundo radicalmente diferente daquela que orientava a construção da sociedade burguesa” (ibid., p.10), o que nos é possibilitado, conforme nos indica Gramsci (2004a), através da “filosofia da práxis”, de um conhecimento teórico crítico utilizado como ferramenta para contribuir nos processos de elevação intelectual dos “simples”, os conduzindo a uma concepção de vida superior.

Vale destacar que Gramsci (2004a) salienta que o movimento de *autoconsciência crítica* dos indivíduos só ocorre mediante sua organização da massa, conduzida por dirigentes

que contribuem para estabelecer o aspecto teórico da ligação teoria-prática. Neste campo trabalha a perspectiva do *intellectual*, que possui entre suas funções, atuar junto aos “simples” contribuindo para a superação da natureza acrítica do senso comum, de forma a incorporar elementos do bom senso, desenvolvendo sua capacidade intelectual e eficácia da atividade política.

Entendemos que os movimentos sociais podem contribuir em processos de passagem da consciência imediata a formas de pensar críticas, porém, sem a interferência do elemento teórico, sem a teoria revolucionária como instrumento nesse processo, torna-se impossível construir o reconhecimento e identidade de classe, inserindo as lutas e organização numa perspectiva de totalidade e de rompimento com a ordem vigente.

Analisando o cenário dos movimentos sociais urbanos no Brasil, destacamos no segundo capítulo desta dissertação o papel e relevância que o MTST desempenhou no final dos anos 1990, dando visibilidade à questão urbana produzida pelo contexto de intensificação do processo de expansão do capitalismo nos países periféricos. Destacamos ainda, páginas atrás, que na experiência pesquisada, um grande diferencial foi a articulação de três movimentos sociais, urbanos e rurais, no planejamento e acompanhamento da experiência. Buscamos identificar pelas entrevistas, como os militantes dos movimentos e grupos que atuam na ocupação percebem seu papel junto aos processos desenvolvidos.

Em relação à Rede de apoio, como já indicamos anteriormente, há uma presença mais constante de duas militantes que atuam na ocupação desde os primeiros momentos. Estas, em conjunto com o assessor da CPT e militantes das Brigadas responsáveis pelo acompanhamento da Comunidade Dandara, articulam as pessoas e grupos que se aproximam com o objetivo de contribuir em algum processo na comunidade, seja propondo atividades, realizando pesquisas, entre outros.

Nas entrevistas, além do destaque dado à participação das faculdades e escolas particulares – seja a partir do desenvolvimento de projetos de extensão, na área da saúde, arquitetura e urbanismo, pedagogia, e outras; seja a partir do desenvolvimento de atividades recreativas junto às crianças e campanhas de arrecadação de materiais e objetos de uso pessoal – foi salientada a instalação de uma rede social dos redentoristas que oferecem cursos de computação, cursinho pré-vestibular e outras atividades culturais e recreativas para os moradores da comunidade; a parceria com Carlos Pronzatto que resultou no primeiro documentário da ocupação – *Dandara, enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito* – lançado em 08 de setembro de 2013; e a parceria com o fotógrafo popular Cyro Almeida,

que resultou na exposição *Dandara*⁷², mostra fotográfica exposta no Palácio das Artes em Belo Horizonte, espaço de referência artística e cultural na capital mineira.

Quando convidado a falar da experiência de realizar uma exposição sobre o cotidiano da ocupação num espaço de referência artística na capital, Cyro nos registra por email o seguinte depoimento:

Isso trás um significado muito grande para a comunidade, pois muitos deles nunca entraram ali e pela primeira vez, além de se fazerem presentes neste espaço se viram representados [...] No dia da abertura da exposição aluguei um ônibus para que a comunidade pudesse participar da celebração, sem impedimento prático e financeiro, eu estava bastante ocupado recepcionando muitas pessoas, mas ouvi histórias sobre os moradores tirando fotos de seu retrato parede, ou posando ao lado delas para uma nova foto. Provocar esse reconhecimento pessoal nos moradores era meu objetivo, mas não o único. Um dos pilares dessa proposta expositiva foi levar o nome de Dandara a quem nunca ouviu, ou seja, fomentar uma discussão sobre a reforma urbana (Depoimento Cyro Almeida_Rede de Apoio).

O papel dos movimentos sociais e Rede de apoio indicado nas entrevistas é o de facilitador de processos, motivando constantemente o desenvolvimento da luta e desenvolvendo processos de formação. É interessante identificar a análise do papel das Brigadas Populares, realizada pelo entrevistado Mandela. Separamos três trechos de sua entrevista de forma a destacar como este papel vai se alterando conforme o desenvolvimento e as demandas identificadas na ocupação.

É possível verificar que na experiência da ocupação urbana a dimensão da situação conflitual é muito presente, até porque marca o cerne da questão pela qual se desenvolve a luta – o uso do solo urbano. Tal fato acaba por interferir diretamente nos processos desenvolvidos na comunidade, inclusive intensificando ou retraindo a mobilização. Como nos indica os entrevistados, em momentos de tensão, diante do despejo, os moradores se envolvem mais, havendo uma ampliação dos processos de divulgação e dos apoios externos, entre outros. O primeiro relato nos indica esta dimensão.

[...] a análise que a gente faz da atuação do movimento, da organização política dentro de uma ocupação como essa, que muitas vezes é uma atuação que fica muito presa a uma situação conflitual, a um contexto conflitual, ou seja, o fato de não ter a segurança da posse [...] o papel da organização política neste momento, do movimento social, é de criar condições de uma atuação muito pra além de uma situação conflitual, muito pra além da luta contra o despejo, ou seja, de fomentar práticas relacionadas com a produção

⁷² A exposição reúne obras realizadas pelo fotógrafo Cyro Almeida, na comunidade Dandara, zona norte de Belo Horizonte, entre os anos de 2010 e 2012. Ficou aberta à visitação entre os dias 22 de março e 4 de maio de 2014. Foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura, patrocínio da CBMM e apoio da Fundação Clóvis Salgado. O trabalho de Cyro de Almeida resultou no lançamento de um livro bilíngüe, “Dandara”, com 48 fotografias.

material da vida, isso envolve cultura, isso envolve formação de cooperativas, isso envolve múltiplas formas cooperadas dependendo do interesse das famílias, do perfil, das possibilidades, como organização de grupos culturais, grupos de mulheres, cooperativa disso, daquilo, horta comunitária (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Na perspectiva da atuação para além da situação conflitual, o entrevistado destaca o papel da organização política no acompanhamento aos processos organizativos da ocupação e de formação da consciência, em especial, junto às lideranças envolvidas nas atividades.

[...] as Brigadas, num primeiro momento, cumpre esse papel de mobilizar as famílias e preparar, além de criar condições de uma primeira resistência logo ali de entrada, da negociação com a polícia, de manter o caráter pensado para a ocupação [...] Mas, o papel das Brigadas vai assumindo diferentes contornos ao longo do processo de organização [...] o outro papel diz respeito a contribuir para os processos de consciência daquelas pessoas ali, principalmente para aquelas pessoas que estão mais envolvidas nas atividades, de criar condições de formação de militantes, de cidadãos e cidadãs conscientes, envolvidos com a luta social, com a luta política, e fazer com que as pessoas entendam que está ali não só pela casa, mas pela construção de uma outra sociedade, de uma outra ordem social (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Para finalizar, indica que a alteração deste papel foi acontecendo na medida em que as lideranças foram desenvolvendo certa autonomia frente aos movimentos organizativos e Rede de apoio, o que constitui um dos objetivos do trabalho desenvolvido junto à ocupação.

[...] nosso papel foi mudando a medida que a comunidade foi ganhando condições de seguir de maneira autônoma, que é na verdade uma orientação nossa, um princípio nosso, que bom um dia a Dandara se auto-organizar sem a presença de pessoas que não moram lá, esse horizonte tem que ser perseguido, criar condições para que os militantes que formam na luta ali cotidiana, prescindam deste apoio (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

Uma iniciativa pensada coletivamente como instrumento de possibilitar o desenvolvimento desse processo de ampliação das lutas e construção de autonomia organizativa foi o empenho pela criação de uma associação comunitária. A Associação de Moradia Dandara é uma “associação civil, sem fins lucrativos com duração indeterminada, de abrangência no Estado de Minas Gerais” (Art.1º do estatuto). A Associação contém como associados moradores e apoiadores das comunidades, sendo que o número de apoiadores não pode ser maior do que o de moradores. Os apoiadores são pessoas físicas ou jurídicas que atuam em áreas afins ou junto às comunidades (Art.12). A direção da Associação é estruturada a partir de secretariados: Secretariado Político, Organizativo, Financeiro e de

Comunicação. Dentre suas finalidades⁷³ destaca-se a dimensão de atuação junto às outras ocupações urbanas e comunidades de periferia. Um dos objetivos destacados para se investir nesta proposta de associação é fomentar novos processos organizativos, conforme o relato abaixo:

[...] por isso investir força na Associação, para a Associação ser essa espécie de guarda-chuva de tudo que acontece na Dandara e de fomentadora de outros processos organizativos envolvendo trabalho, a produção material da vida, para que as pessoas se organizem, independente de ter despejo, de não ter despejo, se organizar pra ter uma vida melhor aqui, pra construir uma comunidade que a gente possa ser feliz, gerar renda, sustentar nossa família e ao mesmo tempo, ta construindo algo diferente dessa ordem social que a gente vive aí (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

A associação surge também como forma de renovar a estrutura de organização interna e ampliar para a participação de novas lideranças. Durante o período em que realizamos as entrevistas e estivemos presente na ocupação, foi possível identificar que esta nova etapa da organização da comunidade ainda encontra-se em processo de maturação, tendo muitos conflitos entre as próprias lideranças no que diz respeito ao papel e atuação dos coordenadores que não foram incluídos nos cargos de diretoria da associação. Não temos muitos elementos a apresentar neste sentido porque não foi possível realizarmos uma escuta mais qualificada a respeito.

Buscamos identificar a partir dos dados coletados, como a Comunidade Dandara se constitui enquanto *espaço de aprendizados*. Partindo da premissa de que é na materialidade do território que as relações sociais se objetivam (RIBEIRO, 2003), sendo, portanto, lugar de reconhecimento do sujeito; procuramos identificar como a experiência vivenciada na ocupação e em sua estruturação enquanto “comunidade”, contribui para desenvolver nos indivíduos e grupos, processos de emancipação. Pode a luta coletiva se apresentar como um possível instrumento para dinamizar estes processos?

Tomemos alguns fragmentos correspondentes às falas das lideranças da comunidade quando questionadas sobre o que mais aprenderam a partir de sua experiência na ocupação Dandara.

[...] era muito maravilhoso porque cada um, morador, com um sonho de morar, “agora até que enfim, nós vamos conseguir” [...] naquele sofrimento todo, mas jamais eu vou esquecer daquele brilho no olhar daquelas pessoas, “agora eu vou ter a minha casa” e aí com isso a gente foi, cada dia a gente fazendo as lutas de acordo com as necessidades nossas (Entrevistada Beatriz_Liderança Dandara).

⁷³ O Art.3 que trata das Finalidades da Associação Comunitária Dandara consta no Anexo 02.

Essas ocupações espontâneas que ta acontecendo, a única coisa que ta fazendo elas vingar é muitas das vezes, muitas das vezes não, as que conseguem se manter é porque depois alguma organização vai lá dar algum apoio, sabe, porque senão seria impossível de ficar, então, a importância da organização, que é manter as pessoas juntas, unidas. Até a Dandara com o tamanho que ela é, se ela não tivesse a organização ela não ficava, porque o povo não ia ter orientação nenhuma, a gente entende que a gente precisa morar, mais a gente não entende de direito, então assim, às vezes uma coisinha que a gente faz na comunidade, faz toda a diferença pro processo dela, né, então assim, e isso vem das organizações, do planejamento da ocupação (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Sobre sua trajetória pessoal, a entrevistada ressalta o aprendizado no que tange ao trato com as pessoas:

[...] eu tava começando a me destacar dentro da comunidade como liderança, as pessoas tava começando a me reconhecer como liderança. E aí eu ainda era muito dessa pessoa, assim, de achar que todo mundo tinha que ser certo, e eu tinha críticas assim muito dura contra as pessoas. E hoje eu acho que eu já to mais flexível, to mais humana, hoje eu consigo resolver muitos conflitos por conta daquele crescimento que eu tive [...] Então eu comecei a perceber isso, que mesmo que pra mim eu julgava que era pro bem, que era uma honestidade extrema e tudo, mas pra as pessoas aquilo não acrescentava em nada, não tava fazendo a diferença, eu não tava fazendo a diferença pra as pessoas (Entrevistada Dandara_Liderança Dandara).

Nos trechos seguintes, os entrevistados indicam como aprendizados o desenvolvimento da dimensão da solidariedade, confiança, disciplina e preparo para lidar com moradores e autoridades.

[...] eu aprendi a ser mais gente, a ver o próximo e não omitir esforços para ajudar ele. Antes eu não tinha isso, o que eu fazia, eu fazia pra mim, eu não sabia ajudar. Então, vendo a necessidade de cada um, no dia a dia aqui dentro, eu ter morado de favor na casa de outras pessoas aqui, fez com que eu aprendesse muito cedo dentro da comunidade a ser gente. Teve gente que veio pra cá com um perfil e se enquadrou no perfil de Dandara, pelo regimento de Dandara, e agradece por isso. A gente ser a gente, sabe como é que é? Acreditar que você pode, que você é capaz, nisso Dandara me renasceu, me fez de novo (Entrevistado Milton Santos_Liderança Dandara).

[...] o que eu aprendi aqui que eu não devia olhar só pra mim, que mesmo o caso que eu passei, da minha dificuldade, tinha pessoas piores do que eu e aqui eu achei essas pessoas, da forma que eu podia ajudar. Então eu busquei isso dentro de mim e, poxa, eu sou igual a todo mundo e vou cair pra dentro mesmo, e tem pessoas que precisam [...] a gente punha a vida da gente em risco pra dar segurança ao povo, sabia que eles precisavam da gente, eles confiavam na gente, tinha aquela confiança [...] eu aprendi muito, o pouco que nós tinha fazia muito a diferença, era a coragem de ir pra frente, nós fazia a passeata nossa com 2 mil, 3 mil pessoas, e nós tirava as pessoas pra fazer a segurança, todo mundo respeitava a gente, não por ignorância nem nada, por respeito mesmo [...] eu aprendi muito isso, entendeu, ajudar cada vez mais, ter mais força de vontade para poder ajudar o próximo (Entrevistado Mariguella_Liderança Dandara).

E destaca ainda,

[...] a gente aprendeu muita disciplina na comunidade, isso nós temos orgulho demais, aprendeu a ter disciplina, a união da gente é que fez a gente aprender isso, a lidar com o povo, se organizar, conversar, quantas e quantas vezes precisou de nós, sem estudo nenhum, ter que conversar com tenente, conversar com sargento, capitão, até conversar com coronel né, sem estudo nenhum, tava ali um cidadão que ta querendo moradia. A gente tinha um orgulho muito grande, quantas pessoas que chegaram depois, que se aliaram com a comunidade, que aprenderam a educação com a gente (Entrevistado Mariguella_Liderança Dandara).

Ainda em relação a este aprendizado, uma das entrevistadas da Rede de apoio destaca o processo de autonomia desenvolvido pelas lideranças.

Hoje já percebo uma diferença muito grande. Na associação, a maior parte são moradores da comunidade que estão na associação, hoje você já vê eles com saídas, estratégias interessantíssimas [...] esse processo de autonomia ele vai se dando paulatinamente (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

Os aprendizados na ocupação vão além dos moradores e lideranças, atingindo também militantes, grupos e movimentos que desenvolvem trabalhos junto à ocupação. Assinalamos o depoimento da entrevistada do MST onde percebe que, mesmo diante do pouco tempo de acompanhamento junto à ocupação Dandara, a experiência representou um aprendizado profundo junto ao Movimento, em especial diante da percepção da dificuldade em articular o trabalho na cidade, que exige novos métodos e linguagens.

Eu acho que foi muito marcante, ficou até onde eu acompanhei, pra nós da Brigada Iara Iavelberg, que é a região metropolitana, fortaleceu muito no sentido das possibilidades que a articulação com a cidade é capaz, e, pra ir pra cidade precisava comer muito feijão, não era simplesmente ajuntar povo na cidade, é outro povo, no sentido de expectativas do povo, e precisava de um outro ritmo, de organização, que o MST nunca teve [...] a gente viu que é possível, vamos dizer assim, bombar mesmo, juntar com a cidade, há um povo que precisa da luta social que ta na cidade, ta nas periferias e se a gente chegar nas periferias, as periferias abrem as portas pra nós (Entrevistada Margarida Alves_MST).

Uma das entrevistadas da Rede de Apoio ressalta o quanto a ocupação é um espaço que inspira e o quanto esta dimensão contribuiu para que ela percebesse como poderia direcionar seu conhecimento a favor da luta coletiva.

[...] é um espaço que inspira, que produz conhecimento o tempo todo, que apresenta a perspectiva de um outro tipo de cidade, de um outro lugar, a cidade onde de fato caibam todas as pessoas, um lugar onde todos tenham direitos (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

[...] fui percebendo isso, que eu podia colocar o direito a serviço das lutas sociais [...] quando você entra numa audiência, por exemplo, quando eu faço uma audiência sobre o direito do morador de rua, as próprias audiências da

Dandara, têm sido um aprendizado muito grande. Hoje eu tenho essa consciência muito clara que a gente tem que ocupar as terras, distribuir as terras nas cidades e no campo, mas nós temos também que ocupar o judiciário, ocupar os espaços de cultura e arte, ocupar todos os espaços, que o povo cada vez mais vai sendo distanciado disso, a política é pra excluir mesmo, só quem consome e consome muito é que tem acesso ao direito neste país, em tese está inserido, e a gente tem que lutar muito pra fazer, inverter esse quadro (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

Apresentamos ainda o depoimento de dois apoiadores pontuais da ocupação. O primeiro ressalta a mudança de visão de mundo que adquiriu a partir do desenvolvimento de um trabalho com os moradores; o segundo nos indica a dimensão que uma ação específica, pontual, no caso de uma exposição fotográfica, pode contribuir com a dimensão de uma luta mais ampla, no caso, para gerar uma opinião favorável à luta das ocupações urbanas. Vejamos como tecem suas considerações.

O mais importante que aprendi é o processo de participação do sujeito que vai morar no lugar dentro da construção das suas propostas para o espaço. Antes eu tinha uma visão do arquiteto como um sujeito meio absoluto, que define os destinos do lugar e as pessoas vão morar dentro daquela concepção [...] e esse lugar aqui me mostrou que não, que todo mundo quer participar da concepção e que ela é muito mais rica do que somente um momento de um sujeito isolado (entrevista Tiago *apud* COUTINHO, M., 2001, p.102).

Todo fotografo que trabalha com questões sociais vive o dilema de se a fotografia pode ou não mudar o mundo. Não acho que uma foto isoladamente mude o mundo, porém o fato de fazer uma exposição que seja vista por muitas pessoas, dar uma entrevista na imprensa, ministrar uma palestra ou contribuir para sua pesquisa pode a longo prazo gerar uma opinião favorável da opinião pública às ocupações, reverberando em uma pressão por políticas públicas por parte do Estado (Depoimento Cyro Almeida_Rede de Apoio).

Na conclusão de seus estudos Miranda (2012) defende que a vivência das ocupações urbanas leva os indivíduos a desenvolverem a percepção das injustiças sociais, construindo “subjetividades mais politizadas, rebeldes e desestabilizadoras” (ibid., 127), sendo este um primeiro passo na construção de um processo emancipatório. Nos relatos dos militantes da Rede de apoio, encontramos esta mesma assertiva, da importância da luta coletiva para dinamizar os processos de formação de consciência.

Outra descoberta é que o povo começa a perceber que é uma diferença federal entre o lutar de forma isolada e o lutar de forma coletiva [...] quando ele vê aquele povo reunido ali e sente, e aí cada vitória vai reforçando a comunidade, então, primeiro com as reuniões da frente de massa, as pessoas são convencidas de que tem que agir coletivamente, então já é uma primeira vitória, a segunda vitória é ter a coragem de fazer a ocupação, de pular pra dentro do terreno abandonado e tal, terceira vitória é o primeiro embate com a polícia, e a cada vitória o povo se sente mais fortalecido, “opa, nós tamo

junto, nós podemos, sozinho eu sou fraquinho, mas se unir somos fortes” (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

E o bacana que a gente vê, por exemplo, que muitas pessoas hoje na Dandara estão colaborando com outras lutas, as pessoas não tem essa perspectiva só do “meu pedaço de terra”, “minha casa”, mas e outro que ta sem casa? E gente que entrou lá só com a visão do seu lote, porque muitas pessoas que estão na liderança hoje não participaram daquele processo prévio de preparação para entrar na ocupação, muitas das lideranças foram porque viram que o povo entrou, precisavam e entraram. E ali começou a participar da coordenação, começou a participar do processo de organização, e hoje ta nas Brigadas Populares, tem uns que ta na Frente da Reforma Urbana, outros na de Juventude, outros estão na Brigada Nossa América, discutindo América Latina. Você escuta isso e pensa “nossa, como esse pessoal cresceu, gente que nem falava” (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

O processo de mobilização e organização popular, no caso específico, a ação de movimentos sociais urbanos possui uma série de congruências, seja no que tange ao público ao qual é direcionado o trabalho de base para participação nos processos de ocupação, aos métodos de luta implementados, bem como a processos organizativos. Porém, cada experiência também traz sua singularidade, somando, com aspectos específicos, às lutas sociais. Junto aos movimentos organizadores e militantes da Rede de apoio, foi possível levantarmos o que identificam como o “diferencial” da ocupação Dandara.

Entre os aspectos ressaltados pelos entrevistados dos movimentos organizativos encontramos a capilaridade da ocupação, atingindo um amplo e diverso número de apoiadores; a capacidade organizativa interna diante de sua dimensão geográfica; o apoio da Vila Bispo de Maura nos momentos iniciais da ocupação, contribuindo para os processos de resistência; e a ocupação do terreno conforme projeto urbanístico elaborado. Vamos às falas.

[...] primeiro a capilaridade que ela teve em Belo Horizonte, nos setores médios, nas universidades; a grandeza dela também é algo diferente, o fato de ser uma ocupação, ela já foi organizada por uma força política, continuou sendo, se manteve nesse processo e com uma dimensão muito grande né, então nas ocupações do tamanho da Dandara, não conseguiram chegar no nível de organicidade que a Dandara teve, de organização; os moradores da Vila Bispo de Maura já tinham um histórico de luta muito bonito, assim, de resistência, é uma comunidade que foi despejada várias vezes, reocuparam várias vezes, então isso também, contribuiu para esta força da Dandara, um povo muito aguerrido; internamente, assim a forma como se organiza e tudo mais; agora, o fato de ter um projeto urbanístico que você olha pro mapa e olha pra comunidade e vê a mesma coisa, com pouca diferença, né, esse projeto urbanístico também foi um diferencial enorme, uma comunidade organizada do ponto de vista urbanístico (Entrevistado Mandela_Brigadas Populares).

A Dandara, acho que o êxito, as muitas vitórias da ocupação, comunidade Dandara, se deve a uma sinfonia de muitos fatores que se articularam. Primeiro, o encontro, abraçaram a luta conjunta entre o MST, Brigadas

Populares e CPT junto também; depois, desde o início, nós chamamos já de saída, os advogados populares pra defender, então o professor Fábio Alves, da PUC, no início ajudou muito, nos dois primeiros anos; depois chamamos os arquitetos da PUC Minas e da UFMG e aí também foi um processo de muita formação (Entrevistado Chico Mendes_CPT).

As entrevistadas da Rede de apoio destacam a localização geográfica, que proporciona uma visibilidade determinante para a ocupação, além do alcance da solidariedade em torno da comunidade e da consolidação de uma experiência que serve como “modelo” para outras ocupações.

Dandara com todos os problemas, despeja, não despeja, liminar, vai fazer cinco anos, eu acho assim, ganhou muita repercussão pelo apoio da solidariedade externa, começou agora com a ajuda das redes sociais, de divulgar e gente de outros países vir visitar, conhecer o processo [...] O diferencial da Dandara hoje, ela serviu para abrir para o mundo, para o Brasil, para Minas Gerais, para Belo Horizonte, e outros movimentos estão pipocando aí, espontâneos, e vão atrás da Dandara, porque vêem na Dandara uma experiência que de certa forma pressiona o poder público, pressiona a cidade e mostra a sua cara né, que “olha nós somos excluídos, mas agora a gente tá se fazendo ser visto, reconhecido” (Entrevistada Eliana Silva_Rede de Apoio).

[...] eu acho que Dandara ganhou mais visibilidade, primeiro que ela tem um destaque na cidade pela localização, e por todo o embate que teve, político e da própria polícia [...] eu acho que essa coisa da organização prévia, de um movimento organizado, de uma proposta com perspectiva de futuro, o povo que entrou sabia por quê que tava ali, o que queria né [...] Dandara hoje é uma das ocupações que tem destaque no país e internacionalmente falando, e hoje quando você vê novas ocupações em Belo Horizonte e em Minas, Dandara é apontada como modelo, é como uma estrela que vai na frente, que guia, aquela mística dos magos lá do oriente, vai na frente, vai sinalizando que é possível (Entrevistada Dorothy_Rede de Apoio).

Finalizamos aqui a apresentação dos dados coletados. Participar de todo o processo da pesquisa de campo, desde a definição do percurso metodológico, à formulação dos eixos investigativos, a escolha dos entrevistados, o árduo processo de transcrição e análise dos dados, possibilitou um rico contato com a realidade, onde pudemos, por meio da mediação das categorias teóricas, nos aproximar concretamente da luta dos homens e mulheres que fazem a história da ocupação.

A partir dela, consideramos que nos foi possível realizar apontamentos acerca da questão norteadora dessa pesquisa. Identificamos que na experiência pesquisada há o desenvolvimento de um processo de formação de consciência que eleva os indivíduos de sua condição imediata, porém, com limitações para a construção de um horizonte de emancipação humana. É o que pretendemos situar em nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] quando falo dessas pequenas felicidades certas,
que estão diante de cada janela,
uns dizem que essas coisas não existem,
outros que só existem diante das minhas janelas,
e outros, finalmente,
que é preciso aprender a olhar,
para poder vê-las assim*
Cecília Meireles

O caminho para a construção dessa dissertação representou um grande aprendizado, possibilitado pela riqueza das referências bibliográficas afetas aos temas desenvolvidos, do contato com a realidade, a partir da pesquisa na Comunidade Dandara junto a lideranças e militantes, dos diálogos, dúvidas e certezas identificadas ao longo do caminho.

Tínhamos por objetivo identificar elementos do processo de formação da consciência de classe presentes na experiência vivenciada na ocupação Dandara, buscando responder se é possível, a partir da luta por direitos, construir processos que tenham como horizonte a emancipação humana, de forma a promover saltos da consciência junto à classe. Como o instrumento da luta coletiva interfere no cotidiano dos indivíduos e contribui para o desenvolvimento de processos de emancipação? Quais elementos do processo de formação da consciência de classe estão presentes na experiência pesquisada?

O processo de investigação nos permitiu chegar a algumas considerações.

Conforme nos indica Iasi (2012), a consciência é um movimento, em cada momento do processo de formação da consciência já estão presentes os elementos de sua superação, ao mesmo tempo em que, em determinado contexto onde as determinações objetivas e subjetivas impactam no refluxo da luta de classes, essa consciência de classe pode sofrer um retrocesso, voltando a ficar mais latente no movimento da classe, elementos conservadores que impedem novos saltos da consciência.

A partir do conjunto de depoimentos apresentados no último capítulo dessa dissertação, construímos uma exposição destacando os elementos presentes na trajetória da ocupação que compõem e determinam o processo de formação da consciência de classe desenvolvido.

Um primeiro elemento refere-se à **identificação dos indivíduos com a situação de exclusão e/ou necessidade do outro**, passando a **perceber que há pessoas que possuem o mesmo interesse, em contraposição de um grupo que possui interesses divergentes**. Diversos fatores contribuem para o desenvolvimento desta identificação. A aglomeração de um número considerável de pessoas diversas no espaço da ocupação onde os indivíduos passam a cruzar histórias de vida e a estabelecer semelhanças. A adesão e apoio dos

moradores da Vila Bispo de Maura à luta da ocupação, como resistência à repressão policial sofrida nos primeiros momentos da ocupação e, inclusive, com a entrada de alguns deles naquele território, possibilitou uma primeira experiência de articulação entre grupos com o mesmo interesse. Elemento potencializado a partir da **inserção de moradores e lideranças no apoio a outras ocupações urbanas**, relatada em quase todas as entrevistas.

Esta articulação com outras ocupações possibilita a **percepção de que a luta envolve outros grupos e realidades**, compreendendo que se deparam com o mesmo grupo oposto, identificado nos depoimentos dos entrevistados como sendo o Estado – na atuação dos poderes executivos, do aparato militar e do poder judiciário – e pela iniciativa privada, no caso das empresas que alegam a propriedade das terras. Este quadro leva a uma **identificação, ainda embrionária, da crítica aos interesses que o Estado representa**.

Com a ampliação da Rede de apoio e intenso processo de visitação na comunidade, seja para realização de atividades, projetos de pesquisa, apoio político, as lideranças **identificaram que sua luta não se reduz aos que estão circunscritos naquela realidade, mas se articula com outros indivíduos e grupos** que, aparentemente, não apresentam as mesmas necessidades que as suas. Outro facilitador para este processo de ampliação da percepção da luta é a **inserção dos moradores em lutas sociais diversas**, como a Marcha das Mulheres, Marcha Antimanicomial, Movimento Fora Lacerda, entre outras, desenvolvidas nestes cinco anos de resistência da ocupação. Como destacamos na apresentação dos depoimentos, essa inserção favorece a percepção de outras formas de exclusão proporcionadas pela ordem vigente, podendo desenvolver nos indivíduos a compreensão de um fundamento comum entre essas lutas e a luta particular da ocupação.

Destaca-se nos relatos outra dimensão essencial – a identificação de que é **a necessidade imediata que congrega as pessoas na busca por um direito comum**. É a luta por moradia que leva os indivíduos a se agregarem à ocupação e se disponibilizarem para a inserção em uma luta coletiva, enfrentando todos os desafios proporcionados por uma ocupação irregular como a falta de água, luz, alimentos, repressão policial, falta de acesso aos serviços públicos, entre outros.

Esta necessidade imediata é o elemento facilitador para que se desenvolva junto a esses indivíduos uma sensibilização e processo de formação que pode gerar uma alteração dessa motivação inicial – a necessidade em morar – **ampliando sua visão para uma dimensão mais ampla e coletiva**. Percebemos nas entrevistas como a percepção da luta vai se desenvolvendo no sentido de **identificar que a luta específica pela moradia agrega outras dimensões como a luta pelo acesso aos serviços públicos**. Há o princípio de identificação do

acesso a esses serviços como direito, o que altera, segundo os relatos, tanto a visão pessoal dos entrevistados, quanto possibilita as lideranças desenvolverem um discurso mais qualificado junto aos moradores da ocupação, da comunidade do entorno e visitantes. Todavia essa identificação e discurso não aparecem na fala das lideranças de forma associada a uma dimensão mais ampla, no horizonte da emancipação humana, por mais que esteja indicada em depoimentos de militantes dos movimentos organizadores e Rede de apoio.

Porém não podemos deixar de identificar como aquela experiência contribuiu para a afirmação dos indivíduos e grupos sociais envolvidos com o contexto de luta pelo direito à cidade. Ao que pudemos observar e extrair das entrevistas, o trabalho articulado entre os movimentos organizadores e Rede de apoio foi direcionado para colocar a ocupação na pauta política da cidade de Belo Horizonte, seja a partir da pressão junto aos poderes executivo e judiciário, como da articulação com movimentos sociais e grupos culturais. Esta dimensão impacta tanto na **visibilidade da luta da ocupação diante do conjunto da sociedade**, como na visibilidade da situação concreta desses moradores, até então “invisíveis” na cidade, conforme nos relatou uma das militantes da Rede de apoio entrevistada.

Observamos ainda o quanto **a inserção naquela luta coletiva favoreceu os processos de formação política das lideranças**. Além de não possuírem nenhuma vinculação anterior ou experiência de militância em outros movimentos sociais e organizações políticas, quase a totalidade delas não participaram do processo de mobilização para a ocupação. **É na ocupação que se desenvolvem os aprendizados que contribuem para a elevação de sua consciência crítica**.

As lideranças ocupam seus papéis a partir do reconhecimento e escolha dos outros moradores que compõem os grupos territoriais aos quais se integram. Esse reconhecimento é destacado como resultado da **atuação destas lideranças nos processos organizativos da ocupação**. A participação em assembleias, grupos territoriais, comissões e núcleos possibilitam a esses indivíduos **desenvolver habilidades relacionadas ao processo grupal, exercício de liderança, preparação das lutas**.

Aqui merece destaque a compreensão de formação política apresentada pelos movimentos responsáveis pelo acompanhamento à ocupação, que a compreendem em seu sentido amplo, para além de momentos formativos a partir de estudos, com a utilização de materiais textuais e/ou audiovisuais. **Entendem que a formação se desenvolve nos momentos da luta cotidiana**, nas marchas, nas audiências, assembleias. Utilizar as lutas como estratégias de formação possibilitou na experiência a constituição de um processo pedagógico de formação que foi desenvolvendo junto aos indivíduos algumas compreensões

interessantes, como o entendimento do impacto político de uma atividade de massa, como uma marcha ou acampamento em prédio público, possibilitando a compreensão da correlação de forças entre interesses opostos; a percepção da necessidade de se criar estratégias para a melhoria da relação com os grupos do entorno como fortalecimento da ação política interna; a identificação do impacto do desenvolvimento de campanhas junto a uma ampla rede de apoiadores, dando visibilidade e possibilitando conquistas para a comunidade, entre outros.

Todavia, ressaltamos que, se essa formação, a partir da luta imediata, não tiver interferência do elemento teórico, ou seja, se não estiver articulada a um processo de elevação intelectual dos indivíduos e grupos, por meio da incorporação da teoria revolucionária, capaz de desvendar as determinações do real e construir análises e estudos acerca da conjuntura mais ampla, da compreensão da estrutura da sociedade, pode acabar desenvolvendo uma leitura “mecânica” e ainda fragmentada da realidade. Essa fragmentação não favorece os processos de elevação da consciência na perspectiva desenvolvida por Gramsci (2004a), de um conhecimento unitário e coerente. Identificamos que esse ainda é um elemento incipiente na ocupação.

Destacamos como último elemento a **incorporação de novos valores**. Conforme relatado nos depoimentos, esta também é uma característica marcante na experiência, pois denota como **os indivíduos passaram a criar sentimentos de solidariedade, confiança, coletividade**, na contramão da ofensiva ideológica imputada pelo capital. A ocupação é apresentada pelos entrevistados, tanto lideranças quanto apoiadores, como um **espaço de constante aprendizagem, o que possibilita que novos processos sejam experimentados cotidianamente**.

Acerca dos momentos da formação da consciência de classe expressos no primeiro capítulo dessa dissertação, pudemos identificar elementos que compõem o que se denomina a **consciência inicial** dos indivíduos a partir de seu espaço de inserção imediata, ou seja, sua vida cotidiana. É neste primeiro momento que se desenvolve a identificação de uma situação e de interesses comuns, entretanto, ainda sem uma identidade e unidade enquanto classe social.

Dentre os elementos destacados na análise, identificamos um movimento de superação inicial daquela consciência imediata dos trabalhadores, com elementos e gradações relacionados à *consciência em si*, porém, ainda se tornam muito latentes, aspectos relacionados à **primeira forma de consciência**, em especial à dimensão de vinculação da experiência pessoal e das lutas ainda sob o vínculo do imediato; de necessidades coletivas, mas ainda voltadas ao universo da demanda, dos direitos sociais. Identificamos também como o processo contribui para o desenvolvimento da dimensão de pertencimento dos indivíduos,

tanto àquele grupo que se articula em defesa do direito à moradia, quanto a outros grupos que se articulam em torno de outras lutas, porém, não é possível identificar na experiência elementos que indicam a identidade e reconhecimento destes enquanto classe social, o que vai impactar no processo de formação da consciência desenvolvido.

Um apontamento que julgamos importante e que foi realizado durante a qualificação e que pôde ser confrontado ao longo da construção dessa dissertação, seja no estudo teórico e na pesquisa em campo, é de que os momentos da consciência equivalem aos momentos da *classe em movimento*, enquanto sujeito histórico. Não é possível pensá-los apenas em processos particulares, a consciência é da classe, é do movimento da classe e é esse movimento que permite que as lutas particulares se sintetizem nesse patamar de consciência.

Conforme nos indica Lukács (2003), as gradações na consciência de classe dizem respeito à “possibilidade objetiva do tornar-se consciente” (ibid., p.75). Neste sentido, para analisar se uma experiência específica, no caso, a experiência da luta coletiva via ocupação urbana, contribui para o desenvolvimento de processos de formação da consciência de classe, torna-se necessário desenvolver uma análise mais ampla de como a classe está em movimento.

No processo de organização e ação de classe, é preciso se extrapolar os limites da cotidianidade, do senso comum, fazendo brotar o processo de formação de uma *consciência para si*, a consciência de classe, desenvolvendo, nos termos de Iasi (2012) uma *práxis livre*, que tenha como horizonte a *emancipação humana*. Como nos indica Lefebvre (1991), é preciso “revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário” (ibid., p.44), e isso só é possível tendo por base a vida dos trabalhadores.

Acreditamos que esse extrapolar dos limites do cotidiano, a revelação da riqueza escondida sob a aparente pobreza, os saltos da consciência a partir de processos emancipatórios, ou nas palavras de Gramsci (2004a), a elevação do senso comum com elementos do bom senso, é possível ser desenvolvido a partir das lutas sociais inseridas no campo da emancipação política, da luta pelos direitos, desde que estas estejam articuladas a processos que transcendam a particularidade e se elevem à totalidade, tendo como horizonte à emancipação humana.

Deste modo, é preciso que as lutas empreendidas, no caso, na ocupação urbana, estejam associadas a outras lutas da classe trabalhadora de forma a contribuir no desenvolvimento da dimensão subjetiva da classe, necessária para se alterar a ordem vigente no momento em que

as condições objetivas estiverem dadas pelo acirramento das contradições entre as relações sociais de produção e forças materiais produtivas.

Ainda fica mais evidente a partir da pesquisa realizada que esse momento da consciência onde a classe se reconhece e atua como *classe para si*, no enfrentamento à ordem vigente, através de um projeto revolucionário que a conduza para a conquista da emancipação humana, somente é alcançado a partir de um instrumento capaz de constituir a subjetividade dos trabalhadores e encaminhar as lutas fundamentais do conjunto da sociedade, entendido na tradição marxista como o papel do partido revolucionário. Esse é um dos desafios que se colocam para a luta dos trabalhadores, portanto, também para os trabalhadores articulados na luta da ocupação Dandara – aproximar-se da construção deste instrumento.

O processo de formação da consciência de classe é permeado de avanços e recuos. Como nos salienta Lukács (2003) a essência da consciência de classe só se torna visível quando o processo histórico a impele à ação. Neste sentido, como nos ressalta Iasi (2012), as lutas cotidianas, desenvolvidas pelos grupos e organizações sociais, pela articulação dos movimentos sociais, já expressam a produção da história e podem se constituir como uma “mediação concreta dos homens e mulheres, da humanidade em movimento” (ibid., p.78).

Destarte, as lutas coletivas são instrumentos para possibilitar a produção desta história, podendo interferir nos processos individuais e coletivos de formação da consciência de classe, desde que adquiram um *sentido emancipatório* em consonância com a luta por um projeto societário alternativo.

O *aprendizado* vivenciado na experiência da ocupação Dandara, nos coloca o *desafio* da organização dos trabalhadores enquanto classe, todavia, nos indica a *possibilidade* de desenvolver processos que se somem às lutas empreendidas pelo conjunto da classe, constituindo um *movimento da classe* que impacte nos caminhos trilhados pelo capital, construindo as possibilidades de superação desta ordem e a verdadeira *emancipação da humanidade*, nas palavras de Marx e Engels (2010), numa “associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (p.67).

*Quando a noite parece eterna
e o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
e o futuro não passa de uma promessa.*

Nos perguntamos: vale a pena?

*Quando a classe parece morta
e a luta é só uma lembrança.*

*Quando os amigos e as amigas se vão
e os abraços se fazem distância.*

Nos perguntamos: Vale a pena?

*Quando a história se torna farsa
e outubro não é mais que um mês.*

*Quando a memória já nos falta
e maio se transforma em festa.*

Nos perguntamos: vale a pena?

*Mas, quando entre camaradas nos encontramos
e ousamos sonhar futuros.*

*Quando a teoria nos aclara a vista
e com o povo, ombro a ombro, marchamos.*

*Respondemos: vale a pena viver,
quando se é comunista.*

Mauro Iasi
Meta amor fases

AMORIM, Henrique. Trabalho, classes sociais e luta política. ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; MONTEIRO; Arakin (orgs.) *Trabalho e Sociabilidade*. Perspectivas do capitalismo global. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2012, p.105-118.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANTUNES, Ricardo. Notas sobre a consciência de classe. In.: ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria Leão (orgs.). *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 97-103.

_____. *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine Rosseti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASSAB, Clarice. O movimento social sob as dinâmicas do mundo global: pensando desafios. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 4, n. 7, jan./jul. de 2010, p.47-65.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996, p.13-43; 237-322.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In.: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. Trad. Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005, p.35-68.

_____. As raízes da crise econômica mundial. *Revista O Olho da História*, Salvador (BA), n. 18, julho de 2012. Disponível em <http://oolhodahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In.: ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria Leão (orgs.). *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996, p.16-26.

_____. *O Leitor de Gramsci – escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a, p.267-299.

_____. *De Rousseau a Gramsci*. Ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011b, p.107-138.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 119-180.

COUTINHO M., Mateus. *Cidade de Terra*. Lutas de ocupações urbanas por moradia em Belo Horizonte. Monografia de conclusão de curso de Graduação em Comunicação Social/Jornalismo. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, São Paulo, n.17, 1993, p.87-101.

DURIGUETTO, Maria Lucia. *Sociedade civil e democracia*. Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos de Classe. *Temporalis*, Brasília, ano VIII, n.16, 2008, p.45-66.

FENELON, Déa Ribeiro. E.P.Thompson – história e política. *Revista Projeto História*, PUC São Paulo, v. 12, out. 1995, p.77-93.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Revista Crítica Marxista*, n.32. Campinas, 2011, p. 107-126.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.6. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Apêndice.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol.1. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14.ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005a.

_____. *A produção capitalista do espaço*. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. *Espaços de Esperança*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2012, p.15-61.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Trad.: J.F.Yvars y E.Pérez Nadal. Barcelona: Ediciones Península, 1994, p.9-14.

_____. *O Cotidiano e a História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERNANDEZ, José Mário Riquelme. *O sem terra, sem teto e morador de rua: a rurbanidade e a construção da representação social sobre o rural na região metropolitana de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n.3, jan/jul. 2001.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, Mauro Luis. As revoluções do século 19 e a poesia do futuro. *A revolução antes da Revolução*. Vol1. As guerras camponesas na Alemanha. Revolução e contra-revolução na Alemanha. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.07-34.

_____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

_____. O Direito e a luta pela emancipação humana. In.: BRITES, Cristina Maria e FORTI, Valéria (org.). *Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011b, p.171-193.

_____. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEFEBVRE, Henri. A “praxis”: a relação social como processo. In.: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1977, p.175-190.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 17-68.

_____. *A Revolução Urbana*. Trad.: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.36-57.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues. Movimento dos Sem Teto: expressão de metamorfoses na luta social. *Caderno Especial nº22*, Edição: 09 a 23 de setembro de 2005.

_____. Luta de classes e Questão Urbana no Brasil atual. *XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafios para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de outubro de 2009.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade ocupada, a ocupação Dandara e suas práticas culturais. *Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. UERJ, Rio de Janeiro, 18 a 22 de novembro de 2013.

LUKÁCS, György. Marxismo e questões de método na ciência social. In.: NETTO, José Paulo (org.). *Lukács: sociologia*. Trad. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981.

_____. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. Trad.: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. Introdução e Capítulo 3.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad.: Nelio Schneider (Ronaldo Vielmi Fortes e Ivo Tonet, cap. O trabalho). São Paulo: Boitempo, 2013, p.41-82.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Trad.: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah e Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *A crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*, v.17, n.48, 2003, p.151-166.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. Salário, preço e lucro. O Rendimento e suas fontes. A economia vulgar. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1982.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, Prefácio, p.3-8.

_____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. A questão judaica. In.: *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Trad. Alex Matins. Coleção A obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2005, p.13-37.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *As lutas de classes na França*. De 1848 a 1850. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, Cap. 24.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nasseti. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MATERIAL INFORMATIVO. *Brigadas Populares*. Unidade Aberta por uma nova maioria. Material impresso, s/d.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista Em Pauta*, n.20. Rio de Janeiro, 2007, p. 33-55.

_____. *Reorganizando em meio ao refluxo*. Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009, p.13-50 e 101-116.

_____. *E.P.Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p.57-116.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *A crise estrutural do capital*. Trad. Ana Carvalhaes et al. 2.ed.rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIRANDA, Isabella Gonçalves. *Ocupando Sonhos*. A Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. 2.ed. Coleção Questões da nossa época, vol.20. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Prólogo. Edição Comemorativa dos 150 anos do Manifesto Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Cinco Notas a propósito da “Questão Social”*. In.: *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS. Ano 2, n.3, jan/jul. 2001.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In.: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.64-90.

_____. Introdução ao método da teoria social. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009, p. 667-700.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.19 a 34.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. In: *Espaço e Debates*, n. 6, ano II, 1982, p.36-54.

PINTO, Marina Barbosa. *Os movimentos sociais e a construção da cidadania*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*. São Paulo, n.69, 2006, p.13-48.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.29-40.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Humana*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos), p.17-26.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 12.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.9-28.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p.57-116.

SOTO, William Héctor Gómez. Espaço e política em Lefebvre. *Revista Online Pensamento Plural*. Pelotas: julho/dezembro 2008, p.179-185.

SOUZA FILHO, Rodrigo. Apontamentos sobre o materialismo dialético. *Revista Libertas*. UFJF, Juiz de Fora. Vol.2, n.2, jul/dez 2002 e vol.3, n.1 e 2, jan/dez 2003, p. 115-130.

THOMPSON. Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. II. A maldição de Adão. 4.ed. Trad.: Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. III. A força dos trabalhadores. 3.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. A árvore da liberdade. 4.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

ANEXO 01

Eixos para o processo de investigação

Eixo 01 – No que tange à organização interna

- Como se definem os papéis de liderança
- Distribuição de tarefas dentro da Comunidade Dandara
- Espaços organizativos
- Relação entre direção e base
- Espaços onde ocorrem as discussões coletivas
- Estratégias utilizadas para promover a participação dos moradores nas tarefas internas da ocupação
- Qual a estrutura física existente (coletiva e privada)
- Quais projetos construídos e em construção

Eixo 02 – No que tange à construção de identidade

- Identificar quais são os sujeitos e famílias // Reconhecimento // pertença
- Como as pessoas se organizaram nas etapas de mobilização, ocupação inicial e estruturação
- Junto às lideranças
 - Motivo que o levou a integrar à ocupação
 - Quando e como se deu sua integração à ocupação
 - Teve experiência em outros espaços de luta coletiva antes de se integrar à ocupação
- Qual o objetivo da ocupação
- Desafios e avanços na trajetória da ocupação
- Simbologia – “signos”
- Aprendizados
- Diferencial Dandara

Eixo 03 – No que tange aos métodos de luta

- Quais são os métodos de luta empregados na história da ocupação
- Quais estratégias utilizadas para o envolvimento dos moradores nas formas de luta externas

- Relação da ocupação com outras ocupações urbanas e outras lutas sociais
- Inserção em lutas mais abrangentes, para além da luta pelo direito à moradia

Eixo 04 – No que tange à assessoria e parceria

- Qual é a relação da Comunidade Dandara com as Brigadas Populares e Grupo de Apoio
- Relação de parceria e nível de autonomia da Comunidade Dandara com outros grupos e instituições (partidos, igrejas, movimentos sociais)
- Relação com órgãos públicos e comunidade do entorno

Eixo 05 – No que tange às dimensões da ação direta e da formação política

** Como são preparados para a luta?

- Como a dimensão de ação direta e formação política estão presentes na trajetória da ocupação
- Como ocorre a formação política das lideranças
- Como ocorre a formação política dos membros da ocupação

Junto aos moradores que exercem função de liderança na Comunidade Dandara

- Trajetória individual no processo de organização interna da ocupação – papéis assumidos

Junto aos militantes dos movimentos sociais articuladores da ocupação

- Histórico das Brigadas Populares
- Como se deu o processo de mobilização para a ocupação
- Papel dos movimentos nas etapas de mobilização, ocupação inicial e estruturação

Junto aos militantes da Rede de Apoio

- Surgimento da Rede de Apoio
- Papel da Rede de Apoio nas etapas de mobilização, ocupação inicial e estruturação
- Qual é a constituição do grupo de apoio – perfil, organização, tarefas
- Por que apóiam a ocupação

ANEXO 02

Finalidades da Associação Comunitária Dandara

Art. 3º. A Associação de Moradia Dandara tem por finalidades:

I - Defender o direito à moradia, a função social da propriedade e o direito à cidade da população pobre;

II - Defender os direitos humanos e lutar pela efetivação dos mesmos;

III - Estimular e promover a organização e a educação política dos cidadãos que lutam por moradia;

IV- Apoiar e participar das lutas por melhorias das condições de vida dos povos marginalizados nas cidades;

V - Lutar pela garantia dos direitos sociais das comunidades, especialmente pela regularização fundiária plena, pelo acesso à saúde e educação públicas de qualidade, assistência social, acesso aos serviços de água, luz, saneamento e infra-estrutura urbana;

VI - Fortalecer os vínculos de solidariedade nas comunidades, promovendo atividades artístico culturais, espaços de convívio coletivo, esporte e lazer;

VII - Promover a paz e lutar por outro modelo de segurança pública, incentivando a mediação de conflitos, conciliações, respeito às normas de convivência e as opções religiosas;

VIII - Combater todo o tipo de discriminação seja ela de etnia, orientação sexual, gênero, religiosa ou de qualquer outra natureza;

IX - Incentivar a geração alternativa de renda, o trabalho associado e cooperado e a produção agrícola familiar urbana;

X - Promover cursos, oficinas, capacitações e demais atividades educativas e de formação profissionalizante;

XI - Representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciárias, os direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos dos moradores das comunidades, podendo para tanto atuar como substituto e/ou assistente processual;

XII - Lutar pela defesa dos direitos das mulheres, principalmente aquelas que são vítimas de violência, discriminação e qualquer outro tipo de opressão, bem como estimular e desenvolver ações que garantam a participação das mesmas, de modo emancipado, nos diversos espaços políticos de decisão;

XIII - Lutar pela defesa dos direitos da juventude, estimular e respeitar sua organização autônoma, fortalecendo seu protagonismo e garantindo sua participação direta nos espaços de decisão, tendo em vista a importância de seu papel na luta social;

XIV - Defender os direitos das crianças e adolescentes das comunidades, promovendo ações a eles direcionadas para o seu desenvolvimento pleno;

XV - Defender os direitos da população idosa e dos portadores de deficiência das comunidades, estimulando ações inclusivas a eles direcionadas;

XVI - Elaborar e propor projetos para captação de recursos perante órgãos públicos e entidades de fomento, ONG's, nacionais ou estrangeiras, bem como participar de licitações e editais que guardem relação com as finalidades desta associação;

XVII- Garantir a preservação do meio-ambiente, incentivando práticas de reciclagem, coleta seletiva, destinação correta do lixo e educação ambiental;

XVIII - Zelar pela memória, princípios e valores que orientaram a fundação das comunidades.